

MIGRAÇÃO E A MOBILIDADE ESPACIAL DA POPULAÇÃO EM MINAS GERAIS



CARLOS LOBO
PAULO FERNANDO BRAGA CARVALHO
organização

MIGRAÇÃO E A MOBILIDADE ESPACIAL DA POPULAÇÃO EM MINAS GERAIS

MIGRAÇÃO E A MOBILIDADE ESPACIAL DA POPULAÇÃO EM MINAS GERAIS

CARLOS LOBO

PAULO FERNANDO BRAGA CARVALHO

organização

APOIO:



Copyright © 2020 by Editora Letramento

DIRETOR EDITORIAL Gustavo Abreu	ORGANIZAÇÃO
DIRETOR ADMINISTRATIVO Júnior Gaudereto	Carlos Lobo
DIRETOR FINANCEIRO Cláudio Macedo	Paulo Fernando Braga Carvalho
LOGÍSTICA Vinícius Santiago	
COMUNICAÇÃO E MARKETING Giulia Staar	COMITÉ CIENTÍFICO
EDITORA Laura Brand	Prof. Dr. Ednelson Mariano Dota, UFES
ASSISTENTE EDITORIAL Carolina Fonseca	Prof. Dr. Jarvis Campos, UFRN
DESIGNER EDITORIAL Gustavo Zeferino e Luís Otávio Ferreira	Prof. Dr. Wagner Batella, UFJF

Todos os direitos reservados.
Não é permitida a reprodução desta obra sem
aproviação do Grupo Editorial Letramento.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

M636 Migração e a mobilidade espacial da população em Minas Gerais /
organizado por Carlos Lobo, Paulo Fernando Braga Carvalho. - Belo
Horizonte : Letramento, 2020.
288 p. : il. ; 15,5cm x 22,5cm.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-9530-391-1

DOI: 10.29327/214826.1

1. Geografia. 2. Geografia da População. 3. Geografia de Minas
Gerais. I. Lobo, Carlos. II. Carvalho, Paulo Fernando Braga. III. Título.

2020-622

CDD 910.981

CDU 91(81)

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índice para catálogo sistemático:

1. Geografia da População : Brasil 910.981
2. Geografia da População : Brasil 91(81)

Belo Horizonte - MG
Rua Magnólia, 1086
Bairro Caiçara
CEP 30770-020
Fone 31 3327-5771
[contato@editoraletramento.com.br](mailto: contato@editoraletramento.com.br)
editoraletramento.com.br
casadodireito.com



- 7 AS MIGRAÇÕES NA FORMAÇÃO ECONÔMICO-TERRITORIAL DE MINAS GERAIS (1700 – 1950)

Ralfo Matos

DOI 10.29327/214826.1-1

- 45 A IMIGRAÇÃO INTERNACIONAL PARA MINAS GERAIS: AS EVIDÊNCIAS COM BASE NOS REGISTROS ADMINISTRATIVOS

Duval Fernandes

Matheus Marques

DOI 10.29327/214826.1-2

- 61 MINAS GERAIS NO NOVO CONTEXTO DAS MIGRAÇÕES DO BRASIL: UMA REFLEXÃO SOBRE AS TROCAS POPULACIONAIS INTRA E INTERESTADUAIS NO QUINQUÊNIO DE 2005/2010

Denise Marques

Bruna Assis

Rafael Louis

Marden Campos

DOI 10.29327/214826.1-3

- 83 MOBILIDADE PENDULAR E A REDISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO NAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA DAS CAPITAIS REGIONAIS DO INTERIOR DE MINAS GERAIS

Paulo Fernando Braga Carvalho

Carlos Lobo

DOI 10.29327/214826.1-4

- 111 AVALIAÇÃO DOS PADRÕES MIGRATÓRIOS DAS REGIÕES DE INFLUÊNCIA DAS PRINCIPAIS CENTRALIDADES NAS REDES URBANAS MINEIRAS

Douglas Sathler

Ricardo Alexandrino Garcia

DOI 10.29327/214826.1-5

137 A EXPRESSÃO DEMOGRÁFICA E MIGRATÓRIA
DOS PEQUENOS MUNICÍPIOS MINEIROS

Nayhara Gomes

Ralfo Matos

Carlos Lobo

DOI 10.29327/214826.1-6

155 EMIGRAÇÃO INTERNACIONAL DE VALADARES:
AS FRATURAS DA AUSÊNCIA

Weber Soares

DOI 10.29327/214826.1-7

197 MIGRAÇÃO E PENDULARIDADE NA RMBH EM 1980
E 2010: ENTRE O CENTRO E A PERIFERIA

Alexandre Magno Alves Diniz

Carlos Lobo

Paulo Fernando Braga Carvalho

Ana Márcia Moreira Alvim

DOI 10.29327/214826.1-8

239 DESCENTRALIZAÇÃO URBANA, MOBILIDADE RESIDENCIAL E
MOVIMENTO PENDULAR NA METRÓPOLE BELO-HORIZONTINA

Leandro Cardoso

Guilherme de Castro Leiva

Jupira Gomes de Mendonça

Daniela Antunes Lessa

DOI 10.29327/214826.1-9

267 FAMÍLIA E MIGRAÇÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: O CASO
DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

Marden Barbosa de Campos

Bruna Assis de Andrade

DOI 10.29327/214826.1-10

AS MIGRAÇÕES NA FORMAÇÃO ECONÔMICO-TERRITORIAL DE MINAS GERAIS (1700 – 1950)

Raflo Matos¹

INTRODUÇÃO

Minas Gerais só se tornou um espaço peculiar no Brasil colonial graças às sucessivas ondas migratórias que a fizeram, em poucas décadas, densa, populosa e conflituosa. Milhares de migrantes vieram em busca de riqueza fácil, livres e dispostos a tudo, enquanto muitos outros milhares tiveram que aportar nas “minas” compulsoriamente, na condição de escravos africanos, protagonistas essenciais da história econômica dos séculos XVIII e XIX. O impacto desses migrantes sobre a população que se reproduziu no território do ouro foi enorme, daí o caráter profundamente mestiço da população mineira, uma espécie de amálgama demográfico em que a primazia do traço negro se afirmou, dada a presença rarefeita de mulheres brancas à época.

O espaço relativamente grande da região das “minas gerais” e o relevo repleto de cursos d’água encachoeirados formadores de aluviões onde se encontrava o ouro fez surgir uma paisagem especial que alimentou por quase 70 anos hordas de garimpeiros e aventureiros na cata de quantidades expressivas de ouro. Esse tempo foi essencial para que surgisse na região uma civilização fundada na mineração, com inúmeros povoados e arraiais que não desapareceram como as “cidades fantasmas” de áreas mineradoras onde o ouro se esgota rapidamente.

Data de pouco mais de 320 anos o início da formação histórica de Minas Gerais com os primeiros descobertos ainda em 1693, mas, sobretudo, com a chegada de milhares de aventureiros nas primeiras corridas do ouro desde 1698. Foram diversos tipos de migrantes que de fato desencadearam a formação dos primeiros núcleos de povoamento estável, a despeito da rarefação de dados mais precisos. Sabe-se, inclusive, que em parte expressiva do espaço de Minas Gerais, espe-

¹ Professor Titular do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

cialmente nos vales florestados de vários rios, era importante a presença da população indígena que vinha se movimentando em sucessivas migrações ao longo de séculos, particularmente desde o século XVI, à medida que o homem branco ameaçava fisicamente em processos violentos de extermínio e desterritorialização.

De todo o modo, a presença de forasteiros de múltiplas procedências nos córregos e arraiais, provocou uma série de conflitos, sobretudo pela ambição disseminada em torno da riqueza representada pelo ouro, em um contexto de provisoriade, com forte predominância de homens, onde a lei e o braço da Coroa não se impôs facilmente.

Com o tempo a região sertaneja foi se colonizando e se expandindo territorialmente, em face de continuadas frentes de garimpeiros e criadores de gado que estabeleceram povoados em áreas ricas em recursos naturais, mas com a mediação da autoridade colonial no controle de rotas e jazidas, fato que, entretanto, não deixou para trás as escaramuças associadas ao fisco e às ações clandestinas dos mineradores.

A mineração exigiu muita mão de obra, particularmente a resultante do emprego do trabalho escravo negro, a partir do momento em que os mineradores brancos se estabilizavam em localidades ricas em ouro de aluvião. Essa proximidade entre homens brancos e seus plantéis de escravos começou a dar origem a um dos mais formidáveis processos de miscigenação na América.

Este estudo pretende examinar de forma sintética os primeiros 250 anos da história de Minas (1700-1950), tendo como norte os movimentos migratórios que marcaram a formação territorial da região, associando-os a contextos socioeconômicos que se desdobraram ao longo do tempo e que foram relevantes para a afirmação de Minas Gerais. Para tanto, será essencial consultar a bibliografia produzida ao longo do tempo, e particularmente a dos últimos 30 anos nos centros de pesquisa do estado, conforme mostrarão as citações bibliográficas e bibliografia ao final.

Pode-se indagar sobre qual o espaço de tempo que corresponderia ao período de formação histórico-espacial.

Embora o ano de 1950 aqui utilizado carregue uma certa arbitrariedade, pode-se defender essa data pelo menos pelas seguintes razões: a) a partir de 1950 Minas experimentou transformações modernizadoras de grande vulto sobre uma estrutura territorial já delimitada em sua essência (com todas as regiões povoadas ou semi-povoadas); b) os primeiros esforços de modernização ampla de sua infraestrutura material

e de sua estrutura administrativa começaram a ser ensaiadas nos anos de 1940 (com Juscelino Kubistchek em Belo Horizonte, o plano de eletrificação do pós-guerra), mas só serão efetivados de forma consistente a partir dos anos de 1950; c) em 1950, Belo Horizonte já é uma capital que deu certo, atraí milhares de trabalhadores e começa a polarizar os municípios vizinhos; e d) O período posterior a 1950 se aproxima muito da história contemporânea do estado, com a emergência de grandes projetos de desenvolvimento, escalada da urbanização e metropolização, e difusão da industrialização na região central.

1. OS MOVIMENTOS DA POPULAÇÃO NAS MINAS SETECENTISTA

Por volta de 1700, a região já estava povoada por milhares de aventureiros, muitos deles pobres a levar consigo pouco mais que a roupa no corpo.² Bueno (2002, p. 101) estima que “a massa humana que se dirigiu às minas entre 1700 e 1720 foi superior a 150 mil pessoas, das quais mais de 100 mil eram escravos. Ao longo do século XVIII cerca de 430 mil paulistas, cariocas, baianos, portugueses, indígenas e negros da Guiné ou de Angola percorreram as trilhas” que separavam o litoral do Sudeste das “serras de fortuna e da danação”.³

Antonil, cuja obra foi concluída em 1711 e proibida em seguida (só publicada em 1898), asseverava que a febre do ouro estimulou tantos a se embrenharem pela região das minas, que seria muito difícil saber quantas pessoas estavam na região. “(...) Dizem que mais de 30 mil almas se ocupam, umas em catar outras em mandar catar nos ribeiros do ouro; outras em negociar vendendo e comprando (...)”

O crescimento demográfico e o deslocamento humano no início do século parecem ter sido impressionantes, como vários estudiosos afirmam, a exemplo de Lima Júnior (1978) ou Mol (2004) que nos diz que Minas cresceu 623% entre 1710 e 1742, ou 1000% entre 1710 e 1776, o que equivale ao crescimento anual médio situado entre 2,3% e

2 De acordo com um cronista, tratava-se “de indivíduos tão alucinados que, vindos de distância de 30 a 40 dias de jornada, partiam sem privilégio algum – assim, pelo caminho, muitos acabaram de irremediável inanição e houve quem matasse o companheiro para tomar-lhe uma pipoca de milho”. Ver Bueno (2002, p. 106).

3 A danação certamente faz alusão à carestia e às diversas crises de fome que a região sofreu em seus primórdios (em 1697, 1698, 1700, até 1713 em Pitangui). Ver Bueno (2002).

2,4%. Destarte, os 20 anos entre 1740 e 1760 provavelmente marcaram o auge da expansão demográfica e da produção minerária.

Durante muitas décadas a predominância da população negra amedrontava a elite branca. Grande parte dos cativos veio dos navios negreiros para a mineração, enquanto outra parte importante era procedente do Nordeste, aqui chegando junto com os colonos, comerciantes e fazendeiros baianos, pernambucanos e portugueses. Entre 1721 e 1722 já havia uma população cativa estimada em 45.554 negros, número que teria chegado a 95.366 em 1745, mais que dobrando em 1786 quando eram cerca de 176.000.⁴ Parte dessa numerosa população, ávida de liberdade, rapidamente se dispersou pelo território das Minas, por centenas de quilombos, onde a reprodução certamente era muito maior do que nos ambientes de duro trabalho imposto pelos senhores. Assim, as estimativas disponíveis não guardam precisão pela impossibilidade de registrar as populações dos inúmeros quilombos que se espalharam no território.

De Portugal vieram milhares de migrantes pobres, da elite e mais ainda das camadas intermediárias, sobretudo porque sabia-se que o investimento para garimpar o ouro era muito baixo (uma bateia podia ser suficiente) e isso estimulava a vinda de migrantes pobres expulsos de sua terra natal (região do Minho) ou desocupados. “Assim, se o noroeste português se tornou uma fonte quase inesgotável de trabalhadores, a Colônia, por sua vez, tornou-se um mercado atrativo para os que não tinham muito dinheiro para investir na atividade econômica”⁵

Minas viveu rapidamente uma série de desbravamentos e ocupações desordenadas que mobilizavam migrantes do resto do Brasil e do exterior, a ponto de tornar-se a mais populosa das capitania, enquanto as capitania vizinhas (assim como Portugal) temiam o despovoamento dada a força de atração que o ouro representava.

São várias as circunstâncias territoriais de efeitos de longa duração que emolduraram a capitania no setecentos: a Guerra dos Emboabas, a descoberta de diamantes, a diversificação da economia, o Tratado

⁴ LIBBY, Douglas Cole. As populações escravas das Minas setecentistas: um balanço preliminar. In: RESENDE, Maria Efigênia Lages e VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*. Belo Horizonte; Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, v. 1.

⁵ IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Brasil 500 anos. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/portugueses/imigracao-de-transicao-1701-1850.html>. Acesso em: 29 nov. 2019.

de Madrid e a crise da mineração da segunda metade do século. Cada uma dessas circunstâncias foi cotejada por movimentos populacionais significativos.

A Guerra dos Emboabas, entre 1707 e 1708, contracenou paulistas *versus* nordestinos e portugueses (chamados de emboabas) em torno do direito de exploração das minas, supostamente de “propriedade” dos paulistas que se autoproclamavam os verdadeiros descobridores do ouro, apoiados pelo fato de que a região das minas pertencia à Capitania de São Paulo. Os baianos e pernambucanos, moradores de colônias vizinhas mais antigas e mais populosas, galgaram seus vales fluviais e, em pouco tempo, estavam minerando e prosperando na busca do ouro. Além disso, iniciavam o estabelecimento de fazendas de criação de gado nos rios São Francisco e Velhas, plenamente navegáveis e ladeados de caminhos que davam acesso a Sabará, Mariana, Vila Rica e arredores. Os conflitos e escaramuças iniciaram-se em 1706 e gradativamente os emboabas foram perdendo o medo dos paulistas até a explosão das batalhas de Cachoeira do Campo e, um pouco depois, nas proximidades da atual São João del Rei, outras refregas que culminaram no episódio do Capão da Traição, com a morte de cerca de 300 paulistas após rendição às tropas de Bento do Amaral. A partir daí os paulistas saíram de Minas e foram em busca de outras descobertas em Goiás e Mato Grosso. O grande número de nordestinos e portugueses deixou os paulistas inferiorizados numericamente, a despeito de serem adestrados para combates, geralmente acompanhados de índios cativos e mestiços mamelucos que compunham a maioria dos efetivos dos bandeirantes.

Com o fim da Guerra, os nordestinos e portugueses se estabilizam na região das minas ao lado de seus escravos crescentemente numerosos. Enquanto a presença administrativa da Coroa se impõe mais fortemente, regulamenta a cobrança do quinto, a despeito da grande dificuldade de administrar território tão vasto e cercado de hostilidades. A capitania de São Vicente é desmembrada e surge a capitania de São Paulo e Minas de Ouro e a capitania do Rio de Janeiro, ambas sob o controle mais direto lusitano. Com isso, a região foi relativamente pacificada e aumentou significativamente a produção de ouro, a despeito da ampliação do contrabando por múltiplas rotas, particularmente pelos grandes rios em direção a Bahia.

Poucos anos após a Guerra, mais precisamente em 1714, foram criadas as primeiras divisões territoriais com a divisão da capitania em três comarcas, a de Ouro Preto, a do Rio das Velhas e a do Rio das Mortes.

Posteriormente novas demarcações fizeram surgir a Comarca do Serro Frio. Com o aumento da população, das frentes de expansão e da diversificação das atividades econômicas, em 1720 foi necessária uma nova redivisão territorial com a criação da Capitania de Minas Gerais.

Multiplicaram-se as vilas e arraiais, geralmente postados em torno de lavras e caminhos. A abundância de recursos naturais incentivou o crescimento demográfico e a vinda de muitos migrantes, que contribuíam para fazer florescer um complexo de localidades de características urbanas, repletas de disputas, violência e insubordinações, sem paralelo na América Portuguesa.

A ocupação de áreas rurais férteis foi uma consequência da necessidade de aumentar o abastecimento na região mineradora. Essas áreas passaram a fornecer alimentos, matéria-prima e produtos artesanais por uma intrincada rede de caminhos que articulavam os povoados do ouro e estabeleciaam acesso aos portos do Rio de Janeiro e de Salvador, de onde vinham os produtos importados de produção proibida na colônia. Do caminho para São Paulo, chegavam tropas do sul do país com boiadas e outros produtos avidamente consumidos na região central mineira.

A agricultura e a pecuária desenvolviam-se fortemente na região das minas. Guimarães (1987)⁶ ressalta que com o passar dos anos multiplicaram-se as roças, aumentou a produção e o comércio, juntamente com o incremento da população fixa e da circulante, da mesma forma que recrudescia a sanha fiscal da metrópole. A pecuária, atividade muito significativa quando permanente, ocupava os vales fluviais de Minas Gerais.⁷

Essa avidez de Portugal pelo ouro de Minas e as tentativas de repressão ao contrabando talvez sejam o móvel principal do clima de insegurança e violência que existia na região, afinal ricos e pobres estavam submetidos às exigências da Coroa e a insubordinação era tentadora diante de situações de flagrante injustiça que frequentemente irritavam os mineiros.

⁶ GUIMARÃES, Carlos Magno e REIS, Liana Maria. Agricultura e caminhos de Minas. *Revista do Departamento de História*. FAFICH/UFMG. V. 4, p. 85-99.

⁷ Caio Prado Júnior define a área de maior adensamento populacional à época em Minas como sendo aquela localizada “numa faixa que se estende de sul a norte, da bacia do rio Grande às proximidades das nascentes do Jequitinhonha, mais ou menos entre os pontos em que se formam a vila de Lavras e o arraial do Tejuco” (Prado Júnior 1973, p. 57).

A Revolta de Vila Rica (1720) foi um desses exemplos, e viria influenciar mais tarde a Inconfidência Mineira. A revolta do minerador Felipe dos Santos, acompanhado por cerca de 2 mil homens, foi uma reação contra a carestia, os abusos das autoridades, os impostos escorchantes e a exigência da fundição do ouro em pó na Casa de Fundição. A redução da liberdade dos mineradores e a suspeição de descaminho do ouro em pó tornou-se inaceitável e o motim contra o Conde de Assumar chegou a ser vitorioso. Contudo, após a deposição das armas dos revoltosos houve prisão e deportação de vários dos amotinados e esquartejamento do corpo de Felipe dos Santos em Vila Rica. Esse foi um dos motivos que fizeram a Coroa aumentar a fiscalização dos caminhos às minas e criar no mesmo ano a Capitania de Minas Gerais.

A circulação de pessoas aumentava e novos conflitos tornavam muito turbulenta a região, com cenas de banditismo e vadiagem, salteadores nos caminhos e matas, pequenas sedições, brigas em tabernas e vendas, revoltas no campo, furtos e bebedeiras, corrupção envolvendo autoridades reais, rebeliões escravas etc.

Os quilombolas eram particularmente temidos porque há vários relatos que associam alguns deles com garimpos clandestinos, roubos de ouro, diamantes e mantimentos. Os quilombos eram difíceis de erradicar dado o caráter provisório dos assentamentos, geralmente de pequeno tamanho, mas muito bem articulados, protegidos e solidários, sendo muitos deles próximos das “vendas” das periferias dos núcleos urbanos, onde sua frequência era protegida pelos vendeiros, local de transações comerciais, festejos etc.

O Caminho Novo e as ordens régias de restrição à circulação tornaram essa rota a mais relevante desde a sua constituição, dada a grande redução de tempo de viagem até a região das minas em relação ao Caminho Velho. Foi um facilitador para a crescente vinda de imigrantes para o sonhado eldorado, mas também atraiu vários bandos de salteadores bem organizados em diferentes paragens do caminho por décadas.

Portanto, a numerosa população negra foi protagonista nas Minas do ouro, pela ação transformadora decisiva no trabalho nas lavras, na mineração (muitos africanos conheciam técnicas de metalurgia) e na construção pesada, mas também por ter sido bem-sucedida nos inúmeros planos de fuga e consequente fundação de centenas de quilombos nos vastos espaços vazios da capitania. Foi assim que uma significativa população, após ser forçada a migrar desde a África até o Brasil, rea-

lizou migração interna em busca de áreas despovoadas na capitania, constituindo quilombos, vários deles existentes até a atualidade.

De todo o modo, a natureza do trabalho escravo na região das minas, embora cruel, diferia significativamente da lida nos canaviais do Nordeste. Celso Furtado, em seu *Formação econômica do Brasil*, chega a afirmar que em Minas “o trabalho escravo, por sua organização geral se diferencia amplamente da economia açucareira. A [...] forma como se organiza o trabalho permite que o escravo tenha maior iniciativa e que circule num meio social mais complexo. Muitos escravos chegam mesmo a trabalhar por conta própria, comprometendo-se a pagar periodicamente uma quantia fixa a seu dono, o que lhes abre a possibilidade de comprar a própria liberdade.”⁸

A região central é contígua ao Alto Jequitinhonha, que foi importante na atração de população que estava sempre em busca de novas lavras, por meio de extrações legais ou garimpos clandestinos⁹ na região do Serro Frio e rio Araçuaí. A procura de lavras distantes dos lugares mais fiscalizados resultou num movimento de garimpeiros do alto Vale do Jequitinhonha em direção a áreas localizadas nas proximidades de Minas Novas,¹⁰ no médio Jequitinhonha, Itacambira, Rio Pardo e Grão Mogol, mais a norte da bacia do mesmo rio. Alguns dos aglomerados que surgiram passaram a integrar a rede de localidades que começou a se esboçar no século XVIII. Mais tarde, com o relaxamento do Regimento Diamantino, esses lugares desenvolveram as atividades comerciais como complemento à mineração. O abastecimento interno, suprido pelos produtores dos vales fluviais vizinhos à região central desde meados do século XVIII, trouxeram um movimento significativo nos caminhos existentes, estimulando a abertura de novas rotas. Ressalte-se que, ainda no século XVIII, a rede de caminhos já articulava povoados como Pedra Azul, Águas Vermelhas, São João do Paraíso, Medina e Comercinho, que recebiam migrantes da Bahia (es-

⁸ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 10a. ed., 1970, p. 73

⁹ O termo garimpeiro tem origem na palavra “grimpa” que quer designar “o ponto mais alto; cocuruto, crista” do relevo, onde estes trabalhadores clandestinos escondiam-se quando perseguidos, devido ao caráter ilegal da sua atividade. Cf. Santos (1976, p. 77) e Salomão (1984, p.42).

¹⁰ Ainda no século XVIII, a região de Minas Novas tornou-se um centro garimpeiro, além de produtora de alimentos e entreposto comercial, dividindo então com o alto Jequitinhonha a polarização do Vale.

pecialmente de Vitória da Conquista e arredores) à procura de terras adequadas à agropecuária (algodão, cana e pecuária).

A descoberta dos diamantes relatada à Coroa em 1727 foi outro momento de euforia para D. João V. Imediatamente o Arraial do Tejuco, integrante da Comarca de Serro Frio, tornou-se uma possessão real demarcada em mapa. Surgia o Distrito Diamantino e o monopólio real de extração das pedras preciosas. A região ficou sob circulação restrita por quase 100 anos, embora o sistema adotado de extração tenha sido alterado em 1740, quando a Coroa instituiu o regime de contratação de particulares para a exploração. A ideia era atuar bem mais rigidamente do que nos tempos da descoberta do ouro, com o controle severo de quem entrava e saía na demarcação, proibindo a presença de alforriados e aventureiros. De fato, Portugal conseguiu usufruir por cerca de 70 anos da abundância de diamantes, chegando a fazer com que seu preço no mercado internacional declinasse.

As proibições no Distrito Diamantino eram severas, mas a restrição da exploração e controle da entrada e saída não funcionou efetivamente, pois a presença numerosa de escravos negros era essencial para os trabalhos de mineração nos córregos, o que implicava expansão da mestiçagem (o vilarejo cresceu muito e viria se tornar uma das principais vilas de Minas após a Independência). Paralelamente, vários negros alforriados, negros fugidos e garimpeiros clandestinos se instalaram em diversos pontos da vasta Serra do Espinhaço, impondo dificuldades intransponíveis para a fiscalização proveniente de Vila Rica. Soldados não conseguiam combater o garimpo clandestino nos diversos morros da região, pois não raro encontravam mais de 200 homens nas grimpas dos morros, armados e dispostos a recebê-los a tiros. Os relatos da época diziam que era muita gente armada, pronta para receber a bala os soldados. Se insistissem na fiscalização os numerosos garimpeiros desceriam dos morros e ateariam fogo nas cabanas dos soldados nos quartéis.¹¹ Diante desse quadro, era prudente para as autoridades fazer vistas grossas para a mineração clandestina nos tantos riachos da Cordilheira do Espinhaço, e contentar-se com os ganhos da Extração Real, que foram extraordinários por muito tempo.

Assim, apesar das proibições na Demarcação do Tejuco, milhares de garimpeiros migraram para as cercanias, como na serra de Santo Antônio do Itacambirussú, atual Itacambira. O objetivo era o rápido

¹¹ Ver SOUZA, Laura de Mello e. *Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006, p.142.

enriquecimento, dada a abundância dos diamantes. De forma semelhante, vários quilombos promovidos por negros, que sabiam garimpar e conheciam o valor das pedras preciosas, foram se disseminando nas serras e proximidades de nascentes e córregos que abastecem o rio Jequitinhonha.

De todo o modo, a população crescia em Minas, mas o ouro de aluvião começava a diminuir, o que estimulava a migração de vários mineradores da região central não só em busca de novas lavras (como em Minas Novas, Abaeté, Grão Mogol, Araçuá etc), mas também à procura de terras que poderiam constituir fazendas à medida que fossem ocupadas e utilizadas para a agropecuária, notadamente no oeste de Minas. A partir de 1740 se inicia um processo de redistribuição espacial da população, com a busca de alternativas de sobrevivência das famílias, e o confronto com outras populações que já ocupavam parte do Oeste: os quilombolas e os índios.

Nesse período Portugal incentiva a ocupação das terras do oeste em face do fim do Tratado das Tordesilhas com o advento do Tratado de Madrid assinado com a Espanha. Baseado no princípio do “*Uatis Possidetis*”, acelerou-se a colonização do Brasil com fim do Tratado de Tordesilhas. Em 1750, o Tratado de Madrid foi um feito de Alexandre de Gusmão a favor de Portugal e do Brasil futuro, pois expandiu imensamente as fronteiras do Brasil Colônia. Profundo conhecedor do território, convenceu os espanhóis a aceitar as divisões naturais (quando mapas eram proibidos e muito valiosos). Portugal abandonava suas pretensões no Prata se a Espanha se abdicasse da soberania sobre a Amazônia (inicialmente explorada pelos castelhanos). Em troca Portugal entregaria a Colônia do Sacramento, trazendo a fronteira para a lagoa Mirim. O mapa do Brasil de hoje é pouco diferente daquele de Gusmão.

Em Portugal, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, em sintonia com as tendências modernas da época, incentivava o aumento demográfico como um meio poderoso de gerar a riqueza das nações. Na segunda metade do século, portanto, Minas viveu um amplo processo de redistribuição da população pelo território, quando as relações entre a administração em Lisboa e a elite colonial local melhoraram, porquanto o Marquês, estrategicamente, utilizou-se de mineiros para auxiliar a administração metropolitana.

Os dados de Pedro Xavier, organizados na **Tabela 1** deixam mais evidente o tamanho da população de Minas e a contribuição do afluxo de cativos à região das Minas. Ao lado da supremacia da população mas-

culina sobre a feminina em todas as quatro comarcas, especialmente nas comarcas de Vila Rica e Serro, fica evidente o predomínio da população negra (formada de cativos e forros) em todas as comarcas, mesmo na Comarca de Rio das Mortes (52,3%), mais ao sul. Impressiona também a baixa expressão da população masculina branca se comparada com os mulatos (pardos) e pretos, porquanto chega a ser menos de 15% na região de Sabará (14,3%) e apenas 15,8% na comarca que sediava a capital, Vila Rica. Na comarca do Serro, onde os controles da Coroa eram mais severos no Distrito Diamantino, é provável que isso tenha resultado na maior presença de homens brancos. Enquanto na região de São João Del Rei, o comércio e a diversificação das atividades econômicas podem explicar a maior presença relativa branca (32,5%).

No tocante à população feminina as proporções diferem das dos homens. Em primeiro lugar pela presença menos numerosa de mulheres negras, só majoritárias em Vila Rica (52,7%), embora se somadas com as mulatas ultrapassassem de longe o percentual de mulheres brancas. Aqui já fica evidente o processo de mestiçagem que a região das Minas experimentara até 1776. A mestiçagem e o concubinato eram mais altos diante das interdições aos casamentos “inter-raciais” e da falta de mulheres brancas. As altas proporções de pardas em Rio das Velhas e Serro demonstra a presença mais intensa do concubinato e a consequente mestiçagem (há, inclusive, proximidade das proporções de pardas e pretas nessas Comarcas).

Tabela 1 - Taboa dos Habitantes da Capitania de Minas Gerais (1776)

Comarcas	Homens					Mulheres					Total Geral
	Brancos	Pardos	Pretos	Subtotal	10%	Brancas	Pardas	Pretas	Subtotal	10%	
Rio das Velhas	14,33	28,18	57,49	60.366	14,654	43,93	41,42	39,210	99.576		
Rio das Mortes	32,49	15,20	52,30	50.091	41,753	25,02	33,23	32.690	82.781		
Vila Rica	15,76	16,03	68,21	49.789	16,761	30,56	52,68	28,829	78.618		
Serro	22,60	20,78	56,62	39.395	24,537	36,615	38,85	19.399	58.794		
Soma	20,88	20,43	58,69	199.641	58,179	82,926	49,93	120,128	319.769		

Fonte: Pedro Xavier da Veiga. *Ephémérides Mineiras*, 1778, p. 194 (Dados Trabalhados)

Foram, então, muito fortes os efeitos diretos e indiretos das migrações forçadas de longa distância de negros africanos nas Minas do ouro. Contudo, os maus-tratos infligidos contra essa população incentivavam a possibilidade de fuga e constituição de quilombos, ou seja, migrações internas para paragens desconhecidas da grande capitania das Minas Gerais.

Para exterminar tantos quilombos foram criadas algumas expedições de guerra contra esses assentamentos e contra alguns poucos remanescentes indígenas no Alto São Francisco e arredores. Nas proximidades da atual São Gotardo e Ibiá havia o famoso quilombo do Ambrósio que chegou a contar com milhares de negros, contra o qual foram enviados 400 homens para desmantelá-lo. Nesse combate, em 1746, os homens do governador José Antônio Freire de Andrade parecem ter sido bem-sucedidos. Contudo, os fazendeiros ocupantes das novas terras queixavam-se do medo de seus agregados uma vez que o Ambrósio ressurgira. Somente em 1759, após meses de luta, destroçaram finalmente as choças que compunham o famoso quilombo.

Contudo, nos sertões de Minas existiam muitos outros quilombos e a Coroa procurou dizimá-los oferecendo terras para quem fosse vitorioso na empreitada. Essas lutas duraram décadas a partir do período de 1740-1760. Os governadores Luís Diogo Lobo da Silva e José Luís de Meneses concederam centenas de sesmarias nesse período à medida que os quilombos eram desmantelados.

Em 1770, aumentaram os esforços para destruir outros quilombos, como os do Campo Grande, Indaiá, Pedra Menina e Abaeté em 1769 e o de Tamanduá e de Bambuí, o que aconteceu efetivamente com as expedições vitoriosas organizadas por Inácio de Pamplona e consequente distribuição de cartas de sesmarias para si e vários expedicionários. Pamplona tornou-se um potentado, dono de vasta extensão de terra na região próxima do atual Triângulo Mineiro.¹²

Reis e Valadares, examinando a população das Minas setecentista, nos diz que se tratava de “um complicado mosaico de grupos e raças, de imigrantes brancos e de uma segunda e terceira gerações de americanos natos, de escravos recém-chegados e daqueles aqui nascidos em cativeiro” (2012, p. 123). Era, portanto, muito pronunciada a miscigenação, o que resultou na presença de “pardos” em cargos públicos e

¹² Ver SOUZA, Laura de Mello e. *Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p.114-117.

até em mobilidade social de não portugueses, o que causava estranheza aos lusos recém-chegados. (COSTA, 2019)

Com a expansão da vida urbana, escravos chegaram a acumular alguma riqueza e erigir igrejas por meio de suas irmandades, enquanto os mestiços podiam ascender socialmente por meio de suas habilidades artísticas e artesanais (eram carpinteiros, pedreiros, ferreiros, alfaiates, mercadores, músicos, escultores ou pintores).¹³ Além desse grupo, havia os funcionários, padres e brancos não senhores, que ensaiavam nas cidades mineiras a emergência de uma classe média.¹⁴

Esse quadro se alterou com a substituição de Pombal e o recrudescimento das relações entre a Coroa e os mineiros. A situação foi ficando tensa com as ameaças de devassa e de exigências descabidas de arrecadação. Isso incomodou muita gente da elite e a ideia de rebelião começou a propagar, inclusive porque os mineiros possuíam, há muito tempo, um sentimento de liberdade muito forte. A rápida expansão do povoamento e a proliferação de arraiais e localidades com características urbanas aguçou essa característica com a diversificação da economia e da sociedade mineira. Manifestações de inconformidade contra os abusos da Coroa foram muitas.

A Inconfidência Mineira foi uma tentativa na qual os rebeldes pensavam em criar um novo país independente de Portugal, sem restrições à industrialização e à exploração de seus recursos naturais. A derrota do movimento e a prisão de Tiradentes, alferes Joaquim José da Silva Xavier, e a condenação de parte dos inconfidentes ao degredo, gerou comoção e estimulou a dispersão de vários moradores dos cen-

13 Villalta (1998) nos diz que “a vida urbana nas Minas obedecia, assim, a máxima da valorização das “aparências”. Isto valia tanto para os comportamentos relativos à religião, como para aqueles referentes à moral sexual. No campo da moral sexual, o custo e a burocracia do processo matrimonial, a busca incansável de riquezas, a existência de padrões morais diversos nascidos da heterogeneidade étnica, o racismo, o escravismo, o patriarcalismo, o perfil demográfico da sociedade mineira e a vigência do princípio de igualdade (os cônjuges deviam ser iguais na cor, no status, nas posses, na honra) na escolha do cônjuge afastavam os mineiros do casamento e, inversamente, facilitavam as uniões esporádicas, instáveis e ilícitas” (VILLALTA, 1998, p. 19).

14 O surgimento de uma classe média no Brasil colonial não é exclusividade de Minas Gerais. Barreto e Paim (1989) relatam que em Pernambuco ela se compunha de “comerciantes, padres, brancos portugueses e brasileiros; na Bahia, por artesãos, oficiais, soldados, padres, brancos e mulatos” (BARRETO e PAIM, 1989, p. 36).

etros mineradores para territórios mais distantes dos braços da Coroa (RODRIGUES, 1986).

Tudo indica que a repressão aos conjurados provocou não só a dispersão de parte expressiva da população, bem como o retorno de aventureiros para suas áreas de origem ou para o Rio de Janeiro, a capital. Assim, os viajantes que passavam pelas vilas do ouro no século XIX anotavam que elas não eram tão prospertas como antes, embora houvesse um relevante fluxo comercial. Talvez não percebessem que o sul de Minas florescia e se diversificava economicamente, ao receber imigrantes da região central e articular-se com São Paulo e Rio de Janeiro para abastecimento e exportação de gêneros. Estava se dando a transição de uma economia com forte ênfase na mineração para um padrão associado à produção de alimentos, comércio e artesanato.

MOVIMENTOS DA POPULAÇÃO E ASPECTOS ECONÔMICOS NO SÉCULO XIX

Por muito tempo, a historiografia convencional difundiu a ideia de que Minas depois do “ciclo do ouro” teria ingressado em um longo período de letargia, perda de população e estagnação. Na verdade, uma série de estudos realizados na UFMG mostram que Minas viveu no século XIX um padrão mais lento de crescimento, sobretudo se comparado com períodos do século anterior de imigração e crescimento demográficos extraordinários. Na verdade, ao longo do século XIX Minas manteve um crescimento relativamente alto, em torno de 2,3% ao ano, muito superior à média do país, como mostram os censos de 1872, 1890 e 1900 e as estimativas de Mortara (1941), Marcílio (1973) e Rodarte (2008).

É provável que a ação repressiva da Coroa, particularmente contra Tiradentes, tenha causado não só comoção na capitania, mas tenha arrefecido os ânimos da população. A crença de que Minas ingressara em profunda decadência econômica e demográfica pode ter sido associada ao declínio verificado nesse período que vai do enforcamento e esquartejamento de Tiradentes em 1792 até a chegada da família real em 1808. Há evidências nesse sentido? O trabalho de Stumpf (2017, p. 535) sinaliza para essa possibilidade ao mostrar dados do crescimento da população mineira à época. O único período de crescimento demográfico quase nulo (0,2% a.a.) foi o de 1786 a 1805, quando a população total teria crescido muito pouco de 393.968 habitantes para

407.504. Depois desse período, durante todo o século XIX a população mineira cresceu a taxas muito mais elevadas.

Assim, a Capitania prosseguia sua expansão territorial ao lado do incremento da indústria, da siderurgia e da agropecuária. Sem isso não se explicaria a presença do maior plantel de escravos do país em grande parte do século, conforme mostrou Martins (1980).¹⁵ Posteriormente Clotilde Paiva observou que emergia na economia mineira um quadro de “produção diversificada com um razoável grau de mercantilização e de complexa estruturação” (Paiva, et al., 1985, p. 21).

Dados de Stumpf (2017) nos dizem que em 1821 a população escrava representava 35,6% da população total na Comarca de Vila Rica, 39,8% na Comarca de Rio das Mortes, 32,1% na Comarca de Rio das Velhas e 29,5% na Comarca de Serro Frio. Esses números se comparados com as proporções da *Tabela 1* mostram que diminuiu significativamente a proporção de escravos na população total entre 1776 e 1821. A *Tabela 2* indica que a maioria dos cativos em 1821 era mulata (pardos), com uma presença de mulheres significativamente maior que a dos homens. A redução significativa de escravos homens negros (12,8% do total) revela uma grande diminuição da importação de mão de obra africana no período, sinalizando, portanto, para a ideia de estagnação, enquanto a presença de 22,6% da população total composta por mulheres, cativas, sobretudo mulatas, sinaliza para um forte processo de miscigenação. Evidentemente, falta ainda a população forra, incluída no total, o que leva a crer que a população afrodescendente foi de fato muito significativa em Minas por muito tempo.

15 Em Minas, a terra era abundante e barata. Boa parte da província não tinha proprietários formais e o acesso à terra, enquanto meio de subsistência, estava ao alcance de todos. Assim, não havia oferta voluntária de trabalho assalariado. Daí o recurso ao trabalho escravo e a difícil remoção dessa instituição mais tarde (MARTINS, 1980, p. 328-348). Em 1873 Minas detinha 24,7% dos escravos do País.

Tabela 2 – População de homens e mulheres cativos de Minas Gerais e população total em 1821

1821	Homem	Mulher	Cativos	População Total
Pardos	12.105	104.115	116.220	
Pretos	9.772	55.890	65.612	514.038
Total	21.887	160.005	181.882	

Fonte: Stumpf, Roberta Giannubilo. Minas contada em números – a capitania de Minas Gerais e as fontes demográfica (1776-1821). *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. Belo Horizonte, v. 34, p. 529-548, set/dez. 2017.

Vale observar, que Minas voltaria a importar uma enorme quantidade de escravos negros homens, com a expansão da cafeicultura a partir da década de 1830 e com a continuação da diversificação da economia nas comarcas e termos.

Outra estimativa de população, particularizando as comarcas, foi realizada por Laird Begard, brasiliânista que escreveu sobre a população mineira. Seus dados (Tabela 3), ligeiramente discrepantes dos vistos anteriormente, confirmam o recuo demográfico nas comarcas antes populosas de Vila Rica e Serro Frio, embora registre clara expansão das duas outras, Sabará e Rio das Mortes.

Tabela 3 - População de Minas Gerais por comarcas, participações relativas e taxas anuais de crescimento- 1776 - 1821

Comarcas (limites de 1776)	1776	%	1808	%	1821	%	Taxas Anuais de Crescimento
Vila Rica	78.618	24,0	72.286	16,7	78.863	13,6	-0,3% 0,7%
Rio das Mortes	82.781	24,2	154.869	35,8	236.547	40,7	2,0% 3,3%
Sabará	99.576	29,1	135.920	31,4	171.080	29,5	1,0% 1,8%
Serro Frio	80.894	23,7	69.974	16,2	94.296	16,2	-0,5% 2,3%
Total	341.869	100	433.049	100	580.786	100	0,7% 2,3%

Fonte: BEGARD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru: EDUUSC, 2004.

Entre 1776 e 1821, confirmando os dados da Tabela 2, fica claro que houve uma estagnação de crescimento demográfico em comarcas relevantes do século do ouro, embora depois de 1808 as taxas de crescimento se mostraram francamente positivas, o que resultou no alto crescimento de 2,3% de Minas Gerais entre 1808 e 1821.

O fato é que desde a fixação da família real no Rio de Janeiro, a então capitania de Minas Gerais dava sinais de recuperação do ânimo econômico, sobretudo com o desenvolvimento em suas áreas meridionais, seja na Região Sul, seja nos sertões de Leste, em processo de desbravamento conforme orientação do príncipe regente D. João VI. As evidências indicam um processo de desconcentração de atividades econômicas com a perda de relevância da região central mineradora diante do crescente incremento do Sul de Minas e em especial da Zona Mata, onde já nos anos de 1830 a cafeicultura iniciava a sua formidável expansão.

A dispersão da população, iniciada desde o século VIII, produzia dinâmicas econômicas e demográficas diferenciadas e peculiares regionalmente em um quadro de diversidade econômica, a despeito de as regiões serem pouco integradas espacialmente: com áreas de subsistência, de pecuária, de produção de tipo camponesa e áreas de crescente produção para o mercado externo com o advento da cafeicultura.

Muito se discutiu sobre o suposto caráter fechado da economia mineira pelo menos até 1850. Contudo, a visão que vem prevalecendo é a da presença de setores dinâmicos vinculados à exportação, que davam sustentação à agricultura comercial e produziam efeitos diversos sobre outros setores. Ademais, a produção de ouro não desapareceu e o diamante experimentou um novo surto entre 1830 e 1860, embora menos intenso do que o da época da descoberta em Diamantina.¹⁶ Outros estudiosos enfatizam a relevância da indústria de transformação, com a ocupação de milhares de trabalhadores na produção têxtil e na fabricação de vários tipos de ferramenta derivadas do processamento do ferro fundido em muitas pequenas forjas. Assim, reduzia-se a dependência estrangeira e aumentava a característica de autossuficiência regional.

16 A mineração de ouro perde dinamismo, mas não desparece e nem a população se esvai. Os vales do Paraopeba, Grande, Doce e Jequitinhonha são povoados [...] tanto por garimpeiros, escravos e homens livres de Vila Rica, São João Del Rei, Sabará e Itabira, quanto por novos [...] imigrantes [...] nordestinos. (MATOS, 2011, p. 48).

Muitos migraram para áreas rurais mais ou menos próximas de caminhos que levavam às maiores cidades. Com isso, parte da grande província se isolou de mercados externos, com baixa produção de excedentes, embora as regiões de Barbacena e São João del-Rei tenham abrigado praças comerciais que exportavam para a Corte carioca latícios, carnes e gado. Minas provavelmente possuía duas indústrias líderes no país em vários momentos do século XIX: a têxtil, que ocupava expressiva quantidade de mulheres, e a siderúrgica, outra manufatura estratégica, que ocupava muita mão de obra escrava (MARTINS, 1981).

Em relação à produção têxtil mineira, Libby (1988) a divide em duas fases: a primeira, na primeira metade do século, teria predominado a fabricação doméstica, e envolvia sobretudo a população feminina, época de abundância de algodão; a segunda, a partir de 1880, houve a presença de máquinas e a utilização majoritária de mão de obra livre. Para o autor, o setor foi a maior indústria de transformação de Minas no século XIX, chegando a ocupar mão de obra jovem e órfã, e viabilizar uma gradual transição do trabalho escravo para o assalariado.¹⁷

As características de relevo ondulado, que encarecia o custo dos transportes em Minas, incentivou o isolamento, que, por outro lado, teria sido importante para garantir a proteção e a expansão do mercado interno, algo que Douglas Libby denominou de caráter insular (LIBBY, 1988). A despeito de isolada do litoral, a dinâmica interna da economia de subsistência mercantil viabilizou até o abastecimento de gêneros alimentícios à Corte (LENHARO, 1993). Além disso, a província possuía uma rede de localidades articulada por uma miríade de pequenas cidades e povoados que propiciou a expansão de um notável sistema de circulação mercantil, apesar do relevo. Ademais, contava com abundância de matérias-primas requeridas por várias indústrias, e abundância de mão de obra e recursos hídricos utilizáveis na geração de energia hidráulica e elétrica.

¹⁷ O autor chama atenção para algumas características do setor. Era comum o cultivo e venda de algodão em rama por toda a província, o que aponta para a ampla difusão da atividade. Sua análise dos Mapas de População de 1831-1840 indica que o conjunto de fandeiras profissionais superavam em larga medida a de tecedeiras. Além disso, verificam-se evidências de laços de integração regional entre distritos especializados em fiação, que supriam outros especializados em tecelagem, e locais especializados em certos tipos de confecção. O crescimento do setor é visto no “Relatório do Presidente” de 1846, ao registrar o pedido de quatro municípios com relevante fabricação têxtil – Piranga, Barbacena, São João del-Rei e Aiuruoca – para a construção de estradas para escoamento da produção. (ver COSTA, 2019).

A expansão da cafeicultura na Zona da Mata, antes do seu avanço para o Sul de Minas, foi tão vigorosa em meados dos oitocentos, que a partir do fim do tráfico negreiro em 1850, a atração de migrantes negros de outras regiões aumentou, sobretudo de cativos comprados do Nordeste brasileiro, à época em situação de estagnação.¹⁸ Entre os dois primeiros censos (1872 e 1890), a economia primário-exportadora das regiões Mata e Sul absorviam migrantes nordestinos e, particularmente, da vizinha província da Bahia¹⁹ e “das áreas decadentes do vale do Paraíba, no Rio de Janeiro, que sofria uma desmobilização da mão de obra resultante da decadência do café” (Coelho et al., 1982).

Entre 1852 e 1870, Martins Filho (1981, p. 15) ressalta que a cafeicultura mineira na Zona da Mata cresceu mais velozmente do que em qualquer outra região do Brasil. Em seguida a rubiácea migrou para as terras do Sul de Minas e daí, rapidamente, até o planalto paulista, onde sua expansão vigorosa ultrapassou Minas. É nesse contexto que muitos pequenos senhores de escravos fizeram uma grande transferência interprovincial de cativos mineiros para o Oeste paulista.

Outra onda migratória que passou por Minas Gerais foi a de nordestinos entre 1877 e 1879, em razão da seca severa que a região viveu. “A cafeicultura mineira não tendo recebido aportes importantes de imigrantes estrangeiros, deve ter feito uso de mão-de-obra livre, tanto mineira como nordestina” (BALAN, 1973, p. 24).

O Brasil iniciou no século XIX uma política de branqueamento da população brasileira. Com a Lei de Terras em 1850 o Império começa a buscar o trabalhador branco europeu, “industrioso” e ordeiro (muitos alemães, poloneses e, sobretudo, italianos), para ocupar áreas vazias do território e substituir o negro na lavoura por meio de uma política migratória de caráter eugenista. O branqueamento e europeização do país foi uma política deliberada do governo, que contou com subsídios e a simpatia de muitos políticos e intelectuais. Italianos e espanhóis eram incentivados a vir para o Brasil, particularmente para a cafeicul-

18 Martins (1980) fez recontagem com os dados de 1872, e verificou a existência de reciprocidade nos fluxos de mão de obra escrava entre Minas e Rio de Janeiro. Adicionalmente, notou que muitos cativos mineiros em municípios limítrofes do sul de Minas próximos de São Paulo.

19 A Bahia, desde que o ouro tornou Minas Gerais o principal polo do continente (o que forçaria a mudança da Capital para o Rio de Janeiro), viveu uma emigração de baianos em direção a Minas, Rio de Janeiro e, depois, São Paulo.

tura paulista, enquanto os portugueses vinham em quantidades significativas para o Rio de Janeiro.

Políticos e parte da elite idealizava a eliminação do afro-brasileiro, com previsões de extinção de negros e mulatos, como se observou nos discursos proferidos por intelectuais brasileiros no I Congresso Universal das Raças, realizado em Londres, em 1911.²⁰ Essa possibilidade seria implementada pelo branqueamento dos mulatos por meio de um processo de eugenia.²¹ Em Minas Gerais, entretanto, a presença da mão de obra europeia foi pouco expressiva, especialmente se comparada com os estados do sul do país, São Paulo e Rio de Janeiro.

MINAS, RIO E SÃO PAULO

A Bahia fora extremamente relevante na cessão de migrantes para Minas Gerais por muito tempo e ao final do século XIX ainda era a segunda província mais populosa do Brasil. Contudo, as trocas populacionais de Minas vinham aumentando com as províncias vizinhas do sul. O processo de meridionalização mineira avançava.

O Rio de Janeiro absorvera parte expressiva dos migrantes de Minas Gerais no século XIX, dada a antiguidade das relações entre o Império e a província mais populosa do país. Todavia, o Censo de 1872 mostra uma alteração nas trocas Rio-Minas, com a presença significativa de mineiros em São Paulo. A inauguração do porto de Santos, a expansão cafeeira e a urbanização da cidade de São Paulo fizeram da então província a principal área de atração populacional do país. Perto de 40% do total de imigrantes nacionais presentes em São Paulo (a maioria de não escravos) eram naturais de Minas Gerais, secundados pelos nordestinos que alcançavam os 21%.

Em Minas, as ferrovias impactavam o perfil produtivo da economia. Os traçados e localização das estações de trens, além da mão de obra utilizada dinamizaram a ocupação do interior mineiro, especialmente nas áreas lindéiras das ferrovias e na Zona da Mata onde florescia

20 O médico carioca João Baptista de Lacerda expôs sua tese nesse Congresso, onde advogou a melhoria da raça brasileira pelo branqueamento por meio da miscegenação, o que traria a prevalência do traço da raça branca, supostamente dominante. Em Londres, intelectuais do mundo inteiro discutiram raça e progresso civilizacional, tema recorrente à época.

21 CAMPOS, Ana C. B. “Ser ou não Ser”: o dilema das identidades no Brasil. In: SINAIS - Revista Eletrônica. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.04, v.1, Dez, 2008. pp.03-25.

Juiz de Fora. Houve o surgimento e fortalecimento de várias cidades com o aumento da imigração e da geração de riqueza, a despeito da imensidão de Minas e de seus vazios demográficos. De outra parte, as ferrovias incrementaram as formas de abastecimento do Rio de Janeiro e dinamizaram durante algum tempo o padrão agro econômico da economia mineira. Ângelo (1991, p. 7) ressalta que, ao lado de importantes avanços no transporte ferroviário na década de 1870, dava-se uma marcante transferência de mão de obra escrava para a cafeicultura paulista, à custa de enorme sacrifício dessa força de trabalho.²²

De todo o modo, o tráfico inter-regional de cativos vinha sofrendo restrições diante dos impostos, aumento dos preços dos escravos, baixa reprodução em cativeiro, redução de seu efetivo, fugas, reações violentas de escravos contra maus tratos, além do avanço do movimento abolicionista. Com isso, tornava-se iminente o fim da escravatura e a disseminação do assalariamento, notadamente na cafeicultura paulista, com o uso intensivo da imigração estrangeira desde 1880. Nessa década, São Paulo torna-se a província cuja agricultura capitalizava-se fortemente, constituindo-se a principal área de migrantes estrangeiros, elemento essencial para o entendimento da expansão econômica posterior daquele Estado.²³

Em Minas, os migrantes estrangeiros tiveram participação importante em alguns ramos de atividade, como na construção da nova capital no final do século e nas indústrias de bens correntes de consumo, a exemplo das que proliferaram na principal cidade mineira da segunda metade do século, Juiz de Fora, a “Manchester Mineira”. Obras de infraestrutura a beneficiaram, como a da pavimentação da União e Indústria, e o transporte ferroviário, que faziam os migrantes permanecerem na cidade após as obras. Com isso, multiplicaram-se os estabelecimentos de serviços e de perfil manufatureiro-industrial, para além da cafeicultura, que lhe dera um caráter econômico autônomo.

22 Milhares de escravos vieram em navios do Norte e Nordeste do país, em condições iguais ou piores que as do tráfico africano. Para escapar dos impostos que “passaram a ser cobrados nos portos (a Bahia cobrava 200 mil-reis por peça que saía, 20% do valor do escravo), os traficantes tangiam bandos de 80 a 100 escravos acorrentados e descalços, a pé, pelo interior da Bahia e de Minas até o oeste paulista” (Ângelo, 1991, p. 7).

23 Minas Gerais “nunca se empenhou numa política imigratória, recebeu porcentagens mínimas do fluxo total (de imigrantes estrangeiros) apesar do café continuar sendo importante naquele estado” (BALAN, 1973, p. 14-16).

Quando Juiz de Fora despontava, em 1872, os dados do censo demográfico mostravam que Minas Gerais possuía 1.993.275 brasileiros habitando a província, dos quais 1.669.276 eram livres e 16,3% ainda eram escravos (324 mil). A presença de estrangeiros era pequena, principalmente se comparada com os números de São Paulo e Rio de Janeiro: eram 14.518 homens e apenas 3.997 mulheres, o que totalizava 18.515 pessoas. O número de migrantes internos nacionais também era pouco expressivo mas ultrapassava os estrangeiros, com a proeminência de cariocas (10.899) sucedidos pelos baianos (7.467).

Por outro lado, as migrações internas de negros e mulatos escravos eram antigas, o que introduziu uma alta proporção de mestiços, não obstante a predominância da população branca. Por exemplo, em Minas, havia muitas áreas quilombolas, geralmente em terrenos de acesso difícil e ainda pouco procurados pelos brancos e proprietários, já suficientemente estabelecidos em inúmeras fazendas e latifúndios adquiridos com a Lei de Terras de 1850. Ainda hoje, Minas ainda conta 275 comunidades remanescentes de quilombos, só ultrapassada pela Bahia com 718 áreas e Maranhão com 653, conforme o Instituto Palmares (dados de 2016).

Ao final do oitocentos, Minas se fazia principalmente por meio das “vozes da terra”²⁴ e seus interesses clientelistas, embora as alterações em potencial relacionadas principalmente às atividades siderúrgicas, têxtil, ferroviária, ao lado da pequena produção de energia elétrica, juntamente com a influência da mão de obra estrangeira imprimiam uma sensibilidade com o progresso e a transformação. Daí a discussão sobre a necessidade de uma nova capital, até a sua instalação em 1897, sob a égide de um projeto positivista, símbolo único de modernidade no Brasil à época (MATOS, 1992; DULCI, 1999; CARVALHO, 2005; AGUIAR, 2006, COSTA, 2019).

O caráter rural, tradicionalista e pouco dinâmico da economia mineira e a mudança do eixo de desenvolvimento a favor de São Paulo, começaram a alertar a elite mineira mais instruída, sobre a crescente perda de vitalidade econômica, o que provocou ações contra o atraso e a busca de alternativas de desenvolvimento. A mudança da capital, de Ouro Preto, para o sítio do Curral del Rei, era um dos projetos dessa elite.

24 Ver Carvalho, J.M. *Ouro, terra e ferro; vozes de Minas*. In: GOMES, Ângela, C (org.). Minas e os fundamentos do Brasil moderno. Editora UFMG. Belo Horizonte, 2005.

A despeito do atraso que se anunciava, qual era o peso demográfico de Minas diante do Brasil? A Tabela 4 faz uma súmula da participação de Minas Gerais no Brasil no período 1808-1890.

Tabela 4 – Distribuição proporcional da população brasileira segundo principais províncias selecionadas – 1808/1890

Províncias	1808	1819	1823	1854	1872	1890
Bahia	13.86	13.29	16.96	14.33	13.85	13.39
Ceará	6.60	5.59	5.05	5.02	7.27	5.31
Goiás	2.29	1.76	1.54	2.34	1.62	1.59
Minas Gerais	14.44	17.57	16.16	16.93	20.54	22.21
Paraná	-	1.67	-	0.94	1.28	1.74
Pernambuco	10.08	10.25	12.12	12.37	8.47	7.19
Rio de Janeiro	9.70	14.18	11.40	15.63	10.65	9.76
Rio Grande do Sul	3.60	2.56	3.79	2.62	4.38	6.26
São Paulo	8.27	6.63	7.07	6.51	8.43	9.66
Resto do Brasil	31.19	26.50	25.91	23.30	23.52	22.88
Brasil (100%)	2.424.463	3.596.132	3.960.866	7.677.800	9.930.478	14.333.91

Fontes: Estatísticas Históricas do Brasil – Fundação IBGE; Matos (1995)

NOTAS: (1) As estimativas de população do Século XIX têm as seguintes fontes: as de 1808 e 1823 são da "Memória Estatística do Império"; as de 1819 são do Conselheiro Velloso de Oliveira (excluem cerca de 800 mil índios); as de 1854 são do Senador P. Ferraz.

Entre 1808 e 1819 o Rio de Janeiro teve o maior aumento de sua participação relativa (de 9,7% para 14,2%) e a presença da família real na cidade explica esse incremento, mas ainda assim Minas detém a maior população do Brasil, embora tenha tido um aumento menor de sua participação relativa (de 14,4% para 17,6%). Em 1823, com a saída da Corte do país, o Rio de Janeiro perde participação (11,45%), tanto quanto Minas, que declinou para 16,16%, enquanto a Bahia evoluiu para 17,0% do total, ultrapassando Minas Gerais. Os viajantes que vieram a Minas nessa época registraram com muita veemência a aludida decadência da então província.

O crescimento da população brasileira continuou expressivo após a Independência, mas suportado por poucas províncias. Em 1854, as participações se alteraram, com a província mineira expandindo até os 16,9%, certamente graças às importações de escravos para a cafeicultura, secundada pelo Rio de Janeiro, a capital, com 15,6%, a Bahia com

14,3% e Pernambuco 12,4%. Em 1872, com os dados mais fidedignos do primeiro Censo moderno do país, Minas Gerais experimenta forte aumento de participação e permanece com a maior população do país 20,5% (momento em que a Zona da Mata prosperava), sucedida de longe pela Bahia (13,9%) e Rio de Janeiro (10,7%). São Paulo já detém alguma expressão (8,4%) mas longe ainda de Minas e Bahia. No segundo censo, Minas continuou aumentando sua participação, chegando a 22,2%, acompanhada de longe pela estagnada Bahia com 13,4%. Somente a partir daí é que Minas vai perder participação relativa, inclusive vivendo uma longa saga de 100 anos de perdas de população para São Paulo, Rio de Janeiro e resto do Brasil.

Como já se observou anteriormente, a participação do imigrante estrangeiro na composição da população mineira é pequena, como vários autores já sublinharam. Contudo, as regiões mais meridionais, como a Mata e o Sul, receberam muito mais imigrantes que as demais. Em Juiz de Fora, por exemplo, os dados da Hospedaria de Imigrantes de 1896 registravam a presença de 8.661 indivíduos, sendo 5.661 italianos e 2.808 espanhóis, a maioria homens.

O governo mineiro, tal como no resto do Brasil, também subsidiou a vinda de imigrantes estrangeiros, que se dispersaram por fazendas de café e áreas urbanas. O Decreto n. 612, de 1893, estabeleceu áreas específicas direcionados à atração de imigrantes, particularmente sobre a forma de colônia agrícola.²⁵ A política migratória progrediu na segunda metade dos anos de 1890, oscilando entre a ideia de povoar espaços vazios ou suprir a falta de mão de obra da cafeicultura. No entanto, a política migratória de Minas não absorveu grande quantidade de trabalhadores.²⁶

Entretanto, os principais núcleos de expansão econômica do país foram mantidos, em grande medida, por trabalhadores nacionais, desde

25 Belo Horizonte, inaugurada em 1897, possuía em sua planta original a zona urbana, a zona suburbana, e uma periferia que procurou atrair imigrantes estrangeiros sob a forma de colônias agrícolas. Várias delas foram ocupadas, mas com o avanço da urbanização mudaram de atividade e se transformaram em bairros da cidade.

26 Em 1898 existiam quatro núcleos coloniais mantidos pelo Estado: Rodrigo Silva, nas proximidades de Barbacena; Maria Custódia, no município de Sabará; Barreiros, nas proximidades de Belo Horizonte; e São João Del Rei. Esses núcleos concentravam uma população de 1.920 indivíduos, dos quais 1.360 eram estrangeiros. Ver BOTELHO, Tarcísio Rodrigues; BRAGA, Mariângela Porto; ANDRADE, Cristiana Viegas de. *Imigração e família em Minas Gerais no final do século XIX*. *Revista Brasileira de História*. vol.27, no.54 São Paulo, dez. 2007,

fins do Século XIX (MATOS, 1995). Foram eles que formaram grandes fluxos migratórios para a próspera cidade de São Paulo. Balan (1973, p. 20) reconhece que, a expansão demográfica paulista foi resultado da saída de mineiros e cariocas. Minas Gerais e o Rio de Janeiro eram províncias de grandes estoques populacionais. Para o autor, em Minas a “população se deslocava das antigas regiões mineradoras em direção ao sul e à zona da mata, incluindo tanto escravos quanto homens livres, atraídos pelo surto cafeeiro. A urbanização durante estas décadas (segunda metade do Século XIX), primeiro no Rio e em seguida em São Paulo, além do forte influxo estrangeiro, contou com importantes contribuições de migração interna”.

Ângelo assevera que muitos dos fazendeiros mineiros tornaram-se fortes em São Paulo, especialmente os do Sul de Minas que acompanhavam a “marcha do café”, levando consigo seus trabalhadores. Ângelo (1991, p. 10), salienta que nos anos de 1880 chegaram ao estado de São Paulo árabes, alemães, portugueses, judeus, italianos e “mineiros, muitos mineiros: 80% da população de Ribeirão Preto em 1882 era de mineiros [...]. Ao mesmo tempo caía o número de escravos”.

MINAS GERAIS ENTRE 1900 E 1950

Em 1891, enquanto se instalava a Comissão Construtora da nova capital, transcorria o Congresso Constituinte Mineiro, que além de promulgar a carta constitucional estadual procurava reorganizar os rumos do estado na jovem República. Nele discutiu-se a crise de mão de obra associada ao fim da escravidão e as saídas viáveis para o escoamento das sacas de café para o exterior, reivindicação dos fazendeiros da Zona da Mata e do Sul de Minas. Debateu-se sobre as estratégias para modernização por meio da superação do atraso econômico de várias regiões, além de questões relacionadas à autonomia frente a União. O Congresso retirou três encaminhamentos básicos: o desenvolvimento ferroviário e hidroviário; a atração de imigrantes e colonos europeus patrocinados pelo governo mineiro para suprir a mão de obra da cafeicultura, a modernização do campo com diversificação da produção; e a transferência da capital.²⁷(Ver AGUIAR, 2006).

27 Dede a Inconfidência Mineira, pensava-se na transferência da capital. Por cinco vezes até 1851 houve tentativas sem sucesso. O Deputado Padre Agostinho de Souza Paraíso tramitou projeto nesse sentido em 1867, que foi aprovado, mas vetado pelo presidente da província (ALMG, 1989).

Era sentida a perda de população e a queda do dinamismo econômico desde fins do século XIX. “A falta de energia elétrica e a desconcentração das atividades econômicas impunham a muitas empresas industriais e de mineração a instalação de seu próprio sistema energético, o que dificultava e encarecia os investimentos”. (DINIZ, 1981, p. 38).

Diniz (1981) assinala as razões do atraso industrial mineiro até 1950:²⁸

- a) ausência de um centro comercial exportador;
- b) baixa velocidade de transição para o trabalho assalariado, o que atrasava a formação dos mercados de trabalho e consumo;
- c) dispersão espacial da população e da produção dentro do Estado;
- d) precariedade do sistema de comunicação;
- e) e incapacidade de compensação da queda da produção cafeeira em 1930 com outros produtos.

Soma-se a isso a concentração industrial em São Paulo e Rio, onde se fixou o capital estrangeiro, enquanto Minas vivia dificuldades técnicas na mineração e metalurgia. Para Diniz, pesaram também as falsas teses sobre o atraso mineiro, associado à incapacidade industrial e à vocação financeira dos mineiros.

Do ponto de vista demográfico, entre 1900-1950 houve mudanças significativas nas participações relativas dos principais estados (Tabela 5). A maior alteração contemplou São Paulo, que saiu de 13,2% para 17,5%, de participação relativa, ultrapassando Minas Gerais já em 1940, certamente em decorrência da grande quantidade de migrantes que vieram de Minas e Nordeste. O Rio de Janeiro, outro estado populoso, perdia população no período, mas em ritmo menos intenso que Minas, ao passo que Rio Grande do Sul, terra de Getúlio Vargas, aumentava seu peso demográfico. Minas até possuía taxas positivas de crescimento demográfico, graças ao seu crescimento vegetativo, o que não impediu, entretanto, suas sucessivas perdas de população em um processo de emigração renitente.²⁹

28 Apesar de tais razões históricas, relata Diniz (1981) que somente a partir de 1950 Minas Gerais estaria preparada para uma arrancada industrial, pois já detinha a infraestrutura básica, além de um parque industrial já expressivo, com foco na produção metalúrgica e no cimento.

29 A partir de 1920, Minas provavelmente passou a perder população para outros estados de forma mais significativa e, após 1940/50, suas taxas de crescimento tornaram-se sempre menores que o crescimento vegetativo da população (ver Coelho, 1984, p. 54)

São raros os dados confiáveis de migrações internas no Brasil nesse período. Graham e Holanda produziram algumas estatísticas sobre o tema, embora metodologicamente existam insuficiências em suas hipóteses de trabalho. Todavia, seus resultados mais gerais não comprometem as evidências mais conhecidas sobre a dinâmica migratória no período. Os autores basearam suas conclusões em estimativas de saldos migratórios num período de ausência de dois censos (1910 e 1930), o que constitui uma lacuna irreparável. O método por eles empregado foi o da aplicação da taxa de sobrevivência intercensitária do país a cada estado além de considerar a população nativa como fechada.³⁰

Tabela 5 – Distribuição relativa da população brasileira segundo Unidades da Federação selecionadas – 1900-1950

Unidades da Federação	1900	1920	1840	1950
Bahia	12.23	10.88	9.53	9.31
Ceará	4.90	4.31	5.08	5.21
Goiás	1.47	1.67	2.00	2.33
Minas Gerais	20.76	19.22	16.46	15.09
Paraná	1.89	2.24	3.00	4.07
Pernambuco	6.80	7.03	6.51	6.54
Rio de Janeiro	9.34	8.87	8.74	8.99
Rio Grande do Sul	6.63	7.12	8.04	8.01
São Paulo	13.18	14.99	17.40	17.57
Resto do Brasil	22.79	23.66	23.25	22.88
Brasil (100%)	17.318.556	30.635.605	41.165.289	51.941.767

FONTE: IBGE: Estatísticas Históricas do Brasil; Crescimento e Distribuição da População Brasileira.

NOTAS: Os totais até 1920 se referem a população presente. A partir de 1940 a população considerada é residente.

30 Os autores tiveram que estabelecer “suposições e artifícios adicionais dificilmente aceitáveis (por afetarem visivelmente os resultados), a exemplo dos seguintes: 1) a adoção das taxas específicas de mortalidade por grupos etários do Brasil para cada estado; 2) o desprezo da migração líquida dos que nasceram no período intercensitário (em intervalos censitários de 20 anos o erro, obviamente, aumenta muito); 3) o uso da estrutura etária dos imigrantes estrangeiros nos EUA sobre a população de estrangeiros presentes no Brasil em 1872, 1890 e 1920 (observamos desvios significativos nas primeiras idades em 1920)”. (Ver MATOS, 1995).

Os autores estavam em busca de grandes números e assim se apoiam em estimativas pouco confiáveis, não se preocupando com particularidades regionais. O caso de Minas Gerais, deveria ter merecido muito mais atenção, por sua grande importância no século XIX (fato talvez não muito conhecido na época que escreveram o trabalho). Em face do tamanho de suas populações, os números absolutos eram altos no que tange aos fluxos migratório de Minas com o Rio de Janeiro e São Paulo (MATOS, 1995).

De todo o modo, a grande depressão dos anos de 1930 e as tensões internacionais atingiram a entrada de estrangeiros no Brasil, reduzindo-a drasticamente, o que fez aumentar sobremaneira as migrações internas, sobretudo dos trabalhadores de origem rural, em busca da fronteira agrícola no Paraná ou de oportunidades de trabalho na cidade de São Paulo. Esses efetivos nacionais vieram renovar as bases do sistema político e influir na formação do mercado nacional (BALAN 1973, p. 49). As principais áreas de expulsão de migrantes, por muito tempo, foram o Nordeste e Minas Gerais.

A despeito da prolongada crise da cafeicultura, foi principalmente o vertiginoso processo de expansão urbano-industrial em São Paulo o fator explicativo pela atração de tantos migrantes. Do lado da origem dos migrantes, as causas da migração associavam-se aos chamados Fatores de Estagnação apontados por Singer (1973), muito mais relevantes do que os Fatores de Mudança à época, notadamente em Minas e no Nordeste, onde a presença de minifúndios crescentemente populosos, cercados de latifúndios, era um retrato da desigualdade de muitas sub-regiões de Minas e Nordeste.

A **Tabela 6** mostra ter sido relativamente alta a quantidade de migrantes que chegou a São Paulo (697.276) entre 1920 e 1940. O decênio dos anos de 1930 representa um dos ápices da emigração de mineiros. A indústria paulista, que havia superado a carioca, atuava como um dreno de migrantes estrangeiros e nacionais da zona rural (Minas ainda possuía uma altíssima proporção de população residente no campo).

Tabela 6 – Taxas e saldos líquidos de migração interna e total para Minas Gerais e São Paulo entre 1872 e 1950

Períodos	Minas Gerais			São Paulo		
	Total	Migração Interna	Taxas	Total	Migração Interna	Taxas
1872/1890	107.092	98.769	4.81	191.416	43.334	9,01
1890/1900	-41.579	-93.185	-2.98	468.925	94.774	5,43
1900/1920	-202.199	-221.456	-6.99	364.317	-19.933	1,13
1920/1940	-625.146	-630.320	-10.50	607.276	355.588	11,54
1940/1950	-623.693	-624.578	-8.96	373.117	300.866	5,70

FONTES: Tabelas 2.3, 2.18 e 2.22 de Graham e Holanda (1984); Matos (1995)

Dada a proximidade de São Paulo e Rio de Janeiro com o Sul de Minas e parte da Zona da Mata, as regiões mais populosas de Minas, é fácil concluir que as redes sociais da migração já estavam instaladas há bastante tempo, certamente desde o último quartel do século XIX, quando Minas ainda detinha mais de 1/5 da população brasileira.

A socialização de migrantes em potencial e trabalhadores pobres, acontecia, embora a literatura tenha demorado a registrar essas situações.³¹ O longo período de perdas populacionais de Minas Gerais (sómente no ano 2000 essa tendência se inverte) explica-se por uma série de fatores econômicos marcantes, de cunho mais geral.

Ao final da escravatura,³² Minas já vivia o início do declínio do café na Zona da Mata com o mal manejo da cultura e sucessivas perdas de solo, o que comprometia a produtividade, e fazia os cafeicultores marcharem para o Sul de Minas, e daí para o planalto paulista, onde essa lavoura encontrou seu apogeu nas famosas “terras rochas”, até a crise de 1930 e a queda dos preços.

Esse é um exemplo de como a força de São Paulo atuou diante de Minas deixando-a defasada economicamente, inclusive porque a cafeicultura paulista valeu-se de vantagens comparativas bem superiores às existentes nas regiões mineiras. Se Minas não estava literalmente estagnada, a situação inadequada dos transportes, a baixa produtividade relativa e a desintegração regional gerava entraves insuperáveis nesse momento de desenvolvimento do capitalismo brasileiro. O Estado passava a ser marginal em muitos setores, a exceção dos laticínios, à época da “República do Café com Leite” (Wirth, 1977, p. 80).

A despeito do atraso estrutural em relação aos estados vizinhos a sul, Minas ainda exibia uma expressiva participação relativa na indústria, uma parte por força da herança ainda presente nas indústrias de bens

31 No Brasil, a distribuição da população esteve altamente concentrada numa faixa de pouco mais de 300 km da costa, desde cedo. Quase 90% da população estava sediada no Nordeste e Sudeste. Mesmo, na populosa Minas Gerais, a ocupação mais densa se concentrou nas áreas meridionais, próximas ao Rio de Janeiro. (MERRICK e GRAHAM, 1981:154).

32 Com a República, Minas acumulava rendas significativas por causa do imposto de exportação agora sob controle estadual. Assim, parecia a muitos que Minas estava pronta para erguer a nova capital, decisão tomada em 1890, sob a presidência estadual de Afonso Pena.

de consumo corrente, notadamente no setor de alimentação (Diniz, 1981, p. 25).³³

Aliado tradicional de São Paulo na Velha República, Mina Gerais era o segundo maior produtor de café, mas convivia com a aceleração das saídas de sua mão de obra das fazendas, o que era visto com desagrado pela elite mineira. Por volta da década de 1920, a maciça migração para São Paulo assinalava as crescentes diferenças econômicas entre os dois estados (Wirth, 1977, p. 63-76). Depois de 1920, Minas mergulhou em uma crise generalizada nos anos de 1930, com o colapso da cafeicultura, vertiginosa queda das arrecadações e aumento da dívida pública. O incremento da emigração mostrava bem a magnitude da crise que o estado vivia (Diniz, 1981, p. 35).³⁴

Com a década de 1930, as regiões mais prósperas de Minas, sofrem finalmente as consequências do atraso estrutural. A Zona da Mata³⁵ e o Sul de Minas passam a viver um longo período de declínio, enquanto novas áreas pioneiros de desenvolvimento começam a emergir no Triângulo Mineiro e vale do Rio Doce, enquanto a região central, agora polarizada por Belo Horizonte, cresce aceleradamente. A Zona Metalúrgica começa um longo processo de expansão, ao lado da lenta melhoria dos meios de transporte. A estrada de ferro Vitória-Minas e a criação da Cia Vale do Rio Doce são os exemplos mais significativo de uma arrancada que vai se materializar a partir dos anos de 1950.

Gradativamente Belo Horizonte passa a ser uma das maiores capitais do país, atraindo milhares de migrantes internos de origem rural procedentes de áreas estagnadas, tais como as dos vales do Jequitinhonha, Mucuri e São Francisco, outrora mais prósperas.

33 Nas regiões Mata e Sul essas indústrias, geralmente de pequeno porte, cresceram muito até 1930, substituindo o declínio da cafeicultura. Entre 1907 e 1928, os ramos de laticínios e açúcar deixaram a produção têxtil em segundo lugar. Já nos anos de 1930, quando a Belgo Mineira começou a operar, a metalurgia assumiu a liderança industrial, não obstante a crise dos anos de 1930 (Diniz, 1981, p. 25).

34 Minas que vinha sustentando o segundo posto na produção agrícola e industrial perdeu essa posição para o Rio Grande do Sul em vários anos desse período (WIRTH, 1977, p. 80).

35 Juiz de Fora, a principal cidade da Zona da Mata e de Minas Gerais até então, sofreu seriamente com a queda da produção cafeeira. Sendo atingida pela concorrência industrial com os grandes centros do Rio e São Paulo, e desfavorecida pela política estadual (que priorizava Belo Horizonte), viu cair drasticamente seu pessoal ocupado na produção industrial o que a fez mergulhar num longo processo de decadência (DINIZ, 1981, p. 33).

No vale do rio Doce, Figueira, hoje Governador Valadares, tornou-se um importante núcleo comercial com a construção da ferrovia Vitória-Minas, que se acelerou a partir de 1910 e provocou um formidável desmatamento da floresta Atlântica às margens do rio Doce, e consequente desenvolvimento da indústria madeireira, que por sua vez atraiu muitos migrantes. Após o ciclo madeireiro, o desemprego acometeu a região após 1930, com a introdução da criação de gado e disseminação do capim colonião. (SIMPLÍCIO e MATOS, 2019) O projeto desenvolvimentista pensado pelas elites mineiras estava prestes a se materializar-se. Minas começava a reagir, embora continuasse a ser “puxada para o polo desenvolvimento de São Paulo, embarcando matérias-primas, comprando artigos industriais e gêneros alimentícios processados.” (WIRTH, 1977, p. 81).

São Paulo já dominava o mercado de exportação, graças ao café que lhe serviu de sustentáculo um bom tempo. Basta lembrar que o estado respondia pela metade da produção mundial em 1907. Em 1921, a indústria paulista ultrapassara a do Rio de Janeiro e, em 1939, a agricultura é suplantada definitivamente pela indústria. O Estado tornou-se um exportador de bens finais para todas as regiões do país (LOVE, 1981, p.53-54).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Minas Gerais não teria se tornado uma importante unidade da Federação se não tivesse contado com a contribuição de tantos migrantes que participaram de sua formação territorial e de seu desenvolvimento nos séculos XIX e XX.

Desde os paulistas das descobertas de ouro, até os nordestinos e portugueses (emboabas) que chegaram na região das minas, a sucessão de conflitos e desordens marcou por muito tempo a vidas de milhares de novos imigrantes que vieram tentar a sorte no século XVIII, notadamente homens, com forte presença de escravos negros.

A população cresceu miscigenada e tornou-se a maior da Colônia durante cerca de sete décadas de produção de riqueza mineral que enriqueceu Portugal e a salvou da pobreza e estagnação.

No século XIX, Minas retomou seu crescimento, especialmente após 1808, e gradativamente ampliou sua participação demográfica, a ponto de reunir no final do século mais de 22% da população brasileira. A cafeicultura das regiões meridionais e a diversificação de sua economia

foram chaves para a manutenção de um grande plantel de escravos provenientes da África ou do Nordeste brasileiro, já que a imigração estrangeira não foi significativa no estado.

Com a expansão de São Paulo e a crise que Minas viveu desde fins do século XIX, agravada com a quebra da cafeicultura após 1930, a perda de mão de obra aumentou muito e preocupou a elite mineira, que buscava saídas desenvolvimentistas há um bom tempo. Os investimentos em infraestrutura básica, a dotação de energia e transporte eram vultosos e requeriam a participação do estado. A materialização dos efeitos diretos e indiretos desses investimentos só ganharam corpo a partir de 1950 com o incremento da participação do capital estrangeiro e a conclusão de obras de infraestrutura estratégica.

De todos os modos, em torno de 1950, Minas Gerais concluía sua formação mais estrutural em termos históricos e econômicos, ao consolidar na região metalúrgica central um espaço minero-siderúrgico, plenamente articulado com o país e o mundo. A despeito dos enormes problemas ambientais que a mineração vem impondo aos mineiros e ao país, sem dúvida o acúmulo de investimentos e tecnologias processou-se aceleradamente a medida que a região metropolitana de Belo Horizonte se cristalizava e restaurava a importância econômica do Estado, só ultrapassado por São Paulo.

Desenvolveram-se zonas densas, com altos coeficientes de população e emprego, reversão das perdas históricas de população, expansão das redes de transportes, se constituindo em um espaço central no país, amplamente polarizado pela Região Metropolitana de Belo Horizonte, a despeito da permanência de áreas decadentes e estagnadas em bolsões de pobreza na porção setentrional do território mineiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. *Vastos subúrbios da nova capital: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte*. 2006. 443 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.
- ÂNGELO, Ivan. São Paulo, 110 anos de industrialização – 1880-1913. *Isto é /Senhor*, São Paulo, n.1156 (suplemento), nov. 1991.
- ANTONIL, A. J. Cultura e Opulência do Brasil, por suas drogas e minas (Lisboa. 1711). Rio de Janeiro. 1839.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS (ALMG). *As Constituintes mineiras de 1891, 1935 e 1947: uma análise histórica*. Belo Horizonte: ALMG, 1989. 313 p.

- BALAN, Jorge. Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil; ensaio de interpretação histórico-comparativa. *Estudos CEBRAP*, v. 5, p. 5-79, jul/set. 1973.
- BARRETO, Vicente; PAIM, Antônio. *Evolução do pensamento político brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989. 463 p.
- BEGARD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru: EDUSC, 2004.
- BOTELHO, T. R. & PAIVA, C. A. População e Espaço no Século XIX Mineiro: algumas evidências de dinâmicas diferenciadas in: Anais do VII Seminário sobre a Economia Mineira. (Diamantina, MG). Volume1. Belo Horizonte, MG. CEDEPLAR/UFMG. 1995.
- BOTELHO, T. R.; PAIVA, C. A. Políticas de população no período joanino. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Anais... Caxambu: Abep, 2008.
- BOTELHO, Tarcísio Rodrigues; BRAGA, Mariângela Porto; ANDRADE, Cristiana Viegas de. Imigração e família em Minas Gerais no final do século XIX. *Revista Brasileira de História*. vol.27, no.54 São Paulo, dec. 2007,
- BUENO, Eduardo. *Brasil: uma história; a incrível saga de um país*. São Paulo. Ática. 2003.
- CARVALHO, José Murilo de. Ouro, Terra e Ferro – Vozes de Minas. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. 1ed. Belo Horizonte: UFMG, 2005, v. 1, p. 55-78.
- COELHO, A. L. N. et. al. A reversão do comportamento migratório mineiro: um desafio ao planejamento. *Fundação JP: análise e conjuntura*, Belo Horizonte, v. 12, n. ¾, p. 46-88, mar/abr, 1982.
- COSTA, Alfredo. Ouro, urbanização e revoltas: evidências da modernização precoce irradiada pela região central de Minas Gerais na segunda metade do século XVIII. In: MATOS, Ralfo. *Luzes e forjas: processos de modernização na formação socioespacial de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Quixote, 2019.
- DINIZ, C. C. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.
- DULCI, Otávio Soares. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 1999. 303 p.
- FOCAS, Júlia Diniz. *Inconfidência Mineira: a história dos sentidos de uma história*. Bel Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2002. 202 p.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 10a. ed., 1970, p. 73
- GRAHAM, Douglas H., HOLANDA FILHO, Sérgio B. Migration, regional and urban growth and development in Brazil: a selective analysis of the historical record. In: MOURA, A. M. (Coord). *Migração interna; textos selecionados*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980, p. 733-77. GUIMARÃES, Carlos Magno e REIS, Liana Maria. Agricultura e caminhos de Minas. *Revista do Departamento de História*. FAFICH/UFMG. V. 4, p. 85-99
- LENHARO, Alcir. As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842. 2^a ed. – Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de

- Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993. 136 p.
- LIBBY, Douglas Cole. As populações escravas das Minas setecentistas: um balanço preliminar. In: RESENDE, Maria Efigênia Lages e VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). *História de Minas Gerais: As Minas setecentistas*. Belo Horizonte; Autêntica/Companhia do Tempo, 2007, v. 1.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista – Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. 404 p.
- LIMA JÚNIOR, A. *A capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte/São Paulo: Editora Itatiaia/Editora da Universidade de São Paulo, 1978.
- LOVE, Joseph. Autonomia e interdependência; São Paulo e a federação brasileira, 1889-1937. In FAUSTO, Boris (ed.) *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1977, v. 1, t. III.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. Sistemas demográficos no Brasil do século XIX. In: Marcílio, M.L. (org.) *População & sociedade. Evolução das sociedades pré-industriais*. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 193-207.
- MARTINS FILHO, A. V. *A economia política do café com leite (1900-1930)*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.
- MARTINS, M. C. S. & PAIVA, C. A. População de Minas Gerais no século XIX; Martins, Roberto Borges e Martins, Maria C. S. Novos estudos sobre a escravidão em Minas Gerais. *Relatório de Pesquisa apresentado à FINEP*. 1985.
- MARTINS, Roberto B. *Growing in silence: the slave economy of nineteenth-century Minas Gerais, Brazil*. Nashville, 1980. 377 p. Theses (Doctor of Philosophy). Vanderbilt University.
- MATOS, R. "Aspectos econômicos e retrospecto histórico das migrações em Minas Gerais" in: Anais do VII Seminário sobre a Economia Mineira. (Diamantina, MG). Volume 1. Belo Horizonte, MG. CEDEPLAR/UFMG. 1995
- MATOS, R. E. S. Alguns aspectos sobre a importância das migrações internas no Sudeste; uma questão teórica não resolvida. VIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 1992, Brasília. Anais... São Paulo: ABEP, 1992, v. 1.
- MATOS, Ralfo. A discussão do antiurbanismo no Brasil colonial. *GEOgrafias* (UFMG), Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 40-55, 2011.
- MELLO, Ediméia Maria Ribeiro de. As condições estruturantes da siderurgia mineira: recursos naturais, Estado e elite instruída. 2010. 252 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação do Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- MERRICK, Thomas W; GRAHAM Douglas H. *População e Desenvolvimento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro. Zahar, 1981.
- MÓL, C. C. Vendendo desordens e comprando liberdade: a inserção das mulheres foras em Vil Rica, 1750-1800. In: XI SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA. Anais... Diamantina, MG: Cedeplar, 2004

- MORTARA, G.-Estudos sobre a utilização do censo demográfico para a reconstrução das estatísticas do movimento da população do Brasil. *Rev. bras. Estat.*, 2: 39-89, 1941.
- PAIVA, C. A. *População e economia na Minas Gerais do século XIX*. Tese de doutorado. FAFICH/USP. São Paulo. 1996.
- PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense. 13^a ed., 1973.
- REIS, Liana Maria; VALADARES, Virgínia Maria Trindade. *Capitania de Minas Gerais em documentos: economia, política e sociedade*. 2. ed. Belo Horizonte: C/ Arte, 2012. v. 1. 159 p.
- RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *O trabalho do fogo: Perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista*. 2008. 365 p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Economia do Centro de Desenvolvimento Regional e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- RODRIGUES, José Carlos. *Ideias Filosóficas e Políticas em Minas Gerais no Século XIX*. Belo Horizonte; Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.
- SALOMÃO, E. P. O Ofício e a Condição de Garimpar. In: Rocha, G. A. (org.) *Em busca do ouro: Garimpos e garimpeiros no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero. 1984.
- SANTOS, J. F. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo. Coleção: Reconquista do Brasil. 1976.
- SIMPLÍCIO, André e MATOS, Ralfo. O ciclo madeireiro, a devastação da mata Atlântica da bacia do rio Doce e o avanço da siderurgia no século XX. In: MATOS, Ralfo. *Luzes e forjas: processos de modernização na formação socioespacial de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Quixote, 2019.
- SOUZA, Laura de Mello e. Norma e conflito; aspectos da história de Minas no século XVIII". Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006, p.142.
- STUMPF, Roberta Giannubilo. Minas contada em números – a capitania de Minas Gerais e as fontes demográfica (1776-1821). *REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS*. Belo Horizonte, v. 34, p. 529-548, set/dez. 2017.
- VEIGA, José Pedro Xavier da, 1846-1900. *Ephemerides mineiras, 1664-1897*
- VILLALTA, Luiz Carlos. O Cenário Urbano em Minas Gerais Setecentista: Outeiros do Sagrado e do Profano. In: GONÇALVES, Andrea Lisly. et al. (Org.). *Termo de Mariana: história e documentação*. 1ed. Belo Horizonte; Mariana: BDMG; Editora UFOP, 1998, v. 1, p. 67-86.
- WIRTH, John. Minas e a nação; um estudo de poder e dependência regional, 1889-1937. In: FAUSTO, Boris (ed.): *História geral da civilização brasileira*, São Paulo: DIFEL, 1977, v. 1, t. III.

A IMIGRAÇÃO INTERNACIONAL PARA MINAS GERAIS: AS EVIDÊNCIAS COM BASE NOS REGISTROS ADMINISTRATIVOS

Duval Fernandes¹

Matheus Marques²

INTRODUÇÃO

Várias são as fontes de informação que podem ser utilizadas em estudos sobre a migração internacional. Segundo Hakkert (1996), além das pesquisas domiciliares, como os censos, registros administrativos contribuem para a avaliação da dinâmica populacional e permitem medir o fluxo do fenômeno em estudo. De forma diversa ao que acontece com o censo demográfico, que é uma “fotografia” em um momento específico, da população e dos componentes da sua dinâmica, os registros administrativos captam os eventos no momento da ocorrência do fato, como por exemplo, os registros de óbitos e nascimentos e permitem acompanhar a sua evolução.

Vários são os registros administrativos que podem ser utilizados para acompanhar a dinâmica de uma população (FERREIRA, 1993). Informações sobre licenciamento predial, matrículas escolares e de outras fontes têm ampla aplicação nas estimativas populacionais (GONZÁLES, 2001, JARDIM, 1992, FREIRE e SAWYER, 1996). No entanto, essa utilização é, pelas características das fontes, limitada. Registros administrativos, na maioria dos casos, se prestam a funções específicas ligadas às atividades dos órgãos que os coletam, atividades que nem sempre têm por objetivo a realização de estudos (JANNUZZI, 2001).

Quando se trata de analisar a migração internacional, o uso de registros administrativos requer vários cuidados. Se alguns eventos demográficos têm definição bem precisa, como a mortalidade, no caso da migração internacional, apesar da existência de uma definição sobre o

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da PUC Minas.

² Graduando do Curso de Geografia da PUC Minas.

imigrante internacional proposta pelas Nações Unidas³ (ONU, 1998), a diversidade de conceitos ainda trás dificuldades para as estimativas de estoques e fluxos (POULAIN e HERM, 2010). No entanto os países, de uma forma geral, tendem produzir estatísticas sobre a migração internacional dentro de perspectivas operacionais que atendem a aplicação das leis vigentes que limitam a informação e o universo das pessoas representadas (ICMPD, 2005).

Diversas têm sido as iniciativas que buscam harmonizar as informações sobre a migração internacional, mas o interesse de cada país está diretamente relacionado às suas necessidades ditadas pela visão de país de acolhida ou de origem dos imigrantes (ONU, 2009). A proposta apresentada no relatório final da Global Commission on International Migration (GCIM), aponta para a criação do Grupo Mundial Interagências de Migração Internacional que teria, dentre outras atividades, a competência para recolher e fazer o intercâmbio de dados sobre a migração internacional de forma a contribuir para reforçar a governança das migrações (GCIM, 2005).

O Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular, aprovado na Conferência Intergovernamental da ONU, em Marrakech, em dezembro de 2018, apresenta um quadro com 23 objetivos, sendo que o primeiro trata da coleta e utilização de dados desagregados como base para políticas(ONU, 2018).

Dentre as diversas iniciativas para a harmonização merece destaque os esforços da União Europeia (EU). Tendo em conta a sua situação especial como região de grande atração de imigrantes e de constantes deslocamentos intra-regionais (ICMPD, 2010), diversas ações buscaram não só contribuir para a avaliação e utilização de instrumentos de coleta já implementados como os registros de residentes (POULAIN, 2005), como também propor novas metodologias e desenvolver processos de capacitação para o melhor entendimento da importância na coleta e disseminação de informações sobre a migração internacional. (ICMPD, 2010; ICMPD, 2013). Em 2016, com apoio do governo alemão a Organização Internacional para as Migrações (OIM) iniciou a

3 “A person who moves to a country other than that of his or her usual residence for a period of at least a year (12 months), so that the country of destination effectively becomes his or her new country of usual residence. From the perspective of the country of departure the person will be an emigrant and from that of the country of arrival the person will be an immigrant”.

construção do Global Migration Data Portal,⁴ que tem como objetivo oferecer informações e análises sobre migração para os tomadores de decisão e permitir ao público em geral o amplo acesso a dados sobre a migração internacional.

No caso da América Latina, apesar do tema ser de grande relevância, se observa, em relação aos registros administrativos, resistências de governos em criar sistemas nacionais de informação migratória. No entanto, há um esforço de organismos internacionais em sensibilizar os governos dos países da região para a importância da coleta e disseminação de informações sobre a migração internacional (CELADE, 2011).

No Brasil, em se tratando da migração internacional, a preocupação com o registro e o atendimento aos imigrantes que chegavam ao país remonta ao Segundo Reinado quando, em 1866, por decreto do Imperador Dom Pedro II, é criada a Sociedade Internacional para a Migração, que tinha por objetivo:

Facilitar aos imigrantes o seu estabelecimento no Brasil, protegendo-os e removendo as dificuldades com as quais se defrontarem; indagar sobre suas necessidades; discutir as causas que contrariam a imigração para o Brasil e empenhar-se na remoção desses obstáculos; discutir, por meio dos jornais, sobre os interesses da imigração; realizar reuniões populares; constituir Comissões Especiais para estudos e remoção dos obstáculos à imigração e abusos (FREITAS, 2007, p.61).

A Sociedade tinha por característica ser uma entidade autônoma e gerida por membros escolhidos pela assembleia dos sócios, sendo parte deles imigrantes. Várias foram as instituições criadas para tratar da questão migratória no país até se chegar a situação atual, regulada pela Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 e o decreto nº 9.9199 de 20 de novembro de 2017, nos quais são indicadas normas e instituições com competências específicas para tratar a gestão da migração internacional no Brasil.

Na atualidade, os principais órgãos que coletam informações sobre a entrada de estrangeiros no Brasil são:

- a Polícia Federal e o Departamento de Migração, ligados ao Ministério da Justiça e Segurança Pública que, no seu conjunto, captam diversas informações, dentre elas, dados quanto da entrada e saída do estrangeiro no país, registros das solicitações de refúgio e asilo, registros de processos de saída voluntária ou

⁴ <https://gmdac.iom.int/migration-data-portal>

não do país, e de fornecimento do documento de identificação ao estrangeiro;⁵ e

- o Ministério das Relações Exteriores, que faz os procedimentos para a concessão de vistos aos estrangeiros nas repartições consulares;

A principal característica de tais fontes é que elas captam informações sobre a migração regular e não dos estrangeiros indocumentados ou em situação irregular, salvo no caso das notificações de saída compulsória emitidas pela Polícia Federal. Mesmo que, *grosso modo*, os registros de entradas e saídas permitam, teoricamente, identificar aqueles estrangeiros que permaneceram no território nacional por um tempo maior do que o indicado em seu visto, na prática a mensuração desse movimento não traria um resultado confiável, pois nem sempre os sistemas conseguem captar todas as entradas e saídas e as situações nas quais o *status* migratório sofre alterações.

Por outro lado, é importante salientar que nos diversos fóruns que discutem a questão migratória (na área de governo, na academia ou sociedade civil), há grande preocupação sobre a produção e disseminação de informações sobre migração internacional no Brasil. Em eventos promovidos por órgãos públicos e pela sociedade civil, a questão das fontes de informação mereceu especial destaque.

Na Conferência Nacional sobre Migração e Refúgio (Comigrar), promovida pelo Ministério da Justiça em 2014, o texto base para a Conferência indicava a preocupação com a informação dentre os pontos a serem tratados:

Por fim, definir quais dados, que informações e como estes devem ser geridos a fim de alcançar objetivos de políticas públicas, é um dos desafios do Estado contemporâneo, de interesse de toda sociedade, equalizando demandas de transparência, utilidade das informações para políticas públicas mais efetivas e proteção das liberdades pessoais. (MJ, 2014, p.13)

No caderno de proposta preparado para a Conferência o tema ganha mais destaque, sendo objeto do item 6 do documento que trata da “Produção, Gestão e Acesso à Informação”. Nesse caso deu-se mais

⁵ Em janeiro de 2019, com a incorporação do Ministério do Trabalho ao Ministério da Economia, o Conselho Nacional de Imigração-CNIg, que era um dos órgãos responsáveis pela governança migratória no âmbito do Governo federal, e que tinha sob sua responsabilidade a análise de solicitações de visto laboral dos casos não previstos em lei e produzia estatísticas sobre a inserção laboral dos imigrantes internacionais, passou a fazer parte da estrutura do Ministério da Justiça.

ênfase a disseminação de informações sobre a legislação e dados administrativos que pudessem ser úteis ao imigrante. Mesmo assim, no item 6.2 do caderno, é colocada a proposta de se desenvolver um cadastro nacional de migrantes, incorporando dados sobre os imigrantes no Brasil, brasileiros no exterior e brasileiros retornados. Este cadastro seria construído incorporando informações do Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério das Relações Exteriores e Polícia Federal. Também é sugerido agregar dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de outras fontes. A gestão desta base seria de responsabilidade de um órgão público que buscara a integração e harmonização dos dados e estatísticas (MJ, 2014, p. 14).

Buscando avançar nos esforços para padronização de dados e sua disponibilização, o Observatório da Migração da Universidade de Brasília (OBMigra),⁶ em parceria com o Conselho Nacional de Imigração (CNIg), apresenta em sua página informações sobre o volume de imigrantes e características da migração laboral no Brasil.

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS IMIGRANTES

Para o propósito desse texto serão utilizados os dados disponibilizados pelo Departamento de Migração da Polícia Federal por meio de parceria com o Observatório da Migração (OBMigra) da Universidade de Brasília (UnB).

As informações que apresentadas a seguir são originárias do Sistema Nacional de Registro de Estrangeiros (Sincre).⁷ Nesta base estão registrados todos os estrangeiros residentes no país que no momento do levantamento estariam em situação regular e com os registros ativos. Aqueles que em algum momento se registraram e por diversas razões não cumpriram a exigência legal de renovação da autorização de permanência são excluídos dessa base. O mesmo acontece com os solicitantes de refúgio que são registrados em um sistema distinto.

Serão analisados os imigrantes registrados no período de 2000 a 2017, uma visão de estoque, e em maior detalhe aqueles imigrantes que se registraram nos anos de 2015, 2016 e 2017, incorporando o aspecto de fluxo recente.

⁶ <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/observatorio>

⁷ O Sincre foi substituído pelo Sistema de Registro Nacional Migratório (Sismigra).

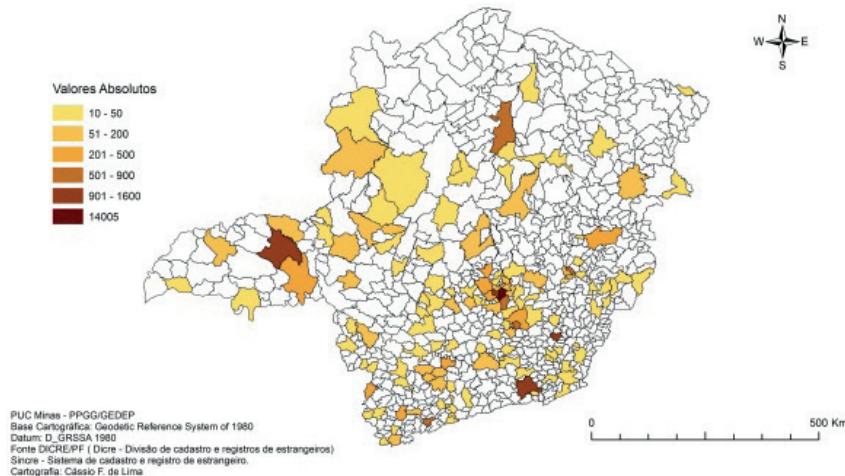
Em termos de volume de migrantes captados pelo Sincré no período de 2000 a 2017, o número de estrangeiros com registro ativo residentes no estado de Minas Gerais variou de 2,7% (2009) a 5,2% (2015) do total observado para o país. Em relação às outras unidades da federação, o estado de Minas sempre foi precedido em termos numéricos por aquelas UF's de maior tradição no recebimento de imigrantes, como São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul. Nesses estados, no período considerado (2000 a 2017), estavam concentrados mais de 70,0% dos estrangeiros com registro ativo no Sincré.

Entre 2000 e 2017 o número de estrangeiros registrados no estado era da ordem de 47 mil pessoas, sendo que, aproximadamente, 54,0% fizeram o registro a partir de 2013.

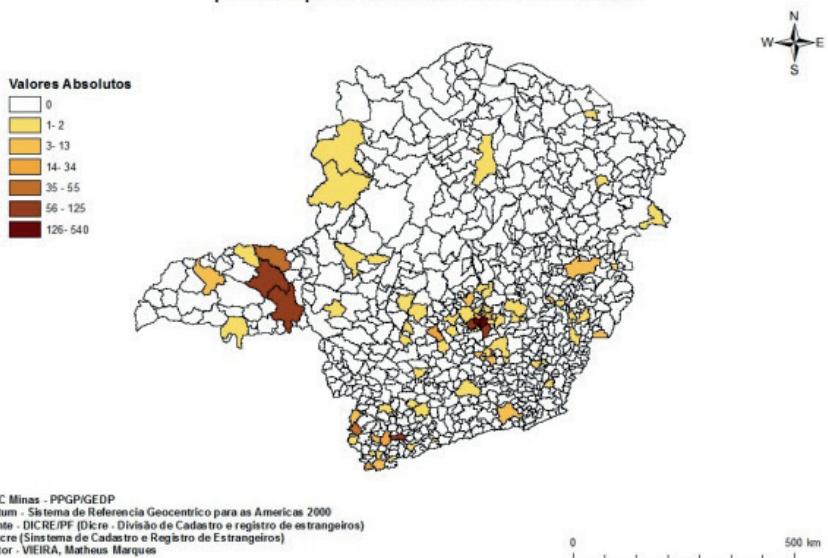
Em termos da distribuição espacial desses estrangeiros há expressiva concentração em algumas regiões e nem todos os municípios registram a presença de estrangeiros, como indica a figura a seguir:

Figura 1 – Imigrantes residentes no Estado de Minas Gerais com registro na Polícia Federal, 2000 a 2014, 2015, 2016, 2017

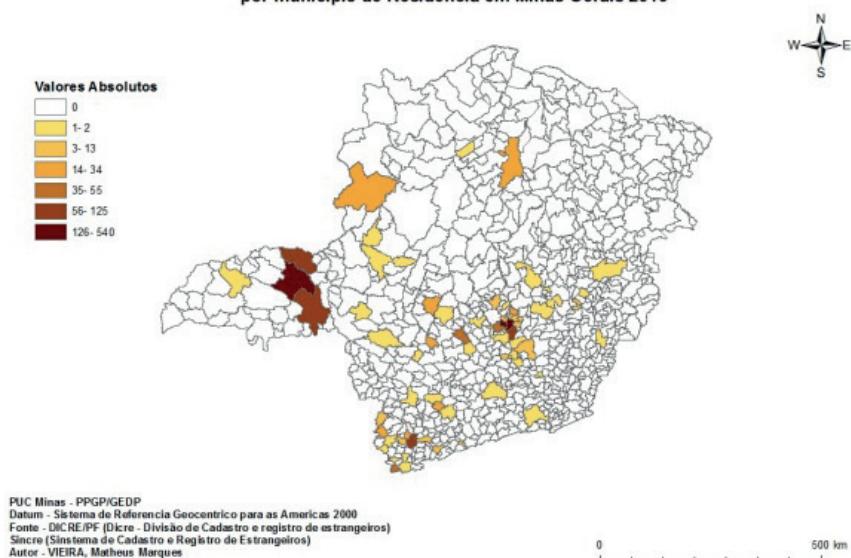
Número de estrangeiros com registro ativo na Polícia Federal por município de residência em Minas Gerais 2014.



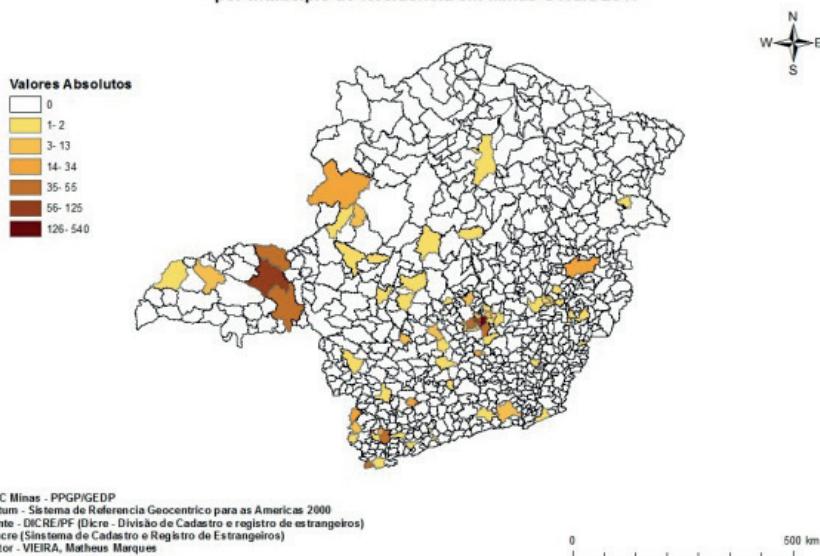
**Número de Estrangeiros com registro ativo na Policia Federal
por município de Residência em Minas Gerais 2015**



**Número de Estrangeiros com registro ativo na Policia Federal
por município de Residência em Minas Gerais 2016**



**Número de Estrangeiros com registro ativo na Polícia Federal
por município de Residência em Minas Gerais 2017**



Fonte: Sacre/MJ. OBMigra/UNB

No período compreendido entre 2000 e 2014, 56,2% das cidades mineiras registravam a presença de pelo menos um imigrante. Esse percentual foi de 30,1% para os que se registraram em 2015, de 25,9% em 2016 e de 28,4% em 2017.

Ao se tratar a migração em período mais recente nos anos 2015, 2016 e 2017, como indicado na Tabela 1, observa-se que cinco cidades respondem por, aproximadamente, 60% das escolhas de residência dos imigrantes. A maior concentração de pessoas acontece em municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Tabela 1 – Municípios de Minas Gerais com maior número de imigrantes registrados no ano- 2015, 2016, 2017

Ano					
2015		2016		2017	
Cidade	%	Cidade	%	Cidade	%
Belo Horizonte	34,0%	Belo Horizonte	36,9%	Belo Horizonte	38,4%
Contagem	9,0%	Contagem	11,1%	Uberlândia	6,9%
Uberlândia	6,9%	Uberlândia	6,9%	Contagem	6,6%
Viçosa	3,7%	Viçosa	3,3%	Pirapora	4,0%
Nova Lima	3,2%	Betim	3,0%	Juiz de Fora	3,3%
Total	56,8%	Total	61,2%	Total	59,2%

Fonte: Sincre – OBMigra/UNB

Em termos da naturalidade dos imigrantes residentes no estado de Minas Gerais, em 2015 foram contados 130 países, em 2016, 137 países, e, em 2017, 125 países. No entanto, havia forte concentração em algumas poucas nacionalidades, como indicado na tabela a seguir.

Ano					
2015		2016		2017	
País	%	País	%	País	%
República do Haiti	14,10%	República do Haiti	22,60%	Colômbia	13,80%
Colômbia	10,20%	Colômbia	10,10%	República do Haiti	10,50%
Portugal	6,30%	França	6,10%	França	9,60%
Itália	6,00%	Itália	5,90%	Itália	3,90%
USA	5,50%	USA	4,00%	USA	3,80%
República da China	4,80%	Portugal	3,80%	República da China	3,70%
Argentina	4,20%	República da China	3,80%	Argentina	3,50%
França	4,20%	Argentina	3,70%	Cuba	3,40%
Peru	3,60%	Alemanha	3,10%	Bolívia	3,20%
Bolívia	3,30%	Peru	2,70%	Peru	3,10%
Total	62,20%	Total	65,80%	Total	58,50%

Fonte: Sincre/MJ – OBMigra/UNB

Nos três anos considerados, aproximadamente 60,0% do total de imigrantes residentes no estado de Minas Gerais tinham como país de nascimento um conjunto de dez países, sendo que dois deles, República do Haiti e Colômbia, respondiam por até mais de 30% do número total de imigrantes.

Vale ressaltar, principalmente no caso dos haitianos, que as informações tratam de situação de registro e não de chegada. No caso dos imigrantes nacionais do Haiti, duas foram as estratégias utilizadas para garantir a permanência no Brasil. Uma delas era a obtenção do visto humanitário junto às representações diplomáticas brasileiras em Porto Príncipe e, por um tempo, também em outros países. Nesse caso, quando da chegada ao território nacional o imigrante teria 30 dias para buscar a superintendência da Polícia Federal e fazer seu registro. Como para conseguir o visto humanitário no Haiti tomava vários meses e tinha elevado custo, outra estratégia, mais barata e rápida, era seguir até a fronteira do Brasil e solicitar o refúgio ao primeiro contato com a autoridade migratória. Isso abria o acesso à obtenção de uma carteira de trabalho e à inscrição no cadastro de pessoa física (CPF) da Receita Federal.

No entanto, dada a situação migratória dos haitianos só em casos muito especiais a solicitação de refúgio era aceita. Nos outros casos o imigrante deveria aguardar um pronunciamento do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), que poderia tardar anos. Como o volume de solicitações era muito elevado, mais de 40 mil entre 2012 e 2017, a regularização definitiva da situação migratória dos solicitantes de refúgio só foi normalizada a partir de 2016, quando um procedimento administrativo foi acordado entre o Conare e o Conselho Nacional de Imigração (CNIg). Por essa razão, em alguns períodos o número de registros se amplia, mas na realidade não se trata ao todo de novos imigrantes, mas sim da regularização definitiva e registro na Polícia Federal.

Ao se considerar os cinco municípios com maior volume de imigrantes registrados no anos 2015, 2016 e 2017, segundo as cinco nacionalidades mais importantes em cada cidade, é possível observar, nos anexos, que há certas características que são particulares a cada região de acolhida.

No ano de 2015, na cidade de Belo Horizonte, o grupo de imigrante mais importante era de colombianos, seguido por americanos do norte e franceses. As cinco nacionalidades mais importantes representavam, aproximadamente, 40% do total de estrangeiros que declararam como local de residência a capital mineira. Nesse conjunto de imigrantes ha-

via forte presença de estudantes e, no caso daqueles de nacionalidade americana destacavam-se os sacerdotes.

Em Contagem, no mesmo ano, a predominância de haitianos no conjunto dos imigrantes era patente, acima de 70%. Uberlândia também atraiu os haitianos e os colombianos. Os imigrantes que buscaram a cidade de Viçosa o fizeram por conta da possibilidade de avançar em seus estudos, mais de 80% daqueles imigrantes que declararam residir na cidade indicaram como ocupação atividades ligadas ao setor da educação como bolsista, estudante ou professor. Os imigrantes que compunham, em 2015, o grupo mais numeroso de estrangeiros residentes em Nova Lima, se destacavam por terem declarado no momento de registro exercer atividade de direção ou de nível técnico superior. Fato esperado por conta da oferta de moradias e serviços em alguns bairros da cidade voltados para a população de alta renda.

Em 2016 as cidades com maior volume de imigrantes mantêm a mesma relação que foi observada em 205, salvo com a entrada da cidade de Betim que substituiu Nova Lima como a quinta cidade de Minas Gerais com maior número de imigrantes. Observa-se que no conjunto das cinco nacionalidades mais representativas em cada cidade a presença dos haitianos é uma constante, salvo no caso de Viçosa, onde se manteve a prevalência dos colombianos.

O último ano da série (2017) mostra sensível alteração no quadro das cidades e nas nacionalidades mais representativas entre os estrangeiros residentes. Nas cidades de Uberlândia e Contagem, a primeira assumiu o posto de segunda mais importante em termos de volume de imigrantes residentes. Nas duas foi registrada a predominância dos haitianos e colombianos. Fato que chama a atenção foi a inclusão da cidade de Pirapora como a quarta mais importante em termos de volume de imigrantes residentes. Ao mesmo tempo, as nacionalidades que predominavam na cidade não encontravam semelhança em qualquer outra localidade. A existência desse fluxo está diretamente relacionada aos investimentos realizados na região, uma vez que todos aqueles que compunham o grupo das cinco nacionalidades mais predominantes estavam no país com autorizações de permanência amparadas em requisitos legais relacionados à investimentos e prestação de assistência técnica. Vale indicar que, já em 2017, imigrantes venezuelanos aparecem em duas cidades – Uberlândia e Juiz de Fora – como uma das cinco nacionalidades mais importantes entre os estrangeiros residentes. Presença essa que deverá ter maior destaque quando os dados de períodos mais recentes forem disponibilizados.

COMENTÁRIOS

Apesar das dificuldades em se utilizar registros administrativos para estudos da migração internacional, o emprego de dados disponibilizados pelo Ministério da Justiça por meio do Observatório da Migração (OBMigra) da Universidade de Brasília permite obter algumas indicações sobre a presença de imigrantes internacionais no estado de Minas Gerais.

Mesmo não sendo o estado um dos que mais atraem imigrantes, o volume de estrangeiros presentes na UF tem especial importância por conta da concentração em algumas regiões que oferecem melhores condições de vida e trabalho para aqueles que procuram o estado. Outro ponto a ser retido é que, por não ser um local de trânsito para a maioria dos imigrantes, a permanência dos estrangeiros tende a ser mais longa do que em outras cidades como São Paulo ou Rio de Janeiro. Por outro lado, a pouca visibilidade dos imigrantes no estado de Minas, por conta do volume, não chama a atenção das autoridades estaduais. No caso dos municípios, somente naqueles em que há forte concentração de imigrantes e demandas por serviços na área da saúde, educação ou assistência social é que as autoridades locais tomam conhecimento da presença dos estrangeiros. Mesmo nessa situação, as medidas são paliativas e não se transformam em políticas públicas que consideram esse público como sujeitos de direitos.

Vale ressaltar que para algumas nacionalidades aspectos relacionados às redes étnicas contribuem para a concentração de imigrantes em áreas específicas, como a Região Metropolitana de Belo Horizonte, na qual há forte presença de haitianos.

REFERÊNCIAS BIBIOGRÁFICAS

- CANTO, M. *Migração laboral no Brasil: desafios para construção de políticas*. Observatório das Migrações Internacionais - OBMigra. Brasília. 2014. Mimeo.
- CELADE. Taller sobre el fortalecimiento de las capacidades nacionales para la gestión de la migración internacional: nuevas tendencias, nuevos asuntos, nuevos enfoques de cara al futuro. *Serie Seminários y Confereências*, Nº 62. Santiago do Chile. 2011.
- FREIRE, F. e SAWYER, D. Avaliação dos dados da Fundação Nacional de Saúde para estimativas populacionais de pequenas áreas, no norte do Mato Grosso. X Encontro da ABEP. Caxambú. p. 5 -30, 1996.
- FREITAS, N. B.B. *Características da migração internacional no Brasil e os novos desafios do Conselho Nacional de Imigração*. Monografia apresentada no VIII Curso de Especialização em Relações Internacionais. UNB. Brasília – 2007. Mimeo.

- FERREIRA, C. E. Utilisation de sources non-traditionnelles a des fins d'estimation démographique. In: IUSSP. *International Population Conference*. Montreal, August 24 - September 1. Liège: IUSSP, v. 3, p. 205-210, 1993.
- GCIM- *As migrações num mundo interligado: novas linhas de ação*. Relatório Final da Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais. Fundação Caluste Gulbenkian. Lisboa. 2005.
- GONZÁLES, L. Adjusting small populations projections by symptomatic variables, Colon department (Argentina). 2007-16. XXIV IUSSP – International population conference. Salvador, 2001.
- HAKKERT, R. *Fontes de dados demográficos*. ABEP, Belo Horizonte, 1996.
- ICMPD. Data needs from policy perspective: the case of the European Union. *EROSTAT Seminar on Migration Statistics*. Work paper nº 2. Genebra, 2005
- ICMPD Traning manual. EU standards for statatistics on migration, asylum and visa. Viena, 2010.
- ICMPD Yaerbook on illegal migration, human smuggling and trafficking in central and eastern Europe. Viena, 2013.
- JANNUZZI, P. M. *Indicadores sociais no Brasil*. Campinas: Editora Alínea, 2001.
- JARDIN, M. de L. Utilização de variáveis sintomáticas para estimar a distribuição espacial de populações, aplicação aos municípios do Rio Grande do Sul. VIII Encontro da ABEP. Caxambú. p. 39-50, 1992.
- MJ – Ministério da Justiça. Caderno de propostas – Comigrar. Brasília. 2014. (disponível <http://www.participa.br/comigrar/migracoteca/imagens/2014-05-22-comigrar-caderno-de-proposta-envio.pdf#VIBvd5BTuUk>, Acesso: 20 nov. 2014.
- OIM - Organização Internacional para as Migrações. *Relatório final do colóquio sobre direitos humanos na política migratória brasileira*. Brasilia 2013. Mimeo.
- ONU. Recommendations on statistics of international migration. Revision1 ST/ESA/STAT/SER.N/581.REV1. New Yorkm 1998
- ONU. Compendium of social statistics and indicators. International Migration Statistics In: *ESCWA Region* New York, 2009.
- ONU. Final draft- Global Compact for Safe, Orderly and Regular Migration. New York. 2018 (https://www.iom.int/sites/default/files/our_work/ODG/GCM/IOM-vision-on-the-global-compact-on-migration-13April2017.pdf) Acesso em: 20 jul. 2017.
- PMSP – Prefeitura Municipal de São Paulo. *Documento final da 1º conferência municipal de políticas para imigrantes de São Paulo*. São Paulo, 2013. Mimeo.
- POULAIN, M e HERM, A. *Population stocks relevant to international migration*. EROSTAT Seminar on Migration Statistics . Work paper nº 11. Genebra. 2005. <http://ec.europa.eu/migrant-integration/index.cfm?action=furl.go&go=/librarydoc/prominstat-working-paper-no-11--population-stocks-relevant-to-international-migration>
- POULAIN, M. *The registration of population with usual residence*: the results from the THESIM EU research project. Work paper nº 6 UCL. Louvain-la-Neuve. 2005 <http://www.unece.org/fileadmin/DAM/stats/documents/2005/03/migration/wp.6.e.pdf>

Anexo 1 - Imigrantes por município de residência e naturalidade, municípios e países selecionados. 2015

Município	País de Nascimento	V. absoluto	%
Belo Horizonte	Colômbia	1872	100%
	USA	223	11,90%
	França	139	7,40%
	Argentina	132	7,10%
	Portugal	112	5,90%
Contagem		498	100%
	República do Haiti	371	74,50%
	Itália	17	3,40%
	Colômbia	13	2,60%
	Portugal	10	2,00%
Uberlândia	Angola	9	1,80%
		381	100%
	Colômbia	62	16,30%
	República do Haiti	54	14,20%
	Bolívia	50	13,10%
Viçosa	França	19	4,90%
	Portugal	17	4,50%
		206	100%
	Colômbia	84	40,70%
	México	21	10,20%
Nova Lima	França	13	6,30%
	USA	11	5,30%
	Perú	9	4,90%
		174	100%
	Itália	36	20,60%
	Argentina	29	16,60%
	USA	24	13,70%
	México	13	7,50%
	Alemanha	8	4,60%

Fonte: Sincré/MJ - OBMigra/UNB

Anexo 2 - Imigrantes por município de residência e naturalidade, municípios e países selecionados. 2016

Cidade	País de Nascimento	V. Absoluto	%
Belo Horizonte		2001	100%
	França	244	12,20%
	Colômbia	203	10,20%
	Itália	145	7,20%
	República do Haiti	117	5,80%
Contagem	Argentina	108	5,40%
		599	100%
	República do Haiti	470	78,40%
	Itália	26	4,30%
	Colômbia	19	3,20%
Uberlândia	República da China	18	3,00%
	Romênia	8	1,30%
		372	100%
	República do Haiti	173	46,50%
	Colômbia	73	19,60%
Viçosa	Portugal	10	2,60%
	França	10	2,60%
	República da China	9	2,40%
		177	100%
	Colômbia	52	29,40%
Betim	México	27	15,20%
	Holanda	15	8,40%
	Perú	12	6,70%
	Argentina	7	3,90%
		162	100%
	República do Haiti	63	38,80%
	Itália	35	21,60%
	República da China	12	7,40%
	Alemanha	10	6,20%
	Colômbia	5	3,10%

Fonte: Sincre/MJ OBMigra/UNB

Anexo 3 - Imigrantes por município de residência e naturalidade, municípios e países selecionados. 2017

Cidade	País de Nascimento	V. Absoluto	%
Belo Horizonte		1754	100%
	França	375	21,40%
	Colômbia	215	12,30%
	USA	100	5,70%
	Argentina	82	4,70%
Uberlândia	Itália	77	4,30%
		317	100%
	República do Haiti	85	26,80%
	Colômbia	78	24,60%
	França	13	4,10%
Contagem	Perú	12	3,80%
	Venezuela	10	3,20%
		304	100%
	República do Haiti	178	58,50%
	Colômbia	41	13,50%
Pirapora	Itália	15	4,90%
	Bolívia	10	3,20%
	Argentina	5	1,60%
		184	100%
	Grécia	88	47,80%
Juiz de Fora	Romênia	31	16,80%
	Albânia	13	7,10%
	Honduras	12	6,50%
	Espanha	9	4,80%
		146	100%
	Colômbia	35	23,90%
	USA	16	10,90%
	Perú	11	7,50%
	Venezuela	8	5,50%
	Cuba	8	5,50%

Fonte: Sincre/MJ OBMigra/UNB

MINAS GERAIS NO NOVO CONTEXTO DAS MIGRAÇÕES DO BRASIL: UMA REFLEXÃO SOBRE AS TROCAS POPULACIONAIS INTRA E INTERESTADUAIS NO QUINQUÊNIO DE 2005/2010

Denise Marques¹

Bruna Assis²

Rafael Louis³

Marden Campos⁴

INTRODUÇÃO

O estado de Minas Gerais é marcado, historicamente, por intensos movimentos populacionais, tanto internamente, entre os seus municípios, como em relação a outras regiões do país e do mundo. De acordo com os dados do Censo Demográfico de 1991, mais de 3,9 milhões de mineiros residiam em outras unidades da federação. Desse total, 45,8% residem no estado de São Paulo, seguido pelos estados da região do Centro-Oeste (16,6%) e pelo estado do Rio de Janeiro (15,7%).

Apesar dos grandes números, Lobo e Matos (2017) ressaltam o arrefecimento dos fluxos migratórios de Minas Gerais para São Paulo – principal destino dos migrantes mineiros – na década de 1980. Essa mudança no volume e padrão das trocas populacionais entre os dois estados foi resultado da diminuição da imigração e do aumento da emigração, notadamente a migração de retorno, enraizada no processo de desconcentração das atividades econômicas no país, que redirecionou os deslocamentos e reteve população nas regiões de origem (BAENINGER, 2012).

¹ Fundação João Pinheiro.

² Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

³ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

⁴ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Por outro lado, de acordo com o Censo Demográfico de 1991, foram registrados, em Minas Gerais, cerca de 812 mil imigrantes com menos de dez anos de residência na UF. Desse total, 40,9% tiveram como origem o estado de São Paulo, seguido do Rio de Janeiro (15,6%) e região do Centro-Oeste (14,8%). Há enorme importância da migração de retorno para Minas Gerais nesse processo. A partir dos anos de 1980, dos 812 mil imigrantes do estado, cerca 48,0% eram retornados. Aproximadamente 155 mil imigrantes vieram para Minas Gerais acompanhando um retornado (chamado “Efeito Indireto” da migração de retorno, por RIBEIRO, 1997). Ou seja, pode-se dizer que, no decênio de 1981/1991, cerca de 67,0% do fluxo migratório total do estado deu-se a migração de retorno (48,0% de retornados e 19,0% de Efeito Indireto) (RIBEIRO e CARVALHO, 1999).

De acordo com Garcia e Ribeiro (2005), no decênio 1991/2000, Minas Gerais recebeu cerca de 950 mil imigrantes e perdeu em torno de 936 mil indivíduos para outras unidades da federação, ou seja, depois de décadas apresentando saldos migratórios negativos, os anos de 1990 assistiram a inversão do quadro migratório para o estado, que passou a apresentar uma Taxa Líquida Migratória (TLM) positiva. Os retornados também tiveram papel importante no decênio de 1990, com participação relativa de 45,0% no total de imigrantes de Minas Gerais, no decênio. Vale destacar que, não obstante a TLM positiva de Minas Gerais, São Paulo continuou atraindo grande parte dos emigrantes do estado e recebeu, no período de 1991/2000, mais de 45,0% do total desses emigrantes.

Entre 1995 e 2000 todos os estados da região Sudeste apresentaram Saldo Migratório (SM) positivo e, entre 1999 e 2004, Minas Gerais foi a única unidade da federação da região que recebeu mais imigrantes do que perdeu emigrantes (BAENINGER, 2012). Apesar dos SM negativos de Rio de Janeiro e São Paulo, a autora ressalta a transformação desses estados em áreas de rotatividade migratória nacional no século XXI, caracterizadas por um “mesmo espaço social, sendo um fenômeno que comporta transformações na esfera social, na dinâmica econômica e cultural no local de partida e de chegada” (BAENINGER, 2012, p.94).

De acordo com Lobo e Matos (2017), é provável que em Minas Gerais estejam se formando novas centralidades migratórias, uma vez que as transformações econômicas podem ampliar e intensificar a proximidade e a interação entre regiões do próprio estado e de outras unidades da federação, como São Paulo, Rio de Janeiro e Goiás.

Diante das mudanças de posição de Minas Gerais no cenário das migrações internas no Brasil, o objetivo deste trabalho é realizar uma análise da migração do estado, a partir dos Territórios de Desenvolvimento (TD), para o quinquênio de 2005/2010. Os territórios foram agrupados em quatro categorias: 1) aqueles que perderam população para o Brasil e para Minas Gerais (outros territórios), denominados aqui por *Perde/Perde*; 2) os que perderam população para o Brasil e receberam população de Minas Gerais, nomeados por *Perde/Ganha*; 3) os territórios que atraíram mais população do Brasil e da própria UF, do que expulsaram, o *Ganha/Ganha*; e 4) os Territórios de Desenvolvimento que ganharam população do Brasil e perderam para os demais territórios do estado, *Ganha/Perde*.

O texto está estruturado em mais duas seções, além desta introdução e das considerações finais. Na segunda seção são apresentadas as bases de dados, as tipologias de análise dos 17 Territórios de Desenvolvimento e as variáveis selecionadas para compreender o perfil dos migrantes. Em seguida, apresentam-se, descritivamente, os resultados da migração de/para Minas Gerais, sob o prisma das quatro tipologias criadas no artigo.

DADOS E MÉTODO

Os dados utilizados neste trabalho são provenientes do Censo Demográfico brasileiro de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foram considerados na análise apenas os migrantes de data-fixa, isto é, aquelas pessoas que tinham cinco anos ou mais de idade, na data de referência da pesquisa, e que declararam como residência, há cinco anos antes da data do Censo Demográfico, um município diferente daquele município onde foram recenseadas, em 2010. A vantagem de se utilizar as informações de data-fixa reside na possibilidade de cálculo do número de imigrantes, emigrantes e, consequentemente, do saldo migratório e taxa líquida de migração (BAPTISTA, 2017). Por outro lado, não são captados os fluxos que ocorrem dentro do quinquênio.

Neste trabalho, os Territórios de Desenvolvimento (TD) foram agrupados em quatro categorias, conforme a perda/ganho de população para/do próprio estado de Minas Gerais e Brasil. São 17 TD em Minas Gerais, criados em 2015 pelo governo da nova administração do estado. Esses territórios caracterizam-se por espaços de desenvolvimento econômico e social e foram pensados para aprimorar o planejamento governamental. As categorias são as seguintes:

Quadro 1. Categorização dos Territórios de Desenvolvimento, segundo perda e ganho de população para Brasil e Minas Gerais

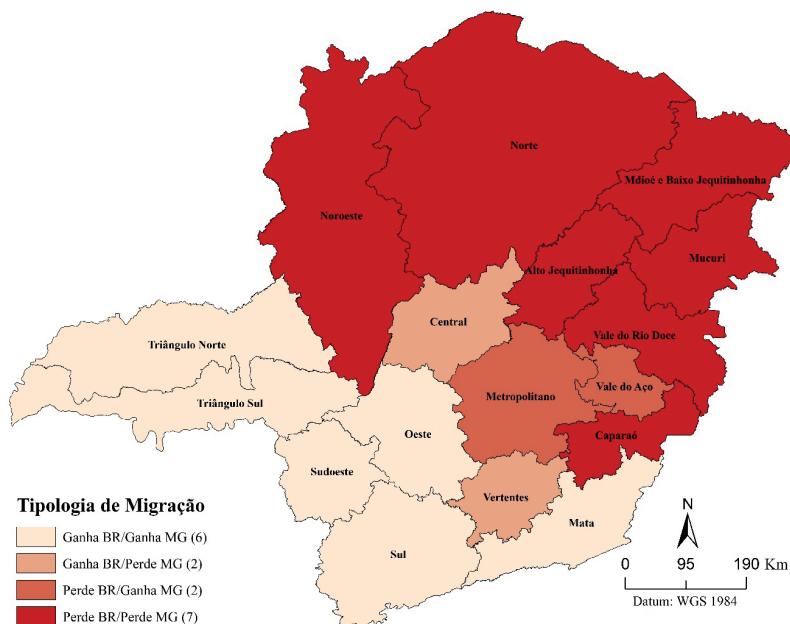
Categorias dos Territórios de Desenvolvimento	Territórios de Desenvolvimento
Perde população para o Brasil e perde população para Minas Gerais (<i>Perde/Perde</i>)	Alto Jequitinhonha, Caparaó, Médio e Baixo Jequitinhonha, Mucuri, Noroeste, Norte, Vale do Rio Doce.
Ganha população do Brasil e perde população para Minas Gerais (<i>Ganha/Perde</i>)	Central, Vertentes.
Ganha população do Brasil e ganha população de Minas Gerais (<i>Ganha/Ganha</i>)	Mata, Oeste, Sudoeste, Sul, Triângulo do Norte, Triângulo do Sul.
Perde população para o Brasil e ganha população de Minas Gerais (<i>Perde/Ganha</i>)	Metropolitano, Vale do Aço.

As características dos migrantes descritas analiticamente foram: sexo, idade, e para os migrantes com 18 anos ou mais de idade, nível de instrução e setor de atividade para aqueles que estavam trabalhando na semana de referência do Censo 2010.

RESULTADOS

Verifica-se, pela Tabela 1, que Minas Gerais, no quinquênio de 2005/2010, apresentou SM negativo de -14.104 pessoas, com o restante do Brasil. A categoria dos Territórios de Desenvolvimento mineiros denominada de *Perde/Perde* foi a que mais perdeu população para o país (-65.082 pessoas) e para o próprio estado (-74.064 pessoas), perfazendo um total de -139.147 indivíduos. A **Figura 1** mostra que os TD dessa categoria eram aqueles localizados mais na porção norte do Estado: Alto Jequitinhonha, Caparaó, Médio e Baixo Jequitinhonha, Mucuri, Noroeste, Norte e Vale do Rio Doce.

Figura 1. Minas Gerais e seus Territórios de Desenvolvimento, por tipologia de migração



Fonte dos dados básicos: IBGE. Censo Demográfico de 2010.

No geral, a categoria *Ganha/Perde*, formada pelos Territórios Central e Vertentes, também perdeu população, ou seja, embora tenha ganhado população do Brasil, a perda populacional para os demais TD do Estado foi maior, superando o total de imigrantes. Provavelmente, os emigrantes desse Território se dirigiram para os TD localizados no Sul e Triângulo mineiro – aqueles pertencentes à tipologia *Ganha/Ganha* – e mesmo para o Metropolitano – onde está a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

A categoria *Perde/Ganha*, por sua vez, teve um saldo migratório total positivo de 38.191 pessoas, com o influxo de população proveniente de Minas Gerais, maior que o refluxo para o Brasil. O Território Metropolitano apresentou SM positivo com o Brasil e o restante do Estado, de 39.456 indivíduos, ao passo que o Vale do Aço perdeu população para as duas regiões. Belo Horizonte articula municípios de seu entorno, localizados na Região Metropolitana, e do Vale do Aço, mais especificamente o aglomerado Ipatinga-Coronel Fabriciano-Timóteo, onde estão localizadas empresas exportadoras, ligadas à cadeira produtiva do aço. Belo Horizonte funciona como polo de inovação, pesquisa, tecnologia, serviços produtivos e pessoais modernos, além de atividades culturais (MOURA, 2012).

Tabela 1. Territórios de Desenvolvimento em Minas Gerais, por tipologia de migração para o restante do Estado e para o Brasil, por número de emigrantes e imigrantes e saldos migratórios – 2005/2010

Território de Desenvolvimento		Emigrantes			Imigrantes			Saldo Migratório		
		Brasil	MG	Total	Brasil	MG	Total	Brasil	MG	Total
Perde BR/ Perde MG	Alto Jequitinhonha	8.419	15.347	23.766	2.684	6.598	9.281	-5.736	-8.749	-14.485
	Caparaó	15.523	24.425	39.949	10.988	13.924	24.912	-4.535	-10.502	-15.036
	Médio e Baixo Jequitinhonha	16.984	20.624	37.608	8.110	6.962	15.072	-8.874	-13.662	-22.536
	Mucuri	16.594	17.053	33.647	8.097	7.610	15.707	-8.496	-9.443	-17.939
	Nordeste	20.323	14.951	35.274	14.633	13.815	28.447	-5.690	-1.136	-6.827
	Norte	43.597	37.319	80.916	20.275	16.984	37.259	-23.322	-20.335	-43.657
Vale do Rio Doce		18.921	26.383	45.304	10.491	16.146	26.638	-8.430	-10.237	-18.666
Subtotal		140.361	156.103	296.463	75.278	82.039	157.317	-65.082	-74.064	-139.147
Ganha BR/ Perde MG	Central	1.658	12.825	14.483	1.819	9.490	11.309	160	-3.334	-3.174
	Vertentes	7.434	15.548	22.982	8.980	14.345	23.325	1.546	-1.203	343
	Subtotal	9.092	28.373	37.465	10.799	23.846	34.634	1.707	-4.537	-2.830

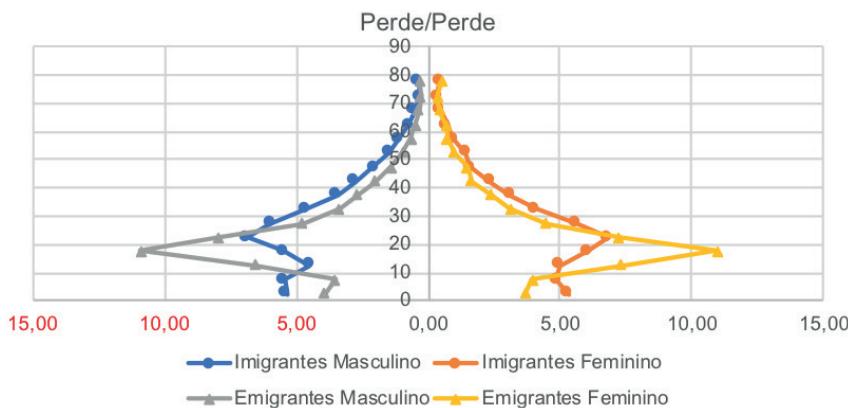
Território de Desenvolvimento		Emigrantes		Imigrantes		Saldo Migratório			
		Brasil	MG	Total	Brasil	MG	Total		
Mata	32.254	15.382	47.637	34.806	17.254	52.061	2.552	1.872	4.424
Oeste	8.084	22.278	30.361	16.262	39.181	55.442	8.178	16.903	25.081
Ganha BR/ Ganha	15.691	6.872	22.563	18.141	7.275	25.417	2.450	404	2.854
Sul	47.320	14.724	62.044	59.204	17.561	76.765	11.884	2.837	14.721
Triângulo Norte	36.194	15.864	52.058	49.162	25.343	74.505	12.968	9.479	22.447
Triângulo Sul	19.684	11.810	31.493	37.132	14.517	51.649	17.449	2.707	20.155
Subtotal	159.227	86.929	246.156	214.707	121.131	335.838	55.480	34.202	89.682
Perde BR/ Ganha	70.166	82.609	152.775	66.438	125.793	192.231	-3.728	43.184	39.456
Vale do Aço	11.780	19.958	31.737	9.298	21.173	30.472	-2.481	1.216	-1.266
MG	Subtotal	81.945	102.567	184.512	75.736	146.967	222.703	-6.209	44.399
Total	390.625	373.972	764.597	376.521	373.972	750.492	-14.104	0	-14.104

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010.

2. PERDE POPULAÇÃO PARA O BRASIL E PARA MINAS GERAIS (PERDE/PERDE)

Para o grupo dos *Perde/Perde*, verifica-se predominância de crianças e adolescentes (de 5 a 14 anos) entre os emigrantes, em relação aos imigrantes, e de adultos, a partir dos 30 anos de idade. Provavelmente, essas crianças e adolescentes migraram acompanhando algum adulto, como pai, avós, irmãos etc. Já a participação relativa dos imigrantes para os territórios desse grupo foi maior do que a dos emigrantes somente entre 15 e 29 anos. A idade mediana dos imigrantes dos territórios dessa categoria era de 27 anos e a dos emigrantes, de 24 anos. Pelo Gráfico 1 observa-se a concentração dos migrantes nas faixas etárias mais jovens, confirmando a seletividade etária da migração dos Territórios *Perde/Perde*.

Gráfico 1. Minas Gerais: imigrantes e emigrantes dos Territórios que perdem população para o Brasil e Minas Gerais, por sexo e grupos de idade – 2005/2010

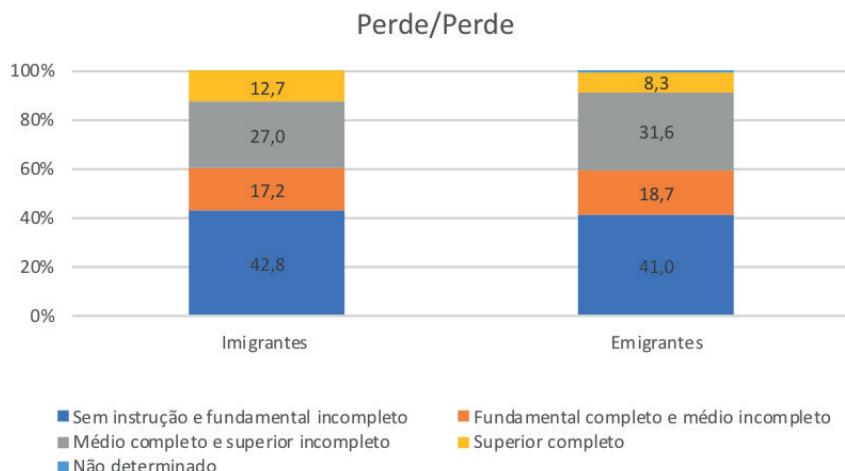


Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010.

No que diz respeito ao nível de instrução dos emigrantes do grupo *Perde/Perde*, o Gráfico 2 mostra quão elevado é o percentual de imigrantes e emigrantes sem instrução ou com fundamental incompleto – superior a 40,0%. Os Territórios desse grupo receberam mais pessoas com curso superior completo (12,7%) do que perderam (8,3%). Ou seja, neste caso específico, verifica-se uma relação entre a migração e a escolaridade dos migrantes: quanto maior a escolarização, menor a propensão de migrar, tanto para os territórios, quanto deles.

A escolaridade dos migrantes reflete em suas ocupações (Tabela 2). Grande parte dos emigrantes (26,2%) e imigrantes (27,8%) desse grupo eram trabalhadores da área de reparação e manutenção, seguidos por trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados (16,1% e 16,7%, respectivamente). Por outro lado, o menor percentual de emigrantes e imigrantes era de membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes, com 3,4% e 3,1%, respectivamente.

Gráfico 2. Minas Gerais: imigrantes e emigrantes (com 18 anos ou mais de idade) dos Territórios que perdem população para o Brasil e perdem para Minas Gerais, por nível de instrução – 2005/2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010.

Tabela 2. Minas Gerais: imigrantes e emigrantes (com 18 anos ou mais de idade e que estavam trabalhando na data de referência do Censo) dos Territórios que perdem população para o Brasil e perdem para Minas Gerais, por ocupação – 2005/2010

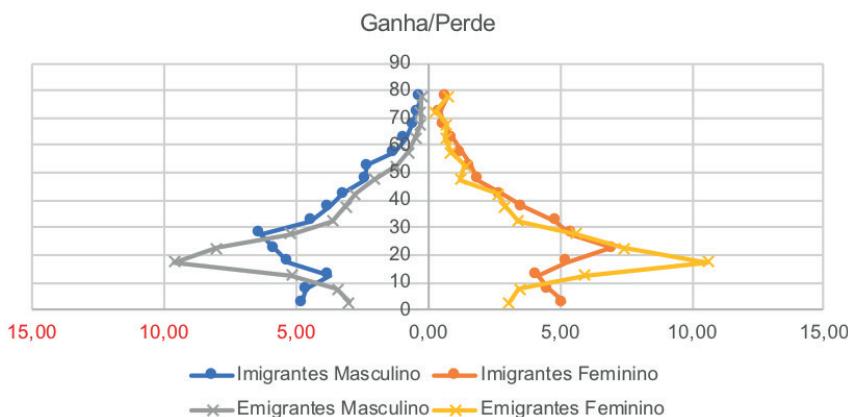
Ocupações - grandes grupos	Perde/Perde	
	Emigrantes	Imigrantes
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	5,6%	6,5%
Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, gerentes	3,4%	3,7%
Profissionais das ciências e das artes	7,8%	9,9%
Técnicos de nível médio	5,1%	5,6%
Trabalhadores de serviços administrativos	7,2%	6,5%
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	16,1%	16,7%
Trabalhadores agropecuários, florestais, caça e pesca	6,1%	5,3%
Trabalhadores da indústria extrativista e da construção civil	13,1%	12,6%
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	7,9%	7,0%
Trabalhadores de reparação e manutenção	27,8%	26,2%
Total	100,0%	100,0%

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010.

3. GANHA POPULAÇÃO DO BRASIL E PERDE PARA MINAS GERAIS (GANHA/PERDE)

Em consonância com a categoria *Perde/Perde*, os territórios do grupo *Ganha/Perde* também exportaram e importaram população jovem para os demais territórios do estado e para o Brasil (Gráfico 3). A participação dos imigrantes nos dois primeiros grupos etários (5 a 9 anos e 10 a 14 anos) era maior do que a dos emigrantes. A partir dos 15 anos há uma inversão na participação relativa, e o percentual de emigrantes torna-se superior ao de imigrantes até os 29 anos de idade, quando há, novamente, mudança de posição. Mais uma vez, pode-se inferir que o elevado percentual de crianças e adolescentes entre os imigrantes, para os territórios em questão, está relacionado ao deslocamento de outras pessoas, provavelmente de pais e/ou familiares – Efeito Indireto II da migração. A idade mediana dos imigrantes desse grupo de territórios era de 29 anos, ao passo que a dos emigrantes, era de 26 anos – três anos mais jovens.

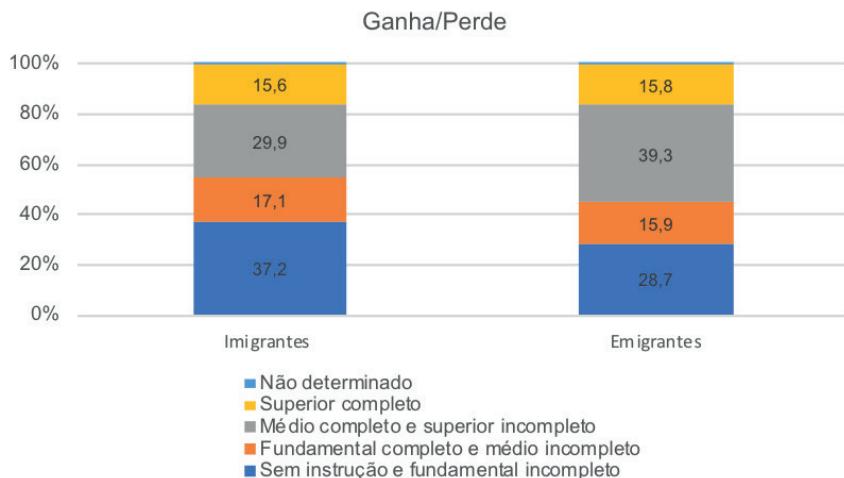
Gráfico 3. Minas Gerais: imigrantes e emigrantes dos Territórios que ganham população do Brasil e perdem para Minas Gerais, por sexo e grupos de idade – 2005/2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010.

Quanto a escolarização dos migrantes, o Gráfico 4 mostra que, do total de imigrantes que chegaram aos territórios dessa tipologia, 37,2% não tinham instrução ou possuíam somente o fundamental incompleto; 29,9% terminaram o ensino médio e iniciaram um curso superior; 17,1% possuíam o fundamental completo e o médio incompleto; e 15,6% tinham curso superior completo. Ao considerar, os percentuais das pessoas até o ensino médio incompleto, verifica-se predominância dos imigrantes em relação aos emigrantes, ou seja, esses territórios atraíram pessoas menos escolarizadas do que expulsaram.

Gráfico 4. Minas Gerais: imigrantes e emigrantes (com 18 anos ou mais de idade) dos Territórios que ganham população do Brasil e perdem para Minas Gerais, por nível de instrução – 2005/2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010.

No que diz respeito à ocupação, pela Tabela 5 observa-se que a maioria dos emigrantes e imigrantes, com 18 anos ou mais de idade, eram trabalhadores de reparação e manutenção. Entre os emigrantes, os maiores percentuais foram para os trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados (15,4%), trabalhadores da indústria extrativista e da construção civil (13,8%) e profissionais das ciências e das artes (13,0%). Entre os imigrantes, destaque para os profissionais das ciências e das artes (16,0%), para os trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados (14,4%), e trabalhadores da indústria extrativista e da construção civil (14,2%).

Tabela 5. Minas Gerais: imigrantes e emigrantes (com 18 anos ou mais de idade e que estavam trabalhando na data de referência do Censo) dos Territórios que ganham população do Brasil e perdem para Minas Gerais, por ocupação – 2005/2010

Ocupações - grandes grupos	Ganha/Perde	
	Emigrantes	Imigrantes
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	7,8%	7,0%
Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, gerentes	4,2%	5,7%
Profissionais das ciências e das artes	13,0%	16,0%
Técnicos de nível médio	8,2%	8,0%
Trabalhadores de serviços administrativos	7,0%	6,4%
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	15,4%	14,4%
Trabalhadores agropecuários, florestais, caça e pesca	4,3%	4,1%
Trabalhadores da indústria extrativista e da construção civil	13,8%	14,2%
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	7,1%	7,9%
Trabalhadores de reparação e manutenção	19,0%	16,3%
Total	100,0%	100,0%

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010.

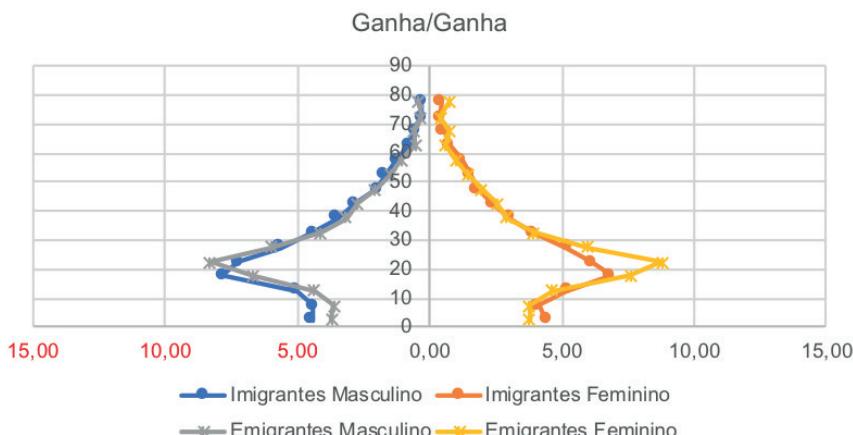
4. GANHA POPULAÇÃO DO BRASIL E GANHA POPULAÇÃO DE MINAS GERAIS (GANHA/GANHA)

Diferentemente dos dois grupos de Territórios apresentados anteriormente, a proporção de imigrantes entre 5 e 19 anos de idade e a partir dos 35 anos, com exceção do último grupo etário (80 anos e mais), foi superior à proporção de emigrantes. Os emigrantes se sobressaíram em relação aos imigrantes somente entre 25 e 34 anos, ou seja, o grupo de emigrantes dos territórios da categoria *Ganha/Ganha* que se destacaram frente aos imigrantes era um pouco mais velho do que os emigrantes que se sobressaíram sobre os imigrantes dos grupos *Perde/Perde* e *Ganha/Perde*, tanto os homens, quanto as mulheres. Essa afirmativa é confirmada pela idade mediana dos emigrantes que era de 28 anos, um ano a mais que a idade mediana dos imigrantes, 27 anos.

O Gráfico 6 mostra que o percentual de imigrantes com baixo nível de escolaridade (até o ensino médio incompleto) era bem superior ao percentual de emigrantes. Cerca de 21,0% dos emigrantes tinham en-

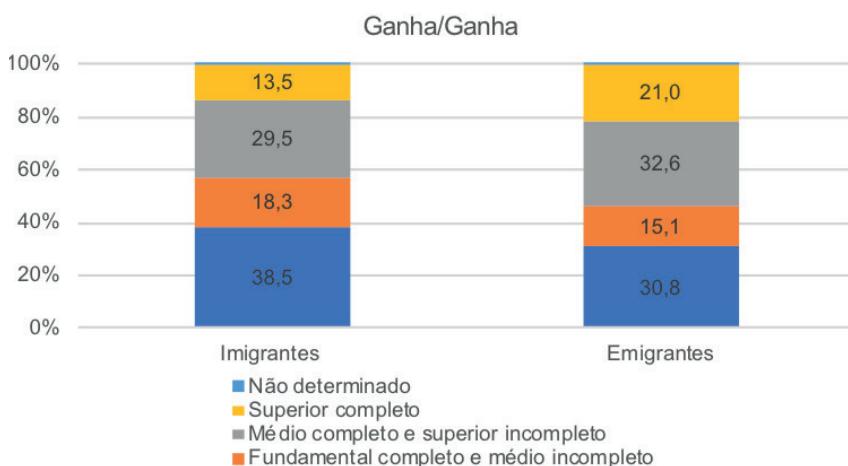
sino superior completo e 32,6% o ensino médio completo. Quanto aos imigrantes, esses percentuais eram de 13,5% e 29,5%, respectivamente. Ou seja, os territórios do grupo *Ganha/Ganha* perderam mais população com nível de instrução elevado do que ganharam.

Gráfico 5. Minas Gerais: imigrantes e emigrantes dos territórios que ganham população do Brasil e ganham população de Minas Gerais, por sexo e grupos de idade – 2005/2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010.

Gráfico 6. Minas Gerais: imigrantes e emigrantes (com 18 anos ou mais de idade) dos territórios que ganham população do Brasil e ganham de Minas Gerais, por nível de instrução – 2005/2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010.

Assim como nas demais tipologias de territórios, grande parte dos emigrantes (22,3%) e imigrantes (17,8%) eram trabalhadores de reparação e manutenção. Entre os emigrantes, destaque para os trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados, com participação relativa de 13,1%, para os profissionais das ciências e das artes (12,3%) e trabalhadores da indústria extrativista e da construção civil (11,2%). Para os imigrantes, sobressaíram-se as ocupações relacionadas aos profissionais das ciências e das artes (15,9%), trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados (14,6%) e trabalhadores da indústria extrativista e da construção civil (12,0%), nesta ordem.

Tabela 6. Minas Gerais: imigrantes e emigrantes (com 18 anos ou mais de idade e que estavam trabalhando na data de referência do Censo) dos Territórios que ganham população do Brasil e ganham população de Minas Gerais, por ocupação – 2005/2010

Ocupações - grandes grupos	Ganha/Ganha	
	Emigrantes	Imigrantes
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	6,4%	6,6%
Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, gerentes	5,7%	5,3%
Profissionais das ciências e das artes	12,3%	15,9%
Técnicos de nível médio	7,5%	8,4%
Trabalhadores de serviços administrativos	6,4%	7,2%
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	13,1%	14,6%
Trabalhadores agropecuários, florestais, caça e pesca	5,1%	3,9%
Trabalhadores da indústria extrativista e da construção civil	11,2%	12,0%
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	9,9%	8,3%
Trabalhadores de reparação e manutenção	22,3%	17,8%
Total	100,0%	100,0%

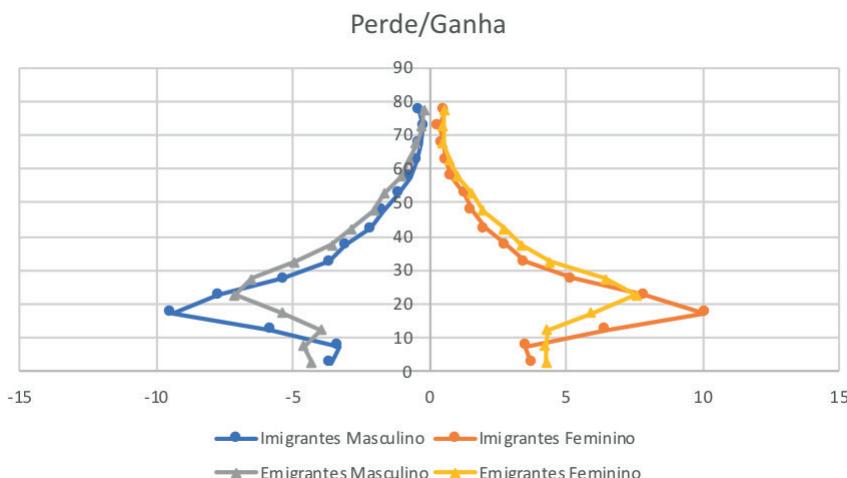
Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010.

5. PERDE POPULAÇÃO PARA O BRASIL E GANHA POPULAÇÃO DE MINAS GERAIS (PERDE/GANHA)

O perfil etário dos emigrantes e imigrantes da tipologia *Perde/Ganha* foi oposta ao perfil das três categorias de territórios apresentadas acima. A idade mediana dos emigrantes era 29 anos, enquanto a dos imigrantes, de 26 anos de idade. Pelo Gráfico 7, observa-se a predominância dos emigrantes em relação aos imigrantes em quase todos os grupos etários, com exceção de 15 a 24 anos de idade, em ambos os sexos.

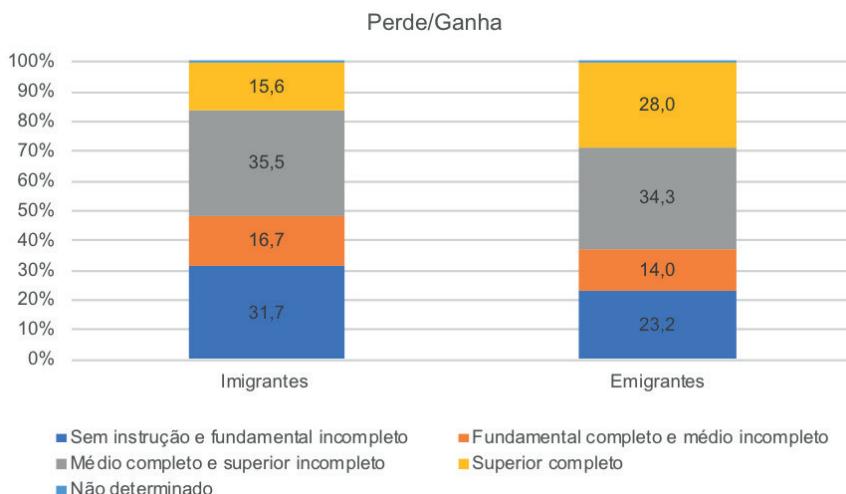
Em relação à escolaridade, conforme demonstrado pelo Gráfico 8, o percentual de imigrantes com até ensino fundamental completo era bem superior ao percentual de emigrantes. Entre os emigrantes, 28,0% tinham o ensino superior completo e 34,3% o ensino superior incompleto, ao passo que entre os imigrantes, esses percentuais eram de 15,6% e 35,5%, respectivamente.

Gráfico 7. Minas Gerais: imigrantes e emigrantes dos Territórios que perdem população para o Brasil e ganham população de Minas Gerais, por sexo e grupos de idade – 2005/2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010.

Gráfico 8. Minas Gerais: imigrantes e emigrantes (com 18 anos ou mais de idade) dos Territórios que perdem população para o Brasil e ganham de Minas Gerais, por nível de instrução – 2005/2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010.

A maioria dos emigrantes eram profissionais das ciências e das artes (16,2%) e trabalhadores de reparação e manutenção (16,0%). Entre os imigrantes, predominância dos trabalhadores de reparação e manutenção (18,7%) e dos trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados (15,9%) (Tabela 7).

Tabela 7. Minas Gerais: imigrantes e emigrantes (com 18 anos ou mais de idade e que estavam trabalhando na data de referência do Censo) dos Territórios que perdem população para o Brasil e ganham população de Minas Gerais, por ocupação – 2005/2010

Ocupações - grandes grupos	Perde/Ganha	
	Emigrantes	Imigrantes
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	6,9%	7,9%
Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, gerentes	6,6%	5,4%
Profissionais das ciências e das artes	16,2%	15,4%
Técnicos de nível médio	8,7%	8,8%
Trabalhadores de serviços administrativos	7,0%	8,6%
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	14,9%	15,9%
Trabalhadores agropecuários, florestais, caça e pesca	2,3%	1,4%
Trabalhadores da indústria extrativista e da construção civil	14,3%	12,4%
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	7,3%	5,4%
Trabalhadores de reparação e manutenção	16,0%	18,7%
Total	100,0%	100,0%

Fonte dos dados básicos: IBGE. Censo Demográfico de 2010.

DISCUSSÃO

Os resultados apresentados mostram uma intensa dinâmica migratória para todos os TDs do estado. A diversidade socioespacial encontrada em Minas Gerais, entretanto, faz com que suas regiões apresentem características bastante diferentes em relação aos fluxos migratórios. Enquanto algumas áreas ganham população tanto de outras regiões de Minas Gerais quanto do Brasil, outras perdem população para todos esses espaços. Por outro lado, algumas regiões atuam como “distribuidores externos” de população, ganhando população de outras áreas de Minas Gerais e perdendo população para o restante do Brasil, enquanto outras podem ser consideradas “distribuidores internos” ao ganhar população do Brasil e perder população para outras áreas do estado. Nesse contexto, torna-se cada vez mais evidente o reposicionamento do estado, em relação às migrações internas do Brasil, no século XXI.

Essas trocas populacionais ainda podem ser entendidas sob a ótica neoclássica das teorias da migração ou mesmo da abordagem histórico

estruturalista, já que os desequilíbrios regionais de oferta de emprego e renda, e estagnação econômica de algumas áreas do estado, em contrapartida ao dinamismo de outras, podem ser apontados como fatores de expulsão e atração populacional. Vale destacar que a compreensão da migração de/para Minas Gerais sob tais perspectivas não é estanque e que fatores mais complexos estão envolvidos nesse processo de ida e vinda de população. Carvalho e Rigotti (2015) destacam o papel da migração no crescimento populacional dos municípios de Teófilo Otoni e Governador Valadares, cidades médias localizadas nos territórios do Mucuri e Vale do Rio Doce. Os autores acreditam que a estagnação econômica desses municípios foi a principal responsável pela expulsão de população em direção às regiões mais dinâmicas do próprio estado e do País. Na ausência de migração, a população de Governador Valadares seria quase 3,0% maior que a população recenseada no município, em 2010, e a população de Teófilo Otoni, 2,5% superior (CARVALHO e RIGOTTI, 2015).

Vale destacar que os municípios de Teófilo Otoni e Governador Valadares se caracterizam por serem centros regionais e que a estagnação econômica vivenciada por eles, provavelmente, afetou a população de municípios menores, pertencentes às suas áreas influência. Segundo Carvalho e Rigotti (2015), a porção sul do estado de Minas Gerais vem recebendo muito emigrantes de São Paulo, devido à desconcentração populacional da Região Metropolitana de São Paulo. Varginha e Pouso Alegre, por exemplo, localizadas no Território Sul apresentaram, no quinquênio de 2005/2010, Saldos Migratórios positivos e se, não tivesse ocorrido migração no período, suas populações seriam, respectivamente, 0,61% e 4,73% menores do que a população enumerada, em 2010. Já a região do Triângulo sofre influência do oeste do estado de São Paulo, forte nas atividades do agronegócio, o que vem atraindo também muitos imigrantes provenientes de São Paulo (LOBO e MATOS, 2017). Juiz de Fora, município localizado no TD Mata, também na categoria *Ganha/Ganha*, vem atraindo e retendo um elevado volume de população, desde a década de 1980. O município sofre forte influência do estado do Rio de Janeiro, principalmente da indústria petrolífera (CARVALHO e RIGOTTI, 2015).

Os resultados também mostram que as migrações para/de Minas Gerais são seletivas por idade, com prevalência de jovens adultos no total de migrantes. Chama a atenção o elevado volume de crianças e adolescentes no total de migrantes que, muito provavelmente, realiza-

ram o movimento acompanhando os pais ou algum parente, impactando a composição etária das regiões de origem e destino. Quanto à escolaridade, os dados revelam heterogeneidade entre os imigrantes e emigrantes, por categorias de territórios criadas. Verifica-se que os Territórios *Perde/Perde* importaram mais população com curso superior do que exportaram, ao passo que aqueles localizados na categoria *Ganha/Perde* receberam mais população, com até o ensino fundamental incompleto, do que perderam. As tipologias *Ganha/Ganha* e *Perde/Ganha*, por sua vez, receberam mais pessoas com curso superior completo do que perderam para outras regiões. Supostamente, essa característica dos migrantes está relacionada ao tipo de atividade econômica presente no destino dos fluxos e estudo mais aprofundados podem ajudar as interpretações. Por outro lado, a ocupação dos migrantes no destino não revelou grandes diferenças. Apesar da escolaridade, que foi bastante heterogênea, estar diretamente relacionada ao tipo de atividade profissional que as pessoas exercem, nas quatro tipologias de Território houve prevalência *trabalhadores de reparação e manutenção* e somente entre os imigrantes para os TD localizados no *Ganha/Ganha* e no *Perde/Ganha* é que os trabalhadores das ciências e das artes se destacaram, ou seja, somente nessas duas categorias é que a relação entre escolaridade dos imigrantes e ocupação aparece de forma evidente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAENINGER, R. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. *Rer.Inter.Mob.Hum.*, n.39, p. 77-100, 2012.
- BAPTISTA, E.A. Detecção de clusters migratórios no Brasil. *Revista da Anpege*, v.13, n.22, p.40-56, 2017.
- CAMPOS, M.B. *Migração de idosos de São Paulo para Minas Gerais nas décadas de 1980 e 1990*. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, 2010.
- CARVALHO, R.C. e RIGOTTI, J.I.R. As migrações nas cidades médias de minas gerais e seus impactos no crescimento e na composição por sexo e idade da população no período 1980-2010. *Rebep*, v.32, n.2, p.235-256, 2015.
- GARCIA, R.A. e RIBEIRO, A.M. Movimentos migratórios em Minas Gerais: efeitos diretos e indiretos da migração de retorno – 1970-1980, 1981-1991 e 1990-2000. *Rebep*, v. 22, n. 1, p. 159-175, 2005. Disponível em: https://www.rebep.org.br/re-vista/article/viewFile/262/pdf_243 Acesso em: 09 mar. 2018.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Microdados do Censo Demográfico de 2010*. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/cen->

so2010/resultados_gerais_amostra/resultados_gerais_amostra_tab_uf_microdados.shtm> Acesso em: 03 jan. 2016.

LOBO, C. e MATOS, R. A migração para Minas Gerais: o retorno de mineiros e a imigração paulista nas últimas décadas. IN: Encontro Nacional sobre Migração, X. Anais... Abep, 2017, p. 178-190.

MOURA, R. A dimensão urbano-regional na metropolização contemporânea. *EURE*, v.38, n. 115, p.5-31, 2012.. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612012000300001 Acesso em: 09 mar. 2018

RIBEIRO, J.T.L. *Estimativa da migração de retorno e de alguns de seus efeitos demográficos indiretos no nordeste brasileiro, 1970/1980 e 1981/1991*. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997.

RIBEIRO, J.T.L. e CARVALHO, J.A.M. A imigração para Minas Gerais no período 1981/1991, com especial enfoque na migração de retorno. *Rebep*, v.16. n.1/2. 1999. p. 99-109. Disponível em: https://www.rebep.org.br/revista/article/viewFile/396/pdf_372. Acesso em: 20 fev. 2018.

MOBILIDADE PENDULAR E A REDISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO NAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA DAS CAPITAIS REGIONAIS DO INTERIOR DE MINAS GERAIS

Paulo Fernando Braga Carvalho¹

Carlos Lobo²

INTRODUÇÃO

Além das controvérsias que envolvem a difusão de expressões como reversão da polarização, desconcentração e desmetropolização, para análise do caso brasileiro, há um relativo consenso acerca da existência de evidências empíricas atuais de redução do ímpeto de crescimento populacional das principais metrópoles. Embora o processo de urbanização no Brasil seja recente, intensificado especialmente na segunda metade do século passado, os dados referentes aos últimos censos demográficos não confirmam tendências reais de dispersão espacial da população (MARTINE, 1994; MATOS, 1995; CUNHA, 2003; LOBO, 2009; LOBO e MATOS, 2011). Destarte, os significados das diversas formas de mobilidade espacial da população têm ganhado cada vez mais relevância no debate acadêmico na atualidade. Cabe destacar, afora as tradicionais contribuições da economia regional e da demografia (RICHARDSON, 1980; REDWOOD III, 1984; TOWNROE e KEEN, 1984; AZZONI, 1986; DINIZ, 1993), que já investiu substancialmente na análise dos fluxos migratórios, a necessidade de avaliar o significado da mobilidade pendular no espaço não metropolitano, especialmente em virtude da atuação de destaque que os centros regionais vêm assumindo na dinâmica econômica regional.

1 Doutor em Geografia. Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da PUC-MINAS.

2 Doutor em Geografia. Professor dos Programas de Pós-Graduação em Geografia e em Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais, ambos do IGC/UFMG.

Diante desse contexto, o propósito deste artigo é avaliar o poder de atração dos centros regionais dos fluxos pendulares e a conformação da rede de cidades no interior do estado de Minas Gerais. Para tanto, foram utilizados os microdados amostrais dos Censos Demográficos de 1980 e 2010, tendo como unidades espaciais o recorte municipal definido nos recenseamentos dos respectivos anos. Essas bases permitem identificar os movimentos específicos de residência para o local de trabalho ou estudo por meio de uma matriz de origem e destino que representa a mobilidade populacional entre os municípios mineiros.

A análise desses fluxos ditos pendulares permitiu avaliar dimensões ainda pouco exploradas nos estudos sobre a dinâmica e distribuição espacial da população. Trazer indicadores sobre essa forma específica de mobilidade populacional, dada sua natureza dinâmica e fluida, pode fomentar uma reflexão mais ampla sobre a redefinição das diretrizes de ação e do público alvo das políticas de gestão e planejamento regional no estado. Os diferentes níveis de dependência econômica frequentemente refletem arranjos territoriais específicos, identificados, por exemplo, pela baixa intensidade de mobilidade interna ou insuficiência do mercado de trabalho e do sistema educacional local.

DESCONCENTRAÇÃO OU DISPERSÃO? CONTROVÉRSIAS E EVIDÊNCIAS SOBRE O SIGNIFICADO DA MOBILIDADE ESPACIAL DA POPULAÇÃO

A partir de meados do século passado, alguns modelos teóricos e evidências empíricas foram utilizados para tentar explicar tendências de redistribuição da população e das atividades econômicas. Um dos trabalhos de referência foi proposto por Richardson (1980). Nessa obra, tal autor estabeleceu como premissa central a ideia de que o crescimento continuado da concentração das atividades econômicas não levaria a um perpétuo aumento da eficiência, pois os benefícios marginais derivados da escala urbana e das vantagens de aglomeração tendem a diminuir a partir do momento em que o centro urbano atinge um determinado tamanho. Para Richardson, o processo de reversão da polarização caracteriza-se exatamente pela mudança de tendência na concentração econômico-espacial, a partir da qual ocorreria a dispersão espacial centrífuga (para fora da região central).³

3 São várias as tentativas de avaliar empiricamente o processo de desconcentração/dispersão econômica e demográfica. Champion (1987), por exemplo, enfatiza espe-

No caso brasileiro, algumas tentativas de aplicação desses modelos foram propostas. Ainda que particularidades estruturais e conjunturais ofereceram dificuldades adicionais, Townroe e Keen (1984), ao avaliarem o caso paulista, apresentaram algumas evidências concretas de reversão da polarização no estado entre 1970 e 1980. Além da queda na participação relativa da população do núcleo, esses autores identificaram sinais adicionais de desconcentração espacial. Azzoni (1986) contesta o fato de o tamanho da cidade ser considerado o melhor indicador de economias de aglomeração. Para Azzoni a atração regional transcenderia a atração de uma cidade, a despeito de os custos locacionais serem essencialmente urbanos. Longe de constituir um sinal de reversão da polarização, tomando como exemplo o caso de São Paulo, estariamos mais próximos de um espraiamento da indústria dentro da área mais industrializada do país, em um processo de “desconcentração concentrada” (AZZONI, 1986).

Diniz (1993), contudo, considera que o “espraiamento” industrial brasileiro não ocorreu apenas dentro do limitado raio de 150 km da área metropolitana de São Paulo. Após a incontestável concentração econômica e demográfica verificada até o final da década de 1960, iniciou-se, em um primeiro momento, o processo de reversão dessa polarização. Entretanto, a desconcentração não teria ocorrido de modo ampliado, mas sim em espaços seletivos bem equipados e ricos em externalidades. Em seguida haveria a relativa reconcentração no polígono definido pela região formada por Belo Horizonte-Uberlândia-Londrina/

cificamente dados demográficos, utilizando estimativas oficiais anuais da população para examinar mudanças na escala de deslocamento urbano-rural da população britânica desde os anos 1960. Os resultados revelaram que o nível de desconcentração da população no âmbito regional atingiu seu ápice no início da década de 1970. Desde então, a taxa de perda de população observada em Londres e em várias outras grandes cidades diminuiu acentuadamente. Os resultados sugerem que os diferenciais da taxa de crescimento da população entre a Grã-Bretanha metropolitana e não metropolitana estreitou entre os anos 1970 e 1980. Ao contrário da experiência dos EUA e de outros países europeus, a Grã-Bretanha, em meados dos anos 1980, experimentou um ressurgimento do crescimento não metropolitano, que teve impacto generalizado em todo o país (CHAMPION, 1994). Lipshitz (1996), ao examinar a população e a migração em Israel, no período de 1948-1992, observou que a característica mais comum foi uma desaceleração ou mesmo reversão na tendência da concentração, que vem operando amplamente, ainda que os resultados não sejam generalizados para todas as regiões do país. Uma das conclusões do estudo foi que a maioria das pessoas que se desloca de regiões centrais escolheu como seus destinos as periferias metropolitanas.

Maringá-Porto Alegre-Florianópolis-São José dos Campos-Belo Horizonte. Observações feitas por Matos (1995) convergem parcialmente com as interpretações de Azzoni (1986) e Diniz (1993) no que se refere ao controverso alcance espacial da desconcentração. Contudo, esse alcance vai muito além do campo aglomerativo de Azzoni ou do polígono de desenvolvimento de Diniz. A discutida desconcentração se dá pelos interstícios da rede urbana brasileira em expansão nos últimos 50 anos, a despeito do fato de que boa parte da expansão da urbanização nas últimas décadas deriva dos efeitos multiplicadores de espraiamento da concentração urbana e industrial do Sudeste (MATOS, 1995). Lobo e Matos (2011), ao analisarem a dispersão espacial no Brasil nas décadas de 1980 a 2000, utilizando-se dos fluxos migratórios internos, embora não confirmem a integralidade da reversão da polarização nos termos de Richardson, nem a suposta desconcentração econômico-demográfica destacada por Redwood III (1984), oferecem alguns sinais de dispersão espacial da população, especialmente para o caso da Região de Influência de São Paulo. Nessa região, o volume dos fluxos migratórios direcionados para os principais polos de atração sugere tratar-se de formas de “dispersão polinucleada” (LOBO, 2009).

Diferentemente da migração, a mobilidade pendular diz respeito ao movimento intermunicipal realizado por indivíduos que se deslocam do domicílio de residência até onde trabalham ou estudam. As análises dessa forma de mobilidade envolvem frequentemente fluxos entre municípios, em geral próximos ou limítrofes por meio de deslocamentos de curta distância.⁴ Contudo, a mobilidade pendular apresenta reflexos e efeitos demográficos similares aos fluxos migratórios, uma vez que a unidade espacial de referência experimenta um acréscimo populacional temporário ao longo do dia. A própria definição de Região Metropolitana como recorte para execução de políticas públicas, de acordo com Cruz (2010), apresenta obstáculos tendo em vista a existência de expressivas diferenças internas, inclusive no nível de coesão entre os municípios metropolitanos. Para esse autor, nesse mesmo trabalho, existe um impasse em relação à unidade adequada para o planejamento no âmbito metropolitano. Ainda que exista uma tendência de que nos espaços mais adensados os relacionamentos com

4 Ainda que os trajetos menos distantes sejam mais frequentes, o tempo de deslocamento pode ser relativamente alto, haja vista a não existência de vias de boa qualidade, bem como meios de transporte pouco eficientes, especialmente se existirem trechos com alto grau de densidade populacional.

o core metropolitano sejam mais intensos, o adensamento territorial potencializa as relações sociais e econômicas no espaço metropolitano, o que pode ter efeito na redução dos custos de transportes e na expansão da infraestrutura, dinamizando a mobilidade espacial da população. Pode-se, sobre esse aspecto, considerar que a pendularidade seja uma consequência da mobilidade metropolitana, determinada pela expansão dos vetores de expansão do tecido urbano para além do core metropolitano. Isso reflete escolhas residenciais de segmentos da população na expectativa de que externalidades positivas compensem os custos adicionais da distância ao trabalho, ou, no caso dos trabalhadores de baixa renda, a ação excludente do mercado imobiliário e/ou do mercado de trabalho (BRITO e SOUZA, 2005).

Há, ainda, segundo Pereira e Herrero (2009, p.22), “fluxos pendulares do tipo desconcentração produtiva”, indicando “um possível processo de integração metropolitana multipolarizada, reforçando a dinamização de subcentros econômicos da região e apontando novos eixos de expansão urbana e demanda viária”.⁵ Verifica-se, em geral, que o core metropolitano, mesmo que a mobilidade na periferia tenha expe-

⁵ Souza e Brito (2008) analisaram o processo de expansão urbana de Belo Horizonte e da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) em direção ao município de Ribeirão das Neves. Tendo como fonte de dados os censos demográficos de 1991 e 2000 e as pesquisas origem-destino de 1992 e 2002, os resultados apresentados indicaram que essa expansão urbana em direção a Ribeirão das Neves não se relaciona ao dinamismo econômico do município, mas sim a um processo de exclusão sócio/espacial em Belo Horizonte. Isso devido ao fato de que Ribeirão das Neves atrai um grande contingente populacional, principalmente por meio da dinâmica de seu mercado imobiliário, caracterizado por alto grau de informalidade. Nesse trabalho, com base na OD (2002), esses autores observaram que 70% dos trabalhadores de Ribeirão das Neves moraram anteriormente em Belo Horizonte, sendo que, 30% trabalhavam informalmente na Capital Mineira (SOUZA e BRITO, 2008). Lobo et al. (2015), com base nos dados referentes a mobilidade pendular, utilizando as bases dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, também avaliaram o nível de centralidade e de dispersão espacial na RMBH. Os resultados apresentados por esses autores apontaram para uma pequena redução na proporção dos fluxos diários do tipo residência/trabalho no sentido periferia/núcleo e um crescimento mais expressivo tanto absoluto, como relativo, dos deslocamentos na direção núcleo/periferia (denominados de pendularidade inversa). Como exemplo, verifica-se que o município de Confinis teve um acréscimo superior a 300%. Destacam-se, ainda, tanto em termos relativos como absolutos, Nova Lima e Betim, que apresentaram um incremento em torno de 50%. As evidências sugerem que parece ocorrer o fortalecimento de determinadas centralidades além do core metropolitano, que tem induzido uma mobilidade ampliada no espaço metropolitano (LOBO et al., 2015).

rimentado um incremento considerável, mantém sua influência como fornecedora de postos de trabalho e serviços, principalmente para os ditos “municípios dormitórios”. Ao avaliar o caso francês, analisando as áreas metropolitanas de Paris, Lyon e Marseille, Aguilera (2005) observou que, ao longo da última década, as mudanças na localização dos empregos e das pessoas levaram a um crescimento do emprego, ainda que tivesse ocorrido uma queda no número de trabalhadores residentes. Os resultados obtidos por esse autor, nesse mesmo trabalho, permitiram identificar um crescimento no número de viagens de deslocamento entre os subcentros e entre alguns municípios localizados fora da área metropolitana, de modo a elevar a distância média de deslocamento.

Na literatura nacional existe um amplo investimento teórico e conceitual sobre o processo de urbanização no Brasil, bem como seus impactos nas condições de vida da população e nas formas e arranjos regionais metropolitanos. Como destacou Reis (2006), o conteúdo da urbanização varia em diferentes níveis espaciais e envolve diversidades e articulações em espaços urbanos e regionais, o que requer a incorporação da análise das relações entre centro e periferia, em suas múltiplas escalas. O processo de dispersão urbana, como descreve esse autor, caracteriza-se pelo esgarçamento do tecido urbano, com a urbanização estendendo-se pelo território, incluindo núcleos urbanos separados por vazios intersticiais, mantendo vínculos estreitos e um único sistema urbano. Formam-se constelações ou nebulosas de núcleos urbanos de diferentes dimensões, integrados às aglomerações urbanas metropolitanas e submetropolitanas, com o sistema de vias de transporte inter-regionais utilizado como apoio ao transporte diário (REIS, 2006).

Para Limonad (2011), embora possa haver uma difusão da dispersão urbana em diversas partes do mundo, ainda persistem formas de urbanização intensiva. Não obstante ambas levarem a uma expansão territorial da malha urbana, diferem na forma final que essa expansão assume. Ao tecido urbano esgarçado, fragmentado e pulverizado da urbanização extensiva, característico do que Francesco Indovina denominou de arquipélago metropolitano, contrapõem-se grandes aglomerações urbanas com alta densidade, onde se reforça a primazia da metrópole e da cidade concentrada e compacta. No Brasil essa dispersão assume diversas manifestações quanto a localização espacial, seja enquanto forma de expansão das periferias metropolitanas, pela multiplicação dispersa de pequenos aglomerados urbanos em bacias

de emprego ou sob a forma de clusters industriais, de serviços ou turísticos acompanhados muitas vezes pela formação de condomínios ou megacondomínios fora das áreas urbanas (LIMONAD, 2011).

Cruz (2010) acredita que a definição de Região Metropolitana como recorte para execução de políticas públicas apresenta obstáculos, tendo em vista que existem expressivas diferenças internas, inclusive no nível de interação entre os municípios metropolitanos. Para esse autor, existe um impasse com relação à unidade (recorte) adequada para o planejamento no âmbito metropolitano. Na maioria das vezes parte-se de um recorte territorial definido *a priori* e não de uma análise na qual os deslocamentos pendulares definam a extensão da área a ser considerada como dispersa (OJIMA, 2011).⁶

Levando em consideração não apenas os deslocamentos pendulares, mas também os processos de reconfiguração territorial e espacial das metrópoles e suas regiões de influência como formas de possíveis delimitações das áreas consideradas dispersas, chega-se ao conceito de cidade-região, essencial para o entendimento de tais processos. Contudo, Lencioni (2003) oferece um melhor entendimento dos processos socioespaciais contemporâneos de dispersão regional, em que trabalha os mecanismos de reestruturação produtiva e integração regional provocada por uma cisão territorial das indústrias na área metropolitana de São Paulo. É importante entender a cidade-região como uma configuração dos processos socioeconômicos e socioespaciais na contemporaneidade, em que este conceito se enquadra em um contexto de dispersão populacional das metrópoles, evidenciados pelos deslocamentos pendulares.

Os espaços onde estas cidades-regiões ocupam são característicos de grandes interações. Como demonstrado por Castelo Branco (2005) existe uma tendência de que nos espaços mais adensados os relacionamentos com o core metropolitano sejam mais intensos. Portanto, a densificação territorial potencializa as relações socioeconômicas no âmbito metropolitano, o que pode contribuir na redução dos custos de transportes e da sua infraestrutura, potencializando a mobilidade

6 Pode-se, dessa forma, como apresenta Ojima (2011), seguir duas opções: 1) pré-definir qual é o limite territorial que estamos tratando (município A, região metropolitana B etc) e buscar analisar a dispersão urbana e os deslocamentos populacionais dentro desse recorte; ou 2) definir, a partir dos deslocamentos populacionais, a extensão do território que deverá ser considerado como o recorte de estudo.

espacial da população.⁷ A chamada mobilidade pendular passa ser um dos fenômenos característicos da realidade metropolitana, que, conforme destacou Jardim (2011), reflete diretamente a expansão do território metropolitano, indicando, do ponto de vista social e geográfico, a emersão de novas centralidades. Como sugerem Moura et al. (2005), a intensidade da pendularidade populacional é um indicador chave da extensão da urbanização no território, constituindo uma informação útil à delimitação de grandes áreas urbanas.⁸ O próprio *bureau* do Censo dos Estados Unidos utiliza o movimento pendular por motivo de trabalho na definição e delimitação de grandes conjuntos metropolitanos. Na França, o *Institut National de la Statistique et des Études Économiques* usa esse mesmo indicador na identificação de polarização de uma área urbana.

Conceitualmente, a mobilidade pendular caracteriza-se, portanto, como o movimento realizado por indivíduos que se deslocam entre unidades espaciais definidas, delimitadas pelo seu local de residência e onde trabalha ou estuda. Essas unidades espaciais frequentemente são tomadas por municípios, em geral relativamente próximos ou limítrofes, o que normalmente envolve deslocamentos de curta distância. Nesses trajetos menos distantes podem, contudo, ser necessárias horas ao deslocamento. Ainda que seja conceitualmente distinta dos movimentos migratórios, que envolvem a mudança deliberada e usual do local de residência, a mobilidade pendular apresenta reflexos e efeitos similares demograficamente, uma vez que a unidade espacial de refe-

7 Como demonstrado por Lobo (2016), de modo geral, a análise sobre a mobilidade pendular no Brasil, identificada pelo Censo Demográfico de 2010, indica dois pontos centrais de conclusões: “1º) há um importante incremento na mobilidade pendular envolvendo as principais metrópoles brasileiras e os municípios de suas respectivas Unidades da Federação; 2º) que esse crescimento foi predominante direcionado para as periferias metropolitanas, embora tenha ocorrido um crescimento no volume e no número de municípios mais distantes que abrigam populações que trabalham ou estudam no core metropolitano” (LOBO, 2016, p. 296).

8 Assim, como demonstraram Frey e Speare Jr. (1992), “essas transformações na forma de assentamento definiriam um novo conceito de “área metropolitana”, como “forma ampliada de vida local caracterizada por alta densidade de movimento pendular, que passa a ser o principal indicador do espaço de atividade da comunidade. A discussão do movimento é, portanto, indissociável da de mobilidade, que vai caracterizar a vida urbana atual, acentuando a importância dos transportes, sobretudo o individual” (MOURA et al., 2005, p.122).

rência experimenta um acréscimo populacional temporário, que pode ser significativo em determinados momentos do dia.

A pendularidade também pode envolver outro tipo de configuração urbana: aquela que diz respeito à mobilidade de famílias/pessoas de alta renda, que residem nos chamados condomínios fechados e se deslocam diariamente para outros municípios do entorno para trabalhar ou estudar. Esse fenômeno é, dentre outros aspectos, decorrente da busca por uma esperada melhor qualidade de vida, especialmente por esperadas amenidades ambientais, incluindo a suposta condição de menor violência em determinados municípios de menor porte. Pode-se, sobre esse aspecto, também considerar que a pendularidade seja uma consequência da mobilidade metropolitana determinada pela expansão dos vetores de expansão do tecido urbano do core metropolitano. Isso reflete escolhas residenciais de segmentos da população na expectativa de que externalidades positivas compensam os custos adicionais da distância ao trabalho, ou, no caso dos trabalhadores de baixa renda, a ação excludente do mercado imobiliário e/ou do mercado de trabalho (BRITO e SOUZA, 2005). Se alguns municípios se “beneficiam” do aumento provisório da população, dado o incremento da demanda de vários serviços locais, outros apresentam uma condição bem diferenciada fora do turno laboral, característica das conhecidas “cidades-dormitórios”, que foi objeto de preocupação em face de condição “pouco animada” do ponto de vista urbanístico, como pela infraestrutura urbana precária, parcelamentos irregulares e alto volume de trabalhadores pouco qualificados, que marcada por uma “paisagem dominada por moradias inacabadas, produto da autoconstrução ou mutirão, é algo bastante conhecido nas periferias das metrópoles brasileiras” (LOBO, 2016, p. 290).⁹ Para Ojima (2010, p. 126), pode-se supor que “que o padrão de cidades-dormitório com baixo dinamismo econômico só passa a existir quando a proporção de movimentos pendulares é mais elevada, em torno de 40% da população ocupada”.¹⁰

9 Há, como esclarece Ojima (2010, p.398), “uma associação quase que imediata do processo desmetropolização ao surgimento das “cidades-dormitório” baseado no modelo dicotômico “centro-periferia”.

10 Ao considerar o percentual da população economicamente ativa ocupada entre 15 a 64 anos que se desloca para o núcleo metropolitano, pode-se considerar alguns exemplos de municípios dormitórios da RMBH, Ibirité (51%), Ribeirão das Neves (57%), Sabará (63%), Santa Luzia (50%) e Vespasiano (49%), conforme dados do Censo Demográfico de 2010 (OJIMA, 2010).

Afora as controvérsias teóricas/conceituais e as evidências empíricas trazidas sobre as variações e real abrangência da dispersão urbana/metropolitana no caso brasileiro, parece não haver dúvidas sobre a necessidade de uma maior reflexão sobre as particularidades de cada uma das regionais metropolitanas do país. Dessa forma, a pendularidade pode servir como um importante parâmetro de apoio a gestão das formas de mobilidade metropolitana. Como indicador síntese da interação socioeconômica entre municípios, a pendularidade também retrata a capacidade de deslocamento da força de trabalho e da população em atividade escolar, não raro consideradas variáveis definidoras do nível de polarização e influência regional (CASTELLO BRANCO; FIRKOWSKI e MOURA, 2005; DURANTON, 2013; OJIMA, 2011).

OS RECORTES REGIONAIS, BASE DE DADOS E A METODOLOGIA DE ANÁLISE

A análise da hierarquia urbana brasileira faz parte de uma tradição que remonta pelo menos aos anos 1960, inclusive com histórico investimento do IBGE. Os níveis de hierarquia urbana e a delimitação das regiões de influência das cidades brasileiras constam de estudos anteriores que foram realizados pelo IBGE, que tiveram como base a aplicação de questionários que permitiram a investigação da intensidade dos fluxos de consumidores em busca de bens e serviços nos anos de 1966, 1978 e 1993. A atual proposta de hierarquização e regionalização (IBGE, 2007), publicada em 2008, retoma a concepção original utilizada nos primeiros trabalhos realizados pelo IBGE, que resultaram em um clássico estudo: a divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas, de 1972. Na REGIC 2007 foi privilegiado o conceito de gestão do território, como definido por Corrêa (1995).¹¹

A classificação de hierarquia na rede de cidades, resumidamente, privilegiou dois níveis de centralidade: a da *gestão federal*, mensurada a partir da existência de órgãos do Poder Executivo e do Judiciário Federal; e a da *gestão empresarial*, que se refere à presença de diferentes equipamentos e serviços (comércio e serviços, instituições financeiras, ensino superior, saúde, internet, redes de televisão aberta e

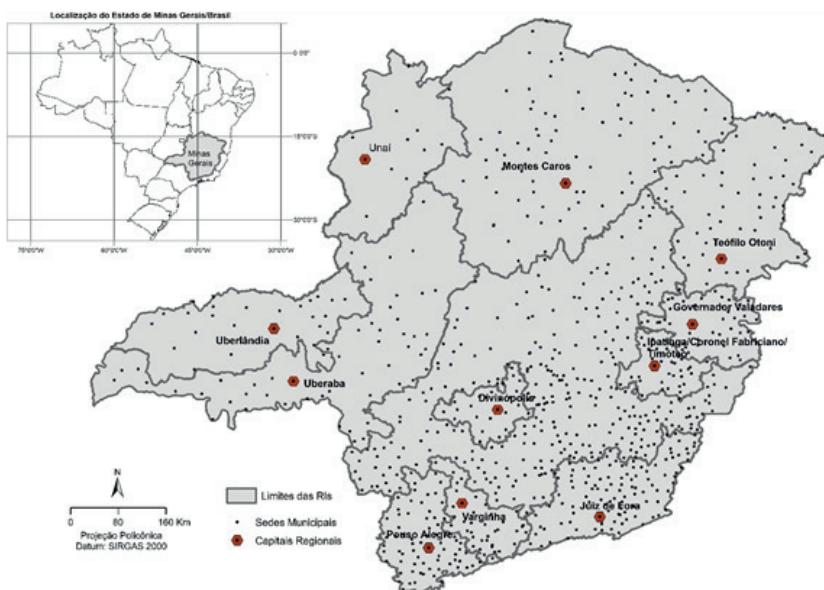
¹¹ Para esse autor, o centro de gestão do território “é aquela cidade onde se localizam, de um lado, os diversos órgãos do Estado e, de outro, as sedes de empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente um dado espaço que passa a ficar sob o controle da cidade através das empresas nelas sediadas.” (CORRÉA, 1995, p.83).

conexões aéreas).¹² O conjunto final das Regiões de Influência no território nacional envolvia um total de 711 centros de gestão, classificados em seis níveis de hierarquia, conforme sua posição nos respectivos âmbitos da gestão federal e empresarial. O estabelecimento das regiões de influência e a articulação das redes de cidades ocorreu conforme a intensidade das ligações, identificadas com base em dados secundários e informações obtidas por questionário específico da pesquisa. As cidades foram classificadas em cinco grandes níveis de hierarquia, quais sejam: 1. Metrópoles; 2. Capital Regional; 3. Centro Sub-Regional; 4. Centro de Zona; e 5. Centro Local.

Considerando os propósitos definidos neste trabalho, utilizou-se como recorte espacial a agregação dos municípios que compõem as chamadas Áreas de Influência das denominadas Capitais Regionais. As Capitais Regionais integram 70 centros no país que, como as metrópoles, também se relacionam com o estrato superior da rede urbana. Como descrito na própria REGIC 2007, as Capitais Regionais têm capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, têm áreas de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino para um conjunto de atividades por grande número de municípios. Como o anterior, este nível também tem três subdivisões. O primeiro grupo inclui as capitais estaduais não classificadas no nível metropolitano e Campinas. O segundo e o terceiro, além da diferenciação de porte, têm padrão de localização regionalizado, com o segundo mais presente no Centro-Sul, e o terceiro nas demais regiões do País. Os subníveis das Capitais regionais foram denominados: Capital Regional A; Capital Regional B e Capital Regional C. Em Minas Gerais foram discriminadas oito Capitais Regionais, duas do tipo B (Juiz de Fora e Montes Claros) e seis do tipo C (Divinópolis, Governador Valadares, Ipatinga-Coronel Fabriciano-Timóteo, Teófilo Otoni, Uberaba e Varginha). Para fins de cobertura total do território mineiro, foram incluídos os municípios Uberlândia (Capital regional B), Pouso Alegre (Capital regional C) e Unaí (Centro de Zona A), que, conforme classificação da REGIC (2007), não integravam a Área de Influência de Belo Horizonte. Os recortes regionais e a representação dessas capitais estão representados na **Figura 1**.

12 Complementarmente, na investigação da articulação dos centros de gestão, além dos eixos de gestão pública e de gestão empresarial, também, foram considerados os serviços de saúde.

Figura 1: Capitais Regionais e suas Áreas de Influência no estado de Minas Gerais



Fonte: Adaptado com base na REGIC 2007.

Os dados referentes à mobilidade pendular foram extraídos dos microdados amostrais dos censos demográficos de 1980 e 2010.¹³ A matriz de origem e destino desses fluxos pendulares foi dada pela combinação das variáveis que identificam o município de residência na data de referência de cada censo e o município de estudo e/ou trabalho declarado.¹⁴ Em seguida, dados os propósitos deste artigo, foram selecionados os deslocamentos pendulares que envolviam as populações que declararam trabalhar e/ou estudar em cada uma das Capitais Regionais e residiam nos demais municípios de sua respectiva Área de Influência (AI). Trata-se, portanto, de matrizes “1 x n” que representam os deslocamentos pendulares intrarregionais, identificando os volumes dos fluxos com origem nos municípios de cada região e destino para sua respectiva Capital Regional NM.

13 É oportuno lembrar que a variável que identifica o município de trabalho e/ou estudo foi excluída do levantamento censitário de 1991.

14 Os municípios declarados de estudo e trabalho, discriminados apenas no Censo de 2010, para fins de comparação, foram combinados os deslocamentos com a dupla finalidade (trabalho e/ou estudo), dando prevalência ao de trabalho. Assim, nos casos em que a pessoa declarou que trabalha em um município e estuda em outro, manteve-se o município de trabalho.

Para definir o nível de centralidade extrametropolitana (fora da REGIC Belo Horizonte), considerados como mais importantes quanto à atração de população para fins de trabalho e estudo, foram criados três indicadores, capazes de avaliar as características de volume/peso, proporção e variação da pendularidade no período de 1980 a 2010. Os cálculos dos indicadores foram elaborados sobre os dados de fluxos relativos à População em Idade Ativa (PIA), de 15 a 65 anos, que realizou movimento pendular por motivo de trabalho e/ou estudo.

A avaliação do **Volume da Mobilidade Pendular** do município i na Região de Influência j ($VP_{i,j}$) baseia-se na porcentagem dos fluxos pendulares de cada município em relação a todos os fluxos observados dentro da REGIC, ou seja, de pendulares que residem, trabalham e estudam na REGIC, dada por:

$$VP_{i,j} = \frac{M_{i,j}}{PT_j} \times 100 \quad (\text{Eq. 1})$$

$MP_{i,j}$ = movimentos pendulares com origem ou destino no município i realizados dentro da REGIC j

PT_j = total de movimentos pendulares com origem e destino na AI j

j é o índice da AI ($1 \leq j \leq 12$)

i é o índice do município ($1 \leq i \leq$ número de municípios da AI j)

O **Peso da Pendularidade** no município (PP_i) foi obtido com o cálculo da razão do número de movimentos pendulares com destino ao município i pela População em Idade Ativa que reside no município i , dada, em porcentagem, por:

$$PP_i = \frac{MPd_i}{PIA_i} \times 100 \quad (\text{Eq. 2})$$

MPd_i = movimentos pendulares com destino a i

PIA_i = população em idade ativa no município i

i é o índice do município ($1 \leq i \leq 853$)

Quanto maior o Peso da Pendularidade, maior o impacto dos fluxos pendulares para o município, pela atração de estudantes ou de trabalhadores. Municípios de menor porte tendem a sentir maiores efeitos no PP com pequenos fluxos.

Para estudo da variabilidade dos movimentos pendulares no município i no período de 1980 a 2010 e identificação de municípios que ganharam ou perderam importância no cenário da pendularidade, é

calculada a Taxa de Variação da Pendularidade (TVP_i) dada pela média geométrica decenal da pendularidade no município i , dada, em porcentagem, por:

$$TVP_i = \left[\left(\frac{MP_{i,2010}}{MP_{i,1980}} \right)^{\frac{1}{3}} - 1 \right] \times 100 \quad (\text{Eq. 3})$$

$MP_{i,2010}$ = movimentos pendulares com origem ou destino em i no ano de 2010

$MP_{i,1980}$ = movimentos pendulares com origem ou destino em i no ano de 1980

Essa medida foi calculada apenas para 456 municípios fora da Área de Influência de Belo Horizonte, tendo em vista que os demais 106 municípios foram criados após o Censo de 1980.

Para criação de uma medida que sintetize os resultados apresentados pelos três indicadores, os valores foram padronizados, convertidos com uso da média e do desvio padrão de cada indicador, ou seja, com aplicação da fórmula:

$$VC_{i,j} = \frac{X_{i,j} - \bar{X}_j}{S_j} \quad (\text{Eq. 4})$$

$VC_{i,j}$ = valor convertido do indicador j no município i

$X_{i,j}$ = valor do indicador j no município i

\bar{X}_j = média do indicador j

S_j = desvio padrão do indicador j

j é um dos indicadores (VP, PP ou TVP)

$1 \leq i \leq 853$ (município de Minas Gerais)

A medida de síntese denominada Índice de Centralidade Pendular (ICP_i) foi calculada pela média aritmética ponderada dos Valores Convertidos de cada município i . Quanto maior o Índice de Centralidade Pendular, maior a importância do município nos fluxos pendulares.

$$ICP_i = 0,5 \cdot VC_{VP,i} + 0,3 \cdot VC_{PP,i} + 0,2 \cdot VC_{TVP,i} \quad (\text{Eq. 5})$$

ICP_i = Índice de Centralidade Pendular do município i

$VC_{VP,i}$ = Valor Convertido do Volume da Mobilidade Pendular do município i

$VC_{PP,i}$ = Valor Convertido do Peso da Pendularidade no município i

$VC_{TVP,i}$ = Valor Convertido da Taxa de Variação da Pendularidade no município i

A ponderação no cálculo do Índice de Centralidade Pendular, indicada pelos coeficientes 0,5, 0,3 e 0,2 da equação 5, fazem com que o Volume da Mobilidade Pendular (VP) assuma maior importância nesse indicador, ou seja, parte-se do princípio de que o volume de fluxos pendulares em que um município está envolvido é mais importante para identificação da centralidade do município do que os demais indicadores. Assim como o Peso da Pendularidade para o município é mais significativo que a Taxa de Variação da Pendularidade (TVP).

Uma justificativa para o menor peso da TVP neste índice geral está no fato de que esta medida é muito sensível a pequenas alterações para municípios que apresentam baixos volumes de trocas. Ou seja, uma pequena variação no número de fluxos observados poderia gerar valores muito altos para o TVP desse município e, por consequência, alterar significativamente seu índice de Centralidade Pendular, mascarando a realidade.

Os resultados obtidos para esses indicadores foram representados cartograficamente, cujo método de classificação utilizado, que melhor revelou os padrões espaciais das distribuições dos indicadores, foi o de quebras naturais (Jenks).

A matriz seletiva derivada do fluxo de mobilidade pendular em cada AI também possibilitou traçar os denominados “vetores de mobilidade”, representados cartograficamente por feições georreferenciadas (polilinhas) que permitiram estimar a distância linear (considerada a partir dos centroides de cada feição). Com esses vetores foram calculadas as distâncias médias simples (D) e ponderadas (D_{ω}), dadas pelas seguintes expressões:

$$D = \frac{\sum_0^n D_i^j}{n} \quad (\text{Eq. 6})$$

e

$$D_{\omega} = \frac{\sum_0^n (D_i^j \cdot \omega_i)}{\sum_0^n \omega_i^j} \quad (\text{Eq. 7})$$

D_i^j = i – ésmo valor de distância entre o município “ i ” e o NM da região “ j ”;

ω_i^j = peso dado pela MP da iesimo valor de distância entre o município “ i ” e o NM da região “ j ”;

A MOBILIDADE PENDULAR NO INTERIOR DO ESTADO: O PESO E O PAPEL DAS CAPITAIS REGIONAIS

Assumindo a pendularidade como um indicador da interação socioeconômica entre municípios, reflexo da mobilidade de trabalhadores e indivíduos em atividade escolar, a análise dos movimentos pendulares realizados no estado de Minas Gerais permite estimar o nível de polarização e influência regional das capitais regionais do interior do estado.

Inicialmente, avalia-se a importância dos movimentos pendulares de residentes intrametropolitanos (IMs) e extrametropolitanos (EMs) no contexto dos fluxos observados no estado de Minas Gerais e, em seguida, faz-se avaliação apenas dos fluxos extrametropolitanos para identificação dos papéis exercidos pelos polos regionais do interior do estado.

A Tabela 1 apresenta resultados dos movimentos pendulares para os anos de 1980 e 2010, classificados como: Intrametropolitano, quando o fluxo ocorre entre municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH); Extrametropolitano, quando ocorre entre municípios fora da RMBH; Intra para Extrametropolitano quando ocorre de um município da RMBH (origem) para outro fora da RMBH (destino); e Extra para Intrametropolitano quando ocorre no sentido contrário.

No período de 1980 a 2010 houve aumento bruto de, aproximadamente, 318% nos fluxos pendulares dentro do estado de Minas Gerais, enquanto a População em Idade Ativa (PIA) variou em 76% no mesmo período. Os movimentos pendulares passaram de 265.140 para 1.107.917, desempenhando um importante papel para compreensão da dinâmica socioeconômica do estado. Cabe destacar, que o crescimento desses fluxos ocorreu tanto no nível metropolitano, como no interior do estado. Esse último caso, denominado pendularidade EM, correspondia em 2010 a 43,1% da mobilidade total em Minas Gerais. Trata-se, portanto, de um fenômeno que há tempos não é exclusivo da realidade do entorno da metrópole.

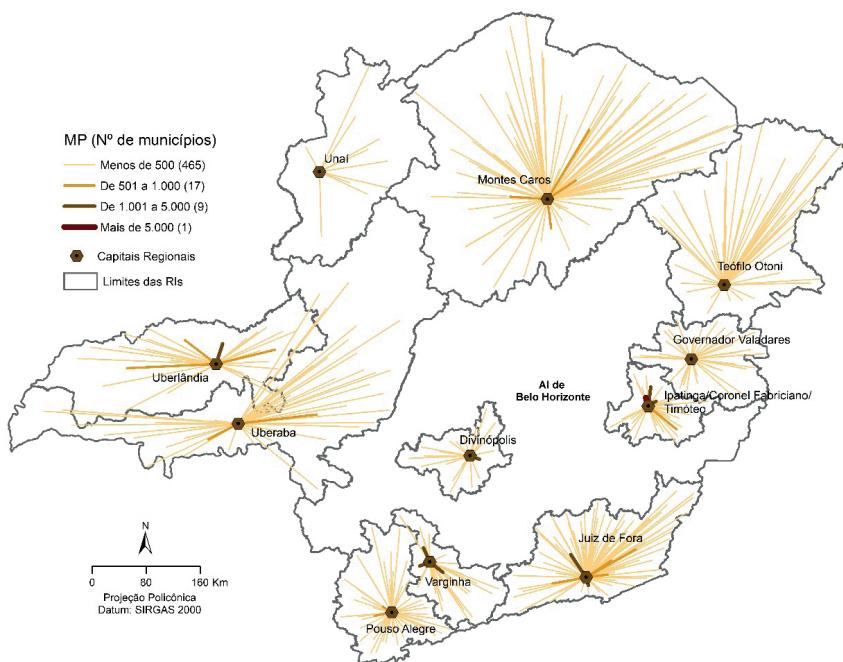
Tabela 1: Movimentos pendulares Intra (IM) e Extrametropolitano (EM) (número de pessoas e relativo) em Minas Gerais, 1980 e 2010

Ano	Intrametropolitano (IM → IM)	Intra para Extrametropolitano (IM → EM)	Extra para Intrametropolitano (EM → IM)	Extrametropolitano (EM → EM)	Total
1980	116.283 (43,9%)	9.093 (3,4%)	22.434 (8,5%)	117.330 (44,2%)	265.140 (100%)
2010	543.906 (49,1%)	29.176 (2,6%)	57.312 (5,2%)	477.523 (43,1%)	1.107.917 (100%)

Fonte: Censos Demográficos de 1980 e 2010 (dados da amostra).

Os vetores de mobilidade pendular, representados cartograficamente na **Figura 2** e estatisticamente na **Tabela 2**, mostram a forte interação das Capitais Regionais com os municípios de suas respectivas Áreas de Influência. Como exemplo, Montes Claros, no Norte de Minas Gerais, é o município com maior valor relativo de vetores de pendularidade, apresentando ligações com 87 municípios dos 90 de sua Área de Influência, o que representa 96,67% das ligações possíveis. Varginha, no Sul de Minas Gerais, é a Capital Regional com menor valor relativo das ligações possíveis, mas, ainda assim, equivalente a 73,68% das ligações possíveis, registrando trocas pendulares com 28 dos 38 municípios de sua Área de Influência. Destaca-se, ainda, que 8 Capitais Regionais, das onze estudadas, apresentam interações de pendularidade com mais de 80% dos municípios de sua Área de Influência, o que sugere alto grau de interação regional.

Figura 2: Vetores de mobilidade pendular no interior das Áreas de Influência das Capitais Regionais de Minas Gerais em 2010



Fonte: Censo Demográfico de 2010 (dados da amostra).

As diferenças entre as distâncias médias, simples e ponderada, percorridas pelos pendulares, como esperado, indicam que as interações são mais fortes entre as Capitais Regionais e os municípios mais próximos das respectivas Áreas de Influência. Todos os municípios apresentaram distância média ponderada menor que a distância média simples, com destaque para Ipatinga-Coronel Fabriciano-Timóteo (ICT), Uberaba e Varginha com reduções superiores a 40%.

Como exemplo, Uberlândia apresenta distância média simples de 99,44 km aos municípios com os quais mantém fluxos pendulares e tem a distância média reduzida para 64,27 km com a ponderação pelo volume de fluxos, o que significa uma redução de 35,37% na distância média percorrida. Contudo, dadas as condições geográficas regionais, especialmente pelo número e áreas dos municípios em cada AI, as interações com Montes Claros e Uberaba envolvem deslocamentos maiores, embora os volumes sejam menos expressivos. Condição oposta ocorre com ICT, Divinópolis e Varginha. Nesses três casos as distâncias

médias ponderadas são inferiores a 30Km, o que demonstra elevada concentração da mobilidade com municípios próximos e/ou limítrofes.

Tabela 2: Mobilidade pendular no interior das Áreas de Influência das Capitais Regionais de Minas Gerais em 2010 (número de pessoas, vetores e as distâncias simples e ponderada)

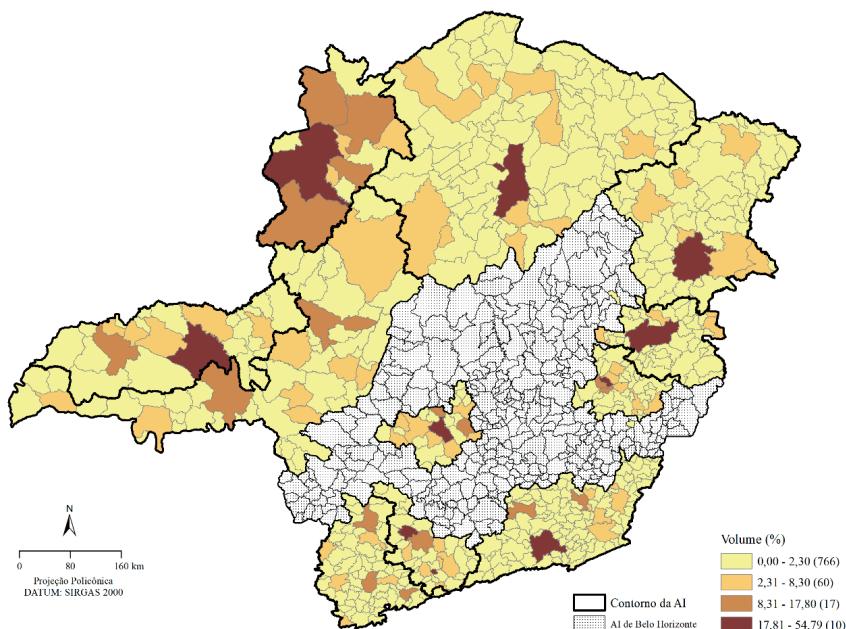
Als	Nº de Pessoas	Municípios			Distâncias Médias	
		Nº	Vetores de MP		Simples	Ponderada
			Nº	%		
Juiz de Fora	13.058	109	97	88,99	78,23	49,03
Montes Claros	10.558	90	87	96,67	147,47	109,58
Divinópolis	4.141	25	22	88,00	44,55	27,12
Governador Valadares	3.694	43	41	95,35	57,34	44,98
ICT	14.921	36	32	88,89	42,77	23,95
Teófilo Otoni	3.715	55	52	94,55	124,16	80,76
Uberaba	3.670	53	42	79,25	152,97	90,27
Varginha	5.202	38	28	73,68	55,77	28,35
Uberlândia	7.410	27	26	96,30	99,44	64,27
Unaí	832	12	10	83,33	89,52	79,16
Pouso Alegre	5.948	72	55	76,39	50,96	32,27
Total	73.149	560	492	87,86	xxx	xxx

Fonte: Censo Demográfico de 2010 (dados da amostra).

ICT: Ipatinga-Coronel Fabriciano-Timóteo

Os resultados obtidos para o Volume da Pendularidade (VP) no ano de 2010 estão representados cartograficamente na **Figura 3** e mostram que os municípios considerados núcleos das Áreas de Influência, sem exceção, são os que apresentam maiores volumes e saldos positivos de pendularidade dentro da respectiva AI, confirmando o significativo poder de atração de trabalhadores e/ou estudantes exercido por esses municípios. A AI de Unaí apresenta a particularidade de ter Unaí com maior Volume de Pendularidade, 39,7%, tendo Paracatu em segundo lugar com 15,8%, mas ao considerar os fluxos totais de Minas Gerais, as posições se invertem com Paracatu apresentando maior volume, 0,81% do total contra 0,68% de Unaí, sugerindo uma interação mais forte de Paracatu com municípios de outras AIs. Para as demais AIs as posições não se alteram.

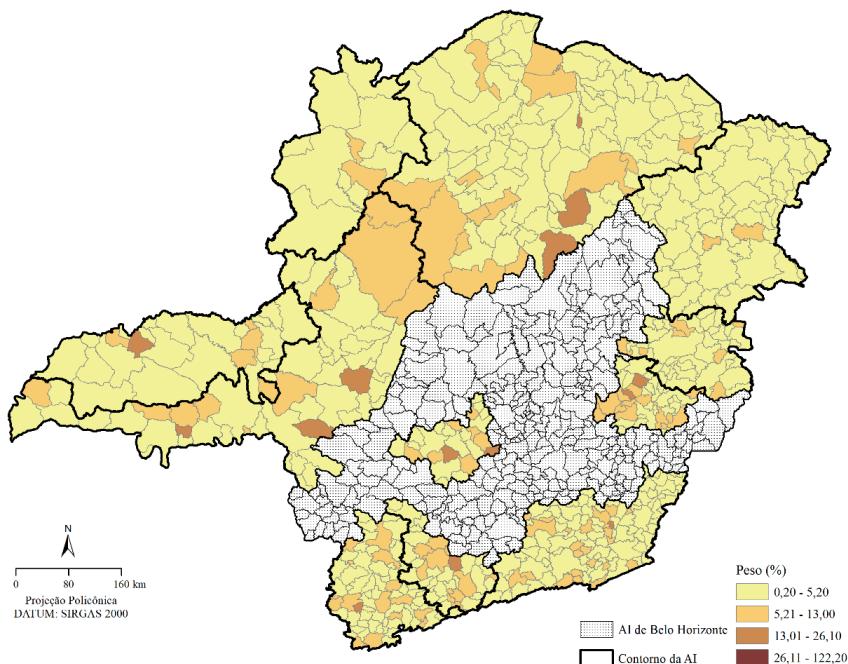
Figura 3: Volume da Mobilidade Pendular nas Áreas de Influência das Capitais Regionais de Minas Gerais /2010



Fonte: Censo Demográfico de 2010 (dados da amostra).

Quanto ao Peso da Pendularidade (PP), o município de Ipatinga foi o único núcleo de AI que apresentou maior valor dentro da respectiva AI: 16,8%. Outro núcleo com posição de destaque é Teófilo Otoni, em terceiro lugar, com PP igual a 5,1%. Em todas as demais AIs os núcleos assumem posições intermediárias ou finais, para valores ordenados em ordem decrescente. Este fato se explica pelo contexto observado no município de Ipatinga e pelo fato de os demais núcleos apresentarem População em Idade Ativa muito superior às dos demais municípios das respectivas AIs. Assim, nas CRs, apesar do expressivo volume dos fluxos pendulares, o peso relativo torna-se menos relevante.

Figura 4: Peso da Mobilidade Pendular nas Áreas de Influência das Capitais Regionais de Minas Gerais 2010



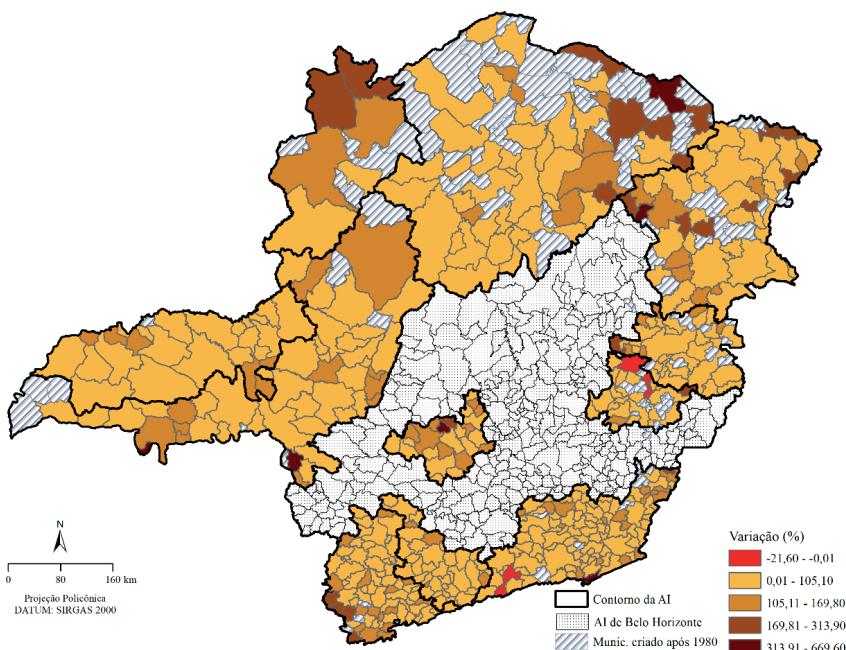
Fonte: Censo Demográfico de 2010 (dados da amostra).

Fora da AI de Belo Horizonte, os municípios com maiores Pesos da Pendularidade são Tapira e Rio Paranaíba da AI de Uberaba, Nova Porteirinha da AI de Montes de Claros, Rodeiro da AI de Juiz de Fora e São Thomé das Letras da AI de Varginha, com PPs iguais a 26,1%, 23,3%, 24,7%, 24,5% e 23,8%, respectivamente. São municípios que recebem número de pendulares equivalente a, aproximadamente, um quarto de sua população. Os demais municípios apresentam Peso da Pendularidade abaixo de 20%.

Os municípios que tiveram redução nos fluxos pendulares são aqueles com Taxa de Variação da Pendularidade (TVP) negativa. A Figura 5 permite observar que, em boa parte, esses casos localizam-se nas regiões Sudeste e Leste de Minas Gerais, tais como Açaucena, Iapu e São João do Oriente na AI de Ipatinga-Coronel Fabriciano-Timóteo e Passa-Vinte e Bom Jardim de Minas na AI de Juiz de Fora. Dos núcleos de AIs, Unaí é o município com maior Taxa de Variação, de aproximadamente 113%, e as menores são de Governador Valadares e Ipatinga

com taxas de 28,9% e 37,7%, respectivamente. Ou seja, todos os núcleos de AI apresentaram Taxa de Variação positiva significativa, apontando para acréscimo em seus fluxos pendulares.

Figura 5: Taxa de Variação Pendular nas Áreas de Influência das Capitais Regionais de Minas Gerais, 2010



Fonte: Censo Demográfico de 2010 (dados da amostra).

A Tabela 3 apresenta os resultados obtidos para os 25 maiores Índices de Centralidade Pendular (ICP). As Capitais Regionais ficaram em primeiro lugar na hierarquia do ICP dentro de sua respectiva AI, exceto Uberaba que ficou em segundo lugar. Sobre esse caso particular, o município de Rio Paranaíba ficou em primeiro lugar na hierarquia do ICP, apesar de estar envolvido em 8,1% dos fluxos observados dentro de sua AI. Ainda que Uberaba tivesse envolvido em 15,9% desses fluxos, teve sua condição alterada pelo menor Peso da Pendularidade e da Taxa de Variação da Pendularidade.

Tabela 3: Municípios com maiores Índices de Centralidade Pendular nas Áreas de Influência das Capitais Regionais de Minas Gerais 2010

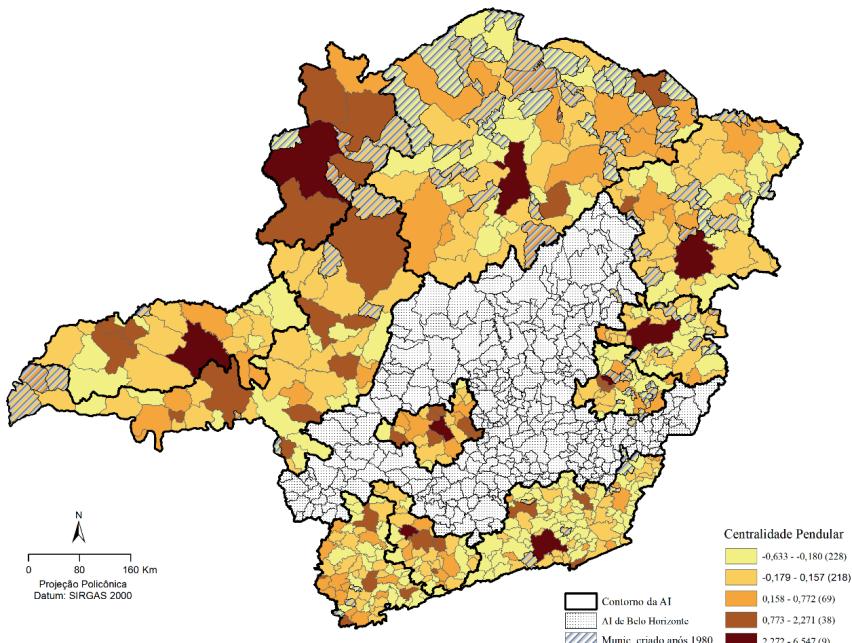
Ordenação pelo ICP	MUNICÍPIO	REGIC	VP	PP	TVP	ICP	ICP de 0 a 1
1	Ipatinga	5	12,19	2,00	-0,74	6,55	1,00
2	Governador Valadares	4	11,45	-0,23	-0,88	5,48	0,85
3	Uberlândia	10	10,06	-0,36	-0,17	4,89	0,77
4	Unaí	11	8,75	-0,39	0,50	4,36	0,70
5	Teófilo Otoni	6	7,04	0,07	-0,34	3,47	0,57
6	Varginha	8	6,04	0,47	-0,27	3,11	0,52
7	Juiz de Fora	1	6,25	-0,08	-0,59	2,98	0,50
8	Montes Claros	2	5,99	0,01	-0,16	2,97	0,50
9	Divinópolis	3	5,61	-0,09	-0,21	2,74	0,47
10	São Lourenço	8	3,77	1,22	0,10	2,27	0,40
11	Itaúna	3	3,47	0,51	-0,40	1,81	0,34
12	Pousos Alegre	12	3,31	0,48	-0,04	1,79	0,34
13	Itajubá	12	3,19	0,88	-0,53	1,75	0,33
14	Nova Serrana	3	2,17	0,70	2,25	1,74	0,33
15	São João do Paraíso	2	-0,11	-0,40	9,51	1,73	0,33
16	Rio Paranaíba	7	1,54	3,08	0,04	1,70	0,33
17	Paracatu	11	3,30	-0,06	0,25	1,68	0,32
18	Uberaba	7	3,33	-0,25	-0,25	1,54	0,30
19	Patrocínio	7	3,08	-0,04	-0,50	1,43	0,29
20	São Thomé das Letras	8	0,82	3,17	0,22	1,40	0,28
21	Itatiaiuçu	3	1,05	2,38	0,82	1,40	0,28
22	Coronel Fabriciano	5	2,67	0,79	-0,94	1,39	0,28
23	Rodeiro	1	0,30	3,27	1,02	1,33	0,27
24	Canápolis	10	1,22	1,47	1,35	1,32	0,27
25	Buritis	11	1,61	-0,22	2,91	1,32	0,27

Fonte: Censo Demográfico de 2010 (dados da amostra).

Os municípios em destaque, conforme dados expostos na Tabela 3, foram exatamente os núcleos das respectivas Áreas de Influência. Observa-se, então, que ao considerar a hierarquia dos municípios dentro do estado de Minas Gerais, fora a Área de Influência de Belo Horizonte, os núcleos de AIs assumem posições de polarização. Dos

onze núcleos considerados, 9 estão nas primeiras posições. Pouso Alegre está na 12^a posição e Uberaba, na 18^a. Os resultados, portanto, sugerem que os núcleos das AIs definidas pelo IBGE em 2007 continuam exercendo o papel de centralidade, assumindo participação significativa na atração de fluxos pendulares por motivo de estudo e/ou trabalho da população em idade ativa.

Figura 6: Índice de Centralidade Pendular (ICP) nas Áreas de Influência das Capitais Regionais de Minas Gerais, 2010



Fonte: Censo Demográfico de 2010 (dados da amostra).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate acerca das diversas formas de mobilidade espacial da população tornou-se recorrente nos últimos anos, resultado, em boa medida, do elevado poder explicativo e das consequências inerentes desses fluxos no processo de transição demográfica no país. As últimas três décadas do século passado são centrais na análise da dinâmica populacional brasileira. Se a progressiva queda nas taxas de fecundidade foi responsável direta pela forte desaceleração no ritmo de crescimento demográfico, as migrações internas foram fundamentais no processo

de redistribuição espacial da população, definindo os centros urbanos de maior crescimento. Mesmo que as metrópoles e suas Regiões de Influência continuem atraindo expressivos contingentes populacionais, a intensificação nos fluxos de migrantes tem refletido diretamente no crescimento demográfico fora das principais regiões metropolitanas brasileiras, tornando mais densa a rede de cidades em cada uma de suas Áreas de Influência. Nesse contexto, além das migrações, outras formas de mobilidade espacial da população também se intensificaram e ganharam notoriedade. A chamada pendularidade, tão distinta e característica da realidade metropolitana, passou a assumir maior relevância em centros urbanos do interior.

Os resultados apresentados neste trabalho mostram que as interações representadas pelos movimentos pendulares metropolitanos, conforme dados dos censos de 1980 e 2010, são mais volumosas nos dois períodos estudados que aquelas do interior do estado. No entanto, os fluxos extrametropolitanos, que representam aproximadamente 45% do total do estado, também exercem um papel importante para compreensão da dinâmica socioeconômica regional em Minas Gerais. Também foi possível confirmar que as Capitais Regionais, de acordo com a hierarquia definida na REGIC (2007), exercem o papel de centralidades no estado de Minas Gerais. São centros polarizadores responsáveis por um alto nível de interações regionais via pendularidade. No mínimo, 73% dos municípios de suas Áreas de Influência apresentam os maiores volumes e os maiores saldos positivos de pendularidade dentro da respectiva AI.

Ainda existem inúmeras incertezas sobre a existência de novos padrões de distribuição espacial, inclusive em Minas Gerais. A progressiva queda relativa no peso econômico e demográfico dos principais centros urbanos do país, bem como a desaceleração no ritmo de crescimento populacional das principais Regiões Metropolitanas, a exemplo de Belo Horizonte, requer um maior aprofundamento na avaliação de novas tendências e padrões na distribuição espacial da população brasileira. Contudo, a intensificação da mobilidade pendular fora do tecido metropolitano atesta o dinamismo de determinados centros regionais, destacando sua capacidade de atração da população, seja pela oferta de postos de trabalho, ou de serviços do setor educacional.

Dessa forma, os resultados também reforçam as possibilidades e potencialidades oferecidas aos estudos sobre a mobilidade espacial da população no âmbito regional. Ao fornecer um quadro atual da organização urbano-regional, a análise dos fluxos de pessoas, avaliados pelo recorte estabelecido pelas AIs no interior do estado, também permite

avaliar a distribuição dos estoques e fluxos em uma perspectiva de rede, seja considerada em um sentido mais específico (rede urbana) ou amplo (rede geográfica). Em um ou outro caso oferece um quadro sintético aproximado das relações entre a mobilidade espacial da população e a organização regional.

Agradecimentos: Agradecimento ao CNPq e a FAPEMIG pelo auxílio financeiro aos projetos de pesquisa. Cabe, ainda, menção especial ao apoio oferecido pela FAPEMIG por meio do projeto de pesquisa intitulado “A expansão do ensino superior e a mobilidade espacial da população nos centros regionais no interior de Minas Gerais”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUILERA, A. Growth in commuting distances in French Polycentric Metropolitan Areas: Paris, Lyon and Marseille. *Urban Studies*, v. 42, n. 9, 2005, p.1537–1547.
- ARANHA, V. Mobilidade pendular na metrópole paulista. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.19, n.4, 2005, p.96-109.
- AZZONI, C. Indústria e Reversão da Polarização no Brasil. *Ensaio Econômicos*, IPE/USP, São Paulo, n.58, 1986.
- BAENINGER, R. O processo de urbanização no Brasil: características e tendências. In: BÓGUS, L.M.M.; WANDERLEY, L.E.W (orgs.). *A luta pela cidade em São Paulo*. Cortez Editora. São Paulo, 1992, p. 11-28.
- BRITO, F. Mobilidade espacial e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte. *Anais do X Encontro de Estudos Populacionais*. Brasília, 1992, v.2, p.771-788.
- BRITO, F.; SOUZA, J. de. Expansão Urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. *São Paulo em Perspectiva*, v.19, n.4, p. 48-63, out/dez. 2005.
- CARVALHO, J. A. M., RIGOTTI, J. I. Análise das metodologias de mensuração das migrações. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1998, Curitiba. *Anais...* Curitiba: IPARDES/ABEP, 1998.
- CASTELLO BRANCO, M. L. G.; FIRKOWSKI, O. L. F. C.; MOURA, R. Movimento pendular: abordagem teórica e reflexões sobre o uso do indicador. In: XI ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 2005, Salvador. *Anais...* Salvador, 2005.
- CHAMPION, A. G. Recent change in the pace of population deconcentration in Britain, *Geoforum*, v. 18, n. 4, p. 379-401, 1987.
- CORRÊA, R. L. Identificação dos centros de gestão do território no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v.57, n.1,p.83-102, jan./mar.1995.
- CUNHA, J. M. P. Redistribuição espacial da população: tendências e trajetória. *São Paulo em Perspectiva*, 17(3-4), 2003, p. 218-233.

CRUZ, M. F. *Condicionantes Metropolitanos para Políticas Públicas: Análise dos Transportes Coletivos na Região Metropolitana de São Paulo (1999-2009)*. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo), Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2010.

DINIZ, C.C. Desenvolvimento poligonal no Brasil; nem desconcentração, nem contínua polarização. *Nova Economia*, Belo Horizonte, vol. 31, n. 11, 1993, p. 35-64.

DURANTON, G. Delineating metropolitan areas: Measuring spatial labour market networks through commuting patterns. *Processed*, Pennsylvania, 2013.

FREY, W. H.; SPEARE, Jr, A. Metropolitan Areas as Functional Communities: A Proposal for a New Definition. *Research Report, Population Studies Center*, University of Michigan USA, 1992.

GREENWOOD, M. Migrações internas nos Estados Unidos; uma revisão da literatura. In: MOURA, A. M. (Coord). *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980, p. 733-77. 1980.

JARDIM, A de P. Reflexões sobre a mobilidade pendular. In: OLIVEIRA, L. A. P. de; OLIVEIRA, A. T. R. de. *Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

LENCIONI, S. Cisão territorial da indústria e integração regional no estado de São Paulo. In: BRANDÃO, C.; GALVÃO, A.C.; GONÇALVES, M. F. (orgs.) *Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional*. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

LIMONAD, E. Urbanização dispersa mais uma forma de expressão urbana? *Revista Formação*, n. 14, v.1,2007, p. 31-45.

LIPCHITZ, G. Spatial Concentration and Deconcentration of Population: Israel as a Case Study. *Geoforum*. v. 27. N. 1, p. 87-96, 1996.

LOBO, C. Dispersão espacial da população no Brasil. *Mercator*, v. 15, n. 3, 2016a.

LOBO, C. Mobilidade pendular e a dispersão espacial da população: evidências com base nos fluxos com destino às principais metrópoles brasileiras. *Caderno de Geografia*, v.26, n.45, 20, 2016.

LOBO, C.; MATOS, R., CARDOSO, L., COMINI, L.; PINTO, G. Expanded commuting in the metropolitan region of Belo Horizonte: evidence for reverse commuting. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 32, n. 2, p. 219-233, 2015.

LOBO, C. e MATOS, R. Migrações e a dispersão espacial da população nas regiões de Influência das principais metrópoles Brasileiras. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, vol.28, n.1, 2011, p. 81-101.

LOBO, C.; CARDOSO, L.; MATOS, R. *Mobilidade pendular e centralidade espacial: considerações sobre o caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte*. In: XXIII ANPET - Congresso de Pesquisa e Ensino em Transportes. Vitória/ES, 2009.

MARES GUIA, V. R. A gestão na Região Metropolitana de Belo Horizonte: avanços e limites. In: FERNANDES, E. (org.). *Direito urbanístico e política urbana no Brasil*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

MARTINE, G. *A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80*. Textos para Discussão 329, Brasília, IPEA, 1994. 43p.

- MARTINE, G. Migração e metropolização. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Fundação SEADE 1(2)7, 1987.
- MATOS, R. Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. São Paulo, 1995, p. 35-58.
- MATOS, R. e BENINGER, R. Migração e urbanização no Brasil: processos de concentração e desconcentração espacial e o debate recente. *Cadernos do Leste*. IGC/UFMG, v.1, n.1, Belo Horizonte, 2004, p.7-44.
- MORRILL, R.; CROMARTIE, J. e HART, G. Metropolitan, urban, and rural commuting areas: toward a better depiction of the United States settlement system. *Urban Geography*, 20, 8, 1999, p. 727-748.
- MOURA, R.; BRANCO, M. L. G. C. e IRKOWSKI, O. L. C. de F. Movimento pendular e perspectivas de pesquisas em aglomerados urbanos. *São Paulo em Perspectiva*, v. 19, n. 4, 2005, p. 121-133.
- IBGE. *Região de influência das cidades 2007*. Rio de Janeiro: IBGE. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtml?c=6/>>. Acesso em: 10 mar. 2009.
- OJIMA, R. Fronteiras metropolitanas: um olhar a partir dos movimentos pendulares. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n.121, 2011, p.115-132.
- OJIMA, R.; MARANDOLA JR, E.; PEREIRA, R. H. M.; DA SILVA, R. B. O estigma de morar longe da cidade: repensando o consenso sobre as “cidades-dormitório” no Brasil. *Cadernos metrópole*, v. 12, n. 24, 2010, p. 395-415.
- PATARRA, N. Dinâmica populacional e urbanização no Brasil: período pós-30. In: PEREIRA, R. H. M.; HERRERO, V. *Mobilidade pendular: uma proposta teórico-metodológica*. Rio de Janeiro: Ipea (Texto para Discussão, n. 1.395), 2009. Disponível em:<<http://goo.gl/Kz6f2Z>>. Acesso em: 20 abr. 2014.
- REDWOOD III, J. Reversion de polarizacion, ciudades secundarias y eficiencia em el desarollo nacional: una vison teorica aplicada al Brasil contemporaneo. *Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos Regionales*, Santiago, vol 11, n.32, dez. 1984.
- REIS, N. G. Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano. São Paulo: Via das Artes, 2006.
- RICHARDSON, H. Polarization reversal in developing countries. *The Regional Science Association Papers*, Los Angeles, vol. 45, nov. 1980.
- RIGOTTI, J. I. R. *Técnicas de mensuração das migrações a partir de dados censitários: aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR (tese de doutorado em demografia), 1999.
- RIGOTTI, J. I. R.; RODRIGUES, J. N. Distribuição espacial da população na região Metropolitana de Belo Horizonte. *Anais do IX Encontro de Estudos Populacionais*. Caxambú, 1994, v.1, p.435-456
- TASCHNER, S. P.; BÓGUS, L.M.M. Mobilidade Espacial da População Brasileira: Aspectos e Tendências. *Revista Brasileira de Estudos de População*, jul-dez, 1986.
- TOWNROE, P.; KEEN, D. M. Polarization reversal in the state of São Paulo, Brazil. *Journal of the Regional Studies Association*, Cambridge, vol. 18, n. 1, fev. 1984.

AVALIAÇÃO DOS PADRÕES MIGRATÓRIOS DAS REGIÕES DE INFLUÊNCIA DAS PRINCIPAIS CENTRALIDADES NAS REDES URBANAS MINEIRAS

Douglas Sathler¹

Ricardo Alexandrino Garcia²

INTRODUÇÃO

O aumento da complexidade da migração interna no Brasil, observado nas três últimas décadas, vem exigindo o desenho de novas estratégias metodológicas e a utilização de múltiplos recortes territoriais. A migração interna no país é um fenômeno contínuo e multidimensional, resultado de uma combinação de fatores socioeconômicos, culturais, ambientais, políticos e demográficos (BAENINGER, 2011). Diante disso, os pesquisadores devem buscar alternativas metodológicas capazes de contribuir para um debate mais amplo, considerando a natureza interdisciplinar dos estudos migratórios.

Os estudos sobre as migrações internas no país geralmente são realizados com base nos recortes espaciais tradicionais disponibilizados pelos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a exemplo do município, da microrregião, mesorregião e unidade da federação (UF). Os dados dos últimos Censos Demográficos permitem, também, a avaliação dos fluxos migratórios em áreas agregadas, com a composição de uma variedade de regiões que ampliam as possibilidades de investigação conforme surgem novas perguntas de pesquisa. No entanto, estudos migratórios que trabalham com informações agregadas e compatibilizadas, que exploram outras possibilidades de regionalização, não são encontrados em abundância na literatura brasileira. Ainda assim, a título de exemplo, é possível encontrar trabalhos que exploram trocas migratórias entre áreas formadas por conjuntos de municípios dentro de uma determinada faixa de

¹ FIH/CeGEO/UFVJM.

² (IGC/UFMG)

estoque populacional (UMBELINO; SATHLER, 2005; SATHLER; MIRANDA, 2010), ou em regiões que levam em consideração a existência de biomassas e variáveis ambientais (GARCIA et al., 2007; SATHLER et al., 2017) e, até mesmo, em áreas de influência de hidrovias (BAENINGER, 2000).

Neste universo de possibilidades, existem um conjunto de alternativas de recortes espaciais ainda pouco explorados nos estudos migratórios: municípios que formam as redes urbanas do país e suas regiões de influência, em seus diversos níveis (metrópole, capitais regionais, centros sub-regionais, centros de zona e centros locais), conforme resultados da pesquisa Regiões de Influência das Cidades – REGIC 2007 (IBGE, 2008). Em estudo recente, LOBO et al. (2016) realizaram uma análise da migração das regiões de influência na Bacia do Rio Doce, articulando as informações territoriais disponibilizadas pela REGIC 2007 com uma análise da migração em uma das mais importantes bacias hidrográficas de Minas Gerais. Ademais, Carvalho (2017) trabalhou com municípios agregados, conforme seus respectivos níveis hierárquicos na rede urbana brasileira, utilizando a classificação da REGIC 2007 para explorar dados dos três últimos censos (1991, 2000 e 2010). Nesse trabalho, o autor (2017) identificou mudanças nos padrões migratórios entre conjuntos de centralidades pertencentes aos cinco níveis hierárquicos da pesquisa do IBGE, diante da ampliação da relevância das capitais regionais no processo redistribuição da população brasileira.

As análises que consideram os diversos níveis hierárquicos dos municípios e suas regiões de influência nos estudos sobre migração interna no Brasil são fundamentais. As regiões de influência definidas pelo IBGE auxiliam não apenas na compreensão dos fluxos migratórios entre as centralidades em seus diversos níveis hierárquicos, como também no entendimento desse fenômeno social em sistemas de relações horizontais entre centros e regiões de mesmo nível, estruturados com base nas relações de complementariedade e cooperação (CAMAGNI; SALONE, 1993; VELTZ, 1996; IBGE, 2008).

No estado de Minas Gerais, estudos apontam para um processo de desconcentração demográfica nas últimas duas décadas, diante do arrefecimento do crescimento demográfico na capital do estado e da maior atratividade migratória das capitais regionais mais dinâmicas (UMBELINO; SATHLER, 2005; LOBO; MATOS, 2011; CARVALHO, 2013). Embora existam algumas limitações e questionamentos em relação a esse processo no estado, tendo em vista a seletividade espacial da migração, no geral, as mudanças na distribuição da população entre os

diversos níveis hierárquicos das redes urbanas mineiras são inquestionáveis (CARVALHO, 2017). No estado, cabe destacar, também, a relevância da migração interestadual, sobretudo nas localidades mineiras com estoques populacionais mais relevantes, situadas nas proximidades das fronteiras do Rio de Janeiro, São Paulo e Goiás. Inclusive, a REGIC 2007 revelou a existência de importantes regiões de influência (primeiro nível) em Minas Gerais que apresentaram maior intensidade de relacionamento com centralidades de hierarquia superior situadas fora do estado. Em tese, espera-se que a consolidação dessas regiões de influência pode contribuir para a formação de redes migratórias interestaduais que, por sua vez, ajudam no fortalecimento de laços que, potencialmente, ampliam a intensidade de relacionamento entre origem e destino. Nesse sentido, estudos que exploram as relações entre as redes urbanas definidas pela REGIC 2007 e os dados de migração disponibilizados pelo Censo 2010 podem contribuir para uma melhor compreensão da dinâmica migratória em Minas Gerais.

Diante disso, este capítulo apresenta uma análise exploratória dos padrões migratórios exibidos por municípios agregados que formam as regiões de influência das principais redes urbanas do estado de Minas Gerais. Inicialmente, o estudo realiza uma avaliação da matriz migratória das regiões de influência de primeiro nível (metrópole) do estado, buscando entender os padrões de origem e destino dos fluxos, assim como a distribuição espacial das Taxas Líquidas de Migração (TLM) e da intensidade da migração intermunicipal no interior dos recortes espaciais investigados. A seguir, o trabalho exibe uma análise multiescalar da migração interna nas regiões de influência comandadas pelas capitais regionais, centros sub-regionais e centros de zona. O presente estudo busca responder as seguintes perguntas de pesquisa:

- Qual o panorama geral da migração nas regiões de influência em seus diversos níveis, conforme classificação da REGIC 2007 (metrópole, capitais regionais, centros sub-regionais e centros de zona)?
- Qual o padrão dos fluxos (origem e destino) nas regiões de primeiro nível (metrópole) entre 2005-2010? Existem especificidades na dinâmica migratória das regiões polarizadas por metrópoles situadas em outras unidades da federação (UF)?
- Quais os efeitos das mudanças de escala nas análises da dinâmica migratória (TLM e intensidade dos fluxos intermunicipais internos) nas regiões de influência exploradas neste estudo?

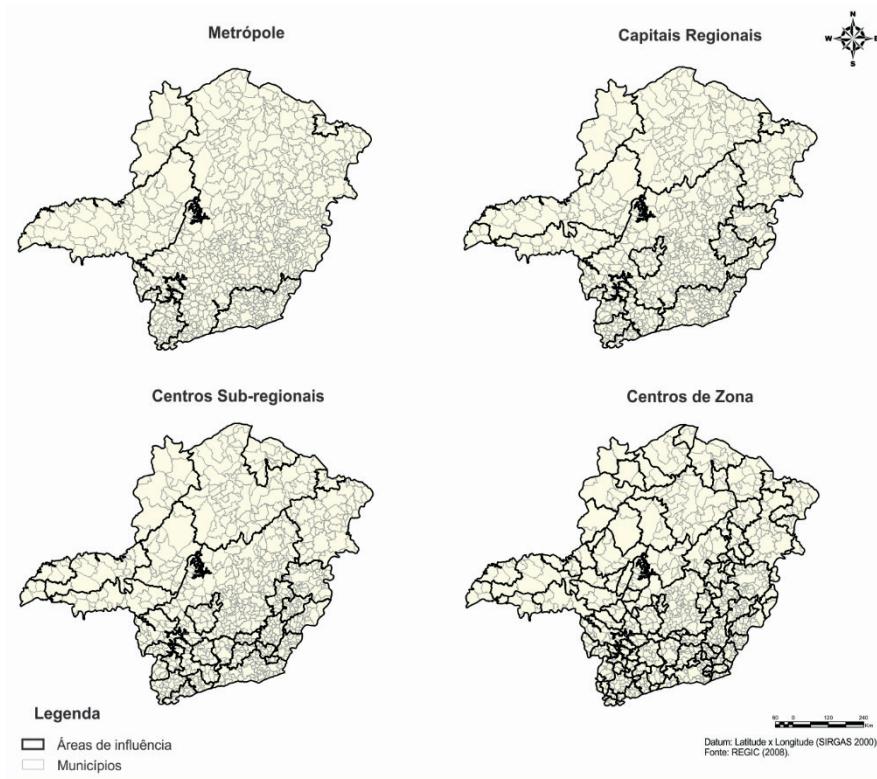
O próximo tópico exibe informações básicas sobre as fontes de dados e os recursos metodológicos que subsidiam as análises da migração nas regiões de influência de Minas Gerais. A seguir, o estudo apresenta os resultados e a discussão, buscando a interpretação dos principais achados. Ao final, o trabalho traz uma breve conclusão, sintetizando o significado dos principais resultados.

DADOS E MÉTODO

O estudo apresenta uma análise exploratória da migração interna em Minas Gerais (2005-2010), considerando como unidades espaciais de investigação as regiões de influência definidas pela pesquisa REGIC 2007. As informações da REGIC foram coletadas no final de 2007, e divulgadas pelo IBGE em 2008, apenas dois anos antes do Censo Demográfico de 2010. A definição das regiões de influência de Minas Gerais foi realizada por meio de dados secundários, com a aplicação de questionários preenchidos pela rede de agências do IBGE. Na estruturação dos bancos de dados da pesquisa, o IBGE considerou a avaliação das linhas de transporte regulares e os destinos dos moradores para a obtenção de produtos e serviços (REGIC, 2008).

Neste trabalho, foram contabilizados como migrantes os fluxos de pessoas que estabeleceram residência permanente no município de destino. Conforme Carvalho e Rigotti,(1998, p.339), a migração refere-se “às mudanças de residência entre unidades espaciais bem definidas”, tendo em vista um determinado recorte temporal. Diante disso, as análises apresentadas consideram basicamente dois limites territoriais a serem transpostos: as regiões de influência da REGIC 2007, tendo em vista os seus diversos níveis (metrópole, capitais regionais, centros sub-regionais e centros de zona) e os fluxos intermunicipais dentro das regiões de influência de Minas Gerais (**Figura 1**). Conforme a REGIC 2007, existem cinco áreas de influência de primeiro nível em Minas Gerais. Estas áreas são compostas por um agregado de municípios articulados por Belo Horizonte e, também, por outros conjuntos de municípios pertencentes a regiões de influência de estados limítrofes (São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia), além do Distrito Federal. Existem ainda 14 áreas de influência organizadas por redes de segundo nível, dominadas em sua maioria por capitais regionais, 31 áreas organizadas por redes de terceiro nível (centros sub-regionais) e 107 áreas organizadas por redes de quarto nível (centros de zona).

Figura 1: Regiões de influência da metrópole, capitais regionais, centros sub-regionais e centros de zona, Minas Gerais, 2007.



O recorte temporal desta análise considera os fluxos migratórios data-fixa (2005-2010) identificados pela amostra do Censo Demográfico 2010. No quesito data-fixa, o questionário do censo pede às pessoas de cinco ou mais anos de idade que indiquem o município, a unidade da federação ou país em que residiam cinco anos antes da data de referência do Censo 2010 (CARVALHO et al., 2000). Cabe destacar que o quesito data-fixa é o mais indicado para o cálculo de saldos migratórios e taxas, tendo em vista a definição rigorosa do recorte temporal presente nesta informação.

Neste estudo, foram construídas quatro matrizes migratórias (data-fixa) com base nos microdados do Censo 2010 (IBGE, 2010), tendo como referência o agregado de municípios que formam as regiões de influência apresentadas na **Figura 1**. Nessas matrizes, os fluxos inter-municipais no interior das regiões delimitadas pela REGIC 2007 foram

excluídos do cálculo de imigrantes e emigrantes. Primeiramente, este banco de informações foi utilizado para produzir um gráfico circular, que demonstra a origem e destino dos fluxos migratórios nas regiões de influência de primeira ordem (metrópole), considerando também as grandes regiões dos fluxos externos à Minas Gerais (Nordeste, Centro-Oeste, Sul, Norte e Sudeste, excluído Minas Gerais). Este gráfico circular considera as trocas migratórias dentro de Minas Gerais, tendo em vista a região de influência de Belo Horizonte, e as demais regiões pertencentes às áreas influência de outras grandes regiões. O gráfico circular foi gerado pelo software gratuito TableViewer, muito utilizado em estudos para o mapeamento genético, e que vem ganhando espaço nas representações de fluxos migratórios. Este trabalho não apresenta gráficos circulares para as regiões pertencentes às redes de segundo, terceiro e quarto nível (Capitais Regionais, Centros Sub-regionais e Centros de Zona). O gráfico circular não é adequado para o “mapeamento” da origem e destino dos fluxos de um grande número de unidades espaciais, tendo em vista as limitações de visualização deste tipo de representação.

Ademais, com base nas matrizes, foi possível calcular a Taxa Líquida de Migração (TLM) das regiões de influência, que corresponde ao saldo migratório 2005-2010 (diferença entre imigrantes e emigrantes) dividido pela população de cinco anos ou mais no final do período (2010). Ainda, o estudo considera a intensidade dos fluxos migratórios intermunicipais dentro das regiões de influência. Este indicador foi construído com base na divisão do total dos fluxos intermunicipais dentro de uma determinada região (numerador) pela população total da região em 2010 (denominador). A TLM e o indicador de intensidade dos fluxos intermunicipais internos são apresentados com base na construção de cartogramas, que permitem uma análise da natureza espacial das informações.

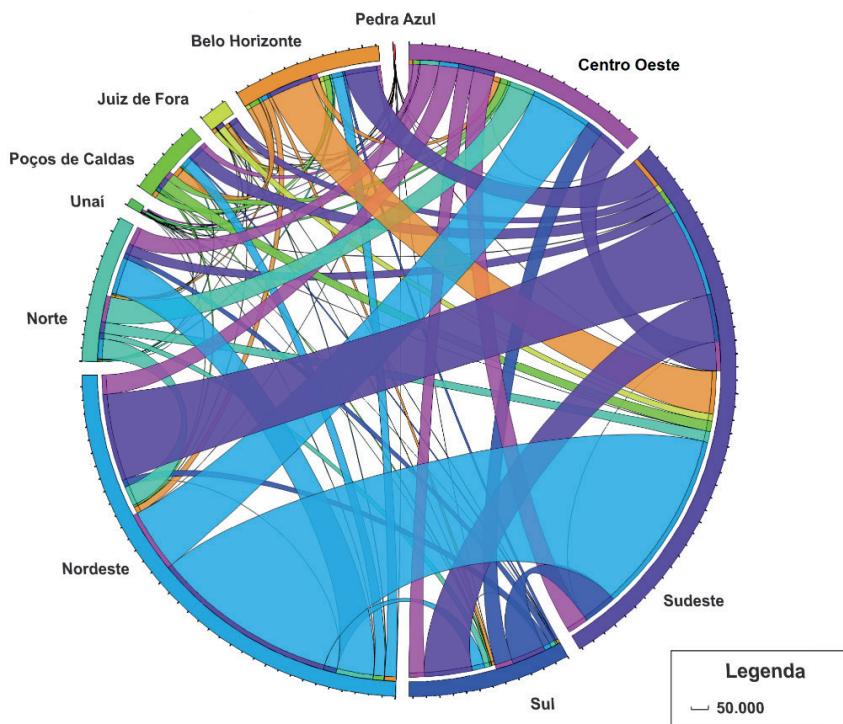
RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Gráfico 1 apresenta uma representação da origem e destino dos migrantes (imigrantes e emigrantes) das redes de primeiro nível (metrópole), com base no montante de fluxos data-fixa (2005-2010) identificados pelo Censo 2010. O gráfico também considera as trocas migratórias com outras regiões externas à Minas Gerais (Centro-Oeste, Norte, Nordeste, Sul e o restante do Sudeste). Conforme a legenda,

cada marcação realizada no gráfico equivale ao fluxo de 50 mil pessoas no período avaliado. Na representação, a direção dos fluxos é determinada pela cor da barra de menor espessura: branco, indica destino, enquanto as demais cores, identificam a origem dos fluxos. Em Minas Gerais, além do agregado de municípios articulados primordialmente por Belo Horizonte, a REGIC 2007 identificou outros conjuntos de municípios associados a redes lideradas por centros de hierarquia superior em outros estados. A REGIC 2007 identifica estas regiões explicitando os centros de maior hierarquia dentro do agregado de municípios que formam as redes de primeiro nível dentro do Estado: 1) Unaí, pertencente à região de influência articulada pelo Distrito Federal; 2) Poços de Caldas, uma das principais centralidades que forma uma área descontinua articulada por centros de hierarquia superior do Estado de São Paulo;³ 3) Juiz de Fora, que possui em seu entorno um conjunto de municípios com intensidade de relacionamento maior com Rio de Janeiro; e 4) Pedra Azul, principal centro de uma rede de cidades que estabeleceu, conforme a REGIC 2007, laços mais intensos com centros de hierarquia superior na Bahia. De forma complementar, a **Tabela 1** traz informações detalhadas sobre o volume dos fluxos migratórios representado no gráfico circular.

3 Ademais, cabe destacar que a região do Triângulo Mineiro, com forte intensidade de relacionamento com São Paulo, está agregada, conforme a REGIC 2007, juntamente com a região de Poços de Caldas. Isso demonstra que, para a escolha da cidade de referência (Poços de Caldas), a REGIC 2007 prioriza a intensidade dos laços de um determinado município com centralidades que compõe áreas de influência de outros estados, em detrimento do estoque populacional ou do nível de riqueza produzida.

Gráfico 1: Origem e destino dos fluxos migratórios (imigrantes e emigrantes) das redes de primeiro nível (metrópole) de Minas Gerais, 2005-2010.



Fonte: IBGE (2010).

Tabela 1: Matriz migratória das redes de primeiro nível (metrópole) de Minas Gerais, 2005-2010.

	Pedra Azul	Belo Horizonte	Juiz de Fora	Poços de Caldas	Unaí	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Centro-Oeste
Pedra Azul	3.216	29	244	0	0	550	191	1.018	166	
Belo Horizonte	983	17.162	39.516	2.664	10.573	25.771	12.516	170.558	27.598	
Juiz de Fora	15	16.821	1.282	31	974	1.267	1.581	27.629	2.605	
Poços de Caldas	79	24.029	742	2.583	4.176	7.224	5.524	42.234	29.868	
Unaí	0	2.410	97	3.357	315	648	379	563	9.931	
Norte	0	6.806	676	4.664	245	79.079	22.275	44.057	102.870	
Nordeste	736	44.902	2.399	42.057	923	146.372	50.905	737.145	246.978	
Sul	0	9.739	916	5.248	269	21.107	27.631	135.049	68.933	
Sudeste	451	123.873	31.639	56.854	663	39.661	351.259	190.200	115.100	
Centro-Oeste	0	14.295	1.581	22.974	5.544	73.970	77.909	61.613	83.349	

Fonte: IBGE (2010).

De acordo com as informações apresentadas no Gráfico 1 e na Tabela 1, a região de influência de Belo Horizonte possui um maior volume de trocas migratórias com o restante do Sudeste. O volume de emigrantes (170.558) supera o de imigrantes (123.873) na relação desta região com os demais estados do Sudeste. Ainda, existem fluxos migratórios intensos da região de influência de Belo Horizonte com o Nordeste, com destaque para o volume de imigrantes (44.902). Já o volume de emigrantes (25.771) corresponde a 57,39% do volume de pessoas que mudaram de residência em direção à região de influência de Belo Horizonte. O levantamento indica que as trocas migratórias da região de influência de Belo Horizonte com as demais unidades da federação foram bem menos expressivas, embora significativas: Centro-Oeste (27.598 emigrantes e 14.295 imigrantes), Sul (12.516 emigrantes e 9.739 imigrantes) e Norte (10.573 emigrantes e 6.806 imigrantes). Em relação às trocas migratórias da região de influência de Belo Horizonte com as demais regiões mineiras, destaca-se a migração de/para as regiões de Poços de Caldas (39.519 emigrantes e 24.029 imigrantes) e Juiz de Fora (17.162 emigrantes e 16.821 imigrantes).

A proximidade geográfica e a existência de centros dinâmicos que concentram parte expressiva do PIB brasileiro nos demais estados do Sudeste estão associados aos fluxos migratórios intensos com a região de influência de Belo Horizonte. Ainda, estudos posteriores poderão explorar a provável existência de redes migratórias bem consolidadas entre os principais destinos/origens dos fluxos interestaduais da rede de influência de Belo Horizonte. As perdas migratórias dessa região para outros estados do Sudeste foram decisivas para o resultado negativo do saldo migratório global da região de influência de primeiro nível de Belo Horizonte. Ademais, a superioridade do volume de imigrantes nordestinos em relação aos emigrantes sugere que, entre 2005-2010, aspectos estruturais e conjunturais da economia, dentre outros fatores determinantes da migração, foram mais decisivos do que as forças centrifugas associadas ao movimento de retornados nordestinos, que possuem maior destaque nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro (BAPTISTA et al., 2012; CAMPOS et al., 2016).

A região de influência de Poços de Caldas apresenta um volume maior de trocas migratórias com os demais estados do Sudeste, diante do expressivo número de emigrantes (42.234) e imigrantes (56.854). Cabe destacar o volume de imigrantes oriundos do Nordeste do país registrados pelo Censo em 2010 na região de influência de Poços de

Caldas (42.047), superando em muito o total de pessoas que realizaram o movimento contrário (7.224). Ainda, existem trocas migratórias significativas entre Poços de Caldas e a região Centro-Oeste (29.868 emigrantes e 22.974 imigrantes). Além de Belo Horizonte, Poços de Caldas não registrou em 2010 fluxos data-fixa relevantes com outras regiões de influência dentro do Estado.

A região de influência de Juiz de Fora apenas exibiu trocas migratórias relevantes com os demais estados do Sudeste (27.629 emigrantes e 31.639 imigrantes) e com a região de influência de Belo Horizonte. Já a região de influência de Unaí exibe trocas migratórias mais intensas com o Centro-Oeste (9.931 emigrantes e 5.544 imigrantes) e, em menor medida, com as regiões de influência de Belo Horizonte (2.664 emigrantes e 2.410 imigrantes) e Poços de Caldas (3.357 emigrantes e 2.583 imigrantes). A região de influência de Pedra Azul apresentou um volume de emigrantes e imigrantes muito inferior às demais regiões analisadas, tendo em vista o estoque populacional desse agregado de municípios. Em relação ao padrão migratório desta região de influência, destacam-se os fluxos com a região de influência de Belo Horizonte (3.216 emigrantes e 983 imigrantes). Os fluxos migratórios com os demais estados do Sudeste (1.018 emigrantes e 451 imigrantes) e do Nordeste (550 emigrantes e 736 imigrantes) também são significativos.

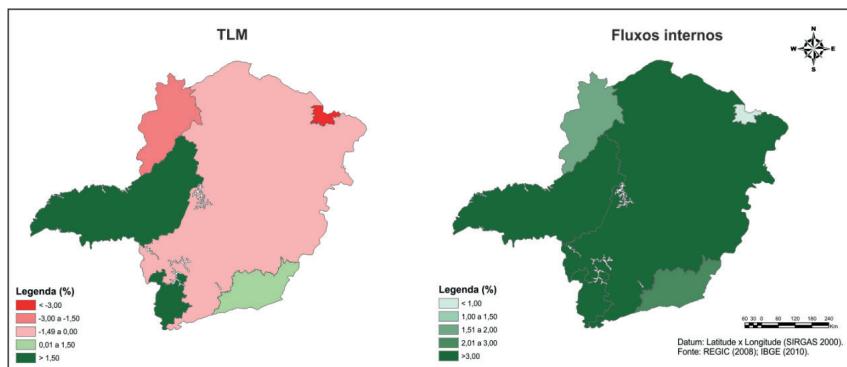
A regionalização elaborada pela REGIC 2007 sugere que parte significativa das trocas migratórias da região de influência de Poços de Caldas ocorrem com o estado de São Paulo. Os dados do Censo 2010 confirmam esta hipótese, registrando 38.986 emigrantes (92,31% do total de emigrantes para outros estados do Sudeste) e 53.133 imigrantes (93,46% dos imigrantes para outros estados do Sudeste). De fato, o maior nível de relacionamento da região de Poços de Caldas com São Paulo, identificado pela REGIC 2010, está associado a uma maior intensidade de trocas migratórias entre essas duas unidades espaciais. Além de Poços de Caldas, esta região de influência abriga cidades com estoques populacionais significativos, a exemplo de Uberlândia e Uberaba, no Triângulo Mineiro, o que contribui para que o estoque emigrantes e imigrantes atinja valores expressivos. Estudos anteriores demonstram que o dinamismo econômico registrado nos anos 2000 na região de influência de Poços de Caldas, com a ampliação das receitas advindas das atividades agropecuárias (SILVA *et al.*, 2012), está associado ao saldo migratório positivo com São Paulo e, também, à diferença brutal entre o número de emigrantes e imigrantes com o Nordeste.

A região de influência de Juiz de Fora segue o mesmo padrão da região de Poços de Caldas. A proximidade geográfica e a intensidade de relacionamento identificada pela REGIC 2007 com o estado do Rio de Janeiro, fazem com que o volume migratório da região de Juiz de Fora com este Estado (19.135 emigrantes e 21.879 imigrantes, representando 69,26% e 69,15% do total de emigrantes e imigrantes com os demais estados do Sudeste, respectivamente) seja superior aquele registrado com a região de influência dominada pela capital de Minas Gerais. A exemplo de Poços de Caldas, a região de Juiz de Fora também apresenta saldo migratório positivo com o principal Estado (Rio de Janeiro) da rede de cidades à que está articulada. No entanto, o protagonismo do Rio de Janeiro é inferior ao observado no caso de São Paulo, quando verificados os dados referentes à região de Poços de Caldas. A relativa proximidade da região de influência de Juiz de Fora com São Paulo, associado aos fluxos migratórios significativos com a região de Belo Horizonte, trazem maior diversidade do ponto de vista da origem e destino dos fluxos migratórios desta região.

As regiões de Unaí e Pedra Azul possuem estoques populacionais bem menores se comparadas às demais regiões de influência do estado. As trocas migratórias de Unaí com o Centro-Oeste se concentram basicamente com Goiás e Distrito Federal, que abrigam centralidades importantes, a exemplo de Goiânia e a capital Federal, Brasília. Os fluxos entre a região de influência de Unaí e outros estados do Centro-Oeste são muito pouco relevantes, mesmo diante das similaridades existentes no que diz respeito às atividades econômicas, sobretudo com o Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Já a região de Pedra Azul apresenta um padrão migratório bem distinto do observado nas regiões de Poços de Caldas, Juiz de Fora e Unaí. Apesar da REGIC 2007 indicar uma maior intensidade de relacionamento desse grupo de municípios com o estado da Bahia, a região de Belo Horizonte apresentou trocas migratórias mais intensas com a região de Pedra Azul. Os fluxos migratórios são 3,3 vezes maiores, quando somados o total de emigrantes e imigrantes, entre as regiões de Pedra Azul e Belo Horizonte, se comparados com o que ocorre com a porção meridional da Bahia. Diante disso, os resultados sugerem que as próximas pesquisas que avaliam o nível de relacionamento das regiões podem, dependendo dos critérios, inserir esta pequena parte de Minas Gerais na região de influência de Belo Horizonte, diante da consolidação de redes migratórias.

A Figura 2 apresenta a TLM e a proporção dos fluxos intermunicipais internos em relação ao total da população residente nas regiões de influência de primeiro nível em Minas Gerais, 2005-2010. A região de influência de Belo Horizonte apresentou TLM negativa (-0,43%) e um montante expressivo de fluxos migratórios intermunicipais internos, que correspondia a 5,10% da população total em 2010. A região de Poços de Caldas exibiu TLM positiva (1,99%) entre 2005-2010, demonstrando capacidade formidável de retenção e de atração populacional nesse período. Ainda, cabe ressaltar que os fluxos internos intermunicipais dessa região também são significativos, correspondendo a 3,22% da população total. A região de Juiz de Fora também possui TLM positiva (0,18%), apesar do baixo valor. Os fluxos internos intermunicipais na região de Juiz de Fora (2,69%) são menores em comparação às regiões de Belo Horizonte e Poços de Caldas, embora ainda sejam significativos. A região de influência de Unaí apresentou TLM negativa (-1,94%) no período avaliado, além de uma intensidade de fluxos internos relativamente baixa (1,73%). Já a região de Pedra Azul se destaca pela TLM francamente negativa (-5,36%) entre 2005-2010, exibindo o menor valor proporcional de fluxos internos (0,68%) dentre as regiões de influência do Estado.

Figura 2: Taxa Líquida de Migração e proporção dos fluxos intermunicipais internos em relação à população total das regiões de influência das redes de primeiro nível (metrópole), Minas Gerais, 2005-2010.



TLM baixas não necessariamente significam que os fluxos migratórios não foram importantes para transformações no estoque e na estrutura das populações avaliadas, uma vez que o numerador é o saldo migratório. Baixos valores de saldo migratório podem ser encontrados em situações em que os volumes de imigrantes e emigrantes são

expressivos (CARVALHO; RIGOTTI, 2015). A região de Belo Horizonte apresenta TLM pouco significativa, mesmo possuindo fluxos migratórios intensos, sobretudo com os demais estados do Sudeste e com a região Nordeste do país.

A região de influência de Belo Horizonte possui grande heterogeneidade, agregando municípios com perfis socioeconômicos e territoriais bastante distintos (AMORIM-FILHO, 2007). A existência de vastas regiões dominadas pela ausência de serviços públicos básicos e pela pobreza, sobretudo na porção setentrional do Estado (FJP, 2018), juntamente com a proximidade dessa região à centros de economia dinâmica, com destaque para as centralidades paulistas, explicam o saldo migratório negativo desta região. Ademais, na região de influência de Belo Horizonte, os fluxos internos (667.283) superam as trocas migratórias com outras regiões do Estado e do Brasil, considerando, nesta segunda situação, a soma de imigrantes e emigrantes (560.681). Isso demonstra a importância dos elementos que estruturam a rede de Belo Horizonte na definição dos fluxos migratórios. A disparidade na distribuição da renda e dos serviços públicos entre os municípios desse agrupamento (FAHEL *et al.*, 2014), juntamente com a existência de uma região metropolitana de grandes proporções (RMBH) e de um conjunto de cidades médias, capazes de intermediar fluxos de pessoas e de serviços nessa região de influência, são decisivos para a compreensão destes resultados.

A região de Poços de Caldas abriga municípios de economia dinâmica, tanto no Triângulo Mineiro, a exemplo de Uberlândia e Uberaba, quanto na porção meridional de Minas Gerais, a exemplo de Poços de Caldas. O Gráfico 1 demonstrou que os fluxos migratórios oriundos dos outros estados do Sudeste, do Nordeste e da região de influência de Belo Horizonte foram cruciais para o valor significativamente positivo da TLM. Trata-se de uma porção de Minas Gerais que, claramente, se destaca pela capacidade de retenção e atração populacional, mesmo diante da “concorrência” proveniente da proximidade com muitas outras centralidades dinâmicas do estado de São Paulo, a exemplo de Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Barretos, e de aglomerações urbanas de maior porte, como a Região Metropolitana de Campinas (RMC) e a própria Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Em termos territoriais, trata-se da segunda maior região de influência do estado, o que favorece a existência de um maior percentual de fluxos intermunicipais internos.

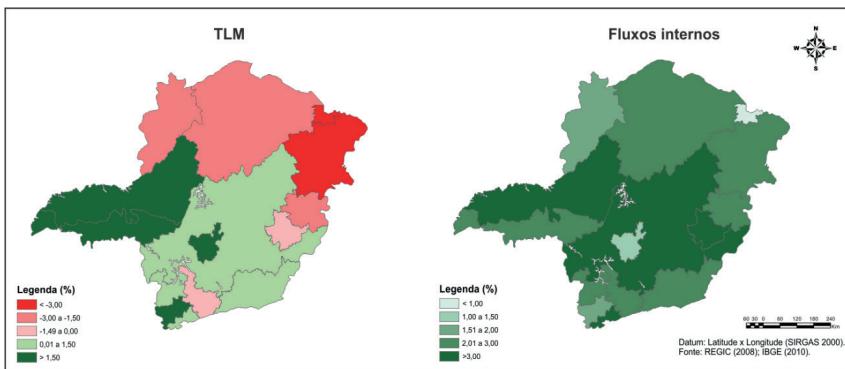
Apesar da TLM de migração de Juiz de Fora ser positiva, o valor, muito próximo a zero, demonstra equilíbrio em relação ao número de emigrantes e imigrantes. Ainda, os fluxos migratórios internos são significativos em relação a população total da região de influência, diante da polarização da cidade de Juiz de Fora em relação a outras centralidades que articulam seus entornos, a exemplo de Barbacena, Ubá e Cataguases. Na região de influência de Unaí, as perdas migratórias com o Centro-Oeste foram decisivas na definição da TLM. A proximidade geográfica das cidades de Unaí e Paracatu, dois importantes centros que articulam essa região, com Goiânia e o Distrito Federal, que oferecem uma ampla gama de serviços de todos os tipos, estimulou a criação de fortes laços entre a região de influência de Unaí com parte do Centro-Oeste. A baixa intensidade de fluxos internos está associada a amplitude territorial da região de Unaí em relação à dimensão da rede de centralidades identificada pela REGIC 2007. Existe um alto nível de integração entre os municípios desta região com Goiás e Distrito Federal, ampliando a importância dos fluxos interestaduais nesta parte do Estado.

Na região de Pedra Azul, a estagnação econômica e a escassez de empregos muito provavelmente estão associadas a TLM francamente negativa. Existe uma vasta bibliografia formada por abordagens teóricas e estudos empíricos que associam a carência de recursos e empregos aos altos níveis de emigração, considerando diversas escalas de análise (MASSEY et al., 1993; ÂNTICO, 1997; OLIVEIRA; JANNUZZI, 2005). Para se ter uma ideia, o principal município dessa região de influência, Pedra Azul, que abriga 39,48% da população total da região, está em 733º lugar no quesito Produto Interno Bruto (PIB) per capita, considerando os 853 municípios de Minas Gerais (IBGE, 2010). Dados de 2015 apontam que 85% das receitas do município são oriundas de fontes externas, reflexo da evidente limitação de empregos no município (IBGE, 2015). Ademais, a região de Pedra Azul está localizada entre dois polos regionais importantes, Vitória da Conquista, situada na mesma região de influência que abriga centralidades do estado da Bahia, e Teófilo Ottoni, localizada na região de influência de Belo Horizonte, Minas Gerais. Apesar das limitações existentes, essas duas cidades são cruciais para a compreensão dos fluxos migratórios de Pedra Azul, sobretudo para entender o baixo dinamismo dos fluxos migratórios intermunicipais internos. Estudos posteriores poderão demonstrar com maior detalhamento os padrões migratórios nesta região de fronteira entre duas unidades da federação.

A **Figura 3** apresenta dois cartogramas com informações sobre a TLM e a proporção dos fluxos internos em relação à população total das regiões de influência das capitais regionais (segundo nível) de Minas Gerais (2005-2010). Primeiramente, a **Figura 3** revela um padrão espacial que não era visível na análise das redes de primeiro nível: a nítida concentração de TLMs negativas na porção setentrional e leste do Estado, com destaque para as regiões de influência de Unaí (-1,94), Montes Claros (-2,78%), Pedra Azul (-5,36%), Teófilo Otoni (-4,50%), Governador Valadares (-2,39%) e Ipatinga (-0,31%). Desse conjunto de regiões de influência, Ipatinga é a única região que possui alto valor percentual de fluxos intermunicipais internos (4,00%), tendo em vista a dinâmica própria da Região Metropolitana do Vale do Aço (RMVA). Fora desse eixo contíguo de regiões, apenas a região de Varginha (-0,51%), no sul de Minas Gerais, apresentou TLM negativa no período analisado.

Ademais, a região de influência de Belo Horizonte passa a exibir valor positivo neste novo recorte territorial (0,17%), embora ainda continue próximo a zero. No entanto, os fluxos intermunicipais internos são vigorosos nessa região de influência, correspondendo a 4,48% da população total. As regiões de influência de Uberaba (3,14%) e Uberlândia (1,51%), no Triângulo Mineiro, Divinópolis (4,27%) e Pouso Alegre (3,73%) se destacam pelas TLM positivas, atingindo patamares superiores a 1,50%. Existe um claro padrão na distribuição espacial do percentual de fluxos intermunicipais internos em relação a população total das regiões. A faixa contígua que envolvendo Leste (região de Ipatinga), a parte central do estado (região de Belo Horizonte) e o Oeste (Região de Uberlândia) apresenta os mais intensos fluxos migratórios intermunicipais internos.

Figura 3: Taxa Líquida de Migração e proporção dos fluxos intermunicipais internos em relação à população total das regiões de influência das Capitais Regionais, Minas Gerais, 2005-2010.



Os cartogramas representados na **Figura 3** refletem não apenas um maior nível de detalhamento em relação à figura anterior, mas, também, o resultado das trocas entre uma quantidade maior de regiões dentro do estado. A maior intensidade dos fluxos migratórios intermunicipais internos na região de Belo Horizonte é reflexo da concentração populacional e econômica que existe nesta região. Estudos anteriores sugerem que a existência de municípios com economia dinâmica na RMBH (Contagem e Betim) e a dispersão residencial da metrópole rumo à municípios limítrofes de populações de alta (caso de Nova Lima e Lagoa Santa) e baixa renda (caso Ribeirão das Neves e Santa Luzia), colaboraram com os resultados encontrados (BRITO; SOUZA, 1998; BRITO, 2007; CANETTIERI; FERNANDES, 2016). As trocas migratórias entre a RMBH e cidades médias capazes de intermediar fluxos de pessoas, mercadorias bens e serviços (Sete Lagoas, Curvelo, Diamantina, Ouro Preto, Conselheiro Lafaiete, dentre outras) na região de influência de Belo Horizonte também foram representativas no período avaliado (CARVALHO; RIGOTTI, 2015; FJP, 2017b). Ademais, os resultados sugerem um alto nível de articulação do município de Ipatinga com os demais municípios metropolitanos que compõe a RMVA. A concentração de serviços e atividades econômicas no município de Ipatinga, revelado pela REGIC 2007, impulsiona não apenas os movimentos pendulares na região (MILAGRES, 2009), mas também, conforme os resultados desse estudo, fluxos migratórios vigorosos. No caso da região de Uberlândia, as trocas migratórias com cidades que abrigam estoques populacionais relevantes, a exemplo de Patos

de Minas, Patrocínio, Araguari e Ituiutaba, foram decisivas para o alto nível de migração intermunicipal interna revelado na Figura 3 (FJP, 2017).

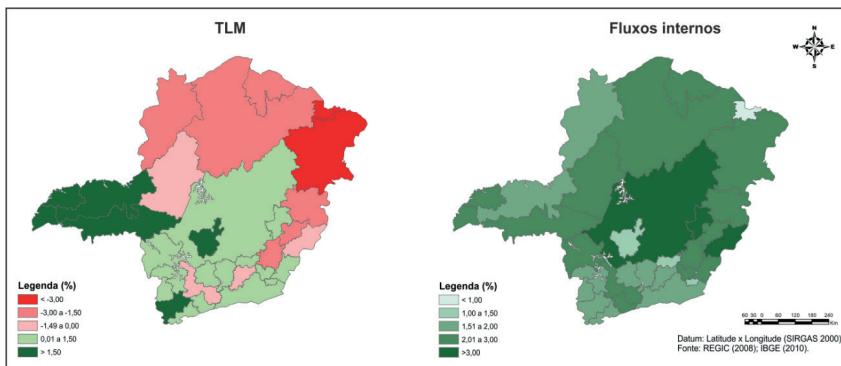
Ademais, as regiões da parte setentrional e leste, que possuem TLMs negativas, possuem baixo dinamismo no que diz respeito às migrações internas. As diversas carências econômicas e sociais exibidas pelas principais centralidades dessa região, sobretudo Teófilo Otoni e Pedra Azul (FJP, 2018), além dos elevados níveis de vulnerabilidade ambiental advindos da seca, com destaque para a região de Montes Claros (MARQUES et al., 2017), estão associados a ampliação dos fluxos inter-regionais em detrimento dos movimentos migratórios. Nessas regiões, não existem múltiplas centralidades com estoques populacionais relevantes capazes de estabelecer laços migratórios duradouros com os principais municípios que nomeiam estas regiões.

Diante disso, os valores negativos de TLM sugerem que boa parte dos emigrantes intermunicipais percorrem distâncias significativas, rumo a outras regiões de influência e unidades da federação. A região de Montes Claros que, na regionalização de primeiro nível estava contida dentro da região de Belo Horizonte, apresentou perdas populacionais significativas entre 2005-2010 de acordo com a **Figura 3**. Conforme os dados do Censo 2010, mais da metade da população de emigrantes da região de Montes Claros mudaram de residência para a região de Belo Horizonte (64.143 pessoas, o que corresponde a 53,18% do total de emigrantes). Essa população de emigrantes, que anteriormente contribuía para a alta intensidade de migração interna da região de primeiro nível de Belo Horizonte, nesta análise, que considera as regiões definidas pelas capitais regionais, representa um volume significativo de emigrantes inter-regionais. Ainda nesse recorte territorial, a região de influência de Divinópolis ganha destaque, envolta por vastas áreas pertencentes a região de Belo Horizonte, demonstrando a relevância dessa rede de centralidades, mesmo diante da distância relativamente curta dessa capital regional em relação a RMBH.

A **Figura 4** apresenta a TLM e a proporção de fluxos intermunicipais internos das regiões de influência dos centros sub-regionais (terceiro nível) em Minas Gerais entre 2005-2010. A região de Belo Horizonte apresenta TLM positiva (0,36%), com valor pertencente a mesma classe (0,01 a 1,50%) daquelas observadas ao sul dessa região, a exemplo de Conselheiro Lafaiete (0,36%), Lavras (0,13%), São João del-Rei (0,02%), São Lourenço (0,62%), Juiz de Fora (0,31%), Alfenas

(0,31%) e Poços de Caldas (0,71%). As regiões que se estendem sob o Triângulo Mineiro, como Uberlândia (2,45%), Uberaba (3,14%) e Ituiutaba (2,31%), assim como as regiões de Divinópolis (4,27%) e Pouso Alegre (3,73%) atingiram valores positivos mais significativos. Nesse recorte espacial, a região de Patos de Minas possui TLM negativa (-0,59%), assim como um longo arco que se estende da porção setentrional do Estado até as regiões localizadas no leste de Minas Gerais, a exemplo de Manhuaçu (-1,18%), Muriaé (-0,17%) e Caratinga (-2,09%). Os fluxos intermunicipais internos atingem os maiores valores apenas na região de influência de Belo Horizonte (4,54%) e Manhuaçu (3,05%). O restante do estado é dominado por valores mais moderados de fluxos internos nas regiões de influência dos centros sub-regionais.

Figura 4: Taxa Líquida de Migração e proporção dos fluxos intermunicipais internos em relação à população total das regiões de influência dos Centros Sub-Regionais, Minas Gerais, 2005-2010.

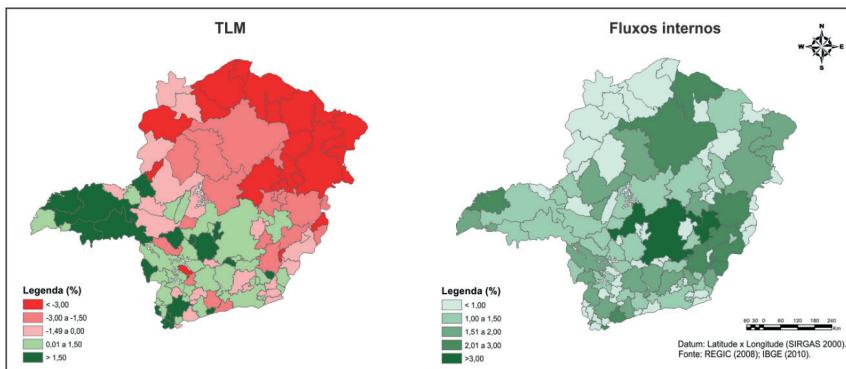


Nessa escala de análise, obtemos uma nova perspectiva da distribuição espacial das TLMs e, também, da intensidade dos fluxos intermunicipais internos. A região de Belo Horizonte ainda ocupa uma vasta área de influência neste recorte geográfico (terceiro nível), diante da capacidade de articulação da RMBH. Isso reflete na capacidade das centralidades inseridas na região de influência de Belo Horizonte e na manutenção de trocas migratórias significativas no período analisado, diante do valor relativamente alto de fluxos internos registrados entre 2005-2010. A região de Manhuaçu merece destaque, uma vez que possui alto valor de fluxos internos mesmo com uma extensão territorial modesta, próxima daquelas observadas no sul do estado. O município de Manhuaçu concentra parte significativa do estoque populacional

da região (79.574 habitantes) e, também, boa parte dos serviços, com destaque para aqueles voltados para a agricultura (“café de montanha”). No geral, a diminuição do peso dos fluxos entre centralidades de médio porte no interior das regiões de influência neste recorte espacial, que reduz consideravelmente a extensão territorial desses recortes, explica a existência de valores mais modestos de percentual dos fluxos internos no restante do estado. Estudos apontam que as cidades médias do interior de Minas Gerais exibiram condições favoráveis para a dinamização dos fluxos migratórios nos anos 2000, tendo em vista a intensidade registrada das trocas migratórias com os principais polos regionais do Estado (CARVALHO; RIGOTTI, 2015; FJP, 2017).

A Figura 5 apresenta a TLM e a proporção dos fluxos migratórios intermunicipais internos das regiões de influência dos centros de zona em Minas Gerais (2005-2010). A região do Triângulo Mineiro concentra regiões com os maiores valores positivos de TLM, como Uberlândia (3,05%), Uberaba (4,10%) e Frutal (6,65%). Existe um grupo de regiões de influência com taxas francamente negativas na porção setentrional do estado, sobretudo nas regiões Norte e Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Este grupo de regiões apresentaram perdas migratórias, em relação a proporção da população total, muito mais significativas do que as regiões do leste mineiro e da porção noroeste do estado. No Geral, o sul de Minas Gerais continua exibindo, na sua maioria, regiões com TLM positivas, a exemplo das figuras anteriores. No entanto, neste nível de detalhamento, é possível observar algumas regiões de influência que apresentaram TLM negativas nesta porção do estado, a exemplo de Lambari (-1,07%) e Três Corações (-0,19%). Em relação aos fluxos intermunicipais internos, houve uma queda geral dos valores percentuais em relação às figuras anteriores, tendo em vista o maior detalhamento exibido pela regionalização dominada pelos centros de zona. Valores mais altos de fluxos intermunicipais internos são observados apenas nas regiões de influência de Belo Horizonte e Ipatinga, que abrigam regiões metropolitanas. A porção Noroeste do estado se destaca pelo conjunto de regiões que apresentam os menores valores proporcionais de fluxos internos, a exemplo de Patrocínio (0,65%), Paracatu (0,40%) e Unaí (0,98%).

Figura 5: Taxa Líquida de Migração e proporção dos fluxos intermunicipais internos em relação à população total das regiões de influência dos Centros de Zona, Minas Gerais, 2005-2010.



Na Figura 5, este padrão se torna mais evidente, com boa parte das regiões exibindo valores inferiores à 1,5%. Os resultados sugerem que as trocas migratórias entre regiões de influência organizadas por centros de zona foram fundamentais para o dinamismo migratório dentro do Estado entre 2005-2010. Os achados deste trabalho corroboram estudo anterior realizado pela FJP (2017) que explora, dentre um conjunto mais complexo de análises, fluxos intermunicipais entre cidades médias de porte populacional inferior aos maiores polos regionais de Minas Gerais.

O claro padrão espacial com a concentração das TLM franca-mente negativas no extremo norte de Minas Gerais e nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri trazem questões muito relevantes para as políticas públicas do estado. Estudos anteriores demonstram a exis-tência de contradições sociais profundas, com a nítida desigualdade no acesso a serviços básicos e à renda entre as regiões de influência dessa porção setentrional do estado e as demais regiões mineiras, a exemplo do Triângulo Mineiro, da porção central e do sul do estado (DOMINGUES et al., 2012; SILVA; LEITE, 2017). Ademais, os municípios mineiros que compõe oficialmente a região do semiárido brasileiro, tradicionalmente, apresentam limitações ambientais severas, tendo em vista a frequência elevada dos anos de seca (SILVA, 2018).

Os múltiplos resultados originados dos esforços empíricos deste capí-tulo apontam para uma dinâmica migratória intensa e complexa em Minas Gerais, tendo em vista a heterogeneidade socioeconômica, de-mográfica, ambiental e cultura das regiões de influência do Estado. A

proximidade com UFs que abrigam grandes regiões metropolitanas, sobretudo as RMs de São Paulo, Rio de Janeiro e Campinas), e que apresentam um número expressivo de capitais regionais e de centros sub-regionais dinâmicos, tornam o estudos dos movimentos migratórios mineiros ainda mais desafiadores.

CONCLUSÃO

Neste estudo, os recortes espaciais explorados, que consideram a relação das centralidades, em seus diversos níveis, com os municípios que fazem parte de suas respectivas regiões de influência, trouxeram novos subsídios para as avaliações dos padrões migratórios de Minas Gerais. As análises mostraram variações interessantes nos padrões migratórios das redes de influência de primeiro nível (metrópole) que estabeleceram laços mais intensos com centralidades de outros estados. Mesmo formando uma rede urbana específica, articulada, sobretudo, pela RMBH, a região de influência de Belo Horizonte apresentou trocas migratórias intensas com outras redes urbanas coordenadas, sobretudo, por grandes centros pertencentes a outros estados, a exemplo de São Paulo e Rio de Janeiro. Ademais, enquanto a região de primeiro nível de Poços de Caldas apresentou a maior parte das trocas migratórias com São Paulo, estado que abriga centros de hierarquia superior da rede em que esta região de influência está inserida, a região de Juiz de Fora demonstrou uma maior diversificação das origens e destinos dos migrantes. Já a região de Pedra Azul demonstrou um padrão diferenciado, exibindo trocas migratórias mais vigorosas com uma região de influência que não está inserida na rede a que pertence.

Os resultados demonstram que o comportamento dos fluxos migratórios assume um padrão espacial bem definido no Estado, com nítidas alterações nos resultados conforme a escala de análise. Em relação a Taxa Líquida de Migração (2005-2010), as análises que consideram um maior número de regiões de influência dominadas por centros sub-regionais e centros de zona revelam a existência de um arco que se estende pelas principais regiões da porção setentrional do estado até o Leste de Minas Gerais. Em todos os níveis de regionalização, o Triângulo Mineiro se destaca pelas TLMs francamente positivas, enquanto a porção Central e Sul do estado possuem, no geral, um maior número de regiões que exibem valores positivos mais modestos. A medida em que os recortes territoriais partiram para um nível de deta-

lhamento maior das regiões de influência do Estado, houve o arrefecimento dos fluxos migratórios intermunicipais internos.

Ao final, o volume dos fluxos, na maior parte das vezes, está diretamente relacionado ao estoque populacional das regiões avaliadas. A estratégia metodológica deste estudo permitiu uma análise que superasse qualquer viés originado pelas diferenças de estoque populacional entre as regiões de influência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ÂNTICO, C. Por que migrar? In: PATARRA, N. et al. *Migrações, condições de vida e dinâmica urbana*. Campinas: Instituto de Economia Unicamp/Fapesp, 1997.
- BAENINGER, R. Espaços Ganhadores e Espaços Perdedores na Dinâmica Migratória Paulista. In: *Migração e ambiente em São Paulo: aspectos relevantes da dinâmica recente* / Daniel Joseph Hogan; et al (orgs.). Campinas: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP, 2000.
- BAPTISTA, E. A.; CAMPOS, J.; RIGOTTI, J. I. R. Migração de retorno no Brasil nos quinquênios 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010. In: *XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Águas de Lindóia: ABEP, 2012.
- BRITO, F. Urbanização, Metropolização e Mobilidade Espacial da População: Um breve ensaio além dos números. In: *Taller Nacional Sobre Migración Interna y Desarrollo en Brasil: Diagnóstico, perspectivas y políticas*, Comision Económica para América Latina y el Caribe, 2007.
- BRITO, F; SOUZA, J. A Metropolização da Pobreza. In: *XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu: ABEP, 1998.
- CAMAGNI, R. P.; SALONE, C. Network urban structures in Northern Italy: elements for a theoretical framework. *Urban Studies*, Oxfordshire, UK: Routledge, 1993, p. 1053-1064, v. 30, n. 6.
- CAMPOS, J.; REIS, C. S.; COLLA, C. Caracterização espacial da migração de retorno ao Nordeste: uma análise dos fluxos migratórios intermunicipais nos quinquênios 1995- 2000 e 2000-2010. *Anais do XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 2016.
- CANETTIERI, T.; FERNANDES, D. M. Dinâmica migratória dos pobres na região metropolita de Belo Horizonte: Produção Da Periferia Metropolitana, n.26, 2016.
- CARVALHO, R. C.; RIGOTTI, J. I. R. As migrações nas cidades médias de Minas Gerais e seus impactos no crescimento e na composição por sexo e idade da população no período 1980-2010. Rio de Janeiro: R. Bras. Est. Pop, 2015, p. 235-256, v. 32, n.2.
- CARVALHO, J.; RIGOTTI, J. Os dados censitários sobre migrações internas: algumas sugestões para análise. *XI Encontro Nacional De Estudos Populacionais*. Caxambu: *Anais...* Belo Horizonte, ABEP, 1998.
- CARVALHO, J. A. M. et al. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 2000, v.17, n.1/2.

CARVALHO, R. C. e RIGOTTI, J. I. R. As migrações nas cidades médias de Minas Gerais e seus impactos no crescimento e na composição por sexo e idade da população no período 1980-2010. Rio de Janeiro : R. bras. Est. Pop, 2015, p. 235-256, v. 32, n.2.

DOMINGUES, E. P.; RESENDE, M. F. C.; MAGALHÃES, A. S. Crescimento e desigualdade regional em Minas Gerais: Uma avaliação de cenário econômico no período 2012-2030. Diamantina: XV Seminário Sobre A Economia Mineira Economia, História, Demografia e Políticas Públicas, 2012.

FAHEL, M. C. X.; LEITE, G.P.; TELES, L. R. Pobreza Multidimensional no estado de Minas Gerais: uma mensuração para além da renda. *Revista Brasileira De Monitoramento e Avaliação*, n.8, 2014.

FILHO, O. B. A.; RIGOTTI, J. I. R.; CAMPOS, J. Os níveis hierárquicos das cidades médias de Minas Gerais. *RA'E GA*, n. 13, Curitiba: Editora UFPR, 2007, p. 7-18.

GARCIA, R. A.; FILHO, B. S. S.; OYASAWYER, D. Socioeconomic dimensions, migration, and deforestation: An integrated model of territorial organization for the Brazilian Amazon. *Ecological Indicators*, 2007, p. 719-730, v.7.

LOBO, C.; MATOS, R. Migrações e a dispersão espacial da população nas regiões de influência das principais metrópoles Brasileiras. São Paulo: *Rev. Bras. Estud. Popul.*, 2011, vol.28 no.1. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-30982011000100005>>.

LOBO, C.; NOGUEIRA, M.; GARCIA, R. A.; CARVALHO, A. S.; PINTO, G. População e migrações na região de influência da bacia do rio doce. VII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población e XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2016.

MARQUES, M. V. A.; MOREIRA, A. A.; NERY, C. V. M. Diagnóstico da desertificação na região norte de Minas Gerais por meio de técnicas de geoprocessamento. Maringá: *Bol. Geogr.* 2017, p. 99-116, v. 35, n. 2.

MASSEY, D. S.; ARANGO, J.; HUGO, G.; KOUAOUCI, A.; PELLEGRINO, A.; TAYLOR, J. E. *Theories of International Migration: A Review and Appraisal*. Population and Development Review, p. 431-466, v. 19, n.3, 1993.

MILAGRES, F. C. *Movimentos Migratórios e Pendulares na Região Metropolitana do Vale do Aço*: Período 1991 – 2000. Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

OLIVEIRA, K. F; JANNUZZI, P. M. Motivos para migração no Brasil e retorno ao Nordeste: Padrões etários, por sexo e origem/destino. *São Paulo em Perspectiva*, 2005, p. 134-143, v. 19, n.4.

Fundação João Pinheiro - FJP. *Diagnóstico Multidimensional da Pobreza Rural*. Belo Horizonte: FJP, 2018.

Fundação João Pinheiro - FJP. *Fluxos migratórios dos territórios de desenvolvimento de Minas Gerais e grandes regiões do Brasil*: 2010. Belo Horizonte: FJP, 2017.

SATHLER, D.; MIRANDA, V. A desconcentração demográfica paulista em perspectiva. São Paulo: *Cad. Metrop.*, 2010, p. 369-394, v. 12, n. 24.

SILVA, G. J.; SOUZA, E. C.; MARTINS, H. E. P. Piracicaba: RESR, 2012, P. 333-350, v. 50, n.2.

SILVA, R. M. A. *Entre o Combate com a Seca e a Convivência com o Semiárido*: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

SILVA, S. P.; LEITE, L. M. Transbordamentos de pobreza e desigualdade em Minas Gerais: Uma análise espacial considerando o efeito da fronteira interestadual. Fortaleza: *Rev. Econ. NE*, 2017, p. 55-76, v. 48, n. 3.

UMBELINO, G. J. M. ; SATHLER, D. Desconcentração demográfica mineira: migração, crescimento populacional e novas territorialidades. In: IV Encontro Nacional sobre Migrações, 2005, Rio de Janeiro. *Anais do IV Encontro Nacional sobre Migrações*, 2005.

VELTZ, P. *Mondialisation, villes et territoires: l'économie d'archipel*. Paris: Universitaires de France, 1996, 262 p. (Economie en liberté, 0768-0988).

A EXPRESSÃO DEMOGRÁFICA E MIGRATÓRIA DOS PEQUENOS MUNICÍPIOS MINEIROS

Nayhara Gomes¹

Ralfo Matos²

Carlos Lobo³

INTRODUÇÃO

Este capítulo procura analisar a organização espacial dos municípios de pequeno porte (MPP) mineiros a partir do comportamento demográfico nas últimas décadas. Mais especificamente, pretende-se compreender a variação regional expressa pelos agrupamentos de MPPs que apresentam desempenhos demográficos semelhantes ou não. Conforme o IBGE, os municípios com até 50 mil habitantes representavam em 2010 mais de 90% do total dos municípios brasileiros. Apenas Minas Gerais conta com 853 municípios, a maioria deles (787) de pequeno porte.

O dinamismo dos principais centros do Sudeste, a presença de Brasília e o desenvolvimento do Centro-Oeste brasileiro por meio da expansão da fronteira agrícola, em cenários de recorrentes dificuldades econômicas internas, podem ser vistos como importantes fatores que atuaram na evolução da migração mineira ao longo do século XX. Recorde-se que, no século XIX, Minas Gerais detinha um grande contingente de população. Em 1890, o estado abrigava mais de 1/5 da população brasileira e seu crescimento vegetativo era relativamente alto (LOBO; MATOS, 2017, p. 178).

1 Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (IGC/UFMG) nayhara_martins@yahoo.com.br

2 Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais (IGC/UFMG) ralfomatos@gmail.com

3 Professor/Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais (IGC/UFMG) carloslobo@ufmg.br

Diante da perda do dinamismo da economia mineira em fins do século XIX, parte de seu expressivo contingente populacional foi migrando para os estados mais dinâmicos. Assim, Minas passou a viver impressionantes saldos migratórios negativos em grande parte do século XX. Com as primeiras décadas do século XX e a intensificação do processo de industrialização e urbanização, aumentaram as saídas de migrantes, principalmente rumo ao estado São Paulo, e, mais tarde, rumo às fronteiras agrícolas no norte do Paraná e do Centro-Oeste. Assim, algumas regiões mineiras entraram em decadência, sobretudo em suas áreas rurais.

Minas Gerais, por causa de suas características históricas e políticas, possuindo muitos focos de desconcentração de poder regional, tornou-se o estado brasileiro que mais possui municípios. Desde o século passado, a expressão dos municípios de grande porte (mais populosos) turvam a influência relativa dos pequenos municípios, mesmo sendo numerosos. Na comunidade científica, a metrópole de Belo Horizonte e sua região metropolitana tem sido alvo de estudos há décadas (COSTA, 1994; LOBO; MATOS, 2011; BRAGA; MATOS, 2017), sendo indiscutível sua importância. Especial atenção também tem sido dirigida às cidades médias mineiras (AMORIM, 1984; ANDRADE, 1998; SOARES, 1999; CORREA, 2007; SPOSITO, 2007; CARVALHO; RIGOTTI, 2015).

Diante de tais tendências, cabe perguntar: qual a importância relativa dos pequenos municípios? Eles são continuamente os principais expulsores de população? Se são expulsores, isso é uma generalidade? Estão dispersos pelo interior do estado ou agrupados? Já que há muito tempo compartilham da característica de estagnação, são os MPPs do Norte de Minas (particularmente os do Vale do Jequitinhonha e Mucuri), os que mais expulsam população? Os MPPs do Noroeste de Minas e do Triângulo Mineiro também possuem essa característica? Essa evidência histórica vem sendo alterada recentemente? Os municípios do Sul e do Leste Mineiro são igualmente perdedores de população? E os MPPs encrustados na RM de BH? Se não são, onde estão os ganhadores? O que deve explicar a performance relativa dos saldos migratórios recentes de tais municípios?

No interior dessa mudança, é provável que novas centralidades estejam se afirmando em Minas Gerais, o que explicaria a ruptura dos seus padrões de trocas, já que mudanças econômicas em curso podem ampliar o grau de proximidade e interação entre as localidades que sempre estiveram interligadas (LOBO; MATOS, 2017, p. 179).

Para reconhecer os conjuntos de municípios seguindo padrões de similaridade conforme o desempenho de algumas variáveis migratórias nas últimas décadas, a metodologia empregada consistiu na identificação dos MPPs conforme três perfis demográficos, a saber: de dinamismo, semi-estagnação e debilidade, segundo os dados do Censo Demográfico de 2010. Além disso, utilizou-se variáveis demográficas como taxa de crescimento da população anual e saldos migratórios com base na migração de data-fixa estimados por meio dos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Esta abordagem consegue captar a distribuição dos pequenos municípios mineiros, ou seja, as expressões demográficas e sua dinâmica territorial experimentadas por uma plêiade de pequenos municípios mineiros.

O artigo encontra-se fracionado em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira versa sobre outros procedimentos metodológicos que circunscreveram o desenvolvimento desta investigação e a segunda analisa de forma detalhada os resultados e suas discussões, valendo-se do olhar geográfico para sinalizar as diferenciações socioespaciais existentes em Minas Gerais.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Minas Gerais apresenta grande heterogeneidade social e econômica em sua superfície territorial. O reconhecimento do desempenho demográfico dos MPPs mineiros pode revelar aspectos menos conhecidos dessa dinâmica regional. Neste estudo, as análises centram-se nos 787 MPPs do estado. Para tal, foram utilizados os microdados dos três últimos Censos Demográficos do IBGE (1991, 2000 e 2010).

Quanto às técnicas adotadas, todos os municípios de Minas foram categorizados em três classes, considerando o tamanho populacional: *municípios de Grande Porte demográfico* (aqueles com população superior a 750 mil habitantes); *municípios de Porte Intermediário* (população inferior a 750 mil e superior a 50 mil habitantes) e *municípios de Pequeno Porte demográfico* (população inferior a 50 mil habitantes). Em sequência, eles foram estratificados segundo a densidade demográfica (razão entre o número de habitantes de uma localidade e sua respectiva área). Para isso, calculou-se a densidade demográfica média dos municípios do Sudeste, obtendo-se o valor de 194 hab/Km², arredondado para 200 hab/km². Arbitrou-se esta linha de corte para

classificar os municípios de densidades “superiores” e “inferiores”, ou, simplificadamente, municípios de Alta e Baixa densidade demográfica.

Em Minas, o único município de Grande Porte é de alta densidade (Belo Horizonte). Já os municípios médios foram divididos em de Porte Intermediário de Alta Densidade e municípios de Porte Intermediário de Baixa Densidade. Analogamente, pequenos municípios também foram subdivididos em dois grupos, os de Alta Densidade e os de Baixa Densidade (a grande maioria).

Em termos organizacionais, efetuou-se o cálculo das variáveis demográficas Taxa de Crescimento Populacional, Saldo Migratório e Grau de Urbanização, e, em seguida, se produziu a tipologia espacial. A Taxa de Crescimento Populacional expressa em percentual o incremento médio do tamanho de uma população de um espaço geográfico, compreendido entre dois momentos no tempo, no caso, entre o período de dois censos demográficos.

O Saldo Migratório, por sua vez é um indicador que verifica o impacto da migração sob uma população, ou seja, representa o balanço entre perdas e ganhos populacionais de uma unidade geográfica em um período de tempo, calculado com base nos chamados migrantes de data-fixa. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados na própria documentação do Censo Demográfico de 2010, são considerados migrantes todos os indivíduos que realizaram mudança permanente de residência entre os municípios no período observado. O migrante de data-fixa compreende todos os indivíduos que declararam um município de residência cinco anos antes da data do censo diferente daquele no qual residiam à data do censo. Esse tipo de informação permitiu compreender o fenômeno migratório em dois momentos no tempo e no espaço.

O Grau de Urbanização indica o percentual da população residente em áreas urbanas, segundo a divisão político administrativa estabelecida pelo poder público municipal. Esta é uma medida que indica situações de maior ou menor urbanização. O dinamismo urbano pode estar atrelado ao desenvolvimento econômico, embora em vários municípios o baixo grau de urbanização não indique baixo dinamismo econômico. Importante sublinhar que no caso do Sudeste, muitos municípios ligados ao agronegócio possuem baixo grau de urbanização, mas são altamente dinâmicos do ponto de vista econômico: ainda que tenham experimentado um processo de expulsão demográfica no passado, vários destes municípios podem ser extremamente modernos às

custas do agronegócio. Isso não invalida, entretanto, a outra afirmativa, muito presente na literatura, de que localidades mais urbanizadas são mais prósperas economicamente do que as não urbanizadas.

Uma segunda simplificação da realidade consistiu na identificação de três categorias: uma primeira correspondente a *municípios dinâmicos* do ponto de vista demográfico; uma segunda é a de *municípios intermediários*, com desempenho semi-estagnado; e uma terceira que agrupou os *municípios debilitados* do ponto de vista da dinâmica populacional.

Os municípios dinâmicos demograficamente apresentam taxa de crescimento populacional maior que 0,86% ao ano, grau de urbanização superior a 75,6% e saldos migratórios positivo acima de 292 pessoas. Estes valores se referem à mediana dos MPPs ganhadores de população do Sudeste.

A categoria dos municípios “Debilitados” corresponde àqueles pequenos municípios com perfil de perdedores de população por apresentarem taxa de crescimento populacional inferior a 0,39% a.a, saldo migratório negativo inferior a 208 pessoas e grau de urbanização inferior a 60%. Sublinhe-se que no caso do Grau de Urbanização (GU), adotou-se o corte de 60%, na tentativa de reduzir os efeitos das discussões sobre população urbanizada no Brasil (o que causa superestimação em face do que se considera área urbana), em face da evidência empírica mundial de que a urbanização tem se expandido pelo mundo inteiro.

A categoria intermediária correspondeu aos assentamentos municipais que apresentavam perfil semi-estagnados. Dessa forma, abrangeu municípios onde a taxa de crescimento populacional estaria próxima de zero, oscilando entre o crescimento positivo abaixo de 0,86% e o decréscimo superior a 0,39%. Estes demarcadores ganham validade ao considerar que Minas Gerais, um dos mais dinâmicos da federação, cresce em torno de 1%. Quanto ao saldo migratório, abrangeia municípios que estariam entre o ganho inferior a 292 pessoas e perda superior de 208 pessoas. Já o grau de urbanização seria inferior a 75,6% até em torno de 60%. Diante do interesse de captar a dinâmica demográfica dos MPPs de Minas, optou-se por empregar uma série de classificações no conjunto de dados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES CORRELATAS

Em 2010, o Censo Demográfico registrava a presença de 1.430 municípios de pequeno porte no Sudeste (somados os de alta e baixa densidade demográfica). A maioria deles (787) estava em Minas Gerais. A **Tabela 1** evidencia que Belo Horizonte, o mais populoso, experimentou no período 2000/2010 um crescimento relativamente baixo (0,59% a.a), mas ainda assim positivo: tanto quanto os 776 municípios de pequeno porte e baixa densidade cresceram menos de 1% ao ano (0,53% a.a).

Os 65 municípios de Porte Intermediário destacam-se ao exibir crescimento demográfico superior às médias do Brasil e do Sudeste (1,50% a.a. entre os de Alta Densidade e 1,18% a.a. entre os de Baixa Densidade). Já entre os MPPs, os de Alta Densidade tiveram um crescimento surpreendentemente alto, 2,11% ao ano, mais do dobro da média do Sudeste.

Ao analisar os dois últimos períodos censitários (1991/2000 e 2000/2010), todos os municípios mineiros distribuídos em classes de tamanho populacional (com exceção dos de porte intermediário de baixa densidade) experimentaram um declínio do ritmo do crescimento populacional. Tal fato pode ser explicado pela transição demográfica que o Brasil vem passando há décadas, o que faz desacelerar o ritmo de crescimento demográfico (BRITO, 2008; LOBO; MATOS, 2011). Apesar de reduzido o ímpeto do incremento populacional, ainda há a possibilidade de crescimento por meio do acréscimo populacional derivado das migrações.

Tabela 1 - Classes de tamanho e densidade dos municípios de Minas Gerais, participação relativa e taxa de crescimento demográfico anual (%) entre 1991, 2000 e 2010

Classes de tamanho por densidade	Número de Municípios (2010)	População Total				Taxa de Crescimento Anual 1991 / 2000	Taxa de Crescimento Anual 2000 / 2010
		1991	%	2000	%		
Grande Porte	1	2.020.161	12,8	2.238.526	12,5	2.375.151	12,1
Intermediário de Alta Densidade	24	2.857.655	18,2	3.692.761	20,6	4.283.969	21,9
Intermediário de Baixa Densidade	41	3.573.200	22,7	3.993.387	22,3	4.491.986	22,9
Pequeno Porte de Alta Densidade	11	108.017	0,7	200.934	1,1	247.563	1,3
Pequeno Porte de Baixa Densidade	776	7.184.119	45,6	7.779.527	43,4	8.198.661	41,8
Total	853	15.743.152	100	17.905.135	100	19.597.330	100
							0,91

Fonte: Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 - Dados trabalhados pelos autores

Nesse contexto, cabe questionar: O que os pequenos municípios possuem de notável? Quais são as singularidades que internalizam em Minas Gerais a ponto de torná-los relevantes do ponto de vista demográfico? Esses números tendem a apontar fenômenos ainda pouco examinados na região, porquanto estão a sugerir que os municípios de pequeno (com menos de 50 mil habitantes) perdedores históricos de população (DURHAM, 1973; LOPES, 1978; SINGER, 1988; MARTINE, 1990; SILVA, 1996; e BALSAN, 2006), sobretudo para as grandes cidades, mostrando uma certa reversão de tendências.

Algo pouco óbvio deve estar ocorrendo em centenas de pequenos municípios, a ponto de vários deles estarem reunindo estoques populacionais expressivos a lhes conferir a condição de Alta Densidade. Se são municípios que historicamente perdião população para os grandes (desde 1920 até 1980), qual a expressão demográfica desses subespaços indicados nos dados dos últimos censos?

Os mesmos dados da **Tabela 1** indicam que os MPPs reuniam em 2010 mais de 8 milhões de habitantes, o que correspondia a cerca de 43,1% dos 19,5 milhões da população de Minas Gerais. Embora os dados deixem evidente o aumento do protagonismo dos municípios de porte intermediário ao longo das décadas (8,7 milhões em 2010), não há como ignorar a importância dos municípios de pequeno porte.

A associação entre tamanho populacional com níveis de densidade demográfica pode favorecer a análise em questão. Matos e Ferreira (2017) esperam que nos pequenos municípios a disponibilidade relativa de terras e solos férteis possa favorecer a prática da agricultura em terrenos mais baratos que os das franjas urbanas, seja por meio da agricultura moderna e produtora de commodities (exigente de maiores áreas cultivadas), seja a agricultura de pequeno porte, produtora de alimentos para o abastecimento das cidades (frequentemente desenvolvida em pequenas propriedades).

Uma série de questões interpõe-se à reflexão diante dessas constatações. Afinal, se parece haver pequenos municípios relativamente atraentes, qual a importância que assumem do ponto de vista demográfico? Onde estão os subespaços mais dinâmicos em Minas? Principalmente nas bordas da Região Metropolitana de BH (RMBH) ou estão dispersos, distribuídos pelo estado delineando agrupamentos municipais com características similares?

Para responder tais indagações, utilizou-se de uma classificação baseada em variáveis demográficas a fim de examinar esse rol de peque-

nos municípios. A classificação englobou o universo amostral de todos os municípios mineiros, mas focalizou-se nos pequenos municípios e suas expressões demográficas nos dados censitários de 2010. Esse esforço metodológico de caráter exploratório pode ser visualizado na **Tabela 2** que agrupa os pequenos municípios em três classes de unidades territoriais: os Dinâmicos, Semi-Estagnados e Debilitados.

Em função da homogeneidade que os dados censitários de 1991, 2000 e 2010 apresentam, permite-se fazer análises comparativas relacionadas à dimensão temporal dos MPPs. Ao observar mais detidamente os dados da **Tabela 2**, os municípios de pequeno porte dinâmicos (de alta e baixa densidade demográfica) apresentam taxas de crescimento populacional significativamente maiores que a média do Sudeste (1,04%) e a brasileira (1,17%).

É entre os municípios de pequeno porte de alta densidade que se concentram sete municípios dinâmicos com taxas de crescimento populacional acima da média nacional, a saber: Igarapé, Juatuba, Mário Campos, Santa Cruz de Minas, São Joaquim das Bicas, São Lourenço e Sarzedo. Em 2010, as taxas verificadas nestes municípios foram de 2,7% a.a. Mesmo entre os 129 MPPs dinâmicos de baixa densidade, o crescimento populacional é vertiginoso nos dois últimos decênios (1,86% e 1,52% a.a.). Nesses casos, é redundante apontar a variável Grau de Urbanização porque geralmente são extremamente urbanizados, alguns com mais de 90% da população residindo em áreas urbanas. Parte deles localizam-se nas bordas da RMBH ou nas proximidades de municípios de porte intermediário, o que lhes confere a situação de alta densidade demográfica diante da função de expansão urbana que costumam exercer.

Ainda quanto ao grau de urbanização, nota-se um acréscimo em todos os MPPs de Minas, processo este que segue a tendência acelerada de urbanização da população mundial. Todavia, os menores graus de urbanização concentram-se entre os pequenos *municípios debilitados* e de baixa densidade, o que indica a existência da forte presença do mundo rural.

Tabela 2 - Dados demográficos dos MPPs de Minas Gerais discriminados pela Tipologia demográfica, por número de municípios, Saldos Migratórios, Taxa Anual de Crescimento e Grau de Urbanização

Municípios de pequeno porte e classes de subespaços	Número de Municípios (2010)	Saldo Migratório	Taxa de Crescimento	Grau de Urbanização		
				1995/2000	2005/2010	1991/2000
Pequeno Porte de Alta Densidade	Dinâmicos	7	17.443	17.820	8,64	2,7
	Semi-Estagnados	4	1.414	624	3,24	0,92
	Debilitados					88,5
MG	Dinâmicos	129	56.616	82.460	1,86	1,52
	Semi-Estagnados	502	- 64.161	- 53.497	1,03	0,41
	Debilitados	145	- 43.643	- 64.355	- 0,98	- 0,39
Total		787	- 65.333	- 16.9748	0,91	0,57
					65,5	71,1

Fonte: Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 - Dados trabalhados pelos autores

Como a urbanização é um processo que vem generalizando-se largamente pelo país, é provável que as áreas urbanas em municípios ditos dinâmicos sejam muito expressivas em termos de população. Neles a presença de mulheres é mais dominante? Ao comparar a Razão de Sexo nos pequenos debilitados observa-se uma desproporção entre homens e mulheres e uma situação de predominância de homens (as mais altas razões encontram-se nestes municípios), certamente influenciados pelo fenômeno da masculinização rural.

Já no que tange ao Saldo Migratório, considerando os quinquênios 1995/2000 e 2005/2010, Minas permaneceu perdendo população, mas, diga-se de passagem, é o estado com maior número de pequenos municípios debilitados de todo o Sudeste, fato que reflete nos totais da UF. Porém, percebe-se um arrefecimento de suas perdas populacionais, em face da redução do saldo negativo (-65.333 em 1995/2000 e -6.948 em 2005/2010).

Essa tendência de redução vem se mantendo desde a década de 1980, quando o saldo migratório negativo atingiu valores ainda mais altos. Nesse momento, a economia brasileira passava por uma situação de crise, com escassez de postos no mercado de trabalho dos grandes centros urbanos. Do ponto de vista demográfico, a mortalidade e a fecundidade experimentavam sucessivos declínios. Com isso, os grandes volumes de população excedente tendiam a diminuir, em meio a mudanças na própria dinâmica migratória (MATOS, 1995). Ainda sobre o balanço populacional evidenciado pelo SM, os pequenos municípios dinâmicos de alta e baixa densidade demográfica receberam expressivo volume populacional em Minas, fato este que merece atenção.

Em suma, ao se explorar os dados da Tabela 2, o que há de mais novo é o fato de que o conjunto de MPPs dinâmicos de alta e baixa densidade cresceram a uma taxa comparável a outros municípios de maior porte populacional. Ademais, entre eles é significativa a atração populacional, como evidenciado pelos recorrentes saldos migratórios positivos entre os quinquênios 1995/2000 e 2005/2010. Contudo, ao se atentar aos totais da UF isso não é evidente, dado os reiterados SM negativos. Portanto, Minas apresenta subespaços compostos por MPPs atrativos demograficamente, mas grande parte deles ainda perdem população.

Mas onde localizam-se estes assentamentos? Nesse sentido, a hipótese geral deste trabalho postula que a mudança demográfica é um preditor significativo das mudanças socioeconômicas dos pequenos municípios. Posto isto, uma análise espacial (Figura 1) pode clarificar

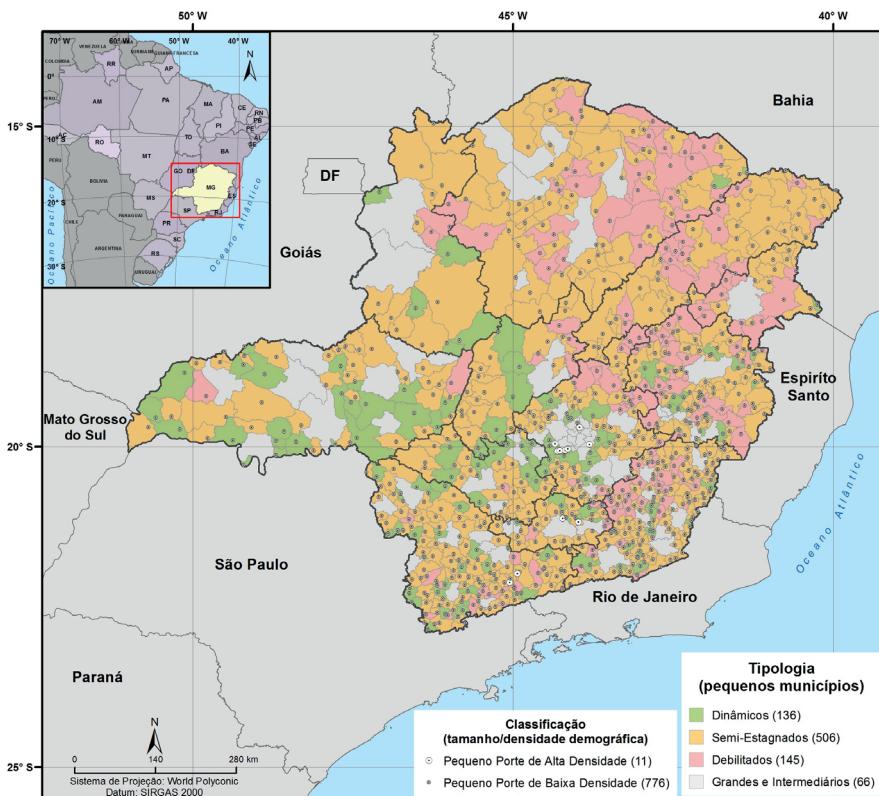
fatores regionais e níveis de hierarquia nos sistemas urbanos. A análise da dimensão espacial dos subespaços Dinâmicos, Semi-Estagnados e Debilitados de Minas busca revelar a redistribuição da população no conjunto dos pequenos municípios, assinalando suas particularidades e consonâncias, a ponto de evidenciar agrupamentos espaciais.

LOCALIZAÇÕES ESPACIAIS DOS MPP

Pelo exame da **Figura 1**, torna-se nítido que a paisagem regional de Minas Gerais é diversa, composta por um mosaico de comportamentos demográficos. Nesse sentido, o olhar geográfico pode evidenciar configurações territoriais dos pequenos municípios.

A maior parcela dos 11 pequenos municípios de alta densidade localiza-se nas franjas da RMBH. Na mesorregião do Campo das Vertentes, nos arredores de municípios mais populosos como São João del-Rei e Barbacena, também se situam Barroso e Santa Cruz de Minas. Esse fato por si só explica o dinamismo e o crescimento desse grupo acima da média regional. O adensamento deve resultar do lançamento imobiliário nesses municípios de vários parcelamentos de caráter urbano como os condomínios fechados, sítios e chácaras utilizados para moradia e/ou casas de campo. São Lourenço e Caxambu, no Sul de Minas, fogem um pouco desta lógica, por ser pequenos municípios de alta densidade mesmo não estando nas proximidades de áreas densamente povoadas.

Figura 1: Classificação dos municípios de pequeno porte de Minas Gerais por tamanho e densidade demográfica e Tipos municipais conforme critérios demográficos



Os resultados podem também expressar outras idiossincrasias entre as mesorregiões de Minas. Mas esses processos se realizam diferenciadamente em termos regionais ou há relativa repetição?

Os 136 pequenos municípios mineiros de baixa densidade e com dinamismo demográfico concentram-se nos arredores da RMBH e nas mesorregiões da Central Mineira, Noroeste de Minas, Oeste de Minas e Triângulo, localizados em áreas de menor declividade. O relevo mais suave, a presença do bioma do Cerrado com o melhor aproveitamento das suas terras produtivas, permitiram a mecanização da agricultura, o que contribui para esta configuração territorial.

Estes subespaços dinâmicos estão articulados pela combinação de acesso a infraestruturas constituídas, sobretudo por rodovias, o que certamente contribui na conformação de eixos de desenvolvimento econômico. Em Minas Gerais, estado que possui a maior malha rodo-

viária do país, há em direção ao Oeste, às margens da BR-040, pequenos municípios considerados dinâmicos como Pompéu, Três Marias e São Gonçalo do Abaeté. Como também é o caso de Bom Despacho, Campos Altos, Ibiá e Perdizes, pequenos municípios dinâmicos da região Central de Minas e Triângulo Mineiro que se situam nas bordas da BR-262.

Já em relevos mais entalhados e acidentados, por conseguinte, com maiores declives, há a predominância de pequenos municípios Debilitados e Semi-Estagnados. O perfil de debilidade, ou seja, pequenos municípios em uma situação de perda populacional é constituído por 145 unidades territoriais e concentram-se, no Norte de Minas, onde está localizada a Serra do Espinhaço e regiões de vegetação de Caatinga como no Vale do Jequitinhonha. Também nos vales do Leste (Mucuri e Rio Doce) no Quadrilátero Ferrífero e nas franjas montanhosas a leste da Serra da Mantiqueira e do Mar, na Zona da Mata.

Tal fato associa-se à ocupação e formação territorial antiga. Minas Gerais contou com a civilização do ouro no século XVIII e nas porções orientais do estado, em um domínio intitulado Mar de Morros, menos atraente geograficamente, se encaixou uma miríade de pequenas cidades nas proximidades das lavras. Esses casos mostram como o relevo influenciou a apropriação territorial atuando na distribuição da população ao agir como uma barreira ou facilitador de ocupações mais efetivas e até conformando espaços de transição entre áreas mais e menos densas de Minas.

Os MPPs em situação de semi-estagnação totalizam 516, sendo os assentamentos municipais mais numerosos do estado e bem distribuídos ao longo de sua superfície territorial. Esses casos evidenciam espaços de transição demográfica ao serem constituídos por municípios com taxa de crescimento populacional próxima de zero, saldos migratórios negativos ou ligeiramente positivos e com grau de urbanização entre 75,6% a 60%.

A distribuição espacial da população ao longo da história, independentemente da escala em que tenha ocorrido, foi condicionada por múltiplos fatores, sendo estes históricos, econômicos e naturais. Na modernidade, tem se atribuído uma maior importância aos fatores econômicos, uma vez que a população tende a se concentrar naquelas áreas onde as oportunidades de trabalho são maiores e melhores. Isso explica o esvaziamento de algumas áreas em detrimento de outras. Nesse contexto, os dados demográficos possuem relevância para os

estudos geográficos, especialmente quando se propõem a avaliar o que diferencia os pequenos municípios em questão e, ao mesmo tempo, o que os agrupa em termos da reprodução de processos espaciais.

Em vias de conclusão, os estudos populacionais adquirem significância em qualquer tipo de análise, seja de natureza demográfica, econômica, política ou social. Não é necessário apenas conhecer os números na sua totalidade, mas sim na dinâmica dos processos que lhes dão conformação. É por intermédio desses processos que se pode verificar as mudanças que ocorrem ou estão ocorrendo no perfil de uma população.

Os resultados nos permitem inferir que por mais que Minas Gerais mantenha a perda populacional ao longo dos últimos períodos censitários, não há dúvidas sobre a crescente importância de muitos espaços peculiares no interior deste estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, o Brasil tem experimentado movimentos de redistribuição da sua população para áreas que até então representavam menor atratividade, atrelados ao avanço da transição demográfica e redução da qualidade de vida nos grandes centros urbanos. Diante de tal fato, as evidências de que em qualquer Grande Região os municípios de maior porte populacional seriam capazes de comandar a dinâmica demográfica e a geração de riqueza regional parece não ter tanto peso como outrora.

Em Minas Gerais, quando os municípios foram estratificados em classes de tamanho e classificados por critérios demográficos que delimitaram subespaços dinâmicos, tornou-se evidente a conformação territorial de subespaços capazes de agregar características de forte dinamicidade demográfica localizados, sobretudo, nas adjacências da RMBH e nas mesorregiões da Central Mineira, Noroeste de Minas, Oeste de Minas e Triângulo, e nas imediações da BR-262 e da BR-040.

Os MPPs dinâmicos apresentam características particulares, exibindo taxas de crescimento populacional acima da média regional e do Brasil. Em contrapartida, em todos municípios mineiros (considerando também os de grande e médio porte), houve uma redução sistemática dessa mesma taxa, ratificando o processo de transição demográfica pelo qual o país vem vivendo e um acréscimo no grau de urbanização, corroborando as discussões de espraiamento da urbanização.

Portanto, avançou-se nas discussões sobre as mudanças demográficas, focando na comparação estabelecida entre municípios que apresentaram perfil de dinamismo, declínio e semi-estagnação. A identificação dessa variabilidade regional permitiu considerar como esses processos se distribuem no espaço, sob o olhar geográfico. Ademais, percebeu-se a imponência de numerosos municípios de pequeno porte frente o comportamento demográfico regional.

Com sua grande extensão geográfica, Minas Gerais evidentemente agrupa municípios com comportamentos diferentes. Assim, a compreensão de como se constitui as características similares e dissonantes desse conjunto de municípios pode também ser conhecida por meio da localização espacial relativa dos agrupamentos de municípios mais ou menos dinâmicos demograficamente. Nesse sentido, a novidade está entre os pequenos municípios dinâmicos de baixa densidade demográfica. Estes crescem tanto quanto os pequenos de alta densidade e vem incrementando estoques populacionais com reiterados Saldos Migratórios positivos.

Frente ao processo de redistribuição demográfica pode-se cogitar que, mesmo em se tratando de pequenos municípios demograficamente dinâmicos, a atividade agropecuária preferencialmente localiza-se nesses espaços. Logo, os municípios de menor tamanho localizados fora das regiões metropolitanas tenderiam a expulsar população, devido a menor absorção de mão de obra que a agropecuária demanda. Contudo, observa-se que, de modo geral, nesse conjunto de municípios há crescimento populacional. Pode-se deduzir que a agropecuária, mesmo moderna, não expulsa população desses municípios quanto no passado, certamente por conta da presença próxima de pequenas cidades dependentes da atividade agrícola e atraentes do ponto de vista do emprego, condições de vida e outras amenidades.

É notório que as conclusões até então alcançadas sugerem uma série de novos estudos mais detalhados capazes de trazer à luz outras características dessas centenas de municípios de pequeno porte, especialmente no tocante ao perfil das atividades econômicas neles instaladas que parecem estar lhes proporcionando o dinamismo demográfico aqui explicitado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORIM FILHO, O. B. Cidades médias do Brasil. *Revista Geografia e Ensino*, Belo Horizonte: IGC/UFMG, v. 3, n. 2, 1984.
- ANDRADE, T.; SERRA, R. *O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA, 1998 (Texto para Discussão, 554).
- BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. *Campo -Território*, Uberlândia, v. 123-151, 2006.
- BRAGA, F.; MATOS, R. Quem são os migrantes das metrópoles? Uma análise comparativa das pessoas que entraram e saíram das regiões metropolitanas brasileiras. *GOT-Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, n.º 11, p. 59-81, 2017. Disponível em: 10.17127/got.v0i11.396. Acesso em: 11 mai. 2018.
- BRITO, F. Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 5-26, 2008.
- CARVALHO, R. C.; RIGOTTI, J. I.R. As migrações nas cidades médias de Minas Gerais e seus impactos no crescimento e na composição por sexo e idade da população no período 1980-2010. *Rev. bras. estud. Popul.*, vol.32, n.2, p.235-256, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-30982015000200235&script=sci_abstract&tlang=pt. Acesso em: 17 jul. 2017.
- CORRÊA, R. L. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, p. 23-33, 2007,
- COSTA, H. S. M. 1994. Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte. In: Monte-Mór, R. L. (coord). *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*. Belo Horizonte: PBH/CEDEPLAR, p. 51 – 77, 1994.
- DURHAM, E. *A caminho da cidade*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1973.
- LOBO, C.; MATOS, R. Migrações e a dispersão espacial da população nas Regiões de Influência das principais metrópoles brasileiras. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 81-101, 2011.
- LOBO, C.; MATOS, R. A migração para Minas Gerais: o retorno de mineiros e a imigração paulista nas últimas décadas. *Anais...* In: x encontro nacional sobre migração. 2017 Disponível em: <<http://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/a-migrao-para-minas-gerais-o-retorno-de-mineiros-e-a-imigrao-paulista-nas-ltimas-dcadas-27586>>. Acesso em: 7 fev. 2018.
- LOPES, J.R. *Desenvolvimento e mudança social: formação da sociedade urbano-industrial no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- MATOS, R. Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, p. 35-58, 1995.
- MATOS, R.; FERREIRA, R. N. Brasil em crise e o emprego formal no Sudeste. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 18, n. 61, p. 150–164, 2017.

MARTINE, G. As migrações de origem rural no Brasil: uma perspectiva histórica. In: *História e população: estudos sobre a América Latina*. São Paulo: Fundação Seade, 1990.

SILVA, J. G. da. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: KAGEYAMA, Â.; SILVA, J. G da. *A dinâmica da agricultura brasileira: do complexo rural aos complexos agroindustriais*. Campinas: UNICAMP, p.1- 40, 1996.

SINGER, P. *Dinâmica populacional e desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SOARES, B. R. Repensando as cidades médias brasileiras no contexto da globalização. *Formação*, Presidente Prudente-SP, n. 6, p. 55-63, 1999.

SPOSITO, M. E. B. *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

EMIGRAÇÃO INTERNACIONAL DE VALADARES: AS FRATURAS DA AUSÊNCIA

Weber Soares¹

INTRODUÇÃO

Quando aplicado ao entendimento das causas da emigração internacional, o arcabouço teórico e metodológico da análise de redes socioespaciais tem mostrado serventia, no entanto sua eficácia elucitativa no tocante aos efeitos dos deslocamentos espaciais sobre os que estão diretamente neles envolvidos (retornados internacionais, parentes, amigos e conhecidos de emigrantes etc.) é algo que cabe averiguar. As experiências dolorosas, as frustrações, as decepções, os traumas de ordem psicológica, em suma, os transtornos mentais², manifestam-se nesse caso como frente de investigação que busca o real sentido da decisão de migrar na esfera da dissimulação.

Os arranjos familiares, as redes pessoais dos migrantes desempenham papel fundamental na criação, expansão e manutenção dos fluxos migratórios; assim, a migração deve ser entendida como projeto coletivo (SAYAD, 1998; TILLY, 1990), isto é, consiste em processo social que não ocorre apenas com base em decisões individuais. O projeto migratório não se realiza, todavia, sem disputas e tensas negociações, sem rupturas familiares, não se consuma sem sofrimento (SAYAD, 1998), sem traumas de ordem psicológica, sem os efeitos deletérios das pressões emocionais (DETTLAFF, 2008) que a migração internacional, a ausência, enseja nos que partem e nos que ficam. Ao olhar de perto os mais ínfimos detalhes da condição dos imigrantes, Sayad põe a mostra, segundo Bourdieu (1998, p. 11), o

¹ Professor e pesquisador do Departamento de Geografia - Instituto de Geociências - IGC/UFMG

² De forma semelhante ao procedimento adotado pelo Research Committee on Sociology of Mental Health and Illness da International Sociological Association – ISA, a expressão *transtorno mental* é utilizada aqui de forma inclusiva, isto é, remete tanto a distúrbios psiquiátricos graves como a sensações subjetivas de mal-estar.

“... âmago mais secreto dos sofrimentos relacionados com a separação, por meio de uma descrição dos meios que [migrantes] usam para se comunicar com a sua terra, ou [...] o cerne da contradição constitutiva de uma vida impossível e inevitável por via da evocação das mentiras inocentes com que se reproduzem as ilusões sobre a terra de exílio... [Sayad] traça com pequenas pinceladas um retrato impressionante dessas ‘pessoas deslocadas’, privadas de um lugar apropriado no espaço social e de lugar marcado nas classificações sociais. Como Sócrates, o imigrante é atopos, sem lugar, deslocado, inclassificável. Aproximação essa que não está aqui para enobrecer, pela virtude da referência. Nem cidadão nem estrangeiro, nem totalmente do lado do Mesmo, nem totalmente do lado do Outro, o ‘imigrante’ situa-se nesse lugar ‘bastardo’ de que Platão também fala, a fronteira entre o ser e o não ser social. Deslocado, no sentido de incongruente e de importuno, ele suscita o embaraço; e a dificuldade que se experimenta em pensá-lo - até na ciência, que muitas vezes adota, sem sabê-lo, os pressupostos ou as omissões da visão oficial - apenas reproduz o embaraço que sua inexistência incômoda cria.”

É na esteira desses problemas, é no âmbito dessas preocupações epistemológicas que este texto se insere, isto é, centra foco nos vínculos entre a emigração internacional, os mecanismos de dissimulação da verdade objetiva da migração (SAYAD, 1998, 2000; BOURDIEU, 1989, 1990, 1996), os transtornos mentais e as redes pessoais. Ele acena com o objetivo de sugerir, à luz da sociologia da migração de Sayad e de Bourdieu, da psicologia antropológica de Rudolf Allers e da filosofia de Santo Tomás de Aquino, perspectivas outras de compreensão, no âmbito das causalidades, sobre o sentido não de todo consciente da migração tanto para o emigrante internacional quanto para os filhos não emigrados desses emigrantes. O esforço de articular o referencial teórico dos campos temáticos relativos a: 1) reprodução/continuidade da migração internacional e artifícios dissimuladores que respondem por essa reprodução; 2) emigração internacional e transtornos mentais; 3) emigração internacional e redes pessoais; e 4) emigração internacional e suas causas, constitui recurso heurístico e passo fundamental para lograr esse propósito.

EMIGRAÇÃO INTERNACIONAL: BRASIL E VALADARES

Depois da Segunda Grande Guerra, a migração internacional se expandiu em volume e abrangência territorial; e, pelas suas especificidades, decompôs-se em duas fases. A primeira, demarcada pelos anos de 1945 e 1973, registrou grandes fluxos migratórios de força de trabalho de países menos desenvolvidos para a Europa Ocidental, a América e a

Oceania. A crise do petróleo de 1973 que se fez acompanhar de grande recessão inaugurou a segunda fase dessa migração internacional contemporânea: a saída do capital de investimento dos velhos centros e a reformulação da economia mundial pelas formas transnacionais de produção e distribuição remodelaram a economia mundial e, por consequência, deram ocasião ao surgimento de novos países de imigração no sul da Europa, nos países do Golfo, na América Latina, na África e na Ásia. (CASTLES, 2000).

A década de 1980 e o início dos anos 1990 constituíram período de migrações intensas. O estoque mundial de migrantes internacionais passou de 82 milhões em 1975 a 120 milhões em 1990, o que representava neste ano cerca de 2% da população da Terra. A década de 1990 testemunhou um rápido crescimento do número de migrantes que, nesse período, situava-se entre 135 e 140 milhões. O total de pessoas que residiam fora de seu país de origem por mais de um ano atingiu a casa de quase 200 milhões em 2005, incluindo 9,2 milhões de refugiados (GCIM, 2005). Quanto aos fluxos migratórios irregulares³, as estimativas puseram à mostra que pelo menos 5 milhões dos 56,1 milhões de migrantes na Europa, em 2000, estavam em situação irregular (10%); que, nos EUA, em 2005, cerca de 10 milhões permaneciam nessa mesma situação (GCIM, 2005). Em 2010, as estimativas davam conta de um total de 214 milhões de migrantes internacionais entre os quais se encontrava um contingente de 21 a 32 milhões de pessoas em situação irregular (IOM, 2010).

O Brasil que assiste, no período 1940-1950, à acentuada redução das trocas migratórias internacionais, deu mostras, em meados dos anos 1980, de inscrição em nova etapa de mobilidade espacial de sua força de trabalho. Em sintonia com a estrutura dos sistemas migratórios internacionais que se consolidaram no decorrer do último quartel do século XX e a crise da economia brasileira cujos sinais tornaram-se evidentes desde o final dos anos 1970: i) inflação acentuada e em as-

3 “O termo ‘imigração irregular’ é normalmente utilizado para descrever uma série de fenômenos diferentes que envolvem pessoas que entram ou ficam num país do qual não são cidadãs, infringindo assim as leis nacionais. Incluem-se os migrantes que entram ou ficam num país sem autorização, os que entram clandestinamente ou são traficados..., os requerentes de asilo indeferido que não obedecem às ordens de deportação e pessoas que fogem ao controle de imigração através do esquema de ‘casamentos brancos’. Essas diferentes formas de migração irregular aparecem frequentemente agrupadas sob a designação alternativa de migração não autorizada, não documentada ou ilegal” (GCIM, 2005, p. 31).

censo; ii) elevado endividamento externo; iii) orçamento do governo federal onerado por subsídios compensatórios crescentes e pelo déficit de caixa; iv) exacerbada concentração econômica e de renda; e v) acentuado desequilíbrio do balanço de pagamentos (BRUM, 1995; PEREIRA, 1985) -, ganhou densidade a emigração internacional de brasileiros.

De acordo com Ministério das Relações Exteriores - MRE, os emigrantes internacionais brasileiros totalizavam, no final de 2010, cerca de 3.122.813 e admitiam seguinte distribuição territorial: na América do Norte, o estoque de brasileiros, seria de 1.433.146; na Europa, de 911.889; na América do Sul, de 406.923; na Ásia, de 241.608; no Oriente Médio, de 40.588; na Oceania, de 53.014; na África, de 28.824; e, na América Central, de 6.821 (MRE, 2011).

O município de Governador Valadares e sua circunvizinhança constitui epicentro desse fenômeno populacional brasileiro (BICALHO, 1989; ASSIS, 1995; SOARES, 1995; MARGOLIS, 1994; MARTES, 1999; SALES, 1999). Essa emigração valadarense segue as trilhas deixadas pelas tradicionais correntes de trabalhadores temporários oriundas da América Latina, numa fase de fechamento imposto à entrada de imigrantes pelos países de destino, especialmente, pelos Estados Unidos (MARGOLIS, 1994; GOULART, SALES, 1996; NACIONES UNIDAS, 1997; MARTES, 1999).

No leste de Minas, no vale em que agora o rio Doce sulca a terra com menos intensidade, pulsa a cidade de Governador Valadares. Guarneida ao Sul pelas linhas sinuosas do pico do Ibituruna, abrigava, de acordo com o Censo de 2010, 245 125 habitantes (IBGE, 2011).

Ao término da década de 1960, a fragilidade da economia valadarense, fundada até então no extrativismo mineral e vegetal, adquire contornos bem nítidos. A crise da mica causada pela obstrução do mercado de exportação e o esgotamento das reservas florestais, que provocaram o fechamento de várias serrarias, bem como a mudança de diversas fábricas que industrializavam a madeira, davam um golpe profundo nessa economia. O desenvolvimento da pecuária de corte e leite, que passa a ocupar a posição de atividade econômica mais importante no município de Valadares, mostrou-se incapaz de absorver a mão de obra desligada das atividades produtivas relacionadas ao ciclo extrativista. “Ao final dos anos 70, Governador Valadares e a região polarizada pela cidade já eram consideradas zonas-problemas de Minas Gerais, bolsões evidentes de pobreza [...]”: apenas o setor terciário se vê fortalecido

pelo aumento da comercialização do gado e das pedras semipreciosas (COSTA, 1991, p.21). O quadro econômico valadarense não se alterou nos anos de 1980, pelo contrário, ganha tons mais cinzas, sofre as consequências de uma crise econômica de envergadura nacional.

Os centros propulsores da economia do leste mineiro no recorte temporal 1950/1970, madeira, mica e pecuária, responderam, no entanto, pela manutenção de um contínuo fluxo de migrantes, atraídos pelos sonhos de enriquecimento e de prosperidade que emanavam dessa região. No final do decênio de 1970, já a respirar os ares de uma relativa estagnação econômica e de desaceleração abrupta das taxas de crescimento médio anual da população, o município valadarense assumia características de centro expulsor: “[...] os elevados índices de subutilização de mão de obra [...] geravam a emigração em busca de emprego no Vale do Aço e até mesmo em Belo Horizonte” (COSTA, 1991, p. 26).

Como registram Margolis (1994), Soares (1995), Assis (1995) e Sales (1999), essa emigração não ocorreu apenas em direção a outras regiões brasileiras; ela também se inscreve na esfera internacional. A região mineira que maior representação teve entre os brasileiros residentes em Massachusetts foi a valadarense: Valadares ocupou o primeiro lugar entre as dez cidades brasileiras que mais contribuíram com os fluxos migratórios internacionais (17%) para esse estado americano (MARTES, 1999). Em 1991, o estoque de emigrantes internacionais de Valadares, com idade superior ou igual a 16 anos, seria da ordem de 33.468; o que representava, tendo por base o censo de 1991, 15,9% da população encontrada na sede municipal e 14,5% da população do município (SOARES, 1995). O número de pessoas residentes no exterior em 1991, com idade entre 10 e 64 anos que moravam em Minas Gerais e na microrregião de Valadares, em 1986, estaria na casa de 176 400 e de 12 300, respectivamente. (SOARES, 2002). Os saldos migratórios estimados para o quinquênio 1981/1986 e para o decênio de 1981/1991 deixam ver que, entre 1981 e 1986, as perdas líquidas populacionais teriam sido, para Minas, de cerca de 266 mil pessoas e, para Valadares, de 23 mil. No decênio 1981/1991, as estimativas dão conta de que Minas teria tido perda líquida de 302 mil homens e 244 mil mulheres, ao passo que, em Valadares, as perdas líquidas corresponderiam a 26 mil homens e 22 mil mulheres (SOARES, 2002).

De acordo com Margolis (1994), formou-se em Valadares e em algumas cidades do Vale do Rio Doce uma “cultura de migrar”⁴ para o exterior que estreitou os laços entre algumas sociedades estrangeiras e a valadarense. Essa cultura disseminada de migração responderia pelo fato de que aí muitas crianças esperam, ao crescer, morar noutro país como parte de sua experiência de vida. Ao que parece uma espécie de pacto coletivo em torno dos projetos migratórios tem se configurado na sociedade valadarense: a migração torna-se prática ritual, lembrete simbólico que marca a mudança de status no seio da comunidade (para muitos jovens, marca a passagem para a vida adulta). Se, como quer Simmel (2006), a sociedade é produto das interações que ocorrem entre os indivíduos e toma forma no momento em que os atores sociais criam relações de interdependência ou estabelecem contatos e interações sociais de reciprocidade, no momento em que esses atores adotam formas de cooperação e colaboração (sociação), de tal sorte que constituem uma unidade para satisfazer seus interesses, cabe admitir que as interações entre famílias, amigos e círculos sociais mais difusos que veiculam certas representações sociais conformariam em Valadares essa cultura de migrar.

O entendimento da cultura como sistema simbólico, como teias de significados tecidas pelo homem e nas quais ele está enredado (GEERTZ, 1989); a compreensão de que o comportamento humano é guiado pelas simbolizações da própria cultura⁵, de que a ação social é guiada pelas afirmações genéricas e particulares que os atores fazem uns aos outros sobre o comportamento, sugerem que a redes sociais funcionam como circuito em que as representações são negociadas (HAMMEL, 1990). Tilly (1990) lembra que os migrantes internacionais não carregam sua identidade coletiva como se fossem peças de bagagem; acentua a natureza relacional delas, por meio das seguintes afirmações: i) categorias permanecem – a sobrevivência, à viagem, de certas categorias depende da mescla populacional, das categorias previamente estabelecidas em torno das quais as pessoas organizaram suas próprias vidas no destino; ii) as redes criam novas categorias – migrantes que não têm identidade comum no lugar de origem, com frequê-

⁴ Expressão cunhada pelo cientista político Wayne Cornelius (MARGOLIS, 1994).

⁵ É o comportamento avaliativo dos atores, jogando incessantemente com variações sobre os temas fornecidos pelo estoque cultural corrente, que cria e recria a cultura como um sistema elaborado e constantemente modificado de símbolos (HAMMEL, 1990).

cia, adquirem, no destino, durante a interação com outros, nova identidade; e iii) as redes transformam categorias existentes – os membros de determinada rede cuja identidade e estrutura interna estejam mudando negociam novas relações com outras redes, incluindo as do país de origem⁶. A análise da dinâmica migratória, consoante a perspectiva fornecida pelas redes sociais, põe à mostra que, em vez de uma série de transformações individuais na direção de uma cultura dominante no destino, os migrantes negociam novas relações/categorias dentro e por meio das redes: as trajetórias de mudança variam muito, de corrente para corrente migratória, porque a mudança se traduz numa dimensão coletiva e não apenas individual.

ORIGEM E DESTINO: DESAFIOS, RISCOS E CAUSAS DA EMIGRAÇÃO INTERNACIONAL

Nas sociedades de destino, entre os desafios que enfrentam os imigrantes internacionais irregulares, o fato de serem não documentados, frequentemente, inibe, pelo medo de deportação, “[...] a integração deles nas organizações públicas, a utilização dos recursos sociais potencialmente disponíveis ou o protesto contra as condições de trabalho” (MITCHELL, 2003, p. 41). Além disso, no caso dos imigrantes brasileiros em Boston, a rivalidade e denúncia mútua às autoridades de imigração têm sido notadas (MITCHELL, 2003). A denúncia de e a rivalidade entre os nacionais do Brasil nos EUA guardam correspondência com o que Margolis (2003) denomina de “falta de espírito comunitário e de solidariedade” entre eles. De acordo com ela, os

“[...] próprios imigrantes brasileiros reclamam da falta de um ethos comunitário e muitos dizem que seus compatriotas nos EUA comportam-se mal em relação uns aos outros. Eles alegam que, assim que eles emigram, os brasileiros ‘se transformam’, eles se tornam interessados somente em fazer dinheiro e ‘não ajudam uns aos outros’. De fato, a linguagem ‘nós’ versus ‘eles’, usada por brasileiros para depreciar o outro, é virtualmente idêntica em Boston e Nova York - os ‘outros’ brasileiros são ‘mal educados’, ‘ignorantes’ e/ou ‘caipiras’. Há também a reclamação comum entre os brasileiros de ambas as cidades de que ‘não têm solidariedade’ e que os outros brasileiros ‘não são confiáveis’” (MARGOLIS, 2003, p. 60).

6 “... a identidade irlandesa, formada na Irlanda em oposição ao conquistador inglês, alterou-se, nos EUA, sob a influência da burguesia americana que promoveu a religiosidade, o nacionalismo e o envolvimento político, entusiasmos raros nas regiões rurais de onde partiram os irlandeses” (TILLY, 1990: 85).

Assim, tomar como certa a solidariedade entre os imigrantes de mesma nacionalidade, no mercado de trabalho de destino, é algo que, para Martes (1999), merece contraposição quando se tem em conta a emigração de brasileiros para os EUA. O contraste sócio-simbólico: mundo do trabalho (mundo de fora) versus mundo da religião (mundo de dentro), dá a conhecer a esfera na qual essa solidariedade ganha existência entre os nacionais do Brasil nas terras estadunidenses.

Na apropriação das vantagens criadas pelo setor informal do mercado de trabalho nos EUA, cabe buscar as singularidades relacionadas ao imigrante brasileiro no mundo do trabalho. Nesse campo, segundo Martes (1999), as relações sociais não comportam, nem deveriam comportar necessariamente, solidariedade. A venda de emprego é uma relação de natureza econômica que rege o mundo de fora (a esfera do trabalho), do “negócio, negócio, amigos à parte”.

Em contraponto a esse “fora” – a esfera da economia –, a essa situação percebida pelo emigrante brasileiro como competitiva e pouco solidária, há o “dentro” – a esfera do sagrado –, há o reconhecimento de que nas igrejas é possível desfrutar de um espaço marcado por solidariedade, confiança e ajuda mútua. Tal contraste sócio-simbólico, o sentimento de insegurança e transitoriedade vivenciado num lugar em face de outro lugar onde os laços de solidariedade podem ser estruturados, é enfatizado pelas igrejas.

Ainda no tocante ao mundo do trabalho, a falta de qualificação profissional e a situação irregular da maioria dos emigrantes internacionais do Brasil (ZAMBERLAM, 2009) levam à incorporação deles, com grande peso de informalidade, nas atividades do setor de serviços. Esses emigrantes ocupam, sobretudo em solo estadunidense, lugares no setor secundário do mercado de trabalho; setor esse que não está sujeito a restrições de dispensa da mão de obra e para o qual pode ser transferida a porção instável da demanda; nele estão “os empregos que requerem pequeno ou nenhum treino, mais baixa escala de salários, que oferecem pouca ou quase nenhuma oportunidade de mobilidade e são caracterizados pela elevada rotatividade.” (SALES, 1992, p. 55). Ao engrossar a oferta de trabalhadores de baixo salário, os emigrantes constituem fonte de desequilíbrio das remunerações legais e podem gerar, de acordo com o GCIM (2005), sentimentos xenófobos que são dirigidos não só aos que se encontram em situação irregular, mas aos imigrantes já estabelecidos e aos refugiados.

Outro desafio que se coloca para os emigrantes brasileiros no destino situa-se no âmbito da etnicidade. Com base nos estudos de Erik

Erikson, Phinney (2003) esclarece que a identidade étnica origina-se na herança ancestral, refere-se ao *self*, aos sentimentos e atitudes que acompanham o indivíduo como membro de um grupo étnico. As grandes mudanças ocasionadas pela migração internacional implicam desafios e escolhas que tornam essa identidade étnica saliente. A exposição dos emigrantes a uma série de culturas, valores, religiões e estilos de vida resulta no questionamento das próprias normas e valores individuais, deparam-se eles “com o mesmo tipo de problemas que um adolescente encara durante o seu desenvolvimento: ‘Quem sou eu? Quem quero chegar a ser? A que lugar pertenço?’” (PHINNEY, 2003, p. 50).

Em solo estrangeiro, os emigrantes enfrentam ainda as dificuldades relacionadas ao aprendizado de um novo idioma, desafios relativos ao modo de lidar com costumes estranhos, com a perda da rotina, com a experiência de isolamento, de abandono, de desconhecimento da legislação do país de destino e de medo do fracasso (DETTLAFF, 2008).

Quanto aos principais desafios que enfrenta o potencial emigrante internacional irregular no território brasileiro - irregularidade essa que varia, em grau, de acordo com as dificuldades por ele enfrentadas para adentrar o solo estrangeiro -, cabe o registro do esforço que por ele deve ser empreendido para: i) convencer seus parentes mais próximos da necessidade de executar o projeto migratório; ii) obter os recursos monetários indispensáveis à cobertura das despesas de viagem⁷; iii) granjejar os meios de inscrição na rede migratória internacional; iv) a consecução de um visto de turista com a intenção de permanecer e trabalhar no país de destino; v) conseguir a documentação fraudulenta destinada à obtenção do visto de turista (a irregularidade ganha consistência material; e vi) realizar a arriscada travessia clandestina da fronteira do país de destino⁸, quando o visto não é conseguido (SOARES, 1995).

⁷ “52,7% dos emigrantes valadarenses conseguiu cobrir as despesas de viagem por meio de empréstimos ou doações de parentes e amigos” (Soares, 1995, p. 45).

⁸ “O Brasil já está entre os cinco principais países de origem dos imigrantes ilegais nos Estados Unidos. Em setembro de 2005, a Polícia Federal desmontou um esquema que dá uma ideia da sofisticação das máfias. Os candidatos à travessia eram levados de Ipatinga, Minas Gerais, para São Paulo. Recebiam passaportes brasileiros com vistos americanos falsos. O esquema contava com a conivência de agentes da Polícia Federal e de funcionários de empresas aéreas do aeroporto de Cumbica, em Guarulhos. Eles facilitavam o embarque dos viajantes com documentos falsos. Uma vez no México, tinham transporte garantido até a fronteira com os Estados Unidos. Preço completo do pacote: 15 mil dólares” (AZENHA, 2008).

Muitos também são os riscos, tanto na origem quanto no destino, a que estão sujeitos os emigrantes internacionais irregulares do Brasil. O envolvimento do emigrante com agentes que preparam a documentação fraudulenta - papéis que comprovem a propriedade de uma casa ou outro bem de valor pelo emigrante, que demonstrem que ele tem bom emprego; extratos bancários forjados que denotam grandes somas de dinheiro que o emigrante não possui; certidões de nascimento adulteradas no que diz respeito à naturalidade do emigrante; e passaportes falsificados (MARGOLIS, 1994; SALES, 1995; MARTES, 2000) - para conseguir o visto representa risco considerável. Ser barrado no setor de imigração dos aeroportos internacionais em virtude da suspeição de que os vistos de muitos brasileiros são falsos ou de que a intenção deles não é de fato a de fazer turismo e sim a de permanecer e trabalhar no país de destino corresponde a outro tipo de risco. A travessia clandestina da fronteira entre o México e os Estados Unidos representa o maior perigo, nesse caso, o risco é de morte⁹. Se o emigrante irregular conseguiu entrar e se estabelecer no território do país de destino, se ele logrou um lugar no mercado de trabalho, o principal risco que ele corre nessa situação é o de ser deportado e, com isso, ter de arcar com o prejuízo financeiro relativo aos custos de viagem. Há também, para o emigrante que, a custa de muito trabalho, poupou e investiu suas economias em micro, pequenas ou médias empresas na terra natal, o risco de não ser bem sucedido nesse empreendimento¹⁰. E mais, Stillman,

⁹ Sobre a emigração clandestina de brasileiros para os EUA pelo México, Azenha (2008) registra que “um dos trajetos usados agora exige a travessia das montanhas de Baboquivari. Na escuridão, os imigrantes caem nestas plantas baixas, que são espinheiros. A viagem a pé chega a ser de oitenta quilômetros. Em 2004, o número de imigrantes mortos na travessia bateu o recorde: 325. O calor do dia e o frio da noite são as principais causas de morte.”

¹⁰ Siqueira (2008, p. 274), em pesquisa realizada sobre os empreendimentos de emigrantes internacionais em 25 cidades da Microrregião de Governador Valadares, informa que eles, na sua cidade de origem, “investiram, predominantemente, no comércio, agronegócio e serviços. Não fizeram nenhuma pesquisa de mercado, não buscaram informações em órgãos competentes e não fizeram nenhum tipo de treinamento na área administrativa. Definiram em que investir, a partir de informações dadas por parentes e amigos, ou porque consideraram que era um negócio, ou uma ótima oportunidade. Não possuíam experiência no ramo em que investiram e nunca tinham sido proprietários de algum negócio, não tendo, portanto, nenhuma experiência em como administrar uma empresa. A consequência disso foi o insucesso da maioria dos empreendimentos. Muitos foram à falência ou fecharam, por causa da baixa lucratividade...”

McKenzie e Gibson (2006, p. 2) informam que “[...] a large literature suggests that migration can be a very stressful process, with potentially negative impacts on mental health”.

Em face desses grandes desafios e riscos que a emigração internacional irregular suscita, as explicações sobre as causas dos fluxos populacionais entre países mostram-se frágeis. Assim, de acordo com a natureza das pressões migratórias, as teorias admitem a seguinte classificação: 1) o mais amplo arcabouço conceitual sobre as causas da migração internacional, conhecido como *teoria da atração e expulsão*, consiste na reunião de fatores econômicos, sociais e políticos que forçariam as pessoas a deixar o próprio país, tais como, o crescimento demográfico, a pobreza, a estagnação econômica etc. (NACIONES UNIDAS, 1997); 2) para os *neoclássicos* a migração internacional é causada pelas desigualdades geográficas na oferta e na demanda de trabalho; desigualdades que se manifestam pelas diferenças nas taxas salariais: países com excesso de força de trabalho, em relação ao capital, oferecem baixos salários; e países com limitada força de trabalho, em relação ao capital, altos salários. Logo, indivíduos racionais decidem migrar porque esperam obter um retorno líquido positivo, geralmente monetário, desse deslocamento – dada a qualificação que possuem, migrantes potenciais estimam os custos e benefícios de se deslocarem para outros países e transferem-se, em determinado horizonte temporal, para onde os retornos líquidos, descontados os retornos esperados, são maiores (LEWIS, 1963; SJAASTAD, 1980; HARRIS, TODARO, 1980); 3) em posição diametralmente oposta à dos modelos de escolha racional – que concebem a migração internacional como estratégia de mobilidade livremente assumida, autonômica – estão os teóricos que entendem os deslocamentos humanos como estratégia de mobilidade sujeita a constrangimentos estruturais: *teoria histórico-estrutural*. Para eles, a migração é vista como fenômeno (relação, processo) social, no qual a unidade de análise é o fluxo composto por indivíduos de determinado grupo socioeconômico, que emana de estruturas societárias geograficamente delimitadas e não como ato soberano ou soma das escolhas individuais. A migração resulta das desigualdades regionais advindas do espaço transformado, do rearranjo espacial das atividades produtivas (SINGER, 1973); 4) os que se filiam à vertente teórica da *mobilidade da força de trabalho* centram a análise na produção e reprodução ampliada da relação capital/trabalho. “A migração deixa de ser consequência ou reflexo do espaço transformado para atuar como

agente de transformação e a dimensão espacial, traduzida como um conjunto de relações sociais, é retida para possibilitar a análise de formas concretas de mobilidade da força de trabalho” (SALIM, 1992, p. 30). Nesse caso, os deslocamentos humanos aparecem como resultado de uma estratégia capitalista de mobilidade forçada. A mobilidade da força de trabalho é uma das condições de existência do sistema capitalista e expressa a tendência de submissão, cada vez maior, do trabalhador às exigências do mercado: mercê do capital e das suas crises periódicas, a força de trabalho desloca-se de uma atividade para outra, de um espaço para outro, para satisfazer às necessidades da acumulação (GAUDEMAR, 1977); 5) de inspiração institucionalista, a *teoria do mercado dual de trabalho* (PIORE, 1979) abriga o entendimento de que a migração internacional é causada por uma demanda permanente de trabalhadores migrantes, inerente à estrutura econômica das nações desenvolvidas, cujos determinantes seriam a inflação estrutural e o dualismo econômico; e 6) em virtude do processo de reorganização da economia mundial, do processo simultâneo de reordenação das relações entre o centro hegemônico do capitalismo e os demais países do mundo capitalista, a *teoria dos sistemas mundiais* traz à luz a necessidade de tratar a migração internacional mais recente como parte de um sistema mais amplo que articula os países de origem e destino dos fluxos. Conforme Sassen (1988), a reorganização da economia mundial, ao longo das décadas de 1970 e 1980, contribuiu para a constituição de um espaço transnacional, no qual circulam não apenas trabalhadores, mas, sobretudo, capital, mercadorias, serviços e informação. A mobilidade do capital, mais precisamente a internacionalização da produção, tem gerado condições para a mobilidade do trabalho.

Se esse painel teórico for submetido ao crivo de certas experiências migratórias internacionais, verifica-se sua insuficiência heurística porque, embora os fluxos migratórios estejam claramente associados às diferenças salariais, não são elas suficientes para dar conta da complexidade que o fenômeno migratório internacional abriga: basta lembrar as políticas restritivas criadas, em passado recente, pelos países centrais à entrada de migrantes. Os migrantes não respondem mecanicamente às diferenças nas taxas salariais e de emprego – não estão imbuídos das mesmas motivações nem enfrentam os mesmos obstáculos; os contextos sociais, econômicos, culturais e políticos nos quais as decisões de migrar são tomadas diferem. E mais, os constrangimentos estruturais que levam à expulsão da mão de obra, tais como pobres-

za ou privação econômica estrutural, relacionada a níveis baixos de produtividade e elevadas taxas de crescimento demográfico, não se apresentam como causas bastantes da emigração internacional, pois nem todas as regiões pobres do Brasil, por exemplo, experimentam perdas populacionais para o estrangeiro. Ora, contra a teoria do mercado dual do trabalho depõem: i) o fato de que a emigração mais recente da força de trabalho de alguns países (caso do Brasil), em especial a que apresenta caráter clandestino, ilegal, foi iniciada sem o esforço de recrutamento dos países de destino; ii) a desconsideração da natureza histórica do recrutamento, dos contextos históricos específicos (mudança) em que a migração ocorre; e iii) a convicção de que origem e destino constituem recortes territoriais autônomos, o que permitiria reconhecer a demanda gerada pela estrutura produtiva das sociedades industriais de destino como causa primeira dos fluxos migratórios internacionais. Não se pode, também, tomar a quebra de estruturas tradicionais de trabalho e a predileção pela força de trabalho feminina, com a consequente queda das oportunidades de trabalho masculina, provocadas pela internacionalização da produção, pelos investimentos internacionais diretos em países do Terceiro Mundo, como explicação suficiente da migração internacional, pois ela ocorre mesmo em regiões que não tenham sido objeto de tais investimentos.

O alcance explicativo dessas teorias que se debruçam sobre as causas da migração internacional é também limitado em face da realidade migratória de Valadares. O arcabouço teórico e metodológico da *Social Network Analysis* mostra-se mais adequado nesse caso: na transformação da migração internacional valadarense em fenômeno de massa o ambiente social joga um papel efetivo, porque ela só ocorre de fato se a rede social a que pertence determinado ator propicia o conjunto de laços/conexões que permita levá-la a efeito. Rede social essa que abriga várias redes sociais e adquire a instância de rede migratória em virtude do processo em torno do qual ela se organiza. A rede migratória internacional é um tipo específico de rede social – da qual fazem parte certas representações sociais que constituem o cerne da cultura migratória – que agrupa redes sociais existentes, redes pessoais, por exemplo, e enseja a criação de outras redes; consiste, portanto, em rede de redes sociais. Logo, não é a rede pessoal do ator que determina a migração, mas as articulações que essa rede estabelece com outras redes sociais que se organizam consoante o princípio compartilhado de migrar, associadas a fatores de ordem social, econômico, político,

simbólico, afetivo etc.; são essas articulações que levam à decisão de migrar, que tornam a migração provável: se o migrante potencial não estiver inserido na rede migratória internacional, se a rede pessoal dele não abrigar os laços/conexões que permitem acionar essa rede migratória é pouco provável que a migração se dê; é preciso que o ator tenha os laços “certos” com os atores “certos”. A migração internacional depende do perfil das conexões/laços da rede social da qual toma parte o ator; depende da posição estrutural que os fluxos “relacionais” conferem a ele nessa rede social, isto é, a rede social da qual o ator participa deve comportar vínculos que o inscrevam na rede migratória internacional para a consecução do migrar (SOARES, 2002).

A *Social Network Analysis* mostra sua serventia se aplicada à esfera do entendimento das causas da emigração internacional de Valadares, quanto a eficácia elucidativa do seu emprego no âmbito das consequências dessa mesma emigração para a origem, em particular, no tocante aos efeitos dos deslocamentos espaciais sobre os que estão diretamente neles envolvidos, aos traumas de ordem psicológica, aos transtornos mentais que o fluxo emigratório, a ausência, enseja nos que partem e nos que ficam, é algo que cabe averiguar.

“Não existe imigração num lugar sem que tenha havido emigração noutro lugar, não existe presença em qualquer lugar que não tenha a contrapartida de uma ausência alhures” (SAYAD, 2000, p. 11). Essa ausência faz com que a emigração seja “[...] realizada e vivida necessariamente na dor, uma dor compartilhada entre os que partem e os que ficam” (SAYAD, 2000, p. 14). Daí esta dissimulação: a de lidar com a emigração internacional como algo provisório, por maior que seja a distância entre origem e destino e por mais durável que ela se mostre. É a possibilidade de retorno que vai conferir ao migrante no destino uma espécie de amparo existencial, que vai permitir a ele suportar o longo período de ausência; é o retorno de fato que vai dar fim à ausência, que facultará ao migrante o reencontro dele consigo mesmo, o reencontro dele com o tempo, com o espaço e com o grupo de origem. Partir e retornar ao ponto de partida. Implícito no ato de migrar, o

“[...] retorno apaga a ausência à qual ele realmente põe fim, traz à tona sem remorsos nem lamentos, um traço negador e vingativo e, no fundo, procede, faz ou se esforça por fazer, no melhor dos casos, como se a ausência jamais tivesse se realizado ou acontecido, como se fosse nula ou não realizada” (SAYAD, 2000, p. 16)

Ao sofrimento que acompanha a separação entre o emigrante e os que lhe são próximos, entre o emigrante e o grupo social da origem, é necessário conferir uma razão maior. Para esse penar, é preciso, como quer Sayad (2000), dar a conhecer

“[...] um álibi e uma razão que parecem previamente combinados entre todos os pares, e realizam tão bem o acordo do ausente: tanto o emigrante que se vai, não sem se lamentar (é preciso que haja um lamento manifesto), e que tem necessidades disso para partir com a consciência em paz, quanto dos presentes, aqueles que ficam e não tem outra escolha senão olhar o emigrante partir para contá-lo em seguida entre os ausentes, para incluí-lo entre os que partiram alhures” (SAYAD, 2000, p. 14).

O voltar rico, ainda que aparentemente, a melhoria de posição no campo econômico da origem¹¹ constituem a razão maior, o álibi aceitável da partida, tanto para o emigrante quanto para os integrantes da rede pessoal dele que permanecem em território nacional. Para o próprio emigrante e para o grupo dos nacionais que ficam, a emigração internacional e a ausência por ela provocada ganham, então, certo sentido; elas deixam de aparentar, “[...] uma e outra, pura vaidade, falência total, ato gratuito e, entretanto, absurdo, ato desprovido de significado, pois só há sentido e razão de ser no reconhecimento que lhe atesta o grupo” (SAYAD, 2000, p.16).

Para reparar essa ausência, para aplacar sua fome e sua sede da terra natal, para manter na sua ausência uma forma de presença, para preencher de alguma forma o vazio deixado pelos anos vividos alhures é que emigrante investe no mercado imobiliário: a trajetória percorrida pelo emigrante no espaço geográfico fornece as condições para a trajetória ascendente no espaço econômico da origem que se revela pela posse de terrenos, casas, apartamentos e comércios¹². Posses que, além de representar algo de uma racionalidade tipicamente econômica, serviriam ao emigrante e ao grupo de origem para “[...] recordar a

11 Segundo Scudeler (1999, p. 207), o desejo de melhorar os rendimentos e de ter acesso a um mercado de consumo ampliado, foram os motivos alegados por quase 80% dos valadarenses que tinham emigrado para os EUA.

12 No período 1984/1993, os emigrantes internacionais foram responsáveis por 46,7% de todas as transações imobiliárias ocorridas na cidade de Governador Valadares. O montante aproximado em dólares americanos relativo à quantidade de imóveis adquirida pelos emigrantes valadarenses nesse período distribui-se da seguinte forma: em terrenos foram gastos U\$ 28 751 000, 00; em casas U\$ 78 842 000, 00; em apartamentos U\$ 39 955 000, 00 e em comércios U\$ 6 179 000, 00, o que totaliza U\$ 153 727 000, 00 (SOARES, 1995).

presença desaparecida e negar este desaparecimento. [Será que] [...] por força de querer corrigi-la, atenuá-la, mascará-la, negá-la, exorcizá-la, não estar-se-ia indicando-a, apontando-a, reforçando-a?” (SAYAD, 2000, p.18).

Esta relação ambígua entre presença e ausência: o esforço do emigrante de se fazer presente na origem, ainda que por procuração, não apaga, em especial para a esposa e os filhos dele, a surda e inquieta espera pelo fim da “empreitada de toda a ausência”, o retorno; não elimina a infelicidade que o emigrante carrega consigo e projeta sobre as pessoas que integram o círculo mais estreito de sua rede pessoal. É o que assevera Sayad (1998, p. 229):

“Divididos entre duas ‘vidas impossíveis’, os emigrantes estão destinados a tornar, como se diz, sua vida e a dos outros ‘impossível’. Nesse mundo em que estão mutuamente destinados ‘a fazer sofrer’, embora sejam solidários (objetivamente) uns com os outros e embora sintam seus sofrimentos respectivos como solidários, os emigrantes não podem empreender nada que não tenha como efeito ‘fazer mal’ (i. e., causar sofrimento a si mesmos e aos outros) e aumentar os sofrimentos dos que lhes são próximos”.

Essa infelicidade sofrida pelo emigrante e pelos que integram o seu círculo das relações mais íntimas, ensejada pelas duras condições da migração internacional manifesta-se, nos que participam direta ou indiretamente dela, pelo “[...] aumento exponencial de psicopatologias” (PUSSETTI, 2010, p. 94). Conforme Pussetti (2010, p. 96), o processo migratório constitui em si um fator de risco por reunir sete elementos de perda:

“[...] da família e dos amigos, da língua, da cultura, da casa, da posição social, do contacto com o grupo étnico e religioso. Esta série de perdas é vivenciada como um luto e sempre acompanhada por uma maior vulnerabilidade aos transtornos mentais e/ou às perturbações emocionais.”

EMIGRAÇÃO INTERNACIONAL E TRANSTORNOS MENTAIS

Quando se têm em conta as consequências danosas da migração internacional irregular sobre os emigrantes no destino e seus parentes próximos que permanecem na origem, ganham relevo os transtornos mentais, as perturbações emocionais, o mal-estar psicossocial etc. Para Dettlaff (2008, p. 454), “[...] the stress associated with this initial transition can result in depression and anxiety, while individuals who experience significant trauma during migration may develop symptoms of post-traumatic stress disorder”. Nessa mesma linha Pussetti

(2010, p. 94) afirma que “[...] as condições particularmente duras da migração contemporânea são consideradas propícias ao aumento exponencial de psicopatologias”. Além disso¹³,

“[...] significant body of research has examined the effects of acculturative stress on Latino children and families. High levels of acculturative stress have been found to be significantly associated with depression and suicidal ideation among Mexican and Central American immigrants” (DETTLAFF, 2008, p. 457).

Ao descrever os efeitos da migração internacional do México para os Estados Unidos sobre as famílias emigrantes e, em particular, sobre as crianças dessas famílias que se tornam expostas a duas culturas divergentes e lutam para estabelecer um sentido de identidade e pertencimento, a pesquisa Pardida (1996, p. 242) tem como foco “those individual that make up to 85% of the Mexican immigrant population; the poor, disempowered, rural families searching for ‘el norte’ the promise of the north”.

Os efeitos negativos das pressões emocionais que a dinâmica da migração internacional provoca no sistema familiar são sentidos tanto pelas crianças que permanecem na origem do fluxo migratório quanto pelas que residem no destino.

“The initial separation experienced by the family unit occurs when father makes the initial trip to the United States. By the time father is able to become settled, obtain false documents to be able to work, find a steady job and make living arrangements, usually more than a year’s time has elapsed. During this time, the family has had to accommodate to the absence of the father from the home. Both the sibling and parental subsystems change in the way they relate and communicate with each other. The oldest child, particularly the male, will usually assume many of the responsibilities that are traditionally considered belonging to the absent father. This is a change which alters the child’s relationship with siblings, mother, and his relationship with the temporarily absent father.” (PARTIDA, 1996, p. 244)

¹³ “Immigrants might have higher rates of psychopathology and suicidal behavior than the host populations, due to exposure to the stress of the migrating process. The ending of the links with their country of origin, the loss of status and social network, a sense of inadequacy because of language barriers, unemployment, financial problems, a sense of not belonging, and feelings of exclusion can cause loss of interest in entering into a relationship with others, and cause a variety of psychiatric disorders such as depression, anxiety, post-traumatic stress disorder, addiction to alcohol and drugs, and lead to loneliness and hopelessness, and suicidal behaviors” (RATKOWSKA, DE LEO, 2013, p. 125).

Depois que os recursos financeiros auferidos pelo pai são suficientes para trazer os outros membros da família, a sequência típica de reuniificação familiar dos emigrantes mexicanos nos Estados Unidos consiste primeiro na vinda da mãe e dos filhos mais novos e, certo tempo depois, é a vez dos filhos mais velhos. A decisão de deixar o filho mais velho ou os filhos mais velhos pode soar cruel, no entanto, é, de acordo com Partida (1996), uma exigência de ordem econômica.

Nos países de origem dos fluxos migratórios internacionais, o mal-estar psicológico que a emigração dos pais de família causa nas mães e nos filhos, crianças e adolescentes, são relatados em vários estudos (AGUILERA-GUZMÁN, GARCÍA, GARCÍA, 2004). Os problemas relacionados ao comportamento conflituoso das crianças, à identidade e às constantes mudanças de humor dos adolescentes e às numerosas responsabilidades e tarefas pelas quais passam a responder as esposas dos emigrantes na ausência deles podem levar a distúrbios psicológicos, tais como a depressão. É o que Aguilera-Guzmán, García e García (2004) deixam ver no caso da migração internacional do México:

“Los adolescentes, como grupo poblacional, no están exentos de los estresores que procesos históricos, culturales y sociales, como la migración, generan a sus comunidades y familias. Enfrentan exigencias y limitaciones de clase, género y etnia que puede colocarlos en riesgo de enfermar. Además, hay que considerar: 1. que la adolescencia de los hijos de migrantes transcurre en contextos sociales donde la ausencia física paterna por migración internacional es lo esperado, y 2. se informa que las esposas de los migrantes pueden presentar puntajes altos de sintomatología depresiva, asociados a las múltiples responsabilidades y nuevas tareas que desarrollan debido a la ausencia de sus maridos.” (AGUILERA-GUZMÁN, GARCÍA, GARCÍA, 2004, p.59)

Para as esposas e os filhos dos emigrantes internacionais brasileiros, a migração traz dificuldades de ordem semelhante aos que padecem os familiares dos emigrantes mexicanos. Nisso é o que levam a crer os estudos de Reis e Machado (2008 e 2010) e Machado e Almeida (2008) sobre as novas configurações/divisões dos núcleos familiares no epicentro das perdas demográficas internacionais brasileiras mais recentes, Governador Valadares. A situação mais frequente de separação dos membros do núcleo familiar pela migração internacional de Valadares é a do pai de família que passa a residir e trabalhar no exterior e deixa na origem esposa e filhos (MACHADO, ALMEIDA, 2010).

“Logo após o momento da (e)imigração de fato, da viagem, o casal depara-se com um processo de mudanças de rotina e de atividades. Tanto o homem/marido - geralmente, quem emigra quanto a mulher/esposa passam a ter suas vidas reorganizadas devido à ausência do cônjuge, incorporando atividades que antes eram realizadas pelo outro. As mulheres, por exemplo, têm a necessidade de realizar tarefas bancárias, pagamento de dívidas e os investimentos em bens” (REIS, MACHADO, 2010, p. 144).

Em virtude da ausência do marido, a mulher torna-se a chefe da família e passa a administrar os bens e investimentos familiares: cabe a ela o controle das finanças domésticas e das remessas monetárias que o emigrante faz do estrangeiro. É ela que se responsabiliza pela educação dos filhos; é ela que realiza a intermediação entre o pai ausente e os filhos, entre os filhos e a parentela paterna. A centralidade de intermediação por ela exercida no primeiro caso garante que o marido ausente seja lembrado e recebido como pai por ocasião do retorno. “As fotos mostradas e as recordações trazidas aos filhos mais novos, aqueles cujos pais emigraram quando eles ainda eram bebês, são formas de manter a presença paterna na unidade familiar” (REIS, MACHADO, 2010, p. 146). E o segundo tipo de intermediação torna possível a convivência entre ambas as parentelas: a paterna e a materna, atenua as tensões prováveis entre elas (REIS, MACHADO, 2010).

Novos arranjos familiares se formam em Valadares com a emigração internacional do pai de família. A mais comum consiste na mudança da esposa do emigrante para a casa da mãe dela ou na mudança da mãe da esposa para a residência do casal. Essas mudanças residenciais servem à redução dos impactos traumáticos da emigração, da consequente ausência paterna na rotina dos filhos: “[...] a presença da avó garante que o papel de pai será representado por outro membro familiar e, portanto, estará presente, na unidade residencial, a autoridade” (REIS, MACHADO, 2010, p. 147).

Outro arranjo familiar que sobrevém da emigração é o divórcio. O aumento da autonomia da esposa que a ausência do marido suscita, intensificada quando ela trabalha fora de casa e não depende tanto da provisão econômica dele, leva ao enfraquecimento ou, até mesmo, à ruptura dos laços que os unem (REIS, MACHADO, 2010). Além disso, se a centralidade de intermediação que a esposa exerce entre o marido emigrado e os filhos e entre os filhos e a parentela paterna for precária, surgem conflitos entre os familiares do lado paterno e os do lado materno, o que debilita a relação conjugal. Reis e Machado (2010) deixam claro que essa posição de controle da esposa do emigrado sobre

“determinadas relações sociais pode ocasionar conflitos entre o grupo masculino e o feminino e desestabilizar a própria relação conjugal caso a interconexão não seja efetivamente realizada. Quando um dos lados se sente prejudicado – geralmente, o lado dos parentes afins da mulher, os conflitos iniciam-se com fofocas e podem culminar em disputa pela guarda das crianças” (p. 145).

A migração internacional de valadarenses também contempla a situação na qual a mãe e o pai saem do Brasil para trabalhar no exterior e deixam os filhos; situação essa que acontece, em alguns casos, porque as mulheres não conseguem ficar longe dos maridos. Cinco são os novos arranjos familiares que essa situação acarreta: “[...] os filhos podem ficar com os avós, com outros parentes, com vizinhos, com pessoas contratadas ou sozinhos” (REIS, MACHADO, 2010, p. 149). Quando os filhos ficam sob a responsabilidade da avó, paterna ou materna, o papel de mãe passa a ser desempenhado pela avó, isto é, “[...] a relação que se estabelece entre avó e netos pode adquirir características da relação entre mãe e filhos... [e]..., em alguns casos, a migração pode ocasionar rupturas da relação original entre pais e filhos” (REIS, MACHADO, 2010, p. 152).

Os casos em que os filhos do casal migrante ficam com uma das avós, mais precisamente, os que são deixados aos cuidados de vizinhos, de pessoas contratadas para tomar conta deles ou sozinhos são arranjos que a sociedade valadarense considera inadequados em virtude dos problemas comportamentais desses filhos deixados no território valadarense, do envolvimento deles com drogas ou prostituição. De acordo com Machado (2006), a migração internacional de ambos os cônjuges não é vista com bons olhos por muitos valadarenses, porque a ausência dos pais fere a aspiração de ordem moral que reconhece a necessidade de os pais permanecerem próximos dos filhos e de cuidarem da educação deles.

Todo esse processo de reorganização, de ruptura da estrutura familiar causado pela emigração internacional implica, tanto para o emigrante quanto para os familiares que permanecem no Brasil, em especial esposa e filhos, grande sofrimento e forte tensão psicológica. Nas mulheres, os sentimentos de desamparo, de falta de proteção, de intensa solidão e de saudades do marido ausente podem resultar em tensão nervosa e em casos de depressão; de mais a mais, muitas delas tornam-se dependentes de medicamentos antidepressivos e de calmantes que servem ao propósito de atenuar, nos meses iniciais processo migratório, essas situações dolorosas (REIS, MACHADO, 2010).

Além de crises nervosas, de envolvimento com drogas e de casos de prostituição a que estão sujeitos os filhos de pais emigrados, Machado e Almeida (2008) ressaltam os maus-tratos por eles sofridos quando deixados com pessoas que são contratadas para cuidar deles. E mais, chegam ao Conselho Tutelar “[...] denúncias de maus-tratos às crianças de pais ausentes, ou de mães que não cuidam direito dos filhos enquanto o marido está ausente” (MACHADO, ALMEIDA, 2008, p. 28). Na escola, o comportamento da maioria das crianças cujos pais vão para o exterior é drasticamente alterado:

“[...] os meninos ficam agressivos e as meninas tornam-se reservadas e introvertidas, além de estas crianças apresentarem uma queda de rendimento no aprendizado. Com o passar do tempo, [por causa da distância do pai e da mãe], as crianças perdem limites, no sentido de que elas não respeitam e não reconhecem nenhum tipo de autoridade e, geralmente, causam conflitos e confusões na escola” (MACHADO, ALMEIDA, 2008, p. 30).

Entre os esforços empreendidos para recompensar a ausência, para atenuar as saudades dos pais emigrados está a mediação das relações entre pais e filhos através de presentes e de dinheiro (MACHADO, ALMEIDA, 2008). É o fluxo de dinheiro que, ao garantir o bem-estar material dos filhos, amarra as relações familiares na ausência física dos pais (MACHADO, 2006). O resultado disso é que “[...] as crianças ficam ‘mal acostumadas’, já que possuem [no campo material] tudo aquilo que desejam” (MACHADO, ALMEIDA, 2008, p. 30).

Em suma, a literatura que se volta às consequências deletérias da emigração internacional sobre os emigrantes e seus parentes próximos dá mostras da estreita associação entre as fraturas que essa emigração causa na rede pessoal dos emigrados e de seus familiares e o aumento da frequência dos transtornos mentais e das perturbações psicosomáticas e interpessoais. Durante o processo migratório “muitos laços sociais decisivos são deixados para trás e as necessidades pessoais se veem apenas parcialmente satisfeitas tanto pelos outros membros da família – no caso em que a família migre em conjunto – como pelas novas relações” (SLUZKI, 1997, p. 87).

Se assim é, o escrutínio das modificações ocorridas nas características estruturais e nas funções da rede pessoal do emigrado e da rede pessoal dos que integram seu círculo mais próximo de relações, antes e depois da migração, e a meticulosa análise da complexa dinâmica reticular que se origina dessa mudança geográfica fornecem as bases para explicitar a correspondência entre os padrões reticulares fraturados e os tipos predominantes de transtorno mental.

ANÁLISE DE REDES SOCIAIS, FRATURAS RETICULARES E TRANSTORNOS MENTAIS

Uma rede consiste num conjunto de atores ou nós (pessoas, objetos ou eventos) ligados por um tipo específico de relação. A diferentes tipos de relações, correspondem redes diferentes, ainda que o conjunto de atores seja o mesmo. A rede, porém, não é consequência, apenas, das relações que de fato existem entre os atores; ela é também o resultado da ausência de relações, da falta de laços diretos entre dois atores, do que Burt (1992) chama de “buraco estrutural”.

As redes podem ser compostas de atores de natureza diversa. Num extremo, elas consistem de símbolos constantes em textos ou de símbolos presentes em verbalizações; noutro extremo, de estados que integram um país ou de países que compõem o sistema mundial. Uma rede pode, então, ser tão pequena quanto a que corresponde ao conjunto de alunos de uma sala de aula do ensino fundamental ou tão grande como a que representa o conjunto dos países¹⁴ (HANNEMAN, 2001).

A organização do mundo social, com base em atributos, muito difere de uma organização que se debruça sobre as relações. Atributos são qualidades inerentes à unidade que não dão conta das relações dessa mesma unidade com outras unidades ou com o contexto social específico dentro do qual elas, qualidades, são observadas. A construção de categorias a priori, que agrupa indivíduos de acordo com sexo, idade, classe econômica etc., fundamenta-se no pressuposto de independência estatística – o pressuposto de dependência resultaria em viés – e na intenção de determinar a força do relacionamento entre certas variáveis. Logo, a análise se faz sobre as relações entre variáveis e não entre atores; e, apesar das sofisticadas interpretações baseadas em atributos que as técnicas de pesquisa têm oferecido, não se pode esquecer que essas interpretações dependem da forma como são agrupados os eventos.

Uma relação não é uma característica intrínseca ao ator considerado isoladamente, corresponde a uma propriedade que emerge dos laços entre dois ou mais atores: as relações dependem de contextos sociais

14 A título de ilustração, poder-se-ia considerar, como exemplo de rede, o fluxo comercial de 50 mercadorias diferentes (café, açúcar, chá etc.) entre 170 países do sistema mundial, em determinado ano. Nesse caso, os 170 países despontam como atores e a quantidade de cada mercadoria exportada de um país para os 169 restantes, como a força do laço existente entre eles. (HANNEMAN, 2001).

específicos e são alteradas ou desaparecem se um ator é removido da interação com outros atores (a relação professor/aluno não existe fora do cenário escolar; a relação marital desaparece com a morte de um dos cônjuges ou com o divórcio); os atributos permanecem em diferentes contextos sociais (idade, sexo ou renda não mudam se o indivíduo está em casa, no trabalho ou na igreja) (KNOKE, KUKLINSKI, 1982).

As relações entre os atores de uma rede possuem forma e conteúdo. O conteúdo é dado pela natureza dos laços (parentesco, amizade, poder, troca de bens simbólicos ou materiais, afetiva etc.); e a forma da relação compreende dois aspectos básicos: i) a intensidade ou a força do laço entre dois atores; e ii) a frequência e o grau de reciprocidade com que esse laço se manifesta. Logo, conceitualmente, duas relações de conteúdo distinto podem apresentar formas idênticas (KNOKE, KUKLINSKI, 1982).

A análise de redes considera as relações, estabelecidas entre os atores sociais, como blocos de construção da estrutura social e entende que o ambiente social se expressa pelos padrões ou regularidades existentes em tais relações. Esse tipo de análise estaria voltado, então, para o padrão regular de relações entre as posições ocupadas pelos atores – estrutura social – e para os fluxos relacionais que determinam a posição estrutural de cada um dos atores dentro da rede.

Dois pressupostos relevantes sobre o comportamento social incorpora a análise de redes: i) os atores, frequentemente, participam de algum sistema social que comporta muitos outros atores, estes são importantes pontos de referência para tomar decisões; e, ii) num sistema social, a estrutura, as regularidades presentes nos padrões relacionais dos atores/nós, manifesta-se em vários níveis. Tais pressupostos remetem ao papel central que a organização das relações sociais desempenha na análise das propriedades estruturais das redes nas quais se inserem os atores, bem como na identificação dos fenômenos sociais emergentes, que não têm existência na esfera individual.

A compreensão de que o mundo social se constrói com base em relações sociais que possuem propriedades estruturais, que admitem dinâmica própria e temporalidade social, manifesta-se no conceito de análise de redes proposto por Degenne e Forsé (1999, p.1): “[...] conjunto de métodos voltado para o estudo sistemático das estruturas sociais”.

A análise de redes trabalha com a perspectiva da articulação entre o estruturalismo e o individualismo. Assim, o forte determinismo que afirma a prevalência das estruturas sociais sobre as ações individuais

(concepção estruturalista) é incompatível com a análise de redes, porque “[...] conduz a uma identificação a priori da estrutura e estabelece uma causalidade abstrata entre a própria estrutura e os indivíduos, isto é, desconsidera as relações sociais concretas” (DEGENNE, FORSÉ, 1999, p. 6). Portanto, em vez de forte, a análise de redes sugere um fraco determinismo, fundado em duas proposições: i) a estrutura não pode ser reduzida à soma das ações individuais; e ii) o constrangimento estrutural é meramente formal, não absoluto – deixa o indivíduo “livre” para atuar, mas restringe algumas de suas opções.

A estrutura, entendida como a presença de padrões regulares nas relações entre os atores, e como constrangimento, varia dramaticamente na forma: vai da configuração isolada, na qual o ator não está conectado a nenhum outro ator, à saturada, na qual cada ator está diretamente ligado a todos os outros atores da rede. A forma da rede, manifestação gráfica das relações sociais empíricas, constitui instrumento heurístico a que recorre a análise de redes, para explicar certos fenômenos sociais.

Tal concepção da estrutura social liga-se, muito estreitamente, ao uso que dela foi feito no campo antropológico pela tradição empirista, representada por Radcliffe-Brown (1973), ao mesmo tempo em que se afasta da noção mais “abstrata”, defendida por Lévi-Strauss (1980). Ao passo que Radcliffe-Brown compreendia a estrutura social como a trama de todas as relações observadas numa sociedade, em dado momento, que a identificava ao conjunto das próprias relações sociais; Lévi-Strauss entendia que “[...] as estruturas não são realidades diretamente visíveis ou observáveis, mas níveis de realidade que existem além das relações visíveis [...] e cujo funcionamento constitui a lógica mais profunda do sistema social” (BOTTOMORE, 1988: 141). Neste caso, as relações sociais são a matéria-prima empregada para a construção de modelos que tornam manifesta a estrutura social propriamente dita: a noção de estrutura social não diz respeito à realidade empírica, mas às elaborações teóricas capazes de dar sentido a essa mesma realidade (LÉVI-STRAUSS, 1980).

A proximidade entre as noções de estrutura de Radcliffe-Brown e da análise de redes não deve conduzir à suposição de que, neste recorte analítico, não é dada suficiente atenção aos aspectos diacrônicos da realidade, à mudança social: a estrutura é aí concebida, também, como resposta dinâmica às interações individuais. Resta saber que princípios do individualismo metodológico são incorporados ao arcabouço conceitual da análise de redes.

O individualismo metodológico acomoda dois paradigmas: o individualismo intencional e o individualismo estrutural. Filho da economia liberal, o primeiro paradigma sustenta que o indivíduo racional busca o próprio interesse e toma decisões que permitem elevar, ao máximo, a própria utilidade. Esse interesse individual é, por definição, objetivo e inevitavelmente exógeno; assim, as decisões seriam tomadas numa espécie de vácuo social (DEGENNE, FORSÉ, 1999).

Estranha ao entendimento de que os indivíduos tomam decisões como átomos individuais ou representam, às cegas, papéis atribuídos aos membros de dada categoria, a análise de redes volta-se para os pressupostos do individualismo estrutural. De acordo com este paradigma, os atores não são guiados, apenas, pelo autointeresse objetivo, mas também pelo autointeresse subjetivo: a racionalidade absoluta do individualismo cede lugar à racionalidade relativa. Assim, “[...] o homo economicus é capaz de altruísmo; pode imitar seus vizinhos. O conformismo total é racional com a opção de alguém que não busca se informar. Pode prevalecer, na decisão, o entendimento de que é melhor errar junto, do que acertar sozinho” (DEGENNE, FORSÉ, 1999, p. 9).

Menos restritiva, a interpretação individual-estruturalista, não exclui os interesses determinados endogenamente; assume que o ator se move dentro de uma lista predeterminada de preferências e faz a melhor escolha possível, com os meios de que dispõe, até mesmo no domínio especial das relações sociais. Três proposições delimitam o status epistemológico da racionalidade relativa:

1. “Indivíduos atuam para alcançar seus objetivos, com base nas preferências pessoais;
2. Constrangimentos interferem na ação, pois influenciam a probabilidade de alcançar alguns desses objetivos – os constrangimentos são estruturais;
3. “Os constrangimentos induzem os indivíduos a atuar de maneira mais consistente com as próprias preferências e, assim, a atingir seus objetivos” (DEGENNE, FORSÉ, 1999, p. 9).

Sem o princípio da racionalidade relativa, as redes sociais poderiam ser consideradas como verdadeiras caixas pretas; aceitar esse princípio constitui, portanto, esforço heurístico, que traz as relações sociais para o campo analítico e, sobretudo, significa reconhecer que as escolhas relacionais, em determinada estrutura social, não encontram explicação, caso não se leve em conta o fato de que o ator compara vantagens e desvantagens, antes de selecionar o curso da própria ação.

Ganha expressão, no conceito de circularidade, a natureza da articulação que se estabelece entre o fraco determinismo e a racionalidade relativa. Circularidade significa, para a análise de redes, que a estrutura determina e é determinada pelas interações entre os atores; que a estrutura é, ao mesmo tempo, constrangimento “formal” e efeito das interações. E mais, “[...] qualquer estrutura está sempre inserida numa estrutura maior, que consiste de todas as influências que escapam ao modelo” (DEGENNE, FORSÉ, 1999, p. 10).

Além de estabelecer uma ponte entre a formulação estruturalista e a individualista, a análise de redes dedica atenção aos mecanismos de mudança – efeitos emergentes. Entende que as alternativas de ação dos atores são socialmente estruturadas, porém aceita que a posição estrutural de um ator em determinada rede pode mudar e, com isso, a depender das interações entre os demais atores resultantes dessa mudança de posição estrutural, a rede sujeita-se a alterações.

Essa visão mais dinâmica do comportamento social não está de acordo com o que se entende por sistema linear – fundamentado na compreensão de que a interferência num dos componentes de qualquer sistema provoca alterações sistêmicas proporcionais à intensidade dessa interferência – e sim, com o que é conhecido por sistema não linear – baseado no entendimento de que o conjunto de interações dos componentes sistêmicos enseja equilíbrios instáveis: pequenas transformações num desses componentes podem levar a drásticas mudanças de todo o sistema. A perspectiva dos sistemas não lineares apreende o mundo social como imensa rede de interações na qual nada se pode definir de maneira absolutamente independente – as propriedades não estão nos atores, mas entre os atores; o comportamento de qualquer ator é definido por suas conexões com o resto do sistema.

Cabe, portanto, conceber as redes sociais como sistemas não lineares, abertos, que, embora comporte regularidade/estabilidade, são suscetíveis a mudança, possuem plasticidade. Na sua instância objetiva, as redes constituem expressão formal da estrutura social – regularidade nos padrões de relações entre atores concretos –, são topologias de interação social, porque servem à análise de situação, à análise das posições relativas dos atores e das relações objetivas entre essas posições.

Todavia, há, na literatura sobre redes e migração, certa imprecisão quanto aos limites conceituais de rede social, rede pessoal e rede migratória; existe alguma “promiscuidade” na utilização desses conceitos que precisa ser aclarada. Assim, resta admitir com Soares (2002) que:

1. rede social consiste no conjunto de pessoas, organizações ou instituições sociais que estão conectadas por algum tipo de relação. Uma rede social, em virtude do processo em torno do qual ela se organiza, pode abrigar várias redes sociais;
2. rede pessoal representa, então, um tipo de rede social que se funda em relações sociais de amizade, parentesco etc.;
3. rede migratória não se confunde com redes pessoais; estas redes precedem a migração e são adaptadas a um fim específico: a ação de migrar. Rede migratória, cujas singularidades dependem da natureza dos contextos sociais que ela articula, é, também, um tipo específico de rede social que agrupa redes sociais existentes e enseja a criação de outras; consiste, portanto, em *rede de redes sociais*.

Maior precisão ganha o conceito de rede pessoal nos estudos de Sluzki (1997, p. 42), para quem esse tipo de rede pode ser definido “[...] como a soma de todas as relações que um indivíduo percebe como significativas ou define como diferenciadas da massa anônima da sociedade”. O processo de identificação e classificação das pessoas que compõem a rede pessoal de um indivíduo está fortemente associado à ideia de proximidade (por status social, afetividade ou distância física), de frequência e de intensidade. As categorias de relações pessoais que, em geral, as pessoas identificam, categorias essas pelas quais elas distribuem e classificam os contatos pessoais cotidianos ou não, admite em Sluzky (1997), segundo o grau de proximidade, a seguinte disposição:

1. círculo interno das relações íntimas composto pelos familiares diretos e amigos próximos;
2. círculo intermediário de relações pessoais com menor grau de compromisso constituído pelas relações sociais ou profissionais regidas pela formalidade, pelas “amizades sociais” e pelos familiares intermediários; e
3. círculo externo de conhecidos e relações ocasionais que compreende os conhecidos de escola ou trabalho, bons vizinhos, familiares distantes ou frequentadores da mesma paróquia.

O conjunto de pessoas que normalmente integram a rede pessoal de qualquer indivíduo, a distribuição delas quanto ao grau de proximidade com o ego e o exercício de funções relacionais que os vínculos permitem (companhia social, apoio emocional, guia cognitivo e conselhos, regulação social, ajuda material e de serviços, acesso a novos

contatos) dão mostras de que “[...] as fronteiras do sistema significativo do indivíduo não se limitam à família nuclear ou extensa, mas incluem todo o conjunto de vínculos interpessoais dele: família, amigos, relações de trabalho, de estudo, de inserção comunitária e de práticas sociais” (SLUZKI, 1997, p. 37).

A rede pessoal constitui o nicho “[...] da experiência individual de identidade, bem-estar, competência e agenciamento ou autoria, incluindo os hábitos de cuidado da saúde e a capacidade de adaptação em uma crise” (SLUZKI, 1997, p. 42). Ora, se assim é, uma rede pessoal ativa e estável, cujos integrantes sejam confiáveis, estejam dispostos a prestar ajuda emocional e material, facultem o acesso a novos contatos etc., é propícia à saúde, acelera os processos de cura e aumenta a sobrevida do paciente; ao passo que uma rede pessoal fraturada e disfuncional é insalubre. Os níveis mediante os quais a rede pessoal afeta, favorável ou desfavoravelmente, a saúde mental do indivíduo encontra em Sluzki (1997) a discriminação que se segue:

1. nível atávico de base volitiva – no qual a reação psicofisiológica de alerta em face do desconhecido, do perigoso ou do nocivo, é atenuada pela presença de familiares, o que ocorre, em especial, no caso das crianças;
2. nível existencial – comprehende as relações sociais que favorecem a organização da identidade. É nesse nível que se dá “a experiência de que ‘existimos para alguém’ ou de que ‘servimos para alguma coisa’, o que, por sua vez, outorga sentido às e estimula a manutenção de práticas e cuidados com a saúde” (SLUZKI, 1997, p. 46); e
3. nível de prática social – no qual ocorre a vigilância cotidiana por terceiros, vigilância essa que favorece os comportamentos corretivos quanto aos descuidos com a saúde pessoal. Muitas das “[...] atividades pessoais que se associam positivamente com a sobrevida: rotina de dieta, de exercícios, de sono, de adesão a regimes medicamentosos e, em geral, cuidados coma a saúde”, são favorecidas por uma rede pessoal ativa e acessível (SLUZKI, 1997, p. 76).

Em vista dessa associação entre fraturas reticulares e saúde mental é preciso repisar nos danos que a migração internacional provoca na rede pessoal de emigrados e de seus parentes próximos e, em razão disso, reconhecer as tensões extremas que ela faz aflorar, as doenças psicossomáticas que ela engendra. As manifestações psicossomáticas

ou os conflitos interpessoais não podem ser vistos fora de contexto, como se fossem reações idiossincráticas, individuais, patológicas, é preciso considerar o forte impacto do processo migratório, da mudança de localização geográfica sobre a saúde mental (SLUZKI, 1979).

Depois que as redes sociais são perturbadas pela migração internacional, o stress pessoal, os transtornos mentais, as perturbações emocionais, o malestar psicossocial e os conflitos familiares são o seu subproduto inevitável. A mudança de localização geográfica implica, para os que migram, o abandono de vários segmentos da rede pessoal deles; para os que ficam, a ruptura de relações que são, com frequência, centrais. Apesar de alguns membros da rede pessoal do emigrante, entre os que permanecem no território de origem, serem nela mantidos por meio de cartas, ligações telefônicas etc.; outros há que se desprendem da rede, que “[...] são considerados perdidos do mapa emocional funcional” (SLUZKI, 1997, p. 88). Já as crianças e os adolescentes que migram com os pais para o exterior

“[...] perdem uma fonte importante de segurança – o grupo de amigos e colegas de escola com quem compartilharam seus estágios de desenvolvimento e com quem estabeleceram uma base de confiança recíproca – e precisam começar de novo numa vizinhança e num meio escolar percebido, se não como hostil – com frequência, corretamente – pelo menos como indiferente” (SLUZKI, 1997, p. 90).

Quando toda a família nuclear migra, muitas das funções que antes eram desempenhadas por certos membros da rede pessoal do marido e da rede da esposa – em particular, familiares e amigos próximos – esvaziam-se e, com isso, vêm a sobrecarga, dada pela ausência de laços – mas expectativas são depositadas em menos relações, e a descompensação – as crises interpessoais e individuais. O aumento das expectativas que marido e mulher esperam ver cumpridas mutuamente, num período em que cada um deles se vê mais carente, mais sobre-carregado e a precisar mais um do outro para desempenhar funções adicionais, alimenta o ressentimento mútuo. É por isso que, de acordo com Sluzki (1997, p. 88), nos anos que se seguem à migração da família “[...] ocorre maior abuso de álcool e mais violência familiar, acontecem mais separações e, tanto as crianças como os adultos, sofrem maior quantidade de acidentes e doenças”.

Ao tomar como referência a emigração internacional de Valadares, verificam-se desdobramentos sobre os vínculos e funções reticulares semelhantes aos assinalados por Sluzki (1997, 1979) no tocante aos

emigrantes internacionais nos Estados Unidos. A situação da esposa de marido emigrado que permanece em solo valadarense a cuidar dos filhos também é de sobrecarga. Ela passa a cumprir certas funções que antes eram exercidas apenas pelo marido ou por ambos. Ainda que os vínculos matrimoniais permaneçam, a ausência física do marido perturba a rede pessoal da esposa; a rede dela perde eficácia, tem seu alcance reduzido, e o repertório de funções estreita-se porque certos acessos reticulares que antes se faziam unicamente pela intermediação do marido se fecham. Então, o período que sobrevém à partida do marido é para a esposa carregado de estresse pessoal e interpessoal.

Para os filhos, em especial para os mais novos, cujas redes pessoais são pequenas, rarefeitas e tênues, a emigração internacional da mãe ou do pai, figuras centrais na criação, amparo e educação deles, representa perda de sustentáculos afetivos primordiais. A instabilidade emocional, as crises nervosas, o estresse, a depressão, os transtornos de personalidade, os desvios de comportamento, os problemas de relacionamento, o envolvimento com drogas e a prostituição a que se sujeitam os filhos dos valadarenses mostram-se como corolários prováveis da ausência materna ou paterna oriundas da emigração para o exterior.

Da privação simultânea dos vínculos afetivos que os filhos sofrem quando são deixados em Valadares por mãe e pai emigrantes, cabe esperar um quadro de tons mais cinzas quanto aos efeitos destas ausências, a materna e a paterna, na esfera dos transtornos mentais.

PARA ALÉM DA REPRODUÇÃO DA MIGRAÇÃO: PROBLEMA, HIPÓTESE E OBJETIVOS

A migração internacional do Brasil, em particular a de caráter irregular, implica, pelo que se considerou até aqui, grandes riscos e pesados sacrifícios, além de trazer consequências danosas para o emigrante e para os que integram seu círculo mais estreito de relações pessoais. Vale lembrar que:

1. o empenho de bens imóveis do emigrante e os empréstimos monetários que ele contrai para cobrir as despesas de viagem são realizados em ambiente de alto grau de incerteza quando aos retornos positivos desse tipo de investimento;
2. arriscado é o envolvimento do emigrante com agentes que, na esfera da ilegalidade, falsificam a documentação exigida para a obtenção do visto de viagem;

3. a travessia clandestina da fronteira do país de destino pelo emigrante que não obteve o visto de viagem vem acompanhada de vários perigos até do risco de morte;
4. o sofrimento que se segue à separação entre o emigrante e seus parentes próximos guarda íntima conexão com os transtornos mentais, as perturbações emocionais, o mal-estar psicossocial, os casos de depressão etc. que acometem, em especial, a esposa e os filhos de emigrados internacionais;
5. com a emigração internacional, vários segmentos da rede pessoal do emigrado são abandonados e, para os que ficam, sobrevém a ruptura de relações que são, com frequência, centrais; daí os rearranjos familiares, entre eles o divórcio, que respondem pelo grande sofrimento dos que compõem uma estrutura familiar, principalmente os filhos, fraturada pela emigração;
6. o uso de drogas e os casos de prostituição de filhos de pais emigrados são também corolários da carência emocional e afetiva que sofrem os filhos de pais emigrados;
7. o aprendizado de um novo idioma, os desafios relativos ao modo de lidar com costumes estranhos, a experiência de isolamento e de abandono, o medo de fracasso etc. integram também o rol de dificuldades com as quais o emigrante internacional do Brasil tem de lidar;
8. o emigrante irregular, ainda que tenha logrado um lugar no mercado de trabalho do país de destino, corre o risco de ser deportado e, se assim for, resta a ele o ônus de arcar com o prejuízo financeiro dos custos de viagem;
9. as relações sociais entre os emigrantes brasileiros não comportam necessariamente solidariedade: a rivalidade e a denúncia entre conterrâneos é algo que a literatura registra; e
10. os investimentos em micro, pequenas ou médias empresas que os emigrantes fazem no Brasil com as economias amealhadas no estrangeiro não obtêm, com frequência, o êxito esperado.

Da pessoa que tivesse consciência desse conjunto de dificuldades e das consequências danosas que a emigração internacional, sobretudo a irregular, acarreta, não seria razoável esperar a decisão de migrar. Alegar a melhoria de posição no campo socioeconômico da origem, e essa é razão expressa pela grande maioria dos emigrantes internacionais, parece algo razoável quando não se conhecem as mazelas da migração, o que ocorre com os pioneiros; no entanto, à medida que a

experiência migratória deixa suas marcas, não é aceitável tributar essa decisão ao desconhecimento dos danos que ela provoca ou, o que seria praticamente o mesmo, reconhecer apenas as vantagens econômicas dos fluxos emigratórios para o núcleo familiar e, por consequência, para as localidades onde eles têm origem.

As teorias que contemplam as causas dos fluxos migratórios internacionais dividem-se, grosso modo, em subjetivistas/individualistas e estruturalistas: para as primeiras, a decisão de migrar é livremente assumida, os detentores de capital humano buscam com autonomia a localização ótima; e para os segundos, “a mobilidade do trabalho é a forma pela qual a coerção da estrutura se atualiza como exercício de dominação do capital sobre o trabalho” (VAINER, p. 179, 2001). Até mesmo o arcabouço teórico e metodológico da análise de redes sociais que busca estabelecer uma espécie de diálogo entre estrutura e sujeito informa tão somente as condições que devem ser satisfeitas pelo migrante potencial para levar a efeito a migração, especialmente a irregular; ele não dá conta das razões pelas quais o fluxo migratório continua em face de um quadro tão carregado de sofrimento. Ao se ocupar com a continuidade, com o mecanismo de reprodução da emigração argelina, Sayad (1998, p. 44) faz ver que

“Todo o discurso do emigrante se organiza em torno de uma tripla verdade da elghorba¹⁵. Na lógica tradicional, a verdade da elghorba é a de ser associada ao ‘poente’, à ‘escuridão’, à distância e ao isolamento (entre os estranhos, logo à sua hostilidade e ao seu desprezo); ao exílio; ao terror (aquele que é provocado pela noite e que o faz se perder numa floresta ou numa natureza hostil); à perda (por perda do sentido de direção); à infelicidade etc. Na visão idealizada da emigração, fonte de riqueza e ato decisivo de emancipação, elghorba, intencional e violentamente negada em seu significado tradicional, tende (sem todavia conseguir completamente) a trazer outra verdade que a identificaria com a felicidade, a luz, a alegria, a segurança etc. A experiência da realidade da emigração vem desmentir a ilusão e restabelecer a elghorba em sua verdade original”.

Assim,

“[...] toda a experiência de vida do emigrante oscila sem cessar entre essas duas verdades contraditórias da elghorba; [e, uma vez que] não consegue resolver a contradição em que se encontra encerrado, pois deveria então renunciar a emigração, ele só pode mascará-la” (SAYAD, 1998, p.44)

A reprodução/continuidade da emigração argelina viria, então, de uma espécie de dissimulação de mão dupla: o emigrante dissimula

¹⁵ Terra de exílio.

para si mesmo e para os que permaneceram na origem suas experiências traumáticas, para suportar o próprio sofrimento, elide sua incômoda situação; e, para os que estão na origem, não interessa a verdade objetiva da migração, o que conta para eles é a ilusão de que a felicidade será alcançada pelo recurso à migração. Nas palavras de Sayad (1998, p. 44),

“[...] o desconhecimento coletivo da verdade objetiva da migração que todo o grupo se esforça por manter (os emigrantes que selecionam as informações que trazem quando passam algum tempo na terra; os antigos emigrantes que ‘encantam’ as lembranças que guardaram da França; os candidatos à emigração que projetam sobre a França suas aspirações mais irrealistas etc.) constitui a mediação necessária através da qual se pode exercer a necessidade econômica.”

Ora, se a dissimulação é o mecanismo psicológico que facilita a reprodução do migrar, a pergunta de fundo é: por que ocorre essa dissimulação de mão dupla da verdade objetiva da migração, esse velar do sofrimento? Por que essa subversão de ordem axiológica da qual o migrante não quer tornar-se claramente consciente e responsável?

Para Allers, “[...] la subversión del orden axiológico consiste justamente en que la escala subjetiva de preferencias de valor no coincide con el orden objetivo de jerarquía de bienes, que a su vez depende de la perfección del ser” (ECHAVERÍA, 2010, p. 141). Arrastado por uma força misteriosa a uma atitude essencialmente insensata, contrária à objetividade, o homem torna-se, por isso mesmo, presa da mentira que se instala quando ele não quer ver a realidade: é o que Allers também chama de inautenticidade (ECHAVERÍA, 2005, 2010).

Na visão antropológica de Allers, o homem é dotado de razão e vontade e tem liberdade; além disso, não se pode compreender a estrutura da conduta humana, seja ela qual for, sem considerar os fins perseguidos pelo sujeito, os valores que ele pretende realizar com seus atos, isto é, a posição que ele toma em face das leis e fatos morais (ECHAVERÍA, 2005, 2010). Valores esses que “[...] non son algo puramente subjetivo, sino que hay una jerarquía objetiva de valores. La normalidad y la anormalidad caracteriales dependerán, justamente, de la actitud ante los valores” (ECHAVERÍA, 2010, p. 136). Logo a ação que se realiza numa espécie de suspensão do senso de proporções, que implica a queda numa ordem inferior segundo a hierarquia de valores sobrevém, para Allers, de três razões: 1) da vontade ou da rebeldia aberta – ocorre quando a ação se faz contra leis sobre cuja validade não

pairam dúvidas; 2) da alienação mental em sentido estrito – quando há ignorância ou visão errônea da ordem; e 3) da neurose – situada entre a vontade e a alienação, consiste em rebelião cuja natureza e existência o sujeito ignora (ECHAVARÍA, 2010). É esta rebelião contra a ordem axiológica e a ordem da dignidade que conduz necessariamente à mentira, à dissimulação.

O caráter neurótico, conforme Allers, surge

“[...] del intento supercompensatorio del *complejo de inferioridad* a través de la *voluntad de poder* que tiene como meta el *sentimiento de personalidad*. El neurótico es una persona que busca por todos los medios, aún a través de debilidad y la enfermedad, llegar a ser alguien, llegar a la cima. A esta meta, el neurótico subordina todas su fuerzas cognitivas (imaginación, memoria, etc.) y afectivas. Este fin de superioridad, se concretiza a través de determinadas imágenes y figuras, complejos de representaciones, que se ponen como metas o fines ‘ficticios’ (la masculinidad, el poder, la riqueza, etc.)” (ECHAVARÍA, 2010, p. 140).

Se assim é, o caráter qualitativamente distinto da intenção de buscar, para além do que a literatura arrola como causas da migração internacional, o real sentido da decisão de migrar na esfera da dissimulação – da *illusio* como quer Bourdieu (1996) –, do encobrimento da verdade objetiva desse tipo de deslocamento no espaço geográfico, da mistificação dos danos que a experiência migratória internacional provoca, em particular, na estrutura da rede pessoal de pais emigrados e de filhos que são deixados na terra natal – e, daí, os transtornos mentais que nestes e naqueles denunciam os mecanismos não expressos do dissimular –, fornece os contornos dos objetivos específicos do cabe nesse caso pesquisar :

1. examinar, com base em análises típicas de redes totais, a estrutura, composição e padrões reticulares das redes pessoais de pais ou mães emigrados de Valadares e dos filhos que permanecem em território valadarense com a intenção primeira de revelar, nessas redes, os buracos estruturais;
2. identificar os transtornos mentais que mais acometem, no destino, os pais emigrados de Valadares e os filhos deixados na origem;
3. explorar a associação entre os buracos estruturais das redes pessoais de pais valadarense emigrados e de seus filhos que permanecem na origem e os transtornos mentais que eles sofrem em razão desta dupla ausência ocasionada pela migração internacional – a vivenciada pelos pais e a experimentada pelos filhos;

4. lançar luz, no caso da emigração internacional de Valadares, sobre a dissimulação da verdade objetiva da migração internacional, sobre esta subversão de ordem axiológica – de uma escolha que, ao que parece, toma o pior pelo melhor – da qual o migrante não quer tornar-se claramente consciente e responsável, com base na psicologia antropológica de Rudolf Allers e na filosofia de Santo Tomás de Aquino.

NOTAS FINAS: DO CAMINHO POR TRILHAR

A perspectiva analítica que aqui se desenha abraça, em especial, as experiências dolorosas, os sonhos, as esperanças, as expectativas, as frustrações, as decepções e os transtornos mentais que a migração internacional enseja nos emigrantes, nos retornados e nos que pertencem ao círculo mais estreito da rede pessoal deles. Na migração, o emigrante vive intensamente as suas próprias contradições, as de seu círculo mais próximo (sua esposa, suas filhas e noras, seus filhos e genros) e as da comunidade de origem como golpes de fatalidade (SAYAD, 1998). Diante dessa fatalidade, dessa situação paradoxal na qual o coloca a emigração, resta ao emigrante de duas decisões, uma: i) refugiar-se – quando isso ainda for possível, ou seja, quando nada o obriga a se pronunciar – num silêncio ambíguo (SAYAD, 1998); ou 2) buscar entender sua própria situação com a condição de entender também a situação dos outros, bem como suas desgraças, ambas as situações estreitamente solidárias. Entender a tristeza que suporta diariamente para daí entender as desgraças que provoca, e entender a recusa do emigrante de confessá-las, as desgraças, a si mesmo, por ser ele o autor delas, remete à autoanálise que se torna, nesse caso, uma verdadeira socioanálise (SAYAD, 1998). Os transtornos mentais, os conflitos e a tristeza expressos em termos psicológicos desportam, então, em sua verdadeira dimensão sociológica: "... ao mesmo tempo em que são enunciados, são enunciadas as condições sociais de sua gênese" (SAYAD, 1998). Mais do que a simples descrição dessa miséria psicológica, o emigrante situa-se em posição privilegiada de análise dos mecanismos que a engendraram; análise essa que se inicia no interior do universo familiar, sobretudo, pois é lá que ele descobre prioritariamente e sente mais intensamente os conflitos e as contradições de sua condição de emigrante. Nas palavras de Sayad (1998, p. 233):

“Assim, como uma psicanálise, mas uma psicanálise em que o analisando se torna seu próprio analista, ou seja, na qual consegue elaborar ele mesmo as ‘perguntas’ e as respostas que deve dar (relativamente) mais sentido e unidade de sua existência, a socioanálise contribui, nessas condições, para restaurar a integridade de uma identidade que a emigração deslocou; ela permite retomar em mãos e reconstruir esta identidade sobre uma base mais coerente; ela concorre para libertar (ao menos parcialmente) contradições múltiplas impostas por este duplo sistema de referência de que não se pode sair. Porque ajuda a reunir e a reunificar os elementos dispersos de uma vida e de uma experiência tão dilaceradas e mutiladas quanto as de um migrante e porque leva a uma ordem, a um sentido, e a um motivo maiores, a socioanálise permite viver melhor o sistema de contradições que a emigração faz surgir. Assim, não é de espantar que semelhante análise tenda, na medida em que as condições se prestem a isso, a preencher também uma função análoga à função esperada por um verdadeiro tratamento. É também verossímil que se possa atribuir a esta ‘função de libertação’ o interesse [...] que os emigrantes encontram, via de regra, em ‘contar sua vida’, ou seja, neste caso, encontrar respostas às questões que lhes dizem respeito e que os convidam a produzir uma verdade relativa a si mesmos, à verdade de sua situação de emigrantes.”

Daí, além de reconhecer a dissimulação como força motriz da reprodução/continuidade da migração internacional, Sayad sugere que a autoanálise serviria, se realizada pelos emigrantes, por essas pessoas privadas de um lugar no campo social (BOURDIEU, 1989, 1990, 1996), ao propósito de evidenciar os mecanismos que engendram os transtornos mentais associados a essa mesma migração. Um caminho por trilhar, um eixo de investigação desponta como desdobramento natural desse painel teórico que sinaliza a necessidade de articular os conhecimentos relativos à Sociologia e à Psicologia e sumariza o objetivo que movimenta, vale repisar, todo o esforço heurístico: destrinçar os mecanismos dissimuladores desta subversão de ordem axiológica – de uma escolha que, ao que parece, toma o pior pelo melhor – da qual e pela qual o migrante não quer tornar-se claramente consciente e responsável, do que, em última análise, responderia pelos transtornos mentais, conflitos e tristezas oriundos das fraturas reticulares da ausência.

O foco sobre as conexões entre a emigração internacional e transtornos mentais e entre transtornos mentais e redes pessoais dá margem a algumas expectativas: 1) lançar as bases de uma incursão analítica que se serve de um modelo estrutural, a análise de redes sociais, para representar de forma objetiva as relações constitutivas das redes pessoais e, com isso, mapear os danos que a emigração internacional provoca na rede pessoal dos emigrados e dos que lhes são mais próxi-

mos nessa rede; 2) chegar a evidências da correlação entre os padrões reticulares de pais ou mães emigrados e dos filhos que permanecem na origem e os tipos de transtorno mental de maior prevalência entre eles; e 3), à luz da perspectiva epistemológica fornecida por Santo Tomás de Aquino e Rudolf Allers, abrir uma frente de investigação outra sobre este mecanismo psicológico, a dissimulação de mão dupla da verdade objetiva da migração, sobre essa espécie de rebelião cuja natureza e existência o emigrante internacional ignora.

O fato é que, apesar avanços alcançados pelos estudos de migração nas últimas décadas no Brasil, pouca luz recebeu os vínculos entre os transtornos mentais, as fraturas reticulares e a emigração internacional de brasileiros. Assim, a atenção sobre as diferenças entre os perfis de transtornos mentais dos diversos grupos de emigrantes, entre estes perfis e o perfil dos transtornos da população do país de destino e as distinções entre o perfil dos transtornos mentais dos emigrantes e o perfil dos transtornos de seus conterrâneos não migrantes no país de origem pode oferecer a oportunidade de situar o caso brasileiro no âmbito das pesquisas internacionais referentes ao impacto do processo migratório sobre a saúde mental dos emigrados brasileiros e de seus parentes próximos.

Enfim, sobre a relevância e atualidade dessa temática não cabe dúvida: várias são as publicações recentes da *International Organization for Migration* - IOM que contemplam os nexos entre: i) saúde mental, migração e apoio psicológico; ii) saúde mental, apoio psicossocial em situações emergenciais de deslocamento; iii) migração e direito à saúde; iv) conduta ética, saúde mental e pesquisa psicossocial em cenários de emergência; v) mãe migrante e saúde da criança; vi) comunicação entre migrantes e profissionais de saúde nos países de destino; vii) saúde mental, apoio psicossocial e tráfico de pessoas etc. Ademais, testemunham ainda essa relevância e atualidade, os estudos realizados por pesquisadores que integram certos comitês e grupos de trabalho da *International Sociological Association* – ISA, em particular os estudos feitos no âmbito da Sociologia da Saúde Mental e Doença, da Psicologia Social e da Sociologia da Migração. À vista disso, uma incursão analítica que articule os conhecimentos relativos ao campo da Sociologia da Migração - para explicitar as relações ambíguas entre ausência e presença decorrentes do fenômeno migratório internacional -, da análise de redes pessoais - para representar de forma objetiva as relações e fraturas constitutivas de uma rede pessoal -, e da Psicologia

Antropológica - para dar conta dos mecanismos pelos quais a decisão de migrar desconsidera o sofrimento e os transtornos mentais gestados pela migração internacional irregular -, pode espalhar nova luz sobre os nexos causais entre os fluxos migratórios internacionais irregulares, os padrões reticulares e os transtornos mentais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUILERA-GUZMÁN, Rosa María; GARCÍA, María Silvia Carreño; GARCÍA, Francisco Juárez. Características Psicométricas de la CES-D en uma Muestra de Adolescentes Rurales Mexicanos de Zonas con Alta Tradición Migratória. *Salud Mental*, Vol. 27, No. 6, diciembre 2004.
- ASSIS, Gláucia. Estar aqui, estar lá...: uma cartografia de vida entre dois lugares. Florianópolis: UFSC, 1995. 234f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.
- AZENHA, Luiz Carlos. Na Travessia, Ileais Morrem de Frio e de Sede. *Vi o Mundo - O que você nunca pôde ver na TV*. Jan. 2008. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/arquivo/ataque-aos-imigrantes/na-travessia-ileais-morrem-de-frio-e-de-sede/>. Acesso em 15/07/2013.
- BICALHO, José Vitor. Yes, eu sou brazuca. *Governador Valadares*: Ibituruna, 1989.
- BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. 454p.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. Um Analista do Inconsciente. In: SAYAD, Abdelmalek. A imigração ou os paradoxos da alteridade. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1998.
- BRUM, A. F. Desenvolvimento econômico brasileiro. 15.ed. Petrópolis: Vozes, 1995. 317p.
- BURT, Ronald S. Structural holes: the social structure of competition. Cambridge: Harvard University Press, 1992.
- CASTLES, Stephen. International migration at the beginning of the twenty-first century: global trends and issues. *International Social Science Journal*, Paris, v.52, issue 165, p. 249-433, September. 2000.
- COSTA, Sérgio. Política para quem precisa de política: movimentos sociais urbanos, participação e democracia. 231f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1991.
- DEGENNE, Alan.; FORSÉ, Michel. *Introducing Social Networks*. London: SAGE Publications, 1999.

DETTLAFF, Alan J. Immigrant Latino Children and Families in Child Welfare: a framework for conducting a cultural assessment. *Journal of Public Child Welfare*, Vol. 2(4) 2008.

ECHAVERRÍA, Martín F. *La Praxis de la Psicología y sus Niveles Epistemológicos* segun Santo Tomás de Aquino. Girona: Documenta Universitaria, 2005. 860 p.

ECHAVERRÍA, Martín F. *Corrientes de Psicología Contemporánea*. Barcelona: Ediciones Scire, 2010. 282 p.

GAUDEMAR, Jean-Paul. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Estampa, 1977. 405p.

GCIM - GLOBAL COMMISSION ON INTERNATIONAL MIGRATION. *Migration in an interconnected world: new directions for action*. Report of the Global Commission on International Migration, 2005. Disponível em: <<http://www.gcim.org/en/>>. Acesso em: 20 junho 2007.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 1989.

GOULART, Robson; SALES, Teresa. América, país de imigrantes e as crescentes restrições aos imigrantes nos Estados Unidos. *Travessia - Revista do Migrante*. São Paulo, n.25, p.10-14, maio/ago. 1996.

HAMMEL, E. A. *Theory of culture for demography*. *Population and Development Review*, 16, n.3, p.455-485, Sept. 1990.

HANNEMAN, Robert. *Introduction to social network methods*. Disponível em: <<http://wizard.ucr.edu/~rhannema/index.html#news>>. Acesso em: 21 junho 2001.

HARRIS, John H.; TODARO, Michael P. *Migração, desemprego e desenvolvimento: uma análise com dois setores*. In: MOURA, Hélio A. de (coord.). *Migrações internas: textos escolhidos*. Fortaleza, BNB/ETENE, 1980. t.1, p.173-209.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico 2010: características da população e dos domicílios. Resultados do universo*. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf> Acesso em: novembro de 2012

IOM - INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. *The future of migration: building capacities for change world migration report*. Geneva, 2010. Disponível em <http://publications.iom.int/bookstore/free/WMR_2010_ENGLISH.pdf> Acesso em: setembro de 2012.

KNOKE, David; KUKLINSKI, James. *Network Analysis*. Beverly Hills: Sage Publications, 1982.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. São Paulo: Tempo Brasileiro, 2003. 456p.

LEWIS, W. Arthur. *El desarrollo económico con oferta ilimitada de trabajo*. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. *La economía del subdesarrollo*. Madrid: Editorial Tecnos, 1963.

MACHADO, Igor José de Renó; ALMEIDA, Alexandra Gomes de. A Distância dos Filhos: reflexões sobre núcleos familiares divididos pela migração. *Travessia - Revista do Migrante*, São Paulo, n. 59, p.26- 32, set./dez. 2008.

MACHADO, Igor José Renó. Laços de sangue e fluxo de dinheiro: notas sobre o parente ausente no contexto migratório transnacional Portugal/Governador Valadares. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 25, 2006, Goiânia. Anais Goiânia, 2006. p. 1-27. 1 CD-ROM.

MARGOLIS, Maxine L. Little Brazil: imigrantes brasileiros em Nova York. Campinas: Papirus, 1994. 452p.

MARGOLIS, Maxine L. Na Virada do Milênio: a emigração para os Estados Unidos. In: MARTES, Ana Cristina Braga; FLEICHER, Soraya. *Fronteiras Cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

MARTES, Ana Cristina Braga. Brasileiros nos Estados Unidos: um estudo sobre os imigrantes em Massachusetts. São Paulo, Paz e Terra, 1999. 204 p

MARTES, Ana Cristina Braga. Brasileiros nos Estados Unidos: Um estudo sobre os imigrantes em Massachusetts. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 208p.

MITCHELL, Christopher. Perspectiva Comparada sobre Transnacionlismo entre Imigrantes Brasileiros nos Estados Unidos. In: MARTES, Ana Cristina Braga; FLEICHER, Soraya. *Fronteiras Cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

MRE - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Brasileiros no mundo. Brasília: Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior, 2009. Disponível em: <http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/file/Brasileiros%20no%20Mundo%202009%20-%20Estimativas%20-%20FINAL.pdf>?view=searchterm=Brasileiros%20no%20mundo Acesso em: setembro de 2013

MRE - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Brasileiros no mundo. Brasília: Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior, 2011. Disponível em:<<http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidadade/estimativas-populacionais-das-comunidades/Brasileiros%20no%20Mundo%202011%20-%20Estimativas%20-%20Terceira%20Edicao%20-%20v2.pdf>> Acesso em: janeiro de 2013.

NACIONES UNIDAS. *Migración internacional y desarollo*. Nueva York: Sección de Reproducción de las Naciones Unidas, 1997

PARTIDA, J. The effects of immigration on children in the Mexican-American community. *Child and Adolescent Social Work Journal*, v. 13, n. 3, p. 241-254, jun. 1996.

PEREIRA, L. C. B. Desenvolvimento e crise no Brasil: 1930 – 1983. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PHINNEY, Jean S. Formação da Identidade de Grupo e Mudança entre Migrantes e seus Filhos. In: DEBIAGGI, Sylvia Dantas; PAIVA, Geraldo José de (orgs) *Psicologia e/ imigração e cultura*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

PIORE, Michael. *Birds of passage: migrant labor and industrial societies*. New York: Cambridge University Press, 1979.

- PUSSETTI, Chiara. Identidades em Crise: imigrantes, emoções e saúde mental em Portugal. *Saúde e Sociedade*: São Paulo, v.19, n.1, p.94-113, 2010.
- RADCLIFFE-BROWN, A. R. Estrutura e função na sociedade primitiva. Petrópolis: Vozes, 1973. 269p.
- RATKOWSKA, Katarzyna Anna; DE LEO, Diego. Suicide in Immigrants: An Overview. *Open Journal of Medical Psychology*, 2, 124-133 , july 2013
- REIS, Ellem Saraiva Reis; MACHADO, Igor José de Renó. Imigração, Risco e Família, Novas Configurações Familiares e Direitos Humanos em Governador Valadares. *Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana - RMHU*: Brasília, v.16, n. 31, p. 229-237, 2008.
- REIS, Ellem Saraiva Reis; MACHADO, Igor José de Renó. Imigração e Novas Configurações Familiares: o caso de Governador Valadares. *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política*: São Carlos. v.. 19, n. 2, p. 143-160, 2010.
- SALES, Teresa. Imigrantes estrangeiros, imigrantes brasileiros: uma revisão bibliográfica e algumas anotações para pesquisa. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Campinas, v.9, n.1, p.50-64, jan./jul., 1992.
- SALES, Teresa. O Brasil no contexto das novas migrações internacionais. *Travessia - Revista do Migrante*, São Paulo, n.21, p.5-8, jan./abril 1995.
- SALES, Teresa. Brasileiros longe de casa. São Paulo: Cortez, 1999. 232p.
- SALIM, Celso Amorim. Estrutura agrária e dinâmica migratória na região centro-oeste, 1970-80: análise do êxodo rural e da mobilidade da força de trabalho no contexto de industrialização da agricultura e da fronteira urbanizada. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 1992. 354p. (Tese de doutorado em Demografia).
- SASSEN, Saskia. *The mobility of labor and capital*. New York: Cambridge University Press, 1988.
- SAYAD, Abdelmalek. A imigração ou os paradoxos da alteridade. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1998.
- SAYAD, Abdelmalek. O retorno, elemento constitutivo do migrante. *Travessia - Revista do Migrante*, São Paulo, v.13, número especial, jan. 2000.
- SCUDELER, Valéria Cristina. Imigrantes Valadarenses no Mercado de Trabalho dos EUA. In: REIS, Rossana Rocha, SALES, Teresa (Orgs). *Cenas do Brasil Migrante*. São Paulo: Boitempo, 1999. p. 193-232.
- SIMMEL, Georg. *Questões Fundamentais de Sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006
- SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- SIQUEIRA, Sueli. Emigração: sonhos e frustrações no retorno à terra natal. *Revista Area Domeniu*, Governador Valadares: Editora Univale, v. 3, p.269-289, fev. 2008.
- SJAASTAD, Larry A. Os custos e os retornos da migração. In: MOURA, Hélio A. de (coord.). *Migrações internas: textos escolhidos*. Fortaleza, BNB/ETENE, 1980. t.1, p.115-145.
- SLUZKI, Carlos E. *Migration and Family Conflict. Family Process*, 18(4), p. 379-390, 1979.

SLUZKI, Carlos E. *A Rede Social na Prática Sistêmica*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

SOARES, Weber. *Emigrantes e investidores: redefinindo a dinâmica imobiliária na economia valadarense*. 1995. 178p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SOARES, Weber. *Da metáfora à substância: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga*. 344p. Tese (Doutorado em Demografia). Belo Horizonte: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.

STILLMAN Steven; MCKENZIE, David; GIBSON. John. *Migration and Mental Health: Evidence from a Natural Experiment*. Junho 2006. Disponível em: <http://ideas.repec.org/p/wai/econwp/06-04.html>. Acesso em 15/07/2013

TILLY, Charles. *Transplanted Networks*. In: YANS-Mc LAUGHLIN, Virginia (ed.), *Immigration Reconsidered*, NY, Oxford, Oxford University Press, 1990, pg. 79-95.

VAINER, Carlos Bernardo. Deslocados, reassentados, clandestinos, exilados refugiados, indocumentados... as novas categorias de uma sociologia dps deslocamentos compulsórios e das restrições migratórias. In: CASTRO, Mary Garcia. *Migrações internacionais: contribuições para políticas*. Brasília: CNPD, 2001. p.177-184.

ZAMBERLAM, Jurandir et al. *Desafios das Migrações: buscando caminhos*. Porto Alegre. Solidus, 2009.

MIGRAÇÃO E PENDULARIDADE NA RMBH EM 1980 E 2010: ENTRE O CENTRO E A PERIFERIA

Alexandre Magno Alves Diniz¹

Carlos Lobo²

Paulo Fernando Braga Carvalho³

Ana Márcia Moreira Alvim⁴

INTRODUÇÃO

O intenso e concentrado processo de urbanização vivenciado pelo Brasil no pós-guerra decorreu da implantação de um modelo de desenvolvimento capitaneado pela articulação entre os capitais nacional e estrangeiro e o Estado, que visavam diversificar a economia e estimular a industrialização (RIBEIRO et al., 2012). Concomitantemente a essa intensa urbanização, desenvolveram-se expressivos fluxos migratórios internos, responsáveis pela redistribuição da população das zonas rurais para as urbanas, entre as unidades da federação e entre as diferentes macrorregiões do Brasil. Esses fluxos migratórios tiveram predominantemente como destino as principais metrópoles, legando aos grandes aglomerados metropolitanos crescente concentração populacional ao longo dos anos 1970 e 1980 (BRITO E SOUZA, 2005); uma profunda reconfiguração do espaço urbano; e uma série de problemas, com destaque para a depredação do meio ambiente, baixa qualidade de vida, miséria social e violência (MARICATO, 1995; 1996). Ao contrário do que se anunciaava, o processo de desenvolvimento cal-

1 Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia-Tratamento da Informação Espacial da PUC-MINAS.

2 Professor dos Programas de Pós-Graduação em Geografia e em Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais, ambos do IGC/UFMG

3 Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia-Tratamento da Informação Espacial da PUC-MINAS.

4 Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia-Tratamento da Informação Espacial da PUC-MINAS.

cado no binômio industrialização-urbanização, de inspiração positivista, não abriu caminho para uma sociedade moderna e mais justa, livre da dominação da produção agrária e dos coronéis. Vivenciou-se um forte crescimento econômico, concomitantemente à expansão das desigualdades sociais, com forte concentração espacial da pobreza (MARICATO, 2003).

Esse padrão de urbanização imprimiu às metrópoles brasileiras algumas marcas inequívocas: a “insustentabilidade” associada aos processos de expansão das áreas urbanas e de transformação e modernização dos espaços intraurbanos; e um espaço dual, que articula a ‘cidade formal’, onde se concentram investimentos, serviços e regulação públicos à ‘cidade informal’, marcada pelos loteamentos ilegais, habitações autoconstruídas, conjuntos habitacionais populares de produção pública, precariedades socioambientais e baixa qualidade de serviços públicos e de qualidade de vida (GROSTEIN, 2001). Nesse sentido, o modelo de organização espacial das metrópoles brasileiras exprime na sua organização espacial a natureza dual da sociedade brasileira, uma vez que as especificidades das classes sociais são traduzidas espacialmente em territorializações diversas, separações físicas e simbólicas, além de intensa fragmentação (RIBEIRO, 2004).

As especificidades da experiência brasileira, marcada pela simultaneidade dos processos de urbanização e metropolização, acrescentaram-se ao longo das últimas décadas novas características marcantes. No plano geral, assiste-se à trajetória declinante das taxas anuais de crescimento populacional das principais aglomerações metropolitanas brasileiras, que partiram de 4,0% entre 1970-1980, atingindo 1,2% entre 2000 e 2010 (para maiores detalhes, ver PINHO e BRITO, 2013). No plano interno aos aglomerados metropolitanos vivencia-se uma tendência à desconcentração de atividades econômicas, especialmente das industriais, dos núcleos metropolitanos para outras municipalidades, em decorrência de pressões do mercado imobiliário e da ação seletiva do Estado. A reestruturação espacial das forças produtivas, conjugada com a ação do mercado imobiliário, vem induzindo significativa redistribuição espacial da população entre os núcleos metropolitanos e municípios adjacentes, fato correlato à tendência dos municípios periféricos das regiões metropolitanas crescerem a um ritmo mais acentuado do que os núcleos metropolitanos, ao mesmo tempo em que se intensifica a mobilidade pendular intrametropolitana (BRITO e SOUZA, 2005a; BRITO e SOUZA, 2005b).

A força motriz desses movimentos intrametropolitano encontra-se na conformação do espaço social dos aglomerados metropolitanos brasileiros, historicamente estruturado segundo os interesses dos atores sociais hegemônicos aliados ao Estado brasileiro, com destaque para o capital imobiliário. A oferta assimétrica de imóveis residenciais tem como consequência a intensa mobilidade da população, principalmente das camadas mais pobres, em busca moradias adequadas à sua renda.

Essa mobilidade residencial não se dá exclusivamente no interior dos municípios polo, mas transborda na direção dos demais municípios metropolitanos. Essa mobilidade, por sua vez, tem gerado nos núcleos metropolitanos saldos migratórios negativos com o entorno metropolitano, comandado por um processo que pode ser definido como “metropolização da pobreza”, uma vez que os indivíduos que deixam os núcleos metropolitanos em direção aos municípios periféricos são, em grande maioria, pobres (BRITO, 2007). Este fato não nega a existência de mobilidade espacial de estratos sociais com renda mais elevada, que trabalham no núcleo e se deslocaram para alguns municípios vizinhos em busca das amenidades urbanas conferidas pelos condomínios fechados. No entanto, trata-se de contingente populacional muito inferior àquele dos pobres (SOUZA e BRITO, 2006).

Como se viu, a mobilidade humana é parte integrante dos processos de urbanização, metropolização e expansão urbana, encontrando-se a migração e a mobilidade pendular intrinsecamente associadas a essa dinâmica. A Região Metropolitana de Belo Horizonte tem espelhado esses processos mais gerais, também apresentando ao longo das últimas décadas uma importante redução nos ritmos de crescimento do município polo, com concomitante ampliação das taxas de crescimento populacional nos municípios mais periféricos e uma intensificação da mobilidade pendular. Em que pese a incontestável importância dos estudos realizados sobre a mobilidade intrametropolitana na RMBH produzidos recentemente (BRITO e SOUZA, 2005a; BRITO e SOUZA, 2005b; SOUZA e BRITO, 2006; SOARES, 2006; MIRANDA e DOMINGUES, 2010; PINHO e BRITO, 2013; COMINI et al., 2014; LOBO et al., 2017), a literatura carece de estudos que estabeleçam conexões diretas entre os processos de migração e pendularidade, frequentemente examinados de forma separada (BROWN et al., 2015). Faz-se mister responder em que medida as taxas de emigração de Belo Horizonte para dos demais municípios metropolitanos são compensadas por contrafluxos

de pendularidade. Em outras palavras, faz-se necessário responder em que medida os emigrantes de Belo Horizonte que se mudaram para os municípios periféricos tornaram-se pendulares, estabelecendo viagens regulares a Belo Horizonte por motivo de trabalho e ou estudo. Nesse aspecto, este estudo visa explorar a relação entre migração de última etapa e pendularidade por motivo de trabalho e ou estudo na Região Metropolitana de Belo Horizonte nos anos 1970 e 2000, com base nos microdados do Censo Demográfico brasileiro.

A mobilidade intrametropolitana vem sendo objeto de uma série de estudos científicos focados em distintos aglomerados metropolitanos brasileiros (MOURA et al., 2005; ACCIOLY e NOGUEIRA, 2011; LOBO, GARCIA e PINTO, 2015; DELGADO et al., 2016; por exemplo), uma vez que os padrões espaciais e temporais dele decorrentes são reveladores das transformações intraurbanas e das relações interurbanas em curso. Some-se a isso o fato de que esses mesmos padrões oferecem importantes subsídios à formulação de políticas públicas, especialmente aquelas associadas à mobilidade, habitação, trabalho, infraestrutura e serviços públicos (MOURA et al., 2013). Destaque-se a isso o fato de que os deslocamentos pendulares entre os locais de residência e trabalho ou estudo têm ocorrido entre distâncias cada vez maiores (MOURA et al., 2005), revelando a extensão do avanço dos processos de expansão e articulação metropolitanas, permitindo a identificação de padrões de oferta e ou seletividade espaciais relacionados às escolhas dos locais de residência, estudo e trabalho. Os resultados deste estudo também são relevantes porque a mobilidade humana intrametropolitana se configura como um importante indicador do grau de interação municipal ao espaço regional metropolitano (LOBO et al., 2017).

O presente capítulo está organizado em cinco seções. Após esta introdução, discute-se a relação entre metropolização e mobilidade humana. Na sequência a literatura sobre a relação entre migração e pendularidade é revisada, seguida de uma breve contextualização histórico-geográfica da Região Metropolitana de Belo Horizonte. As seções finais trazem os métodos empregados na parte empírica do estudo, os seus principais resultados e uma discussão sobre as suas implicações.

METROPOLIZAÇÃO E MOBILIDADE

O intenso crescimento urbano decorrente do processo de industrialização e do modelo de desenvolvimento adotado no país fugiu ao controle do Estado, que ao priorizar a ‘cidade hegemônica’, negligenciou as crescentes e prementes demandas sociais decorrentes da expansão das grandes cidades, fato que acirrou as diferenças socioespaciais. Em outras palavras, o Estado foi conivente com a anárquica ocupação do solo urbano comandada por populações desassistidas, que não tiveram acesso ao mercado imobiliário privado ou a políticas públicas habitacionais, gerando uma série de ocupações ilegais (MARICATO, 2003).

Como resposta ao intenso processo de metropolização, o Estado brasileiro resolve instituir regiões metropolitanas, reconhecendo os desafios decorrentes da crescente concentração da força de trabalho, das atividades produtivas e da renda nesses espaços, juntamente com o acirramento das desigualdades sociais e da segregação espacial. Essa institucionalização ocorreu em três momentos, tendo início nos anos 1970, como parte da política nacional de desenvolvimento urbano e industrial, no qual a consolidação das metrópoles cumpria papel estratégico. Datam desta fase a criação das nove primeiras RMs (São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém e Rio de Janeiro), que coincidiram com a área de influência imediata dos principais centros da rede urbana brasileira, tendo como finalidade a oferta de serviços comuns de interesse metropolitano. O segundo momento foi inaugurado pela Constituição Federal de 1988, que outorgou aos estados federados a competência de institucionalização de suas unidades regionais; havendo, ainda, um terceiro momento que teve início nos anos 1990, quando se inauguraram as associações supramunicipais, bem como a formação de redes nacionais e agências de vocação urbana (MOURA et al., 2011). Mais recentemente, em 2015, o Estatuto da Metrópole inaugura uma nova fase, estabelecendo um importante marco regulatório que estabelece diretrizes para a criação de RMs, bem como para o planejamento, gestão e governança interfederativa dessas RMs e Aglomerações Urbanas (AUs) (LOBO et al., 2017).

Destaque-se que o processo de institucionalização das RMs foi orientado por critérios e interesses diversos, desconsiderando o fato de que as aglomerações ou áreas metropolitanas correspondem efetivamente “à mancha de ocupação contínua ou descontínua diretamente polarizada por uma metrópole, onde se realizam as maiores intensidades de

fluxos e as maiores densidades de população e atividades, envolvendo municípios fortemente integrados ou considerando parcialmente ou inteiramente área de um único município" (OBSERVATÓRIO, 2004, p.7 e 8). Mas o grande aglomerado metropolitano envolve mais do que uma mera conurbação de municípios. Trata-se de território contíguo e articulado pela infraestrutura de transportes e comunicações, apresentando intensas interações entre os núcleos urbanos que compõem o tecido metropolitano. Essas cidades se articulam através de uma hierarquia, tendo as capitais, ou os núcleos metropolitanos, como primazias (BRITO, 2007).

Portanto, 'a metropolização não consiste, a rigor, em um fenômeno, trata-se de um processo histórico que expressa a estrutura, a forma e a dinâmica socioespacial de um território', segundo a lógica do sistema de produção (BALBIM et al., 2012, p.151). Além das diferenças socioespaciais, as regiões metropolitanas são compostas por núcleos articulados morfológica e funcionalmente, que operam de modo complementar, nas quais grandes infraestruturas urbanas operam como elemento agregador do território metropolitano, organizando os sistemas e subsistemas urbanos, organizando os fluxos que evitam a dispersão funcional (MEYER, 2000).

Registre-se que o processo de institucionalização de Regiões Metropolitanas no Brasil gerou ao longo das últimas décadas uma série de descolamentos entre os recortes espaciais adotados como referência nas estratégias programáticas dos estados brasileiros e os processos socioeconômicos inerentes às aglomerações metropolitanas. Esta dissociação foi documentada em inúmeros estudos (HOTZ (2000), MOURA, LIBARDI E BARION (2011); FIRKOWSKI (2012), FERNANDES E ARAUJO (2015), por exemplo), sendo patente a distinção entre Região Metropolitana, porção institucionalmente definida para fins de planejamento e gestão, e aglomerações metropolitanas, recortes espaciais correspondentes a um campo de forças comandado por uma metrópole.

A estrutura espacial dos aglomerados metropolitanos é fortemente influenciada pela dinâmica populacional (migração e pendularidade) e pela distribuição das atividades econômicas ao longo do tempo. Dada a natureza hierárquica e assimétrica da distribuição espacial das funções urbanas no espaço metropolitano, incluindo as oportunidades conferidas pelo mercado de trabalho, a qualidade e complexidade de serviços públicos, ações seletivas do Estado na dotação de infraestrutura econômica e programas habitacionais, bem como a oferta do mercado

imobiliário, uma série de deslocamentos intrametropolitano migratórios e pendulares se desenvolve.

Destaque-se, nesse contexto, que a mobilidade espacial de trabalhadores, a localização de empresas e, consequentemente, a oferta de emprego encontram-se relacionadas a um complexo conjunto de fatores que inclui acessibilidade, presença de amenidades, aos custos e tempo de deslocamento entre os locais de trabalho, lazer, moradia etc., além das condições ambientais, incidência criminal e oferta de serviços públicos (MIRANDA e DOMINGUES, 2010). Esses movimentos apresentam múltiplas motivações, (busca por residências, compras, lazer e cultura, atendimento médico-hospitalar, entre outros). No entanto, destacam-se os fluxos para trabalho e ou estudo por sua regularidade e volume, mas também por serem determinantes na identificação dos papéis desempenhados pelas unidades integrantes dos aglomerados metropolitanos (MOURA et al., 2013). Ressalte-se que nem todos os indivíduos apresentam as mesmas oportunidades ou propensão a se envolver em movimentos intrametropolitano, sendo esses deslocamentos espaciais controlados por forte seletividade, com destaque para a renda, gênero, idade, ocupação e nível educacional das pessoas. Esses fatores socioeconômicos distinguem e, em grande medida, determinam as condições com que cada indivíduo ou grupo social se desloca no espaço urbano (SOUZA, 2005).

A RELAÇÃO ENTRE MIGRAÇÃO X PENDULARIDADE

A literatura internacional tende a explorar as conexões entre migração e pendularidade a partir da abordagem da New Economic Geography, que centra foco nas forças centrífugas decorrentes das rendas locativas e as crescentes restrições da sustentabilidade econômica em grandes aglomerações urbanas. Central a esta discussão é a noção de deseconomias de aglomeração, cujas forças centrífugas vêm causando uma dispersão de pessoas e empresas, fato gerador de novas cidades, migração em direção a zonas rurais e intensa mobilidade nas aglomerações (Ver RENKOW e HOOVER (2000), GELAN (2002), BÜTTNER et al., (2014), THOMAS, ADAM e VERHETSEL (2017)).

São duas as teses concorrentes acerca dos fatores determinantes da dispersão das atividades econômicas e da população. A tese da reestruturação regional sustenta que as mudanças na distribuição espacial de oportunidades de emprego têm sido dominantes, enquanto a tese da

desconcentração atribui à nova configuração espacial das forças produtivas às mudanças relacionadas às preferências dos trabalhadores e consumidores (RENKOW e HOOVER, 2000). Os proponentes da reestruturação regional argumentam que mudanças radicais na organização da produção têm resultado no enfraquecimento das economias de aglomeração que historicamente sustentaram o crescimento dos grandes centros urbanos. Essas mudanças são atribuídas a aspectos variados, como mudanças na vantagem comparativa nacional da indústria de transformação para a indústria dos serviços, mudanças tecnológicas (particularmente nas tecnologias de informação), intensificação da concorrência e até mesmo o crescente domínio de corporações multinacionais. Qualquer que seja a razão pretendida, o tema unificador entre os defensores da hipótese de reestruturação regional é que as tendências na dinâmica populacional rural-urbana são fundamentalmente devidas a mudanças na distribuição da oferta de emprego (RENKOW e HOOVER, 2000).

Por sua vez, os proponentes da tese da desconcentração sugerem que os crescentes custos dos aluguéis e a escassa disponibilidade de moradia na parte central dos grandes aglomerados metropolitanos estão polarizando as alternativas das famílias: pagar muito mais do que o esperado por moradias em locais centrais ou escolher áreas residenciais nos subúrbios ou locais mais remotos, que muitas vezes carecem de acessibilidade e amenidades urbanas (BUTTNER et al., 2014). Portanto, em resposta às forças centrífugas operando nos grandes aglomerados metropolitanos, os agregados familiares se mudam para áreas rurais em torno da grande aglomeração urbana, aumentando a demanda por bens e serviços na região rural e, portanto, fazendo com que as empresas sigam as famílias. Enquanto a decisão de localização de negócios melhora as perspectivas de emprego na região rural, uma boa proporção de domicílios pode manter seus empregos na cidade e, portanto, pendular entre as duas regiões. Isso explica as tendências atuais de imigração rural e as ligações entre as regiões urbanas e rurais, com foco na relação complementar entre migração e pendularidade (GELAN, 2002).

Independentemente da maior assertividade desta ou daquela tese, a mobilidade impõe custos significativos às famílias decorrentes da distância entre os locais de trabalho e moradia. As famílias buscam nesse contexto equilibrar seus custos de vida e amenidades residenciais com o salário que podem obter no local de trabalho. Portanto, a capa-

cidade das empresas em um local para atrair trabalhadores depende, portanto, não apenas da capacidade de atrair trabalhadores migrantes de localidades longínquas, mas também de atrair pendulares de locais próximos. Juntos, migração e pendularidade representam alternativas de respostas à oferta diferenciada de emprego e salários (MONTE, REDDING e ROSSI-HANSBERG, 2018). Além das reflexões teóricas sobre a conexão entre pendularidade e migração, a literatura internacional é pródiga em relação aos estudos empíricos que buscam identificar os aspectos que controlam a seletividade de pendulares e migrantes, que passamos a destacar.

Chen (1992) partiu da hipótese de que a pendularidade de longa distância ocorre antes da migração em Taipei, e que migrantes e pendulares constituem grupos sociais distintos. Os resultados das análises econométricas indicam que o tipo de ocupação é elemento determinante na seletividade pendular, enquanto o estado civil e o nível educacional foram fatores importantes para determinar os migrantes.

Eliasson, Lindgren e Westerlund (2003) examinam como o *status* individual do mercado de trabalho e as variações espaciais nas oportunidades de emprego influenciam as decisões inter-regionais de busca por emprego e a mobilidade na Suécia. A análise econométrica mostra que a probabilidade de mobilidade inter-regional do trabalho diminui com a acessibilidade a oportunidades de emprego regional, ao passo que a acessibilidade a vagas nas regiões vizinhas aumenta significativamente a probabilidade de se adotar a pendularidade como modo de mobilidade. Além disso, os resultados empíricos indicam que experiências pretéritas de desemprego aumentam as chances de que a pendularidade e migração aconteçam. Champion, Coombes e Brown (2009) examinam se os migrantes recentes em assentamentos rurais na Inglaterra se deslocam por distâncias maiores para trabalhar do que os residentes de longo prazo desses locais, e se a distância entre os deslocamentos é diferente de acordo com o tipo de movimento e local de residência. O estudo revela que os migrantes recentes são muito mais propensos do que os residentes de longo prazo a percorrer maiores distâncias, sendo que dentre os migrantes aqueles que se mudaram de cidades maiores tendem a percorrer distâncias ainda maiores para chegar ao trabalho.

Luki (2009) assevera que a decisão dos indivíduos sobre o tipo de mobilidade espacial a ser empregada depende da influência resultante da combinação de fatores externos (principalmente socioeconômicos) e internos (características do migrante e sua família). A pendularidade pode representar um passo antes ou depois da migração definitiva,

apontando para a existência de relação de complementaridade entre esses diferentes tipos de mobilidade espacial. Examinando as evidências do mercado de trabalho de Pančevo, Sérvia, o autor demonstra que a população que já esteve envolvida em alguma forma de mobilidade prévia é mais móvel do que a parcela estacionária da população, confirmado o peso da história de mobilidade dos trabalhadores na propensão à migração e à pendularidade.

Brown et al. (2015) examinam o comportamento pendular de trabalhadores que se mudaram recentemente para ou dentro das áreas rurais da Inglaterra, focando a persistência e as mudanças nas distâncias das viagens pendulares e a sua associação com os recentes movimentos migratórios e os atributos socioeconômicos dos trabalhadores ingleses com base em um acompanhamento longitudinal dos trabalhadores. Os resultados indicam a existência de um nexo migração-pendularidade, que contribui de forma determinante para o desenvolvimento da estrutura socioespacial das regiões rurais da Inglaterra. Os resultados também indicam que os imigrantes de áreas rurais são mais propensos a envolver-se em movimentos pendulares de maior distância, sendo que aproximadamente metade dos pendulares reduzem as distâncias percorridas entre residência e trabalho após a migração. Outro resultado importante diz respeito ao fato de que as mudanças nas distâncias percorridas por pendulares são contingentes às distâncias percorridas na pendularidade antes da migração. Outro aspecto saliente diz respeito à seletividade desses movimentos, sendo que migrantes com alta renda e status ocupacional raramente experimentam alterações nas distâncias percorridas entre residência e trabalho.

Shuai (2017) investiga a interação entre pendularidade e migração no mercado de trabalho do estado da Virginia, buscando conhecer se a pendularidade pode levar à migração ao longo do tempo. O estudo demonstra que os fluxos de pendularidade têm efeito positivo e significativo sobre o fluxo de migração na mesma direção em períodos subsequentes. As razões subjacentes a essa conexão são o aumento dos custos de transporte ou a redução dos custos de migração, fato que tem importantes implicações para as políticas de desenvolvimento ou revitalização urbana, trazendo subsídios acerca de como as cidades podem desenvolver expedientes de atração de pendulares diários de modo a tornarem-se residentes permanentes, revertendo as tendências de declínio da população urbana observadas nos últimos anos.

Este breve exame da literatura internacional revela que a separação entre local de trabalho e local de moradia condiciona duas formas de mobilidade humana, pendularidade e migração, que se encontram intrinsecamente vinculadas. A pendularidade pode dar lugar à migração, da mesma forma que a migração, pode suscitar uma série de movimentos pendulares. No entanto, as circunstâncias locais dos mercados de trabalho e residencial, bem como a distribuição espacial da mão de obra influenciam a predominância desta ou daquela forma de mobilidade, bem como a sua temporalidade, distância e direção. A literatura internacional também é indicativa de que a seletividade de migrantes e pendulares é influenciada por uma série de fatores socioeconômicos (idade, nível de escolarização, ocupação, salário etc.), bem como pelas experiências prévias com a própria mobilidade (pendularidade ou migração) e desemprego.

A Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) (**Figura 1**) configura-se como a terceira mais populosa região metropolitana do Brasil, representando o centro político, econômico, cultural e demográfico do estado de Minas Gerais (TONUCCI FILHO, et al. 2015). Sua criação se deu em 1973, sendo originalmente composta por 14 municípios (Belo Horizonte, Betim, Caeté, Contagem, Ibirité, Lagoa Santa, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia e Vespasiano). Em 1989 a Constituição Estadual de Minas Gerais incorporou quatro novos municípios (Brumadinho, Esmeraldas, Igarapé e Mateus Leme) e criou o Colar Metropolitano. Em 1993, além desses municípios, Juatuba e São José da Lapa, recém-emancipados, tiveram a sua inclusão na RMBH oficializada por lei complementar. Em 1997, seis outras municipalidades foram incorporadas (Florestal, Rio Manso e os ex-distritos recém-emancipados de Confins, Mário Campos, São Joaquim de Bicas e Sarzedo). Em 2000, entraram para a RMBH os municípios de Baldim, Capim Branco, Jaboticatubas, Taquaraçu de Minas, Itaguara, Matozinhos, Nova União. O desenho atual da RMBH foi sacramentado em 2002, com a incorporação de Itatiaiuçu (PLANO METROPOLITANO, 2019).

Diniz e Mendonça (2015) produziram uma síntese da estrutura sócio-produtiva da RMBH, identificando e caracterizando os seus vetores de expansão (**Figura 2**). Segundo os autores, o processo de metropolização na Região Metropolitana de Belo Horizonte teve início nos anos 1940, com a implantação da Cidade Industrial, em Contagem. A instalação das indústrias e a geração dos novos postos de trabalho

diretos e indiretos direcionaram a expansão urbana de Belo Horizonte predominantemente na direção oeste. Essa tendência foi reforçada pela aprovação de diversos loteamentos em Belo Horizonte, Contagem e Betim, bem como pela extensão da avenida Amazonas, que passou a articular a área central de Belo Horizonte até Contagem e Betim, estendendo-se pela rodovia Fernão Dias, na direção de São Paulo.

Segundo a classificação de Diniz e Mendonça (2015), o Vetor Oeste é hoje composto pelos municípios de Contagem, Betim, Ibirité, Sarzedo e Mário Campos, quase todos de alta ou muito alta integração ao processo de metropolização. Trata-se de região onde originalmente se concentrava população operária, mas que ao longo dos últimos anos vem atraindo empregadores e profissionais de nível superior em suas áreas centrais.

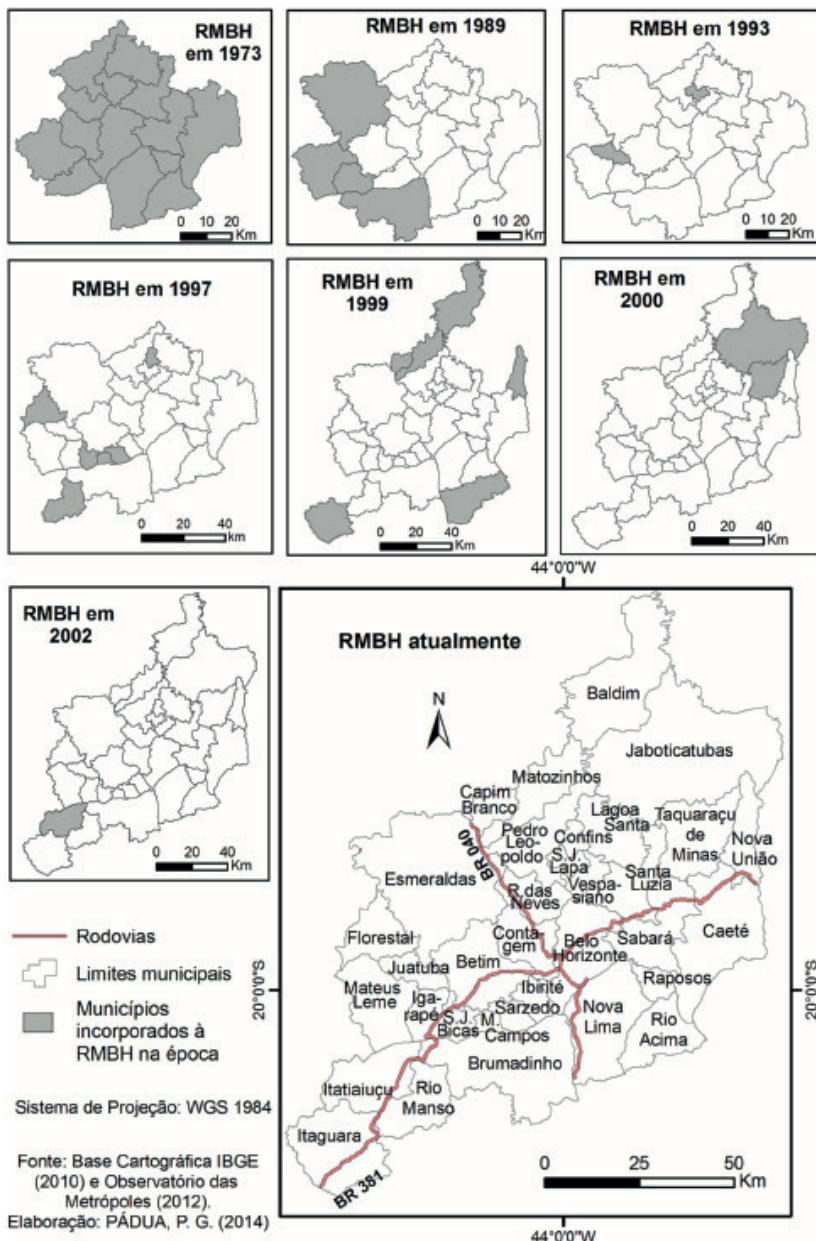
Destaque-se, ainda, que nos anos 1940 outro importante vetor de expansão se desenvolveu na porção setentrional de Belo Horizonte, a partir da instalação do complexo turístico e de lazer da Pampulha e a construção da avenida Antônio Carlos, conectando a parte central de Belo Horizonte à Lagoa da Pampulha. Esta expansão foi dinamizada nos anos 1960 com a construção de dois importantes equipamentos urbanos: o campus da Universidade Federal de Minas Gerais e o Mineirão. Influenciado por esses impulsos, observou-se nos anos 1970 um significativo crescimento populacional nos municípios localizados ao norte de Belo Horizonte, fomentado pela expansão de loteamentos populares, conjuntos habitacionais e ocupações de terra, cujo espraiamento gerou conurbação com Belo Horizonte, vertebrado pelos eixos rodoviários MG-424 e MG-010. Configura-se aqui o Vetor Norte Central, formado por Esmeraldas, Ribeirão das Neves, São José da Lapa, Vespasiano e Santa Luzia, típicos municípios-dormitório, muito bem integrados à dinâmica metropolitana e que congregam, predominantemente, trabalhadores manuais pouco qualificados.

No extremo setentrional da RMBH, o Vetor Norte se destaca por abrigar um heterogêneo grupo de municípios. De um lado, tem-se Lagoa Santa e Confins, municípios fortemente integrados à região metropolitana, que foram objeto de importante expansão imobiliária sob a forma de sítios de recreio e segundas residências e pelos investimentos produtivos e na logística de transportes, com destaque para a ampliação e modernização do Aeroporto de Confins. Em posição intermediária nos processos de integração metropolitana figuram Pedro Leopoldo, onde se destaca o setor cimenteiro, Capim Branco e Matozinhos. Por fim,

tem-se ainda Jaboticatubas e Baldim, com baixos níveis de integração metropolitana.

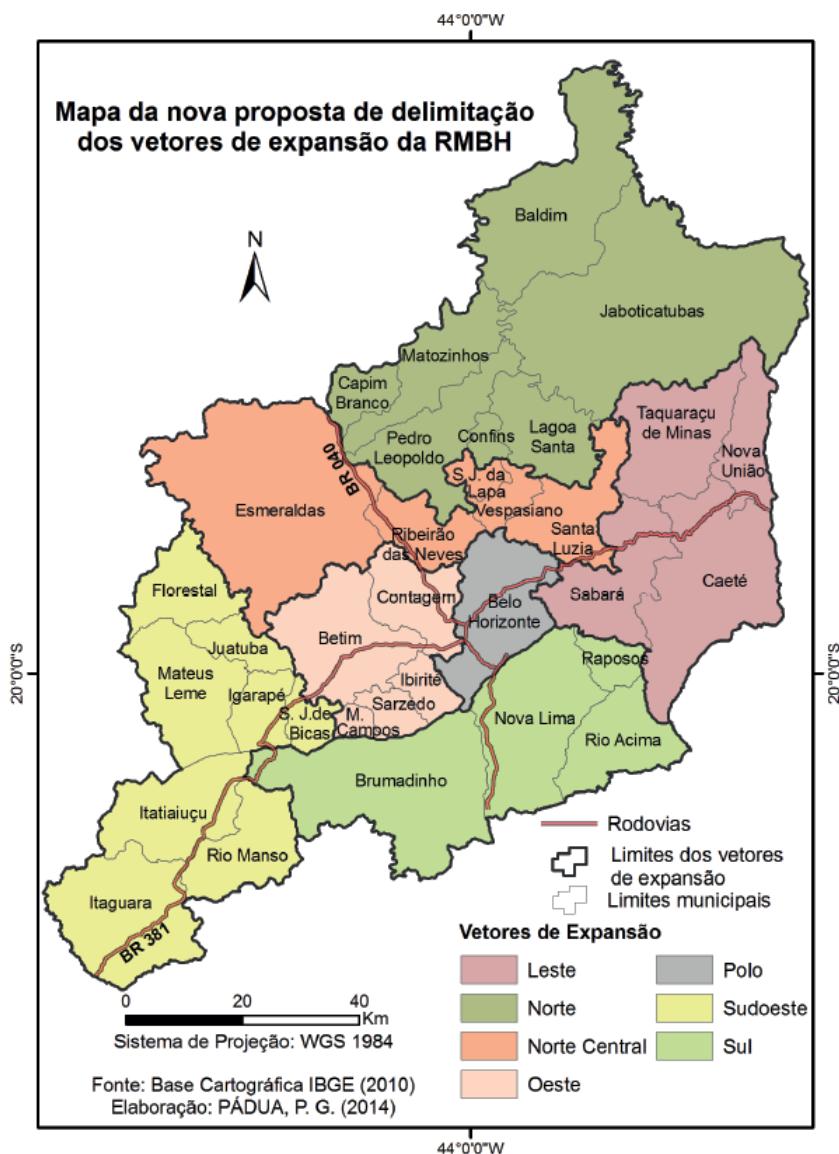
Ao longo dos anos 1990 novos vetores de expansão se articulam. Na porção Sul assiste-se a uma extensão das zonas residenciais de alta renda de Belo Horizonte, sob a forma de loteamentos fechados e de empreendimentos imobiliários complexos, especialmente em Nova Lima, mas também, em menor escala, em Brumadinho e Rio Acima, onde diversos loteamentos fechados de recreio e segunda residência estão presentes. São dois os eixos viários responsáveis pela vertebração deste vetor de expansão: a BR-040 e a MG-30, que conecta as cidades de Nova Lima, Rio Acima e Raposos. Destaque-se a forte concentração de grupos sociais hierarquicamente superiores (grandes empregadores, dirigentes públicos e privados e profissionais de nível superior) no eixo Belo Horizonte-Nova Lima. A porção oriental da RMBH é marcada pela presença da Serra do Curral, importante barreira física à expansão urbana, cujas terras estão em grande medida sob o domínio de grandes mineradoras. Destaca-se neste vetor a cidade de Sabará, que apresenta conurbação com Belo Horizonte e Caeté. Além de Sabará e Caeté, o Vetor Leste passou a ser composto, a partir de 1999 por Nova União e Taquaraçu de Minas, municípios incorporados à RMBH, mas que ainda guardam baixos níveis de integração ao processo metropolitano.

Figura 1 – Evolução territorial da RMBH



Fonte: ANDRADE, MENDONÇA E DINIZ (2015).

Figura 2 – Vetores de Expansão da RMBH Mas nos mapas da análise não constam os limites dos vetores



Fonte: ANDRADE, MENDONÇA E DINIZ (2015).

O Vetor Sudoeste se organiza sob o domínio de importantes rodovias federais (BR-381 e BR-262) e estadual (MG-050). Trata-se do vetor no qual são discerníveis processos de espraiamento industrial, com destaque para Juatuba e, em menor grau, Mateus Leme, ao longo da MG-050; e Igarapé e São Joaquim de Bicas, no eixo BR-381. Por outro lado, também compõem este vetor municípios que guardam baixíssima integração com dinâmica metropolitana, além de serem marcados por baixo dinamismo econômico: Florestal, Itatiaiuçu, Rio Manso e Itaguara.

Em resumo, em 1980, a Região Metropolitana de Belo Horizonte contava com 2.681.778 habitantes, dos quais 1.780.839 residiam na capital, ou seja, 66,41% dos residentes da região, enquanto na periferia viviam 900.939 habitantes (33,59%). Em 2010, a situação era outra, a população da periferia superou a do centro: dos 4.674.650 residentes na região metropolitana, 2.238.526 residiam na capital, ou seja, 47,89%, e 2.436.124 na periferia, 52,11% do total.

METODOLOGIA

Para o estudo da relação entre migração e pendularidade, propósito deste trabalho, utilizou-se como recorte espacial o conjunto dos 34 municípios que compõem a Região Metropolitana de Belo Horizonte, sendo Belo Horizonte denominado núcleo da região, com os demais municípios compondo a periferia metropolitana.

Os dados referentes à migração e à pendularidade foram extraídos dos microdados amostrais dos Censos demográficos de 1980 e 2010. Nesse contexto, para a migração foi adotado o conceito de migrante de última etapa, ou seja, aquele que identifica os indivíduos com menos de dez anos de residência no município em que residiam na data de referência do Censo, tendo sido identificados como pendulares os indivíduos que declararam estudar ou trabalhar em município diferente do declarado como aquele de residência. No caso de indivíduos que realizam o movimento de pendularidade por motivo de trabalho e estudo, adotou-se a prevalência do trabalho e, ainda, foram analisados apenas os casos dos pendulares com destino a Belo Horizonte, partindo de qualquer outro município da RMBH.

De forma complementar, para análise da relação entre pendularidade e migração, foram estudados os casos de migrantes que também foram considerados pendulares em um mesmo Censo. Assim, identificou-se

o município de origem desse migrante, permitindo a análise dos pendulares que são migrantes com origens em Belo Horizonte, em algum outro município da periferia metropolitana, em outro município de Minas Gerais ou de outra unidade da federação. Isso permitiu a análise da relação entre distâncias percorridas na pendularidade e as distâncias observadas nos movimentos migratórios.

Como medidas estatísticas auxiliares, foram construídos dois indicadores, que são descritos a seguir:

RAZÃO DE PENDULARIDADE

$$RP_i = \frac{MP_i}{PR_i} \cdot 100 \quad (\text{Eq. 1})$$

MP_i = Número de movimentos pendulares de residentes em i com destino a Belo Horizonte

PR_i = População residente no município i

i = Índice do município ($1 \leq i \leq 33$)

$0\% \leq RP_i \leq 100\%$ = Razão de Pendularidade do município i

A razão de pendularidade é uma medida do peso da pendularidade para um determinado município da periferia da RMBH, ou seja, indica quanto da população pendula com destino a Belo Horizonte.

PROPORÇÃO DE MIGRANTES DA DÉCADA

$$RMD_i = \frac{M_i}{(M_i + NM_i)} \cdot 100 \quad (\text{Eq. 2})$$

M_i = Pendulares do município i com destino a Belo Horizonte que são migrantes da década

NM_i = Pendulares do município i com destino a Belo Horizonte que não são migrantes da década

i = Índice do município ($1 \leq i \leq 33$)

$0\% \leq PMD_i \leq 100\%$ = Proporção de Migrantes da Década do município i

A proporção de migrantes da década é uma medida que mostra a participação da migração na pendularidade, pois identifica qual a porcentagem de pendulares com destino a Belo Horizonte são migrantes da década. Para viabilizar o estudo comparativo, adotou-se uma classificação manual dos dados nas representações cartográficas. Assim, os

resultados obtidos para os indicadores foram representados mantendo os limites de classes para os anos de 1980 e 2010, em seus respectivos indicadores. A produção cartográfica foi elaborada no software ARCGIS 10.2.

Entre 1980 e 2010, emanciparam-se na RMBH os seguintes municípios: Juatuba, de Mateus Leme; São José da Lapa, de Vespasiano; Confins, de Lagoa Santa; São Joaquim de Bicas, de Igarapé; e Mário Campos e Sarzedo, de Ibirité. (MINAS GERAIS, 1997a). Assim, os dados referentes ao primeiro período de análise estão incorporados nos respectivos municípios de origem (Minas Gerais, 1997).

RESULTADOS

Para avaliar a relação entre mobilidade pendular e migração, faz-se, inicialmente, a análise do volume de movimentos pendulares, extraídos dos Censos de 1980 e 2010 e representados cartograficamente na Figura 3. Os dados do Censo de 1980 apontam que os principais volumes de pendularidade com Belo Horizonte ocorrem a partir de municípios contíguos à capital, com destaque para Contagem, com mais de 20 mil pendulares, seguido de Ribeirão das Neves e Santa Luzia, com mais de 10 mil pendulares cada. Esses fluxos pendulares encontram-se associados ao processo de industrialização decorrentes dos incentivos promovidos pelo regime militar concentrados na Cidade Industrial, no Parque Siderúrgico de Betim e na Cidade Industrial de Santa Luzia. Esses incentivos consolidaram espaços aglomerativos de grandes estruturas industriais fordistas, desencadeando importantes movimentos intrametropolitanos (ANDRADE, MENDONÇA e DINIZ, 2015).

Este quadro sofre alterações quando são analisados os dados do Censo de 2010, pois sete municípios passam a compor a classe mais alta, com mais de 20 mil pendulares. São eles: Ibirité, Nova Lima, Contagem, Ribeirão das Neves, Vespasiano, Santa Luzia, Sabará e, ainda, Betim, o único município que não é vizinho imediato de Belo Horizonte. A partir dos dados de 2010, nota-se que a dinâmica metropolitana se intensificou ao longo das décadas, gerando uma realidade muito mais complexa. Tonucci Filho et al. (2015) fazem importante resgate da evolução econômica da RMBH ao longo dos últimos 30 anos, indicando que a região experimentou a maturação de sua base econômica minerometalomecânica, fruto da ação estatal e da forte expansão econômica ao longo dos anos 1970, seguida por um período de forte

crise econômica, explosão da dívida externa e crise fiscal do Estado, descontrole inflacionário, recessão, contenção de gastos públicos, aumento do desemprego e agravamento dos problemas sociais nos anos 1980 e 1990. Vivenciou-se ao longo desse período significativa desindustrialização, com o fechamento de plantas e a superação do modelo do Distrito Industrial, tão importante no processo de industrialização. Por sua vez, o setor da mineração no Quadrilátero Ferrífero expandiu-se em virtude do esforço exportador empreendido pelo governo. O setor terciário também teve a sua participação no emprego regional ampliada a partir da crise, mas, em grande parte, por conta do crescimento da informalidade.

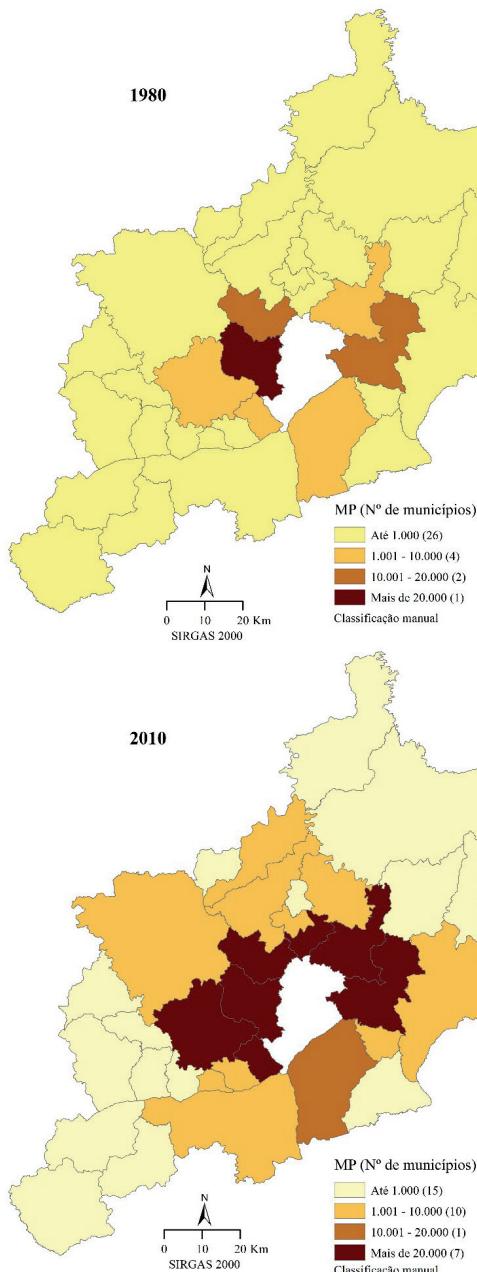
Por sua vez, os anos 2000 trouxeram a retomada de uma série de intervenções públicas e privadas. Estas tiveram significativo impacto sobre a estruturação do espaço da RMBH. Assiste-se ao crescimento do complexo minerometalomecânico, sem que houvesse a dinamização de novos setores industriais. Esse crescimento sem desenvolvimento se deu de forma concomitante à intensificação da inserção das forças produtivas da RMBH na economia global, fato que gerou a ampliação da importância das exportações do setor minerário em resposta às crescentes demandas do mercado chinês. Portanto, significativos investimentos no setor mineral ocorreram em Caeté, Raposos, Itatiaiuçu e Brumadinho. Destaque-se, ainda, a expansão das atividades da FIAT Automóveis em Betim, em resposta às crescentes demandas do mercado interno pós-2003. Também digno de nota foram as intervenções no Vetor Norte, na região do entorno do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, com promessas de criação de polos de alta tecnologia em aeronáutica, microeletrônica, semicondutores e saúde. Apesar dessas alterações, vários municípios da RMBH foram excluídos das oportunidades e dos projetos de investimentos, tais como Ribeirão das Neves, Sarzedo, Sabará, Baldim e Esmeraldas dentre outros, fato que exacerbou as desigualdades intrametropolitanas preexistentes, sobretudo quando se leva em consideração a concentração de serviços complexos e do emprego nos municípios de economia mais dinâmica (Belo Horizonte, Contagem e Betim) (TONUCCI FILHO et al., 2015).

Concomitantemente e, em certa medida, associado a essas mudanças, houve forte expansão da produção imobiliária residencial nos 2000 sob a forma predominante de moradias do tipo apartamentos – em todos os grupos sociais (MENDONÇA, COSTA e BORGES, 2015). Essa ex-

pansão concentrou-se em Belo Horizonte, Betim e Contagem (64% dos novos domicílios da RMBH nos anos 2000). Destacam-se, ainda, nessa expansão, os municípios situados nos Vetores Norte e Norte Central, bem como os novos empreendimentos imobiliários (parcelamentos do solo para fins habitacionais), especialmente nos vetores de expansão Sul e Norte.

Em virtude dessas mudanças estruturais, os dados do Censo de 2010 apontam que os municípios de onde se originam os movimentos pendulares mais expressivos são Contagem e Betim, inseridos no eixo industrial; os municípios-dormitório de Ribeirão das Neves, Vespasiano e Santa Luzia, no Vetor Norte-Central; Sabará, no Vetor Leste; e Nova Lima e Ibirité, no Vetor Sul.

Figura 3: Número de pendulares dos municípios da Periferia Metropolitana para de Belo Horizonte, 2010



Fonte: Censo Demográfico 2010 (dados da amostra)

A intensificação dos fluxos pendulares foi acompanhada pela expansão populacional no período avaliado. O número de residentes na periferia metropolitana, que era de 900.939 em 1980, passou para 2.508.819 em 2010. Portanto, visando controlar os efeitos desse crescimento populacional, calculou-se o indicador Razão de Pendularidade (RP), que permite avaliar o peso da pendularidade frente à população residente no município. A Tabela 1 apresenta os municípios com Razão de Pendularidade maior que 10% nos dois períodos estudados.

Note-se que, em 1980, dos residentes em Sabará e Ribeirão das Neves – 20,5% e 20,3%, respectivamente – deslocam-se até a Belo Horizonte por motivo de estudo e/ou trabalho. Contagem, Santa Luzia e Ibirité apresentaram Razão de Pendularidade um pouco acima de 10% (Tabela 1).

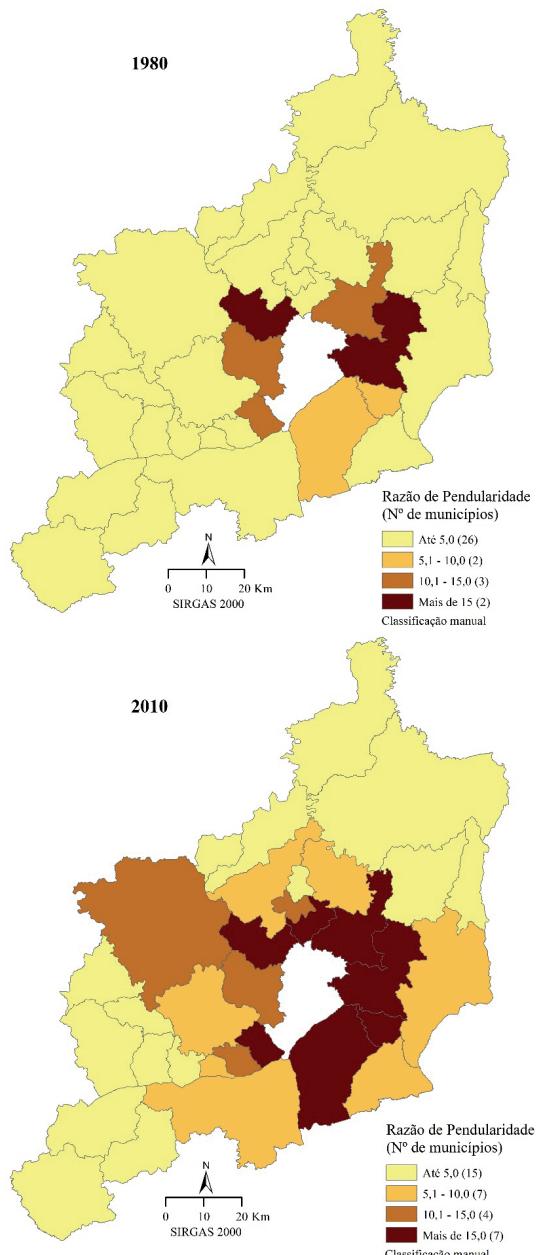
TABELA 1: Municípios da RMBH com Razão de Pendularidade maior que 10% em 1980 e 2010

	RP (1980) %	RP (2010) %	
Sabará	20,5	28,5	Sabará
Ribeirão das Neves	20,3	25,8	Ribeirão das Neves
Contagem	12,0	22,4	Santa Luzia
Santa Luzia	11,1	22,3	Vespasiano
Ibirité	11,0	22,3	Ibirité
		16,6	Nova Lima
		16,5	Raposos
		14,7	Contagem
		14,4	São José da Lapa
		11,6	Sarzedo
		10,1	Esmeraldas
RMBH	RP	9,1	RP
	Média	4,5	Média
	Mediana	2,1	Mediana

Fonte: Censos Demográficos de 1980 e 2010 (dados da amostra)

Em 2010, Sabará e Ribeirão das Neves continuam sendo os municípios com maior razão de pendularidade; aliás, todos os municípios identificados no primeiro período tiveram a Razão de Pendularidade ampliada no segundo período de estudo, sendo que Santa Luzia e Ibirité tiveram a participação de pendulares dobrada (**Tabela 1**). O município de Betim, que aparece entre os de maiores volumes de pendularidade em 2010, apresenta RP igual a 7,5%, pouco abaixo da média da região, ou seja, a pendularidade não é tão significativa para Betim quanto é para outros com menores volumes. Os indicadores dos demais municípios estão representados na **Figura 4**.

FIGURA 4: Razão de Pendularidade (RP) dos municípios da Periferia Metropolitana para Belo Horizonte, 2010



Fonte: Censos Demográficos de 1980 e 2010 (dados da amostra)

Agrupando os dados de todos os municípios da periferia metropolitana, foi obtida uma RP de 9,1% para 1980 e 15,2% para 2010, ou seja, 15,2% dos residentes nos municípios da periferia da RMBH realizaram movimentos pendulares com destino a Belo Horizonte no segundo período de estudo. A RP média dos municípios da RMBH aumentou de 4,5% para 9,0% e, ainda, metade dos municípios apresentavam RP maior ou igual a 2,1% em 1980, e maior ou igual a 6,3% em 2010.

Assim, os resultados apontam para um aumento da mobilidade pendular, tanto em valores absolutos, quanto relativos. Trata-se de uma clara evidência da intensificação do processo de metropolização, resultante da ação de um conjunto de atores, em especial do Estado, e de processos históricos destacados nesta seção.

Para avaliar a relação entre pendularidade e migração, foi calculada a Proporção de Migrantes da Década (PMD), que identifica a participação da migração na pendularidade. A **Tabela 2** apresenta as dez maiores PMD, PMD média, PMD mediana, PMD máxima e a PMD geral, essa última obtida com o somatório dos dados de todos os municípios que compõem a periferia metropolitana. Assim, 63,7% dos pendulares dos municípios da periferia da RMBH com destino a Belo Horizonte também foram identificados como migrantes, de acordo com os dados de 1980, e esta proporção cai para 27,5% em 2010.

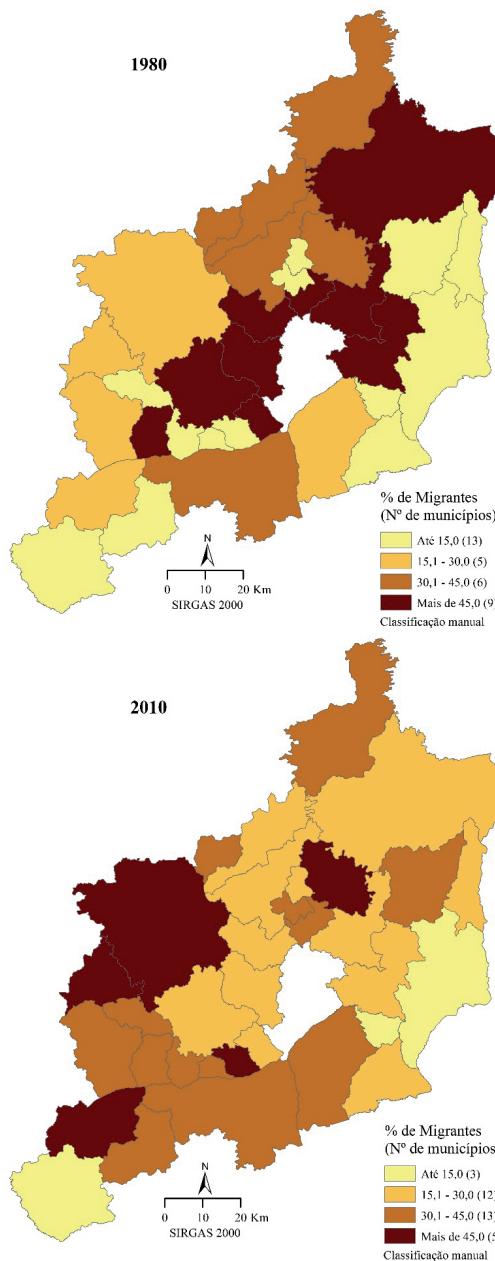
TABELA 2: Proporção de Migrantes dos municípios da periferia da RMBH (10 maiores) nas décadas 1980 e 2010

Município	PMD (1980)	Município	PMD (2010)
Ribeirão das Neves	90,8	Sarzedo	51,3
Igarapé	75,8	Itatiaiuçu	50,9
Santa Luzia	72,4	Esmeraldas	49,1
Ibirité	70,7	Lagoa Santa	47,4
Betim	67,6	Florestal	46,4
Contagem	65,0	Capim Branco	44,4
Vespasiano	59,7	São Joaquim de Bicas	42,2
Jaboticatubas	57,1	Brumadinho	41,8
Sabará	48,1	Igarapé	39,0
Matozinhos	44,4	Mateus Leme	38,9
RMBH	PMD 63,7	RMBH	PMD 27,5
	Média 37,5		Média 32,1
	Mediana 32,9		Mediana 34,0
	Máximo 90,8		Máximo 51,3

Fonte: Censos Demográficos de 1980 e 2010 (dados da amostra).

É notável a variação observada para o município de Ribeirão das Neves que, em 1980, apresentava 90,8% dos pendulares também considerados migrantes, mas esta proporção cai para 29,1% em 2010. Fato semelhante é observado para outros municípios, como Igarapé, Santa Luzia, Ibirité e Betim. Essa mudança significativa na proporção de migrantes pendulares está relacionada a dois fatores importantes: a redução dos fluxos migratórios na direção dos municípios da RMBH e o crescimento vegetativo das populações municipais metropolitanas, que fizeram com que o peso dos migrantes no seu conjunto diminuisse ao longo do tempo.

FIGURA 5: Percentual de Migrantes das Décadas (MD) 1980 e 2010 na Mobilidade Pendular dos municípios da Periferia Metropolitana para Belo Horizonte



Fonte: Censo Demográfico 2010 (dados da amostra)

A **Figura 5** mostra que as maiores Proporções de Migrantes da Década, em 1980, são, principalmente, de municípios contíguos a Belo Horizonte, mas esse quadro se inverte no período de 2010. Dentre as dez maiores PMD para 1980, seis municípios são vizinhos imediatos de Belo Horizonte. São eles: Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Ibirité, Contagem, Vespasiano e Sabará; mas, em 2010, dos limítrofes com BH, apenas Brumadinho se destaca. Trata-se de outra importante evidência da extensão do processo de metropolização na RMBH.

Em relação ao número de migrantes da década que pendulam com destino a Belo Horizonte, o quadro se mantém estável nos dois períodos, ou seja, os maiores números pertencem, em sua maioria, aos municípios vizinhos de Belo Horizonte, o que se justifica, em parte, por esses também serem os mais populosos da RMBH (**Figura 6**). Betim, município que não é contíguo a Belo Horizonte, possui a segunda maior população da periferia metropolitana e teve como importante atrativo nos anos finais da década de 1970 a implantação da FIAT Automóveis.

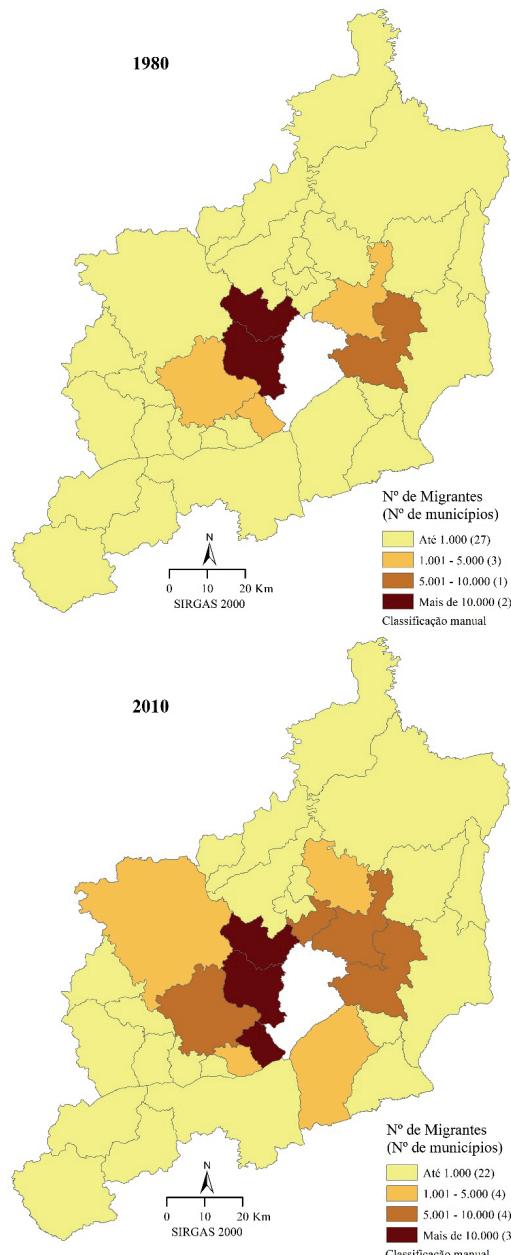
A **Tabela 3** apresenta dados sobre a origem do migrante da década que realiza movimentos pendulares entre a periferia metropolitana e Belo Horizonte, que contribuem para a discussão sobre a disposição do migrante à pendularidade. A primeira coluna apresenta o número de migrantes residentes no município que se dirigem a Belo Horizonte por motivo de estudo e/ou trabalho e a segunda coluna a proporção de migrantes que estão envolvidos nessa pendularidade. Assim, como exemplo, dos migrantes com destino a Contagem na década de 2010, 11.715 emigraram de Belo Horizonte e trabalham e/ou estudam na capital, o que é equivalente a 52% desses migrantes. Assim, dos emigrantes de Belo Horizonte com destino a algum município da periferia metropolitana na década de 1980, 63% ainda mantiveram laços com a capital, pois realizavam movimentos pendulares para estudar e/ou trabalhar em Belo Horizonte. Este número é reduzido para 55,3%, apesar de o volume apontar crescimento, passando de 32.998, em 1980, para 58.036 emigrantes, em 2010.

Na década de 1980, 16 municípios apresentavam mais de 50% de migrantes oriundos de BH realizando movimentos pendulares com a capital, mas o número de municípios com este perfil sobe para 27 na década de 2010. Trata-se de importante evidência para a contraditória mobilidade capitaneada pela metrópole Belo Horizonte, que repele população residente, por meio da migração, mantendo boa parte

desses antigos moradores na condição de pendulares, graças à força gravitacional associada aos seus empregos e equipamentos de ensino. Por detrás deste intrigante paradoxo residem alguns processos dignos de nota: Belo Horizonte é um município que conta com um relativamente pequeno território, integralmente classificado com urbano, que não apresenta grandes vazios ou áreas disponíveis para expansão imobiliária. Consequentemente, a cidade tem passado, nos limites impostos pela legislação municipal, por um intenso processo de verticalização, conjugado com forte apreciação do valor da terra e a expulsão de população de baixa renda, que não tem condições de se manter na cidade.

No entorno de Belo Horizonte, como já enfatizado anteriormente nesta seção, assistiu-se a expansão da oferta de novas unidades domiciliares nas principais cidades-dormitório da RMBH, com participação importante do programa “Minha Casa Minha Vida”. Entretanto, o emprego formal encontra-se fortemente concentrado em Belo Horizonte (mais de 70% do emprego formal da RMBH – Ver TONUCCI FILHO et al., 2015). Além disso, Belo Horizonte conta com vasta diversidade de equipamentos de ensino, público e privado, nos diversos níveis, fato que exerce forte influência na população dos demais municípios metropolitanos.

FIGURA 6: Número de Migrantes das Décadas (MD) 1980 e 2010 na Mobilidade Pendular dos municípios da Periferia Metropolitana para Belo Horizonte



Fonte: Censos Demográficos de 1980 e 2010 (dados da amostra)

Tabela 3 – Origem da migração da década na mobiliidade pendular de Belo Horizonte para os municípios da periferia metropolitana de Belo Horizonte

Município	Belo Horizonte				Periferia				Minas Gerais				Demais UFs			
	1980		2010		1980		2010		1980		2010		1980		2010	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Baldim	2	16,7	47	100	0	0	0	0	10	83,3	0	0	0	0	0	0
Betim	795	49,1	2.935	37,3	260	16	2.332	29,6	464	28,6	1.825	23,2	101	6,2	785	10
Brumadinho	160	74,4	701	78,7	4	1,9	77	8,6	33	15,3	64	7,2	18	8,4	49	5,5
Caeté	15	29,4	125	57,3	5	9,8	25	11,5	31	60,8	42	19,3	0	0	26	11,9
Capim Branco	8	80	71	64	0	0	10	9	2	20	10	9	0	0	20	18
Cofins	50	74,6			15	22,4			0	0					2	3
Contagem	13.989	64,1	11.715	52	818	3,8	2.495	11,1	5.916	27,1	5.505	24,4	1.085	5	2.825	12,5
Esmeraldas	8	25	1.619	54	4	12,5	829	27,7	20	62,5	305	10,2	0	0	244	8,1
Florestal	11	78,6	41	48,2	0	0	26	30,6	3	21,4	7	8,2	0	0	11	12,9
Ibitiré	1.583	50,9	5.230	50,3	440	14,2	1.880	18,1	948	30,5	2.239	21,5	137	4,4	1041	10
Igarapé	109	66,9	152	53,5	26	16	54	19	28	17,2	63	22,2	0	0	15	5,3
Itaguara		2	28,6		0	0			5	71,4			0	0		

Município	Belo Horizonte				Periferia				Minas Gerais				Demais UFs			
	1980		2010		1980		2010		1980		2010		1980		2010	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Itatiaiuçu	3	100	9	33,3	0	0	11	40,7	0	0	7	25,9	0	0	0	0
Jaboticatubas	8	100	129	67,9	0	0	19	10	0	0	24	12,6	0	0	18	9,5
Juatuba	146	56,4			76	29,3			24	9,3			13	5		
Lagoa Santa	78	50,3	1.562	72,8	9	5,8	202	9,4	35	22,6	157	7,3	33	21,3	226	10,5
Mário Campos	249	51,1			123	25,3			71	14,6			44	9		
Mateus Leme	52	61,9	239	83,9	7	8,3	40	14	17	20,2	6	21	8	9,5	0	0
Matinhos	28	24,1	175	57,9	16	13,8	62	20,5	46	39,7	31	10,3	26	22,4	34	11,3
Nova Lima	354	61	3.422	77	40	6,9	197	44	135	23,3	354	8	51	8,8	473	10,6
Nova União	2	20	26	61,9	0	0	13	31	8	80	3	7,1	0	0	0	0
Pedro Leopoldo	115	52,8	366	52,9	59	27,1	105	15,2	36	16,5	161	23,3	8	3,7	60	8,7
Raposos	40	36,4	40	23,1	10	9,1	59	34,1	55	50	53	30,6	5	4,5	21	12,1
Ribeirão das Neves	8.192	66,1	12.543	56,4	485	3,9	3.088	13,9	3.204	25,8	4.096	18,4	517	4,2	2501	11,3
Rio Acima	3	15	24	19	0	0	45	35,7	14	70	30	23,8	3	15	27	21,4

Município	Belo Horizonte				Periferia				Minas Gerais				Demais UFs			
	1980 Nº	1980 %	2010 Nº	2010 %	1980 Nº	1980 %	2010 Nº	2010 %	1980 Nº	1980 %	2010 Nº	2010 %	1980 Nº	1980 %	2010 Nº	2010 %
Rio Manso	30	88,2			4	11,8			0	0			0	0	0	0
Sabará	4.043	63,9	4.773	63,5	216	3,4	611	8,1	1.837	29	1.364	18,2	228	3,6	763	10,2
Santa Luzia	3.119	64,5	5.434	57,6	256	5,3	1.450	15,4	1.287	26,6	1.665	17,7	170	3,5	880	9,3
São Joaquim de Bicas			182	67,9			33	12,3			53	19,8			0	0
São José da Lapa	576	58,2			244	24,6			107	10,8			63	6,4		
Sarzedo	859	56			488	31,8			135	8,8			52	3,4		
Taquaracu de Minas	38	80,9			3	6,4			6	12,8			0	0		
Vespaíano	281	54,2	4.526	54,6	56	10,8	1.398	16,9	150	29	1.420	17,1	31	6	944	11,4
Total	32998	63	58036	55,3	2711	5,2	16014	15,2	14279	27,2	19832	18,9	2421	4,6	11137	10,6

Fonte: Censo Demográfico 2010 (dados da amostra)

A Tabela 3 traz vasta riqueza de informações, com destaque para os dados na segunda coluna, que evidenciam a crescente importância dos migrantes oriundos de Belo Horizonte no conjunto de pendulares aqui enfocados. Note-se que esta expansão se deu em termos absolutos em quase todos os municípios quando comparados os dados de 1980 e 2010. Destacam-se, nesse processo, Betim, Ibirité, Nova Lima, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia e Vespasiano. A única nota dissonante é Contagem, que apesar de manter números expressivos de expatriados de Belo Horizonte em suas hordas de pendulares, experimentou uma redução no volume global, quando se compara os dados de 1980 e 2010. Note-se ainda que em outros municípios, o percentual de migrantes oriundos da capital que pendulam para ela mais que dobraram: Esmeraldas, Caeté, Matozinhos e Nova União, sinalizando novos espaços atraentes na região. Ademais, em termos relativos outros diminuíram: Betim, Contagem, Ribeirão das Neves e Santa Luzia.

Os indivíduos que migraram de algum município da periferia metropolitana para outro município dessa periferia parecem menos dispostos à pendularidade com Belo Horizonte, tendo em vista que 5,2% desses migrantes, no primeiro período, e 15,2%, no segundo, eram pendulares. Números semelhantes são observados para migrantes de outras unidades da federação. Por outro lado, os migrantes pendulam para outros municípios da própria periferia, com destaque em termos absolutos para Ribeirão das Neves, Contagem e Betim, e relativamente para Betim e outros municípios mais periféricos geograficamente (Itatiaiuçu, Rio Acima, Raposos e Sarzedo, por exemplo).

Alguns municípios da periferia metropolitana que receberam migrantes de outros municípios do estado de Minas Gerais apresentavam proporções acima de 50% na década de 1980. São eles: Baldim, Caeté, Esmeraldas, Nova União, Raposos e Rio Acima, e, na década de 2010, apenas Itaguara. Mas, em valores absolutos, destacam-se os municípios de Contagem, Ibirité, Betim e Ribeirão das Neves. Porém, em termos absolutos, destacam-se em 1980 Contagem, Ribeirão das Neves, Sabará e Santa Luzia, mas, já em 2010, Contagem e Ribeirão das Neves continuam em destaque, mas Ibirité e Betim recebem mais dos municípios do estado.

Para se entender esses números deve-se levar em consideração que um dos aspectos mais salientes das transformações socioeconômicas em curso na RMBH tem sido a diminuição da participação de Belo Horizonte no crescimento populacional da RM, fato que reduziu de

forma expressiva a participação da população de Belo Horizonte no total da RMBH. Belo Horizonte apresenta redução do seu ritmo de crescimento desde 1960, ao passo que os demais municípios da RMBH mantiveram o crescimento elevado até 1970, quando também passaram a experimentar redução, porém em um ritmo menor do que no núcleo metropolitano. Atualmente, a taxa geométrica de crescimento de Belo Horizonte é inferior a 1% ao ano, ao passo que os demais municípios da RMBH apresentam taxas de crescimento que são praticamente o dobro daquelas observadas na capital. O Censo de 2010 revelou que a população do conjunto dos demais municípios metropolitanos da RM superou a população de Belo Horizonte, fato associado ao crescimento diferencial do centro e da periferia metropolitana, causado, especialmente, por trocas migratórias líquidas negativas com os demais municípios metropolitanos, com destaque para aqueles vinculados aos Vetores Oeste (eixo industrial) e Norte Central. Tais processos estão diretamente associados à evolução do mercado imobiliário em Belo Horizonte, marcado por substantiva valorização, o que acabou por expulsar segmentos de média e baixa renda para regiões periféricas (FERNANDES e CANETTIERI, 2015).

Outro aspecto importante a ser considerado nesta análise são os níveis de integração dos municípios da RMBH à dinâmica metropolitana. Diniz e Andrade (2015) indicam que, ao longo dos anos 2000, houve significativa intensificação desse processo. Os autores encontraram distintos níveis de integração, revelando que o número de municípios classificados nos níveis inferiores de integração diminuiu substantivamente, com o consequente incremento no número de municípios nos níveis intermediários e superiores. Um dos elementos que controla a intensidade das interações intrametropolitanas é a distância do polo metropolitano (Belo Horizonte), havendo um decaimento do nível de integração na direção das porções mais externas da RM. A intensidade das interações metropolitanas é mais saliente no Vetor Oeste, onde se destacam Contagem e Betim, bem como em parte do Vetor Norte Central, onde se notabiliza o município dormitório Ribeirão das Neves. O estudo aponta, ainda, a existência de um arco de municípios com forte integração metropolitana envelopando o município de Belo Horizonte, com destaque para os municípios Ibirité, Nova Lima, Sabará, Santa Luzia e Vespasiano. Note-se que são exatamente estes os municípios que contam com a maior proporção de emigrantes de Belo Horizonte envolvidos nos movimentos pendulares.

CONCLUSÕES

Este estudo contribui com a literatura sobre metropolização e mobilidade, ao explorar de forma explícita e combinada um aspecto pouco trabalhado: a conexão entre migração e pendularidade. A Região Metropolitana de Belo Horizonte vem apresentando ao longo das últimas décadas uma importante redução nos ritmos de crescimento do município polo, com concomitante ampliação das taxas de crescimento populacional nos municípios mais periféricos e uma intensificação da mobilidade pendular.

As evidências indicam que a pendularidade metropolitana direcionada a Belo Horizonte se intensificou entre 1980 e 2010, sem, no entanto, apresentar uma profunda reestruturação em relação ao conjunto dos seus municípios de origem. Ao longo deste período, os municípios contíguos à capital foram os que forneceram o maior número de pendulares, com destaque para o protagonismo de Contagem, Ribeirão das Neves e Santa Luzia ao longo de todo o período. Note-se, ainda, a crescente importância de Ibirité, Nova Lima, Vespasiano, Sabará e, ainda, Betim, o único município não lindeiro a Belo Horizonte a contar com número expressivo de pendulares.

A dimensão dos movimentos pendulares relativa ao tamanho das populações de origem dos municípios metropolitanos foi mensurada pela razão de pendularidade, que indica serem significativas as proporções dos residentes de Sabará e Ribeirão das Neves, Contagem, Santa Luzia e Ibirité a se envolverem em movimentos pendulares ao longo do período analisado.

Apesar da expansão no número global de pendulares, merece relevo a expressiva redução na proporção de migrantes residentes dos municípios metropolitanos que pendularam em direção a Belo Horizonte entre 1980 e 2010, fruto da redução dos fluxos migratórios na direção dos municípios da RMBH e o crescimento vegetativo das populações municipais metropolitanas, que fizeram com que o peso dos migrantes no seu conjunto diminuisse ao longo do tempo.

Mas um dos resultados mais contundentes deste estudo está vinculado à notável proporção de emigrantes de Belo Horizonte destinada à periferia metropolitana que realizou movimentos pendulares para estudar e/ou trabalhar em Belo Horizonte. Em que pese esta proporção ter sofrido uma pequena redução entre 1980 e 2010 ela permaneceu

significativa, sendo indicativa da intensidade dos processos de metropolização em curso na RMBH.

Por detrás dessas trocas espaciais residem macroprocessos associados à reestruturação espacial das forças produtivas, conjugada com a ação do mercado imobiliário e a oferta assimétrica de imóveis residenciais. Neste sentido, dentre as duas as teses concorrentes acerca dos determinantes da dispersão das atividades econômicas e da população, as evidências associadas à RMBH são suporte à tese da desconcentração, calcada na ideia de que os crescentes custos dos aluguéis e a escassa disponibilidade de moradia na parte central dos grandes aglomerados metropolitanos resultam na expulsão de mão de obra na direção das periferias (BUTTNER et al., 2014).

No contexto da RMBH, o município de Belo Horizonte, dada a sua reduzida área, seu forte índice de verticalização e o tamanho do seu mercado de trabalho vivenciou ao longo das últimas décadas forte apreciação do seu mercado imobiliário. Como desdobramento desses imperativos de mercado, assistiu-se ao longo dos últimos anos à uma oferta de imóveis voltados para as camadas economicamente menos favorecidas nos municípios periféricos da RMBH, processo consonante com a tese da “metropolização da pobreza” (BRITO, 2007). Esta metropolização da pobreza, por sua vez, está fortemente vinculada à integração metropolitana (Diniz e Andrade, 2015), sendo os fluxos migratórios e o contra fluxos pendulares controlados pela distância da cidade de Belo Horizonte. Em outras palavras, a concomitância entre a emigração e a mobilidade pendular se faz mais intensa nos municípios vizinhos a Belo Horizonte, diminuindo progressivamente com a distância.

REFERÊNCIAS

- ACCIOLY, Vera Mamede; NOGUEIRA, Cleiton Marinho Lima. Mobilidade e Metropolização: o caso da Região Metropolitana de Fortaleza. *Revista Geográfica de América Central*, v. 2, p. 1-15, 2011.
- BALBIM, R. N.; Becker, M. F.; Costa, M. A.; Matteo, M. (2012). Desafios contemporâneos na gestão das regiões metropolitanas. *Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD*, (120), 149-176.
- BRITO, F. *Urbanização, metropolização e mobilidade espacial da população: um breve ensaio além dos números*. Centro de Planejamento e Desenvolvimento Regional-Brasília-Brasil, 2007.

- BRITO, F; SOUZA, J. de. Expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. *São Paulo em Perspectiva*, 2005, v. 19, n. 4, p. 48-63.
- BRITO, F; SOUZA, R. *Migração e mobilidade na expansão da região metropolitana de Belo Horizonte: o caso de Nova Lima*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2005b.
- BROWN, D. L.; CHAMPION, T.; COOMBES, M.; WYMER, C. The Migration-commuting nexus in rural England. A longitudinal analysis. *Journal of Rural Studies*, v. 41, p. 118-128, 2015.
- BÜTTNER, B.; ZHAO, J.; THIERSTEIN, A.; WULFHORST, G.; FÖRSTER, A; STERZER, L. When growth stresses development. Interdependencies between housing, employment and mobility in the Munich metropolitan region. In: RSAI-NECTAR, 2014.
- CHAMPION, Tony; COOMBES, Mike; BROWN, David L. Migration and longer-distance commuting in rural England. *Regional studies*, v.43, n.10, p.1245-1259, 2009.
- CHEN, Chaonan. Extended commuting and migration in the Taipei metropolitan area. *Journal of Population studies*, n. 15, p. 161-83, 1992.
- COMINI, L., NOGUEIRA, M., LOBO, C. e Garcia, R. A. Dispersão espacial da população na Região de influência de Belo Horizonte - análise dos municípios de pequeno porte. *Anais do XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, realizado em São Pedro/SP – Brasil, de 24 a 28 de novembro de 2014.
- DELGADO, P. DESCHAMPS, M. MOURA, R. E CINTRA, A. Mobility In Brazilian Metropolitan Regions: Migration And Commuting Processes. In: *City and movement: mobilities and interactions in urban development* / editors: Renato Balbim, Cleandro Krause, Clárisse Cunha Linke. Brasília : Ipea : ITDP, 2016. p. 215-237.
- DINIZ, Alexandre Magno Alves, and Luciana Teixeira de ANDRADE. Metropolização e hierarquização das relações entre os municípios da RMBH. In: ANDRADE, L.T; MENDONÇA, J.G; DINIZ, A.M.A *Belo Horizonte: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- DINIZ, A. M. A.; MENDONÇA, J. G. Nota metodológica: configuração dos vetores de expansão da RMBH ANDRADE, LT; MENDONÇA, J.G; DINIZ, A.M.A. *Belo Horizonte: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- ELIASSON, K.; LINDGREN, U.; WESTERLUND, O. Geographical labour mobility: migration or commuting?. *Regional Studies*, v. 37, n. 8, 2003, p. 827-837.,
- FERNANDES, A. S. A.; ARAÚJO, S. M V. G.. *A criação de municípios e a formalização de regiões metropolitanas: os desafios da coordenação federativa*. 2015.
- FERNANDES, D; CANETTIERI, T. A Região Metropolitana de Belo Horizonte e a transição demográfica brasileira. In: ANDRADE, L.T; MENDONÇA, J.G; DINIZ, A. M.A. *Belo Horizonte: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro: Letra Capital (2015).
- FIRKOWSKI, O. L C. F. Porque as regiões metropolitanas no Brasil são regiões mas não são metropolitanas. *Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD*, n. 122, 2012, p. 19-38.

- GELAN, A. Commuting, migration, and rural development. ESRC Regional & Urban Science Annual Conference, University of Strathclyde, 2002. Disponível em <https://mpra.ub.uni-muenchen.de/1903/>. Acesso em: 22 fev. 2019.
- GROSTEIN, M. D. Metrópole e expansão urbana: a persistência de processos insustentáveis". *São Paulo em Perspectiva*, v. 15, n. 1, p. 13-19, 2001.
- HOTZ, E. F. A organização metropolitana pós-constituição de 1988. *São Paulo em Perspectiva*, v. 14, n. 4, p. 91-98, 2000.
- LOBO, C.; GARCIA, R. A.; PINTO, G. Mobilidade e dispersão espacial da população: evidências com base na mobilidade pendular metropolitana. *Blucher Social Sciences Proceedings*, v.2, n.2, p. 16-28, 2015.
- LOBO, C.; CARDOSO, L.; DE ALMEIDA, I. L.; GARCIA, R. A. Mobilidade pendular e a integração metropolitana: uma proposta metodológica para municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG-2010. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 34, n.2, p.321-339, 2017.
- LUKIĆ, V. Correlation between commuting and migration in daily urban system of Pančevo (Vojvodina, Serbia). *Geographica Pannonica*, v. 13, n. 1, p. 17-21, 2009.
- MARICATO, E. O urbanismo na periferia do capitalismo: desenvolvimento da desigualdade e contravenção sistemática. *O novo Brasil urbano: impasses, dilemas, perspectivas*. Porto Alegre: Mercado Aberto, p. 261-287, 1995.
- MARICATO, E. *Metrópole na periferia do capitalismo*. 1996. Monografia. Disponível em <https://bdpi.usp.br/item/000949899>. Acesso em: 12 fev. 2019.
- MARICATO, E. Metrópole, legislação e desigualdade. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 48, p. 151-166, 2003.
- MENDONÇA, J.G; DE MOURA COSTA, H. S.; BORGES, M. R. Organização social do território e formas de provisão de moradia na RMBH. ANDRADE, L.T.; MENDONÇA, J.G.; DINIZ, A.M.A. *Belo Horizonte: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- MEYER, R. M. P. Atributos da metrópole moderna. *São Paulo em Perspectiva*, v. 14, n. 4, p. 3-9, 2000.
- MINAS GERAIS. Instituto de Geociências Aplicadas – IGA; Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG. *As denominações urbanas de Minas Gerais: cidades e vilas mineiras com estudo toponímico e da categoria administrativa*. 2 ed. rev. ampl. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1997a. 230 p.
- MIRANDA, R. A.; DOMINGUES, E P. Commuting to work and residential choices in the metropolitan area of Belo Horizonte, Brazil. *Urban Public Economics Review*, n. 12, 2010.
- MONTE, F; REDDING, S. J.; ROSSI-HANSBERG, E. Commuting, migration, and local employment elasticities. *American Economic Review*, v. 108, n. 12, p. 3855-90, 2018.
- MOURA, R., BRANCO, C., GOMES, M. L.; FIRKOWSKI, O. L. C. Movimento pendular e perspectivas de pesquisas em aglomerados urbanos. *São Paulo em Perspectiva*, v.19, n.4, p.121-133, 2005.

MOURA, R.; LIBARDI, D.; BARION, M. I. Institucionalização de regiões metropolitanas: qual o sentido?. *Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD*, n. 111, p. 129-143, 2011.

MOURA, R.; DELGADO, P.; COSTA, M. A. Movimento Pendular e Políticas Públicas: Algumas possibilidades inspiradas numa tipologia dos municípios brasileiros. In: BOUERI, R.; COSTA, M. A. (Ed.). *Brasil em desenvolvimento 2013: estado, planejamento e políticas públicas*. Brasília:

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2013. cap. 22, p. 665-696. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_brasil_desenvolvimento2013_vol03.pdf>.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. *Identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias: relatório da atividade 1*. S.I., 2004. Projeto Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil. Contrato Ministério das Cidades, FASE. Trabalho realizado por IPPUR, FASE, IPARDES.

Disponível em: <http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/produtos/produto_mc_1.pdf>

PINHO, B. A. T. D. e BRITO, F. *Fluxos migratórios intrametropolitanos: o caso da região metropolitana de Belo Horizonte, 1970-2010*. Texto para discussão, 472. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2013.

PLANO METROPOLITANO – MACROZONEAMENTO DA RMBH. Breve Histórico da Gestão Metropolitana da RMBH. Disponível em: <http://www.rmbh.org.br/mzrmbh/pt-br/content/rmbh.htm>. Acesso em: 22 abr. 2019.

RAMALHO, H. M. B.; BRITO, D. J. M.. Migração intrametropolitana e mobilidade pendular: evidências para a região metropolitana do Recife. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 46, n. 4, p. 823-877, 2016.

RENKOW, M.; HOOVER, D. Commuting, migration, and rural urban population dynamics. *Journal of Regional Science*, v. 40, n. 2, p. 261-287, 2000.

RIBEIRO, L. C. Q. *A metrópole: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. 2004. Monografia. Disponível em https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/39685444/A-METROPOLE-entre-a-coesao-e-a-fragmentacao-a-cooperacao-e-o-conflito.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1552575803&Signature=kudDA-6ZKtwTiFguQqlwfC0nFY7w%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DA_METROPOLE_entre_a_coesao_e_a_fragmenta.pdf. Acesso em: 23 fev. 2019.

RIBEIRO, L. C. Q.; DA SILVA, E. T.; RODRIGUES, J. M. Metrópoles brasileiras: diversificação, concentração e dispersão. *Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD*, n. 120, p. 177-207, 2012.

SHUAI, X. Does commuting lead to migration?. *The Journal of Regional Analysis & Policy*, v. 42, n. 3, p. 237, 2012.

SOARES, M. R. M. *Migração intrametropolitana e movimentos pendulares na Região Metropolitana de Belo Horizonte: o caso do município de Contagem-1991/2000*.

Dissertação de Metrado. CEDEPLAR, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, 2006.

SOUZA, M. T. R. Mobilidade e acessibilidade no espaço urbano. *Sociedade & Natureza*, v. 17, n. 33, 2005.

SOUZA, R. GV; BRITO, F. A. *A expansão urbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte e suas implicações para a redistribuição espacial da população: o caso do município de Nova Lima–1991/2000*. Trabalho apresentado no XV Encontro de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu - MG - Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006

THOMAS, I.; ADAM, A.; VERHETSEL, A. Migration and commuting interactions fields: A new geography with community detection algorithm?. *Belgeo. Revue belge de géographie*, n. 4, 2017.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura et al. Estrutura produtiva e mercado de trabalho na Região Metropolitana de Belo Horizonte: formação histórica e perspectivas contemporâneas. In: ANDRADE, L.T.; MENDONÇA, J.G.; DINIZ, A.M.A. *Belo Horizonte: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015

DESCENTRALIZAÇÃO URBANA, MOBILIDADE RESIDENCIAL E MOVIMENTO PENDULAR NA METRÓPOLE BELO-HORIZONTINA¹

Leandro Cardoso²

Guilherme de Castro Leiva³

Jupira Gomes de Mendonça⁴

Daniela Antunes Lessa⁵

INTRODUÇÃO

O espaço urbano é resultado da combinação de inúmeros atores/fatores que, em um processo dialético, dinâmico e contínuo, contribuem para a ocorrência e manutenção de processos de (des)(re)construção espacial. Especialmente nas grandes cidades de países periféricos, como decorrência dessas interações, que não excluem disputas em busca de privilégios na apropriação das terras urbanas, aliadas a debilidades em políticas e ações de planejamento e gestão urbanos, a organização do espaço citadino, não raro, é pautada na emergência de padrões desiguais de desenvolvimento, ou seja, de desequilíbrio espacial das suas diferentes territorialidades.

Tal realidade, por sua vez, acarreta iniquidades no consumo do espaço urbano e no acesso às oportunidades (trabalho, estudo etc.), disponíveis na cidade, pelas distintas classes econômicas. Em outros termos, os estratos populacionais que residem em (ou nas proximidades de) áreas dotadas de maior dinamismo econômico, serviços e equipa-

1 Os autores agradecem o apoio do CNPq e da FAPEMIG na realização das pesquisas que deram origem a este texto.

2 Professor Associado na Escola de Engenharia da UFMG.

3 Professor – Ensino Básico Técnico e Tecnológico do CEFET-MG

4 Professora Titular na Escola de Arquitetura da UFMG; Pesquisadora do CNPq e do Observatório das Metrópoles.

5 Professora Assistente na Escola de Minas da UFOP.

mentos urbanos, têm maior facilidade de acesso, inclusive espacial, às oportunidades em tela. Já as parcelas que ocupam periferias menos autônomas e, por conseguinte, mais dependentes de centralidades mais dinâmicas, em geral dependem de sistemas de transporte de natureza pendular, mesmo em escala intra-urbana, para a realização de algumas dentre as suas principais atividades e demandas cotidianas.

O controle dos recursos urbanos, que Harvey definiu como *renda real*, está, pois, “em função da acessibilidade e proximidade da localização” (HARVEY, 1979, p. 67 – tradução livre). Assim, pode ser observada a ocorrência de processos de (re)distribuição espacial urbana da população, motivada por ações dos agentes imobiliários, em consonância com alterações socioeconômicas dos indivíduos, pela atração por outra vizinhança, em função de fatores sociais e físico-ambientais (MAGALHÃES e RIOS-NETO, 2004), e, principalmente, pela mobilidade residencial de trabalhadores, como estratégia para alcançarem melhores níveis de acessibilidade às atividades geradoras de emprego (FREEDMAN e KERN, 1997). Essas atividades, por seu turno, também tendem a se redistribuir/desconcentrar espacialmente, notadamente em razão do avanço de deseconomias de aglomeração, o que contribui para a emergência de novos comportamentos nos deslocamentos intraurbanos, culminando em maior proximidade entre origens e destinos, sobretudo em viagens motivadas pelo trabalho.

Essa tendência pode ser reforçada, caso processos de desconcentração de atividades no território urbano e/ou metropolitano redundem na formação/consolidação de novas centralidades ou subcentros urbanos, definidos por Correa (1995) como uma miniatura do núcleo principal, ou seja, apesar de hierárquica e dinamicamente inferiores ao centro “original”, apresentam uma diversidade de comércios e serviços que se complementam e contemplam inúmeras demandas locais. Assim, em um contexto de policentralidade, a conformação de novos núcleos secundários, os quais se tornam mais atrativos para a realização de atividades diárias, tem o potencial de promover significativas alterações nos padrões de viagens. De acordo com Schwanwn et al. (2001) e McMillen (2004), formas urbanas mais eficientes contribuem para a diminuição do tempo e da distância dos movimentos pendulares, justamente em razão da redução da necessidade da realização de viagens radiais, tônica de cidades mononucleares.

Importa ressaltar que as relações entre descentralização urbana e eventuais mudanças nos padrões de viagens não acontecem, necessariamente, de maneira direta e previsível, conforme apontam Aguilera

e Mignot (2004). Nesse sentido, a heterogeneidade e a natureza dos centros secundários podem resultar, por exemplo, na sua dispersão no espaço da cidade e na sua menor atratividade, além da ocorrência de problemas no provimento de infraestrutura de transportes, tornando mais difícil o acesso de populações residentes em centros ainda menos expressivos, gerando o que Cervero (1996) denomina *policentralidade negativa*.

A cidade de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, afigura-se como exemplo esclarecedor das situações ora discutidas, uma vez que vem experimentando, no decorrer das duas últimas décadas, processos de desconcentração populacional e de atividades. Conforme aponta Cardoso (2007), tal fenômeno tem sido ocasionado principalmente pela ocorrência e agravamento de desequilíbrios nas áreas centrais da capital mineira, reveladas, dentre outras, por sucessivas elevações nos custos locacionais e pela limitada amplitude espacial para a instalação de indústrias/empresas, além de sucessivos inflacionamentos no mercado da habitação. Ademais, esse processo também foi estimulado por ações do Poder Público no âmbito político-legislativo, a partir da flexibilização do uso do solo na Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo, promulgada em 1996, na qual houve ampliação do uso não residencial em todo o território belo-horizontino (Belo Horizonte, 1996), com repercuções especialmente nas suas periferias, que passaram a ter maior possibilidade de se tornarem mais dinâmicas e autônomas em relação ao core da cidade.⁶

Embora Belo Horizonte ainda não apresente sinais de uma policentralidade mais consistente, os subcentros vêm se tornando cada vez mais relevantes no dia a dia da capital. Analisando dados das Pesquisas Origem e Destino⁷ de 1992 e 2002, Guimarães et al. (2005) observaram a ocorrência da dispersão de postos de trabalho no período analisado, o que demonstra uma redução da importância das áreas centrais da cidade no tocante à atratividade laboral. Investigando o mesmo período temporal, Cardoso (2007) atestou também uma melhora relativa das condições de acessibilidade ao local de trabalho nas periferias de Belo Horizonte, fornecendo indícios de que as viagens motivadas pelo trabalho estariam ficando mais curtas, tendo em conta

6 Para mais detalhes sobre o processo de descentralização de atividades não residenciais em Belo Horizonte, ver Monteiro (2008).

7 Na RMBH, as pesquisas OD são realizadas decenalmente, tendo a primeira sido realizada em 1972, sendo repetida nos anos de 1982, 1992, 2002 e 2012.

a redução no tempo médio das viagens, em termos comparativos, nos anos analisados. Ao mesmo tempo, outros trabalhos vêm mostrando a permanente saída de residentes, particularmente da população trabalhadora, das áreas mais centrais de Belo Horizonte e dos municípios imediatamente vizinhos para espaços ainda mais periféricos da Região Metropolitana (RMBH), processo que permanece, ainda que em menor intensidade (MENDONÇA, 2002; MENDONÇA e MARINHO, 2015; VIANA CERQUEIRA, 2018b).

Diante do exposto, e assumindo a premissa da continuidade dos processos de dispersão espacial ao longo do tempo na capital mineira, este artigo tem como objetivo identificar e analisar os efeitos da mobilidade residencial, entendida como mudança de residência no território intraurbano, sobre a mobilidade pendular intramunicipal em Belo Horizonte entre 2002 e 2012. Para tanto, serão analisados dados das Pesquisas Origem e Destino de 2002 e 2012 (MINAS GERAIS, 2012).

A partir de uma breve reflexão a respeito dos sentidos da mobilidade residencial e da mobilidade pendular, é apresentada a metodologia de trabalho e, em seguida, os dados e a análise de seus resultados. Buscou-se identificar a existência (ou tendência) de novas centralidades, bem como a relação entre o processo de descentralização de atividades não residenciais na metrópole e a melhoria nas condições de deslocamento das populações que mudaram de residência na década de 2000. A análise teve como referência o quadro mais amplo da RMBH. Contudo, dada a importância do processo de descentralização no município polo – Belo Horizonte –, o exame mais apurado dos resultados teve como foco este município.

MOBILIDADE RESIDENCIAL E MOBILIDADE PENDULAR: NOVAS RELAÇÕES E TENDÊNCIAS

A mobilidade residencial apresenta-se como um fenômeno demográfico dinâmico, com significativo potencial de influência em processos de reestruturação urbana, uma vez que a (re)distribuição espacial das famílias está associada a transformações na infraestrutura, nas formas e dimensões do tecido urbano e nos padrões de pendularidade, impactando diretamente os fluxos diários dos cidadãos (especialmente dos trabalhadores), que podem ser compostos por deslocamentos de amplitudes espaciais transescalares, afetando sobremaneira o comportamento da mobilidade pendular.

A esse respeito, importa ressaltar que mobilidade residencial e mobilidade pendular apresentam importantes distinções conceituais que, na literatura, não são alvos de controvérsias. De acordo com Mendonça (2002), a mobilidade residencial está relacionada à realização de fluxos intraurbanos ou intrametropolitano, havendo, necessariamente, mudança de local de moradia. De modo diverso, a mobilidade (ou movimento) pendular diz respeito aos deslocamentos com previsão de retorno ao ponto de partida, não pressupondo a mudança de residência, estando relacionada aos aspectos ligados essencialmente a alterações econômicas e ao mercado de trabalho (BASSAND e BRULHARDT, 1983⁸ apud MENDONÇA, 2002).

Em termos práticos, entretanto, mobilidade residencial e mobilidade pendular apresentam forte correlação, pois, como afirmam Axisa et al. (2012), é possível perceber associações entre as escolhas individuais de (re)alocação residencial e a localização do trabalho, ou seja, as condições de acessibilidade aos postos de trabalho também influenciam na decisão sobre o local de moradia. “Uma vez que o uso do solo e desenvolvimento afetam a demanda por transportes, a infraestrutura de transporte afeta o uso do solo, assim como mecanismos de mobilidade induzem o desenvolvimento (...)” (CAMPOS, 2013, p. 9).

É bem verdade que a mobilidade residencial intraurbana é resultado de iniciativas públicas e privadas, individuais ou coletivas, também em busca de áreas com maior oferta de equipamentos e serviços públicos, como alternativa à violência urbana, sobretudo pela procura de espacialidades menos suscetíveis ao avanço da criminalidade, além de amenidades, associadas à disponibilidade de atributos ambientais que beneficiem o lazer, a sociabilidade e a saúde, conforme sinalizam Abramo e Faria (1998) e Miranda e Domingues (2010).

Ademais, tais rearranjos espaciais que, em parte, têm como motivações os anseios físico-ambientais mencionados, também podem estar vinculados à dinâmica do mercado habitacional, com o provimento de novas e diferentes oportunidades de moradia para as distintas categorias econômicas. Destaca-se que há uma grande variedade e complexidade no tocante às possibilidades de produção de novos espaços que favorecem a redistribuição espacial das residências. Desse modo, serão

⁸ BASSAND, M.; BRULHARDT, M.C.(1983) La mobilité spatiale: un processus social fondamental. In: *Espace, populations, sociétés*. p. 49-54. Doi: 10.3406/espos.1983.902

aqui mencionados apenas dois dos processos mais recorrentes, antagonicos e, coincidentemente, mais sensíveis à mobilidade pendular.

O primeiro, e mais tradicional deles, é revelado pela produção de unidades habitacionais via emergência de programas sociais, nesse caso, voltados para estratos menos abastados da população, pressupondo, em última instância, a ocorrência de processos de segregação involuntária, como apontado por Villaça (2001). Com efeito, trabalhadores residentes em comunidades periféricas, distantes dos núcleos mais desenvolvidos economicamente de uma cidade, poderão se deparar com sistemas de transporte, geralmente de natureza pendular, que representam desafios à sua inserção (e mesmo à sua manutenção) no mercado laboral. Nesse sentido, as variáveis distância, tempo de viagem e custos relativos ao transporte significam obstáculos à acessibilidade ao trabalho, bem como a outras atividades urbanas. Com efeito, conforme apontam Cardoso e Matos:

(...) num contexto de pobreza, tônica dos países periféricos, a parca incidência de modos alternativos de transporte que independam de financiamento, como o próprio caminhar, além de problemas relacionados à limitada integração física e tarifária entre os diversos modos coletivos componentes dos sistemas de transporte (os quais são responsáveis pela maioria dos deslocamentos intraurbanos), resultam num processo de discriminação geográfica, uma vez que os indivíduos de menos posses têm dificultadas suas oportunidades de trabalho, estudo, consumo e lazer, justamente por não conseguirem alcançar pontos diversos da cidade pagando uma única passagem (2007, p. 6).

Convém considerar que, de acordo com Tagore e Sikdar (1995), a acessibilidade consiste na combinação da localização dos destinos a serem alcançados e as características do sistema de transporte que interliga os locais de origem e destino, devendo-se considerar ainda a localização e as características da população em questão, a distribuição geográfica e a intensidade das atividades econômicas. De forma complementar, Raia Jr. (2000) atesta que a acessibilidade possibilita o acesso dos indivíduos aos pontos de emprego, educação, lazer e equipamentos públicos, tanto em função do uso do solo como em razão das características do sistema de transportes. Nesse sentido, a acessibilidade tende a ser maior entre destinos mais próximos, culminando em um processo que Hanson (1995) denomina como acessibilidade de lugar, que se refere também à facilidade com que determinados locais podem ser alcançados, o que reforça a lógica de que uma infraestrutura de transportes ineficiente pode contribuir para inviabilizar o processo

de integração de alguns grupos na sociedade. Nessas condições, paradoxalmente, transporte pode ser sinônimo de muralha, que segregá, não de ponte, que preconiza inserção social, econômica e espacial de indivíduos no contexto dos grandes centros urbanos.

De forma diametralmente oposta, observa-se um segundo processo, especialmente no decorrer das últimas duas décadas, qual seja, a formação de novas periferias urbanas que acentua e demarca territorialmente as desigualdades socioespaciais nas principais metrópoles brasileiras. Tratam-se dos loteamentos fechados, denominados por Caldeira (2000) como uma modalidade de enclave fortificado (embora a autora utilize o termo para caracterizar também uma gama mais ampla de espaços separados do entorno por muros e demais aparatos – inclusive tecnológicos – de segurança, a exemplo de shopping centers e prédios de apartamentos), e por Viana Cerqueira (2015) como fortificações residenciais. Esses espaços se afiguram como empreendimentos geralmente periféricos do ponto de vista espacial – por vezes, situados em municípios metropolitanos de menor porte, comparativamente ao core –, mas centrais sob a ótica social, uma vez que representam novas possibilidades de residência para as classes dotadas de maiores níveis de renda, as quais estão plenamente conectadas com a cidade, ainda que, por vezes, distantes das suas principais centralidades. De todo modo, elas têm, justamente em função da alta renda, o potencial de acessar as oportunidades e consumir os espaços citadinos/metropolitanos, mesmo sendo necessária a realização de movimentos pendulares, apoiados no uso do transporte individual motorizado. Como destacam Lobo et al. (2017), esse processo se refere a um movimento eminentemente residencial, porém sem alteração no local de trabalho. Nesse aspecto, a mobilidade residencial, na qualidade de segregação voluntária, como apontado por Villaça (2001), também se apresenta como uma expressão espacial da mobilidade social, conforme sinalizado por Simmons (1968).

Não obstante a relevância, o peso relativo e o grau de influência dos inúmeros fatores listados no tocante às decisões associadas ao local de moradia,⁹ Ramalho e Brito (2015, p. 824) afirmam que “a estrutura espacial de grandes aglomerados urbanos está associada à dinâmica populacional e à distribuição das atividades econômicas ao longo do tem-

⁹ Para uma revisão extensiva sobre os aspectos que determinam a maior ou menor permanência em um domicílio, com foco específico no caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), ver Magalhães (2002).

po”. Assim, maior descompasso entre as localizações dos espaços de produção (do capital) e os de reprodução (da força de trabalho, sendo a residência um *lócus* privilegiado da sua manutenção) ou, de maneira simplificada, quanto maior a distância entre a localização de oportunidades de trabalho e os locais de assentamento da população, maior será a necessidade de investimentos em infraestruturas de transporte e circulação que viabilizem conexões entre origens e destinos desejados/demandados, notadamente para o atendimento de fluxos motivados pelo trabalho, ocasionando, como já mencionado, impactos nos custos e tempo relativos aos deslocamentos. Por outro lado, como atestam Magalhães e Rios-Neto (2004, p. 140), “o consumo de transporte no trajeto residência-trabalho constitui um dos principais elementos das teorias microeconômicas sobre localização residencial”.

Nesse contexto, tendo em conta a prevalência de padrões de urbanização extensiva, gerando a consolidação de aglomerados metropolitanos no país, sobretudo a partir de meados do século XX, conforme aponta Barbosa (2016), residentes em periferias dispersas das grandes cidades brasileiras – não coincidentes com a localização das atividades produtivas – tiveram também na acessibilidade ao trabalho e aos demais serviços urbanos uma pauta de reivindicações e lutas, reconhecendo no transporte, enquanto meio de consumo coletivo, um instrumento para pleitear a conquista do direito à cidade.

Contudo, a busca por maior acessibilidade, pela proximidade espacial, vem se constituindo como uma ferramenta de inclusão no cotidiano das metrópoles. Conforme alerta Viana Cerqueira (2018a), as periferias urbanas brasileiras estão se transformando em espaços moldados pela mobilidade. De modo mais específico, segundo a autora, diante dos obstáculos impostos aos deslocamentos das populações de baixa renda para acessar as áreas centrais de maior densidade, decorre daí um “efeito de compensação”. Observa-se, então, uma reconfiguração dos deslocamentos efetuados por esses moradores que

(...) tornam-se “cativos” das periferias, construindo um modelo de dependência local decorrente das restrições de mobilidade encontradas nos espaços mencionados. Essa camada da população, quando não privilegia deslocamentos na escala local, é submetida ao percurso de longas distâncias para deslocar-se até as áreas centrais de maior densidade” (Viana Cerqueira, 2018a, p. 38).

Assim, as áreas centrais vêm perdendo importância em termos de atratividade dos deslocamentos cotidianos, considerando a emergência de subcentros localizados nas periferias urbanas, tanto as que abri-

gam classes de alta renda, como apontado por Mendonça et al. (2004), como as ocupadas pelas camadas menos abastadas, incluindo aquelas contempladas com empreendimentos imobiliários destinados à moradia desses estratos (VIANA CERQUEIRA, 2015). Botechia (2001) afirma que a nova circulação dos fluxos, ao alterar a influência do centro “antigo”, desconstrói a lógica hierárquica da cidade tradicional, dependente da existência de um centro estável e permanente. Corrêa (1995) complementa as ideias de Lefebvre (2008), ao considerar que a cidade capitalista é o palco de uma série de processos sociais, entre eles a acumulação de capital e a reprodução social, sendo estes os elementos que viabilizam, ao longo do tempo, a criação de funções e formas espaciais, que não são excludentes entre si, podendo ocorrer simultaneamente na mesma cidade.

Há que se salientar que investimentos em sistemas de mobilidade pendular podem contribuir para a estruturação de espaços urbanos periféricos mais dinâmicos e autônomos, os quais podem configurar-se como centralidades, à medida que agregam densidades e usos diversificados. Nesse sentido, Zhong et al. (2014), tomando os deslocamentos da população como uma *proxy* para a dinâmica e interação espacial, identifica alguns elementos, definidos como essenciais da estrutura espacial urbana: os *hubs*, definidos como áreas que conectam os espaços por onde os estoques urbanos são transferidos, atuando dentro da estrutura urbana como pontes espaciais entre os diferentes bairros; o centro, definido pelos autores como a área mais relevante, onde se acumulam os estoques urbanos; e as centralidades, referentes aos limites socioeconômicos gerados por localizações determinadas com base na concentração de viagens.

No caso brasileiro, cite-se o exemplo da cidade de Curitiba, reconhecida por congregar, de modo sistêmico, planejamento urbano, de transportes e de circulação, gerando um desenvolvimento urbano balizado na triade uso do solo, sistema viário e transporte coletivo. A experiência da capital paranaense, ainda que de forma desconectada do restante da região metropolitana, inaugurou no país, ainda nos anos 1970, a aplicação prática do conceito que viria a ser conhecido, na década de 1990, como Desenvolvimento Urbano Orientado ao Transporte Público e Não Motorizado – TOD. A sigla, decorrente do inglês Transit Oriented Development, pressupõe a formulação de políticas públicas que preconizam a requalificação do espaço urbano, priorizando o transporte público e os não motorizados, em detrimento dos

automóveis, determinando ainda o uso misto do solo, que resulte em cidades mais compactas, adensadas e bem conectadas (BRASIL, 2007).

De acordo com Rochefort (1998), a cidade é constituída pelo conjunto de centros necessários para suprir as demandas das atividades econômicas e da população. Para esse mesmo autor, a diferença entre os centros acarreta as formas de interdependência entre estes, resultando na passagem da noção de centro para a noção de rede de centros. Tal perspectiva corrobora as proposições de Haesbaert (2004), que reflete sobre o conceito de desterritorialização e, por conseguinte, defende a formação de multiterritorialidade e territórios-rede, que seriam modelados em função dos fluxos realizados no espaço urbano. Dessa forma, comumente, a produção espacial estaria fortemente associada aos sistemas de mobilidade, pois, ao viabilizar deslocamentos para diferentes espacialidades urbanas, nestas seriam produzidas novas formas de uso e apropriação do espaço.

Cabe destacar que o incentivo à formação e consolidação de centralidades, orientado por investimentos em sistemas/redes de transporte, pautado também no desestímulo a zoneamentos especializados, de modo a propiciar maior distribuição de atividades produtivas no espaço urbano, integra diretrizes do Ministério das Cidades para a elaboração e revisão de planos diretores municipais (BRASIL, 2004). De maneira análoga, algumas das recomendações do governo federal para a formulação de planos de mobilidade urbana tiveram o intuito de fortalecer os núcleos secundários, trazendo repercussões positivas para a economia local, além de reduzir a necessidade do uso de modalidades motorizadas de transporte individual, sendo uma das principais estratégias para o alcance desta finalidade a formulação de políticas apoiadas nos princípios do TOD (BRASIL, 2007).

Convém ressaltar que, ainda que a adoção de ações estatais de estímulo às centralidades, a partir de decisões político-legislativas, esteja resultando em experiências exitosas, mesmo que pontualmente, deve-se considerar a existência de processos de formação de subcentros urbanos com significativo potencial endógeno de crescimento, como alternativa à histórica relação de dependência entre centro e periferia, precarizada pela (tradicional) ineficiência de sistemas de transporte e circulação.

A instalação de condomínios fechados, enquanto espaços elitizados não somente de moradia, mas também de consumo, se afigura como um exemplo que ilustra a formação de centralidades de forma relativamente independente de investimentos vultosos em sistemas de

transporte. Tal prática, já relatada anteriormente, ao induzir a atração de novas atividades, especialmente terciárias, no interior e no entorno dos enclaves fortificados, tende a beneficiar tanto os seus residentes quanto moradores adjacentes de baixa renda. Mendes (2015), ao analisar o caso da (re)construção de uma “nova periferia” na Região Metropolitana de Belém, idealizada como a “Nova Belém”, atesta que essas classes também consomem em lojas especializadas e de certo nível de renda, localizadas nas proximidades dos condomínios, devido à popularização de formas de abertura do crédito. Salcedo e Torres (2004), ao analisarem o caso de Santiago, observaram a ocorrência de uma situação congênere na capital chilena, havendo ainda a estruturação de novas articulações viárias e de transporte em nível local, o que reforça a coesão interna dos novos subcentros.

Outro processo relativamente recorrente possibilita a formação de núcleos secundários em áreas eminentemente ocupadas por populações de renda mais baixa. Trata-se da instalação de estabelecimentos comerciais que oferecem produtos e serviços, majoritariamente, sem nenhuma (ou pouca) especialização e consumo imediato (integrante do circuito inferior), embora serviços especializados também possam ser ofertados, porém adaptados à realidade, inclusive financeira, local. Nesse cenário, que reforça as proposições de Rougé (2005)¹⁰ apud Viana Cerqueira (2018a), que entende que as classes mais pobres tendem a aproveitar e consumir oportunidades mais próximas do domicílio. Atividades comumente voltadas para públicos de maior renda, como academias de ginástica e salões de beleza, por exemplo, também são instaladas nas periferias, com menores níveis de sofisticação e com instalações mais simples, o que repercute nos preços finais dos serviços prestados, tornando-os mais acessíveis para os potenciais consumidores. Serpa et al. (2017), ao investigarem o comportamento de centralidades periféricas de comércio e serviços nos municípios de Salvador e Vitória da Conquista, observaram a formação e a manutenção de uma dinâmica interna nessas espacialidades, bem como a presença de relações dessas com outras áreas das cidades em questão.

Por fim, independentemente das motivações que dão origem a novos núcleos secundários, a sua identificação e, consequentemente, seus diferentes níveis de influência no comportamento dos núcleos princi-

¹⁰ ROUGÉ, L. «Les «captifs» du périurbain. Voyage chez les ménages modestes installés en lointaine périphérie». In: CAPRON, G.; GUETAT, H. e CORTES, G. *Liens et lieux de la mobilité*. Paris, Belin, 2005.

pais, e, ainda, a compreensão das interações e suas condicionantes, são fundamentais para subsidiar a formulação de políticas públicas concernentes ao planejamento urbano e ao planejamento de transportes. Assim, a análise desse fenômeno torna-se importante, pois a consolidação de novas centralidades, que se afigurem como territorialidades menos dependentes, contraditórias e antagônicas, comparativamente aos centros tradicionais, é condição *sine qua non* para o provimento de serviços públicos, especialmente infraestruturas de moradia, circulação e transportes coletivos, que poderão trazer, dentre outros aspectos, impacto positivo à rede viária, ao consumo de energia, ao gasto de tempo e recursos financeiros com transporte.

ANÁLISE E QUALIFICAÇÃO DOS FLUXOS DE VIAGEM DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

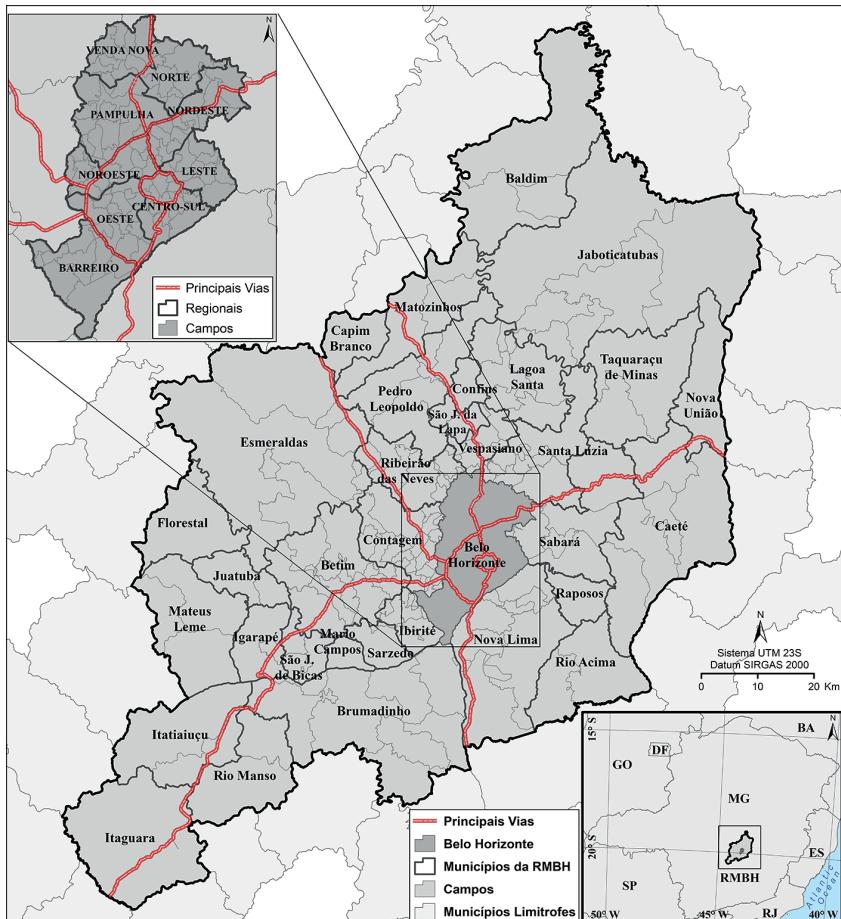
O estudo dos aspectos relativos à centralização e descentralização das atividades na metrópole foi feita a partir de uma análise sistematizada dos dados das duas últimas pesquisas Origem e Destino (OD), realizadas nos anos de 2002 e 2012 na RMBH. Tais pesquisas representam uma importante base de dados sobre mobilidade, porquanto apresentam informações socioeconômicas e demográficas da população pesquisada, além de dados sobre o comportamento de viagens.

Por intermédio dos dados de mobilidade averiguou-se a maior ou menor atração de viagens nas unidades espaciais denominadas Campos. No sistema de unidades espaciais da pesquisa OD/RMBH, os Campos conformam o primeiro nível de agregação das áreas homogêneas, as quais congregam um conjunto de setores censitários (menor unidade espacial considerada nos Censos Demográficos), representando o menor nível de desagregação espacial da pesquisa (MINAS GERAIS, 2003). No território metropolitano, o Campo é considerado o recorte espacial que melhor revela o cotidiano e, conceitualmente, se aproxima do que se espera de um bairro ideal para fins analíticos, uma vez que a identidade dos seus residentes é mantida. Em outras palavras, a delimitação dos campos se aproxima dos limites territoriais dos bairros, especialmente no caso belo-horizontino (Figura 1).

No presente trabalho, optou-se em analisar as viagens realizadas na RMBH nos anos de 2002 e 2012, sendo a atração de viagens, nesse sentido, uma proxy do potencial de articulação da unidade com seu entorno. As áreas que conseguem atrair grande fluxo de viagens, em

especial casa-trabalho, são áreas privilegiadas no tecido urbano e integradoras entre as diferentes atividades. Portanto, ao avaliar diferenças no potencial de atração nos diferentes períodos, pode-se aferir sobre mudanças no comportamento delas e no padrão de viagens, indicando consolidação ou surgimento de novas centralidades, bem como manutenção ou perda de potencial de articulação de outras.

FIGURA 1: Campos na RMBH e em Belo Horizonte (por Regionais Administrativas) e os principais corredores viários



Fonte: PRODABEL.

A segunda análise visa a identificar a relação entre (des)centralização, mobilidade residencial e qualidade da mobilidade urbana. A hipótese é que as mudanças de importância relativa das unidades espaciais

são acompanhadas por mudanças residenciais e de estrutura urbana, dentre elas a melhoria das condições dos deslocamentos. A variável ora utilizada foi o tempo de viagem casa-trabalho. Foram observados os tempos de viagem no destino (lugar de moradia atual) dos indivíduos que mudaram de residência durante a década e identificou-se a eventual melhoria relativa deste tempo em relação aos tempos de viagem observados nas respectivas unidades espaciais de origem (residência anterior).

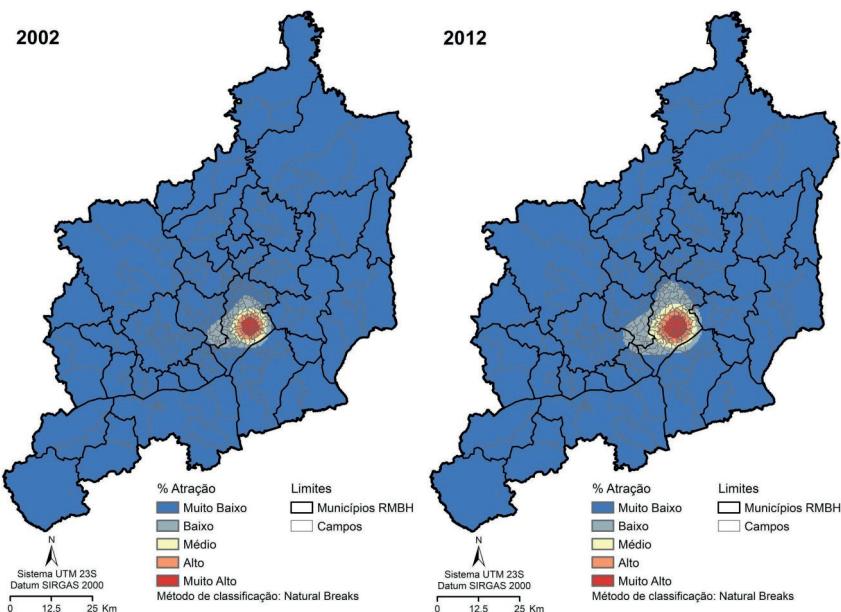
A melhoria do tempo de viagem indica uma correlação entre mobilidade residencial e mobilidade urbana, tendo como pano de fundo a melhoria das condições ambientais e socioeconômicas. Isso coloca a distribuição de atividades no território e o processo de (des)centralização como pontos-chave desse debate.

(DES)CENTRALIZAÇÃO NA RMBH

Para conseguir identificar aspectos sobre a descentralização das atividades e a busca por melhores condições de mobilidade urbana, foram desenvolvidos dois tipos de análise com os dados da Pesquisa Origem e Destino da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) dos anos de 2002 e 2012.

A primeira análise buscou observar o grau de centralidade dos Campos. Adotou-se uma visão por período para avaliar as mudanças durante a década de 2000. Observou-se inicialmente o quadro mais geral da RMBH, para identificar processos mais gerais de descentralização. Em seguida, foi realizado um corte espacial de análise no município de Belo Horizonte, por entender que as centralidades mais significativas da Região Metropolitana de Belo Horizonte encontram-se no município sede e em suas proximidades. A classificação quanto ao nível de centralidade foi realizada a partir da observação dos dados de viagem casa-trabalho, especificamente. Portanto, quanto maior o número de viagens atraídas, maior o grau de centralidade daquela unidade espacial. Essa análise foi desenvolvida para os dois períodos analisados (Figura 2).

FIGURA 2: Grau de atração de viagens casa-trabalho, RMBH (2002 e 2012)



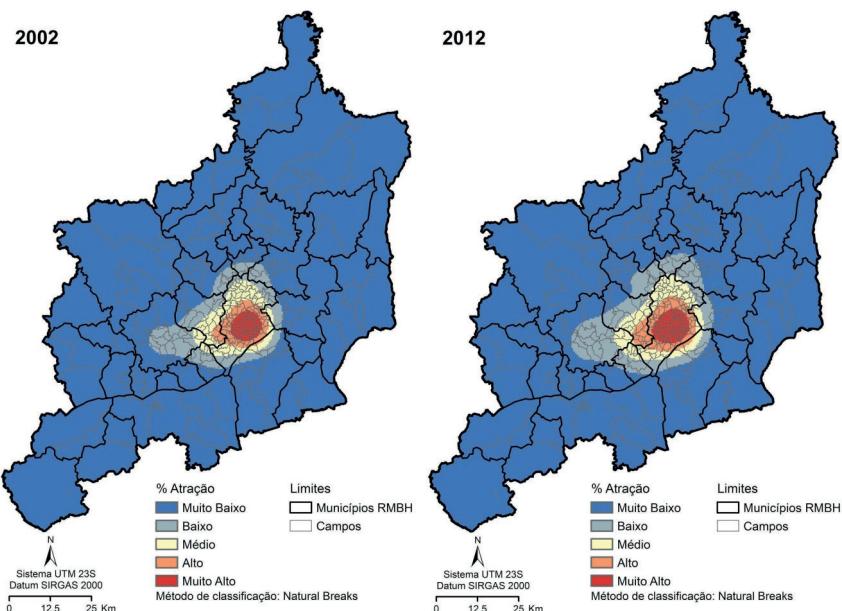
Fonte: FJP (2002); ARMBH (2012)

Verificou-se que o número de viagens casa-trabalho aumentou na década (mais 555.135 viagens), coerentemente com o aumento do pessoal ocupado no mesmo período (mais 500.304 pessoas ocupadas, segundo o IBGE – Censos Demográficos 2000 e 2010). A unidade espacial que mais atrai viagens casa-trabalho é o Centro de Belo Horizonte, com 12,2% de todas as viagens por este motivo em 2002. Essa proporção é menor em 2012 (9,2%), em consequência de uma pequena diminuição, em números absolutos, das viagens casa-trabalho com destino a esta unidade e aumento das viagens com destino nas demais. Apesar do aumento de unidades espaciais com maior grau de atração de viagens casa-trabalho, a atração ainda se concentrou nas unidades espaciais contidas no município Belo Horizonte, com destaque para um incremento da atratividade em direção aos vetores norte e oeste da cidade. Pequena é a relevância dos municípios da RMBH, sendo identificado em apenas poucas unidades dos municípios de Contagem e Betim, no eixo Oeste de expansão, grau significativo de atração.

Acredita-se que essa limitação espacial da análise seja consequência da grande importância absoluta e percentual das viagens com destino

a Belo Horizonte, em especial o Centro. O peso do Centro de Belo Horizonte na análise estaria ofuscando a percepção dos processos recentes de descentralização e, assim, áreas em processo de desenvolvimento ou consolidação não seriam percebidos nessa escala. Por esse motivo optou-se por fazer a mesma análise retirando a principal unidade da análise, ou seja, o Centro de Belo Horizonte (Figura 3).

FIGURA 3: Grau de atração de viagens casa-trabalho sem o Campo Centro de Belo Horizonte, RMBH (2002 e 2012)

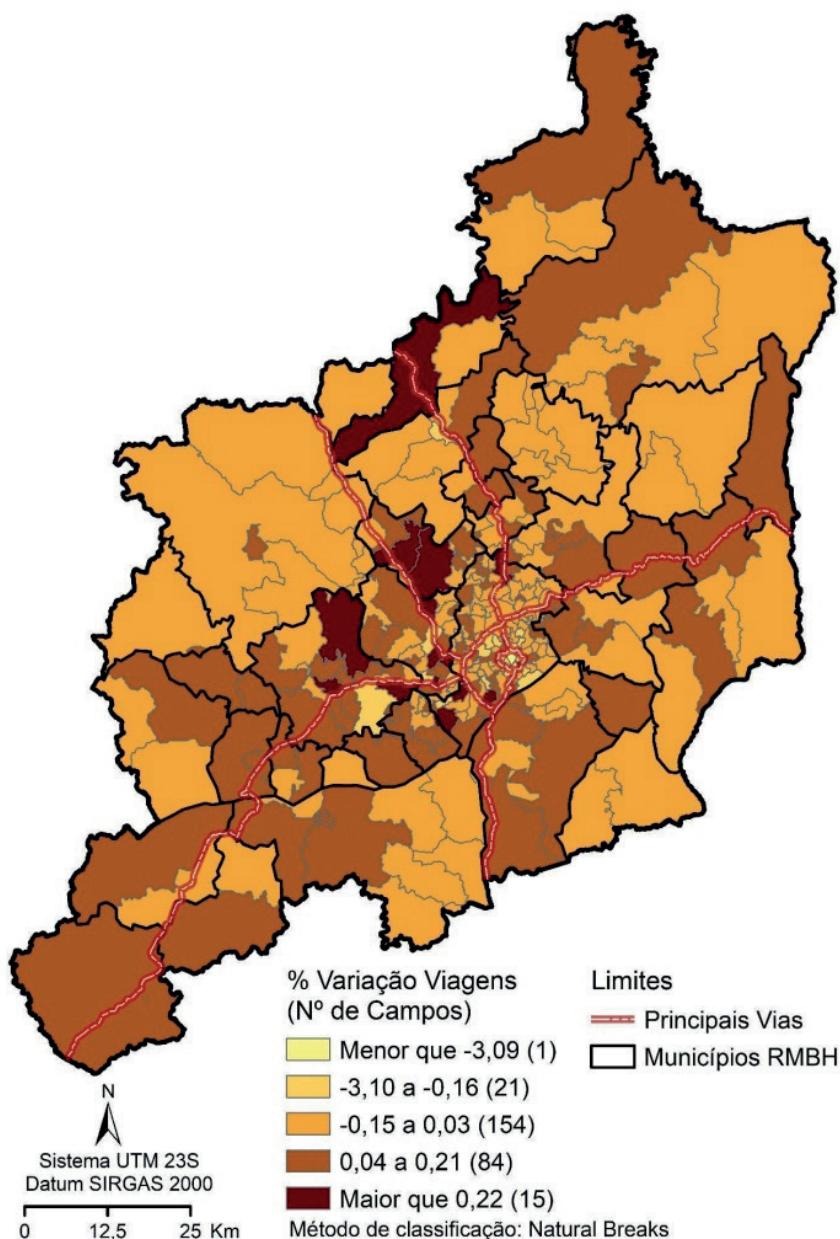


Fonte: FJP (2002); ARMBH (2012)

Como se pode perceber, amplifica-se a extensão/abrangência do processo de descentralização ao se retirar a unidade Centro da análise. Os eixos de expansão Oeste e Norte se consolidam como destino das viagens a trabalho da RMBH. A importância do eixo Oeste, que configura o chamado “eixo industrial” da região metropolitana, cujos principais municípios são Contagem e Betim, corrobora a análise de Tonucci Filho et al. (2015), que identificaram que esses municípios, juntamente com Belo Horizonte, concentravam 87% dos postos de trabalho em 2010.

Já a importância do eixo norte pode ser derivada dos grandes investimentos no final da década, em especial a infraestrutura viária, denominada “Linha Verde”, a implantação da Cidade Administrativa do Governo do Estado de Minas Gerais em Venda Nova, a norte de Belo Horizonte, e, ainda, a ampliação do Aeroporto Internacional de Confins, acrescida de sua transformação em aeroporto industrial. Somados aos públicos, os investimentos privados, decorrentes dos primeiros, também contribuíram para a ocorrência de incrementos na atratividade do Vetor Norte, tendo em conta que, conjuntamente, fomentaram a ampliação de oportunidades de trabalho na região. Os demais eixos de expansão também passam a se apropriar de parte desse processo, mas de forma menos intensa e sem estrutura definida, o que indicaria que o processo de descentralização poderá ser muito mais difuso nas próximas décadas. Essa difusão é percebida quando se analisa a diferença relativa da mudança no grau de atração (Figura 4).

FIGURA 4: Diferença percentual na atração de viagens na década, RMBH (2012)



Fonte: FJP (2002); ARMBH (2012)

A Figura 4 permite observar o aumento da atração em todas as direções, alcançando unidades espaciais dos municípios mais periféricos da região metropolitana. A variação percentual do grau de atração das unidades cresce à medida que se afasta do núcleo central. Este crescimento segue as principais infraestruturas e serviços de transportes. Além do eixo Oeste, avenida Amazonas e a rodovia BR-262, e eixo Norte, avenida Cristiano Machado, avenida Pedro I e rodovia MG-010, outros eixos, como o Sul e Sudeste, rodovias BR-040 e BR-381, e Leste, rodovia BR-381, apresentam mudanças significativas na atração de viagens.

Diniz e Andrade (2015) já haviam apontado o aumento do grau de integração dos municípios metropolitanos ao polo, com fortalecimento da dinâmica tradicional de metropolização. Os dados aqui trabalhados confirmam essa visão em números absolutos, mas, de forma relativa, mostram que esta dinâmica tende à policentralidade, corroborando as reflexões realizadas na seção 2 deste artigo. O quanto esse processo tem sido capaz de transformar os padrões de viagem na região metropolitana deve ser objeto de investigações mais acuradas. No entanto, propõe-se aqui analisar se houve ou não melhoria na qualidade de vida das populações residentes nessas unidades que passaram a atrair maior número de viagens casa-trabalho.

A (DES)CENTRALIZAÇÃO E A BUSCA POR MELHOR QUALIDADE DE VIDA

Um dos possíveis ganhos de qualidade de vida está diretamente relacionado à mobilidade urbana. O tempo gasto com deslocamento, além de custos econômicos, trazem custos sociais significativos. O indivíduo, ao reduzir seu tempo de viagem, consegue orientar sua economia em outras atividades, sejam elas domésticas, como cuidar da casa e dos filhos, bem como lazer, saúde ou educação. Nesse sentido, a segunda análise aqui realizada buscou avaliar se há relação entre a melhoria das condições de deslocamento após a mobilidade residencial e, caso isso seja verdade, se há também relação com o processo de descentralização.

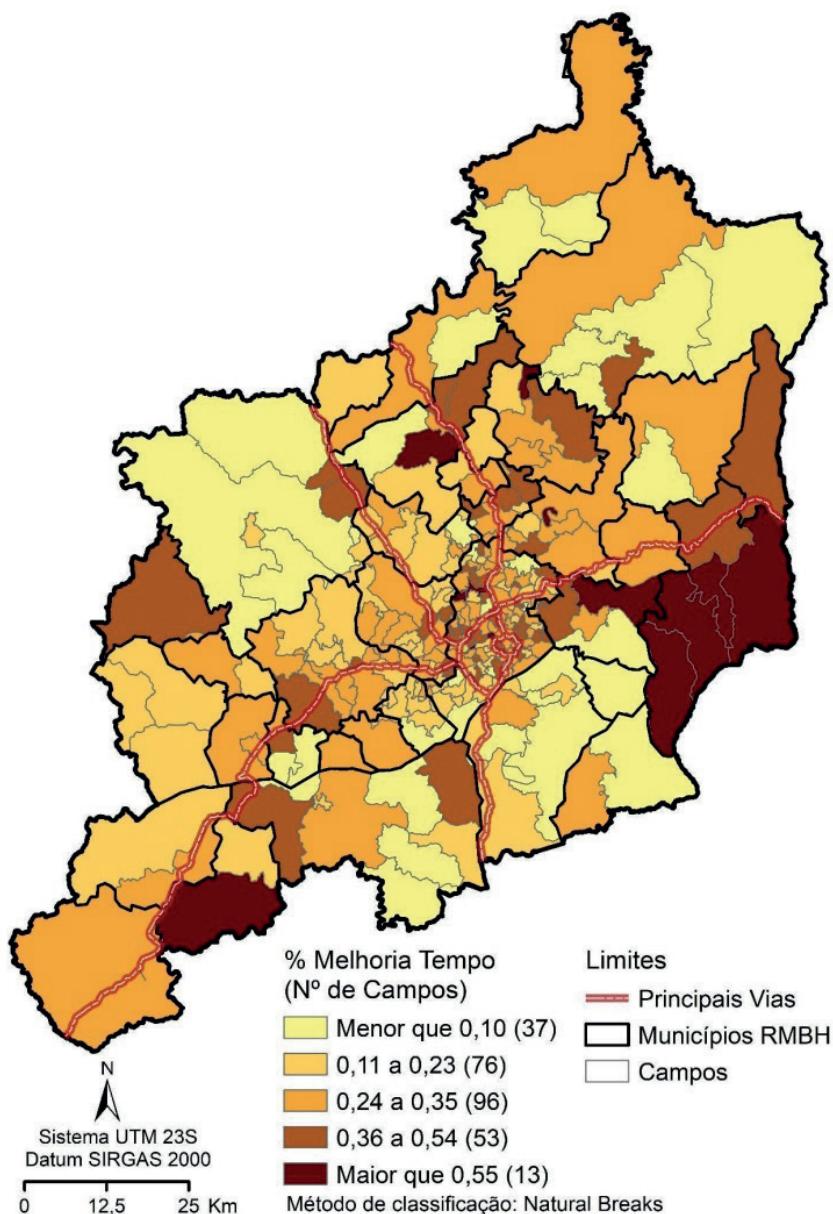
Para isso, foram utilizados apenas dados da pesquisa de 2012, identificando, primeiramente, as viagens daqueles indivíduos que, durante a década (2002-2012), mudaram de residência. Em seguida, foi observado se o tempo de viagem casa-trabalho de cada indivíduo que mudou de residência melhorou ou não em relação à média de tempo casa-trabalho observado em 2012 no Campo de origem (residência anterior).

Ou seja, buscou-se identificar se o tempo de viagem de determinado indivíduo é maior ou menor ao tempo médio da unidade espacial anterior de moradia.

Na **Figura 5** é possível observar que há percentualmente mais viagens casa-trabalho com menores tempos de deslocamento entre os indivíduos que mudaram de residência na década na medida em que se afasta do centro. Esse padrão contrapõe a dinâmica centro-periferia, ou seja, os maiores ganhos de tempo acontecem nas áreas mais periféricas e vão se reduzindo na medida em que se aproxima do centro, salvo algumas áreas privilegiadas, em especial, a oeste do município de Belo Horizonte. Também se observa que o sentido dessas melhorias acompanha as infraestruturas e serviços de transportes, como observado anteriormente na **Figura 4**.

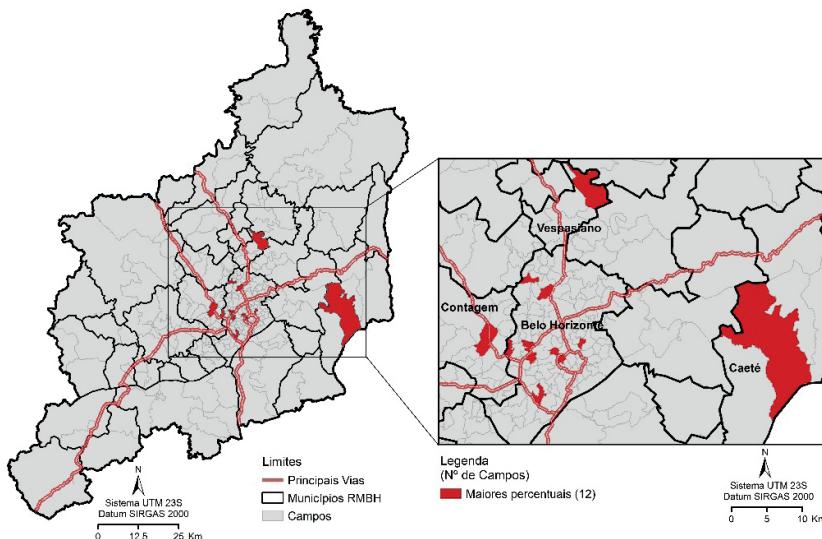
Em uma análise mais detalhada, considerando apenas as unidades espaciais com mais de mil viagens diárias casa-trabalho daqueles que mudaram de residência, e definindo o limite de 45% de melhoria no tempo de deslocamento (**Figura 6**), observou-se que a região oeste de Belo Horizonte, em articulação com áreas conurbadas de Contagem, se destaca. O processo é menos intenso no sentido norte e isolado a leste da RMBH.

FIGURA 5: Percentual de melhoria no tempo de viagem após a mobilidade residencial durante a década, RMBH (2012)



Fonte: FJP (2002); ARMBH (2012)

FIGURA 6: Maiores percentuais de viagens casa-trabalho que melhoraram na década após a mobilidade residencial, RMBH (2012)



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises desenvolvidas permitem levantar a hipótese de que a RMBH, com significativo destaque para o município de Belo Horizonte, está passando por um processo de descentralização das atividades, evidenciado pela mudança no padrão de viagens casa-trabalho. Tal processo, longe de estar no seu fim, mostrou-se em transformação. Inicialmente concentrado no eixo Oeste de expansão, que se destaca em todas as análises, apresenta indicativos de novos rumos, como o eixo Norte de expansão, em segundo nível. Contudo, o processo não se limita a estes dois eixos de expansão; pelo contrário, apresenta-se muito mais difuso e aleatório, identificando-se um aumento da atração de viagens também nos vetores Leste e Sul.

A infraestrutura viária e de transportes tem papel importante nesse processo, uma vez que orienta a expansão, reforçando a relação, nada trivial, de interdependência entre provimento de acessibilidade e produção do espaço. O sentido periferia-centro, por outro lado, parece inverter a lógica do desenvolvimento urbano. Na medida em que se

afasta do centro de Belo Horizonte, as mudanças tornam-se mais significativas, ou seja, alterações no uso e ocupação do solo têm maior impacto na atração e desenvolvimento local de áreas mais distantes do centro. Esse fenômeno fortalece a dinâmica da metropolização, porém, com maior independência da periferia metropolitana (que vem se tornando mais integrada entre si) em relação ao core, revelando uma tendência à policentralidade. Leiva (2015) havia mostrado que, de maneira geral, a RMBH tem apresentado aumento nos tempos de viagens casa-trabalho nas últimas décadas. Esse fenômeno é coerente com o processo de mobilidade residencial para fora das áreas mais centrais – as famílias se mudam para residências em regiões mais distantes, mas os empregos ainda estão bastante concentrados, ocasionando aumento no tempo de deslocamento para o trabalho. Entretanto, um olhar mais aproximado, como aqui realizado, permite evidenciar dinâmicas locais que alteram de forma positiva o padrão de deslocamento.

Assim, no que diz respeito à relação entre descentralização, mobilidade residencial e qualidade de vida, pode-se preliminarmente dizer que a relação é positiva. Muitas regiões que tiveram sua atração de viagens casa-trabalho aumentada, apresentaram também maior percentual de melhoria de tempo de viagem entre aqueles que mudaram de residência. Em outras palavras, a chegada de novos moradores nessas regiões tem sido acompanhada da formação de novos centros locais de atividades não residenciais, o que pode ter permitido tal melhora no tempo de deslocamento casa-trabalho.

A emergência (e a manutenção) desse cenário de desconcentração urbana, associada à desconcentração de atividades – notadamente as geradoras de emprego –, pode acarretar uma crescente independência de investimentos em sistemas de transporte público coletivo com “vocação” pendular. De forma análoga, em última análise, tais processos também podem impactar a mudança na tendência de busca individual pela melhoria das condições de acessibilidade espacial, revelada principalmente pela intensiva aquisição de veículos motorizados, tônica de espacialidades urbanas pautadas na lógica tradicional de relação centro-periferia, processo em aparente transformação na metrópole belo-horizontina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, P.; FARIA, T. C. Mobilidade residencial na cidade do Rio de Janeiro: considerações sobre os setores formal e informal do mercado imobiliário. In: *Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da Associação Brasileira de Estudos Populacionais* [ABEP]. Caxambu, MG. Belo Horizonte: ABEP, 1998, p. 421-456.
- AGUILERA, A.; MIGNOT, D. (Urban sprawl, polycentrism and commuting. A comparison of seven french urban areas. *Urban Public Economics Review*, n. 1. Universidad de Santiago de Compostela. España, 2004.
- AXISA, J. J.; SCOTT, D. M.; NEWBOLD, K. B. Factors influencing commute distance: a case study of Toronto's commuter shed. *Journal of Transport Geography*. V. 24, 2012, p. 123-129.
- BARBOSA, J. L. O significado da mobilidade na construção democrática da cidade. In: *Cidade e movimento: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano* / Organizadores: Renato Balbim, Cleandro Krause, Cláisse Cunha Linke. Brasília: Ipea/ ITDP, 2016.
- BELO HORIZONTE. *Lei n. 7156*, de 27 de agosto de 1996, Plano Diretor do Município de Belo Horizonte, 1996.
- BOTECHIA, F. R. (Áreas centrais em transformação os tempos e os espaços no centro tradicional de Vitória. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, 2001.
- BRASIL. Ministério das Cidades. *Plano Diretor Participativo*. Brasília, 2004.
- BRASIL. Ministério das Cidades. *Caderno de referência para elaboração de Plano de Mobilidade Urbana*. Brasília, 2007.
- CALDEIRA, T. P. R. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.
- CAMPOS, V. B. G. *Planejamento de transportes: conceitos e modelos*. 1^a ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2013.
- CARDOSO, L. *Transporte público, acessibilidade urbana e desigualdades socioespaciais na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Tese de doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, 2007.
- CARDOSO, L.; MATOS, R. Acessibilidade urbana e exclusão social: novas relações, velhos desafios. In: Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 10, 2007, Florianópolis, Santa Catarina. *Anais...* Florianópolis: Editora UFSC, 2007.
- CERVERO, R. Jobs-Housing Balance Revisited: Trends and Impacts in the San Francisco Bay Area. *Journal of the American Planning Association*, 62, 1996, p. 492-511.
- CORREA, R. L. *O espaço urbano*. São Paulo. Editora Ática, 1995.
- DINIZ, A.M.A.; ANDRADE, L.T. (Metropolização e hierarquização das relações entre os municípios da RMBH. In: ANDRADE, L. T.; MENDONÇA J. G.; DINIZ, A. M.A.

Belo Horizonte: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles; Letra Capital; Belo Horizonte: Puc-Minas, 2015.

FREEDMAN, O.; KERN, C. R. A model of workplace and residence choice in two-worker households. *Regional Science and Urban Economics.* V. 27, n. 3, 1997, p. 241-260.

GUIMARÃES, H. A.; CARDOSO, L.; MATOS, R.; MAGALHÃES, D. A. V. Deslocamentos motivados pelo trabalho e políticas associadas à dispersão espacial da população de Belo Horizonte. In: MATOS, R. (Org.). *Espacialidades em rede: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo.* Belo Horizonte: C/Arte, 2005.

HAESBAERT, R. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: I Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades do Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, I, Porto Alegre. *Anais eletrônicos...* Porto Alegre: UFRGS, 2004.

HANSON, S. Getting there: urban transportation in context. In: HANSON, S., ed. *The Geography of Urban Transportation.* New York/London, The Guilford Press, 1995, p. 3-25.

HARVEY, D. *Urbanismo y desigualdad social.* 3a ed. México D. F: Siglo Veintiuno Editores, 1979.

LEFEBVRE, H. *A Revolução Urbana.* Tradução de MARTINS, S. 3^a reimpr. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LEIVA, G. C. Viagens intrametropolitanas casa-trabalho na RMBH. In: ANDRADE, L. T.; MENDONÇA J. G.; DINIZ, A. M.A. *Belo Horizonte: transformações na ordem urbana.* Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles; Letra Capital; Belo Horizonte: PUC-Minas, 2015.

LOBO, C.; CARDOSO, L.; ALMEIDA, I. L.; GARCIA, R. A. Mobilidade pendular e a integração metropolitana: uma proposta metodológica para os municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG – 2010. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 34, n. 2, 2017, p. 321-339.

MAGALHÃES, D. J. A. V. *Uma abordagem multinível sobre localização e mobilidade residenciais na Região Metropolitana de Belo Horizonte.* Tese. (Doutorado em Demografia). Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar), Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, 2002.

MAGALHÃES, D. J. A. V.; RIOS-NETO, E. L. G. Uma abordagem multinível para análise da mobilidade residencial na Região Metropolitana de Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Estudos de População.* Campinas, v. 21, n. 1, 2004, p. 137-156.

McMILLEN, D. P. Employment Densities, Spatial Autocorrelation, and Subcenters in Large Metropolitan Areas. *Journal of Regional Science.* V. 44, n. 2, 2004, p. 225-244.

MENDES, L. A. S. *Espaços elitizados de moradia e consumo: a reestruturação urbana da Avenida Augusto Montenegro no quadro das centralidades da Região Metropolitana de Belém.* (Dissertação de Mestrado). PPGEO, Universidade Federal do Pará, UFPA, Belém, 2015.

MENDONÇA, J. G. *Segregação e mobilidade residencial na Região Metropolitana de Belo Horizonte.* Tese de doutorado. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

- MENDONÇA, J. G.; PERPÉTUO, I. H. O.; VARGAS, M. C. (2004) A periferização da riqueza na metrópole belo-horizontina: falsa hipótese? In: Anais Do Seminário Sobre A Economia Mineira, 11, 2004, Diamantina. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2004.
- MENDONÇA, J. G.; MARINHO, M. A. C. As transformações socioespaciais na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: ANDRADE, L. T.; MENDONÇA J. G.; DINIZ, A. M.A. *Belo Horizonte: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles; Letra Capital; Belo Horizonte: PUC-Minas, 2015.
- MINAS GERAIS *Relatório consolidado pesquisa origem e destino 2001-2002*. Fundação João Pinheiro, 2003.
- MINAS GERAIS. *Pesquisa Origem e Destino 2012 – Base de dados*. Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2012.
- MIRANDA, R. A. de; DOMINGUES, E. P. Commuting to work and residential choices in the metropolitan área of Belo Horizonte, Brazil. *Urban Public Economics Review*, v. 12, 2010, p. 41-71.
- MONTEIRO, L. O. Atividades econômicas: análise da desconcentração espacial. In: CALDAS, M. F.; MENDONÇA, J. G.; CARMO, L. N. *Estudos Urbanos*: Belo Horizonte – 2008 – Transformações recentes na estrutura urbana. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2008.
- RAIA Jr., A. A. *Acessibilidade e Mobilidade na Estimativa de um Índice de Potencial de Viagens utilizando Redes Neurais Artificiais e Sistemas de Informação*. Tese. (Doutorado em Engenharia Civil – Transportes)Universidade de São Paulo, USP, Escola de Engenharia de São Carlos, 2000.
- RAMALHO, H. M. B.; BRITO, D. J. M. Migração intrametropolitana e mobilidade pendular: evidências para a Região Metropolitana do Recife. *Estudos Econômicos*. V. 46, n.4, São Paulo, 2016.
- ROCHEFORT, M. *Redes e sistemas*: ensinando sobre o urbano e a região. Hucitec. São Paulo, 1998.
- SALCEDO, R., TORRES, A. Gated communities in Santiago: wall or frontier? *International Journal of Urban and Regional Research*. V. 1, n. 28, 2004, p. 27-44.
- SCHWANWN, T.; DIELEMAN, F. M.; DIJST, M. Travel behavior in Dutch monocentric and polycentric urban systems. *Journal of Transportation Geography*, 2001, (9) 173-186.
- SERPA, A.; PEREIRA, A. M. C.; MUNIZ, R. S. (2017) Complexificação de centralidades de comércio e serviços e ascensão social em dois bairros empreendedores no estado da Bahia. *Caderno de Geografia*. V.27, n.49, 2017, p. 383-410.
- SIMMONS, J. W. Changing residence in the city: a review of intraurban mobility. *Geographical Review*. 58, 1968, 622-51.
- TAGORE, M. R.; SIKDAR, P. K. *A new accessibility measure accounting mobility parameters*. Paper presented at 7th World Conference On Transport Research. The University of New South Wales, Sydney, Australia, 1995.
- TONUCCI FILHO, J. B.M.; MAGALHÃES, F. N. C.; OLIVEIRA, A. M; SILVA, H. Estrutura produtiva e mercado de trabalho na Região Metropolitana de Belo Horizonte: for-

mação histórica e perspectivas contemporâneas. In: ANDRADE, L. T.; MENDONÇA J. G.; DINIZ, A. M.A. *Belo Horizonte: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles; Letra Capital; Belo Horizonte: PUC-Minas, 2015.

VIANA CERQUEIRA, E. D. As novas lógicas de fortificação residencial nas periferias metropolitanas de Belo Horizonte: quais impactos sobre a segregação social? *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management)*, 7(2), 2015, 195-210.

VIANA CERQUEIRA, E. D. As desigualdades de mobilidade nas periferias da Região Metropolitana de Belo Horizonte: um estudo das atividades de comércio, lazer e saúde. *Cadernos Metrópole*. São Paulo, v. 20, n. 41, 2018a, p. 35-51.

VIANA CERQUEIRA, E. D. *Les inégalités d'accès aux ressources urbaines dans les franges périurbaines de Lille et Belo Horizonte (Brésil)*. Tese de Doutorado. Paris, Université Paris I Panthéon-Sorbonne; Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, 2018b.

VILLAÇA, F. (2001) *Espaço intra-urbano no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 2001.

ZHONG, C.; ARISONA S. M.; HUANG X.; BATTY M.; SCHMITT G. Detecting the dynamics of urban structure through spatial network analysis. *International Journal of Geographical Information Science*. V. 28, n. 11, 2014, p. 2178-2199. Doi: 10.1080/13658816.2014.914521.

FAMÍLIA E MIGRAÇÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: O CASO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

Marden Barbosa de Campos¹

Bruna Assis de Andrade²

INTRODUÇÃO

As migrações internas no Brasil vêm passando por alterações consideráveis nas últimas décadas. Caracterizadas, em meados do século passado, por indivíduos que partiam das regiões economicamente mais estagnadas do país em direção às capitais da região Sudeste e principais áreas de fronteira agrícola e mineral do Norte e Centro-Oeste, a partir da década de 1980 começam a apresentar modificações tanto nos tipos de migrantes como nas regiões envolvidas nos processos migratórios. Nesse período, inicia-se uma desconcentração espacial da população, marcada pela redução dos saldos migratórios observados nas metrópoles do Sudeste e pela migração de retorno para as regiões tradicionais de emigração. Começam a ser observadas também seguidas ondas de emigração internacional. Isso ocorre, importante salientar, em adição aos antigos fluxos populacionais, que não cessam por completo. Configura-se assim o perfil atual da mobilidade no Brasil, marcada por forte circularidade da população e por novas formas de deslocamento espacial como movimentos pendulares, mobilidade sazonal e migração de curta duração.

Apesar das modificações visíveis pelas quais se passa o fenômeno, pouco se tem discutido sobre as estratégias utilizadas pelos migrantes em termos de estruturação dos arranjos familiares relacionados à migração.

¹ Professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais

² Graduanda da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG – Departamento de Sociologia.

O objetivo deste artigo é analisar as características dos migrantes que se dirigiram para os municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte entre 2000 e 2010, com foco na composição dos domicílios em termos de migrantes. Busca-se investigar se os indivíduos migraram acompanhados de familiares, se migraram sós ou se se dirigiram para domicílios preestabelecidos. A base de dados utilizada é o Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A possibilidade de análise da composição domiciliar dos migrantes nas regiões de destino é uma das grandes vantagens do uso dos censos demográficos para estudos de migração e possibilita, dentre outros aspectos, conhecermos um tópico de grande relevância ainda pouco estudado no Brasil: a relação entre migração e estrutura familiar. Acredita-se que a participação dos arranjos familiares nos deslocamentos espaciais da população é tão relevante que se torna impossível negligenciá-la caso queiramos ter uma compreensão adequada do fenômeno.

AS MIGRAÇÕES INTERNAS RECENTES NO BRASIL

A segunda metade do século XX foi marcada por intensos movimentos migratórios entre as unidades da federação brasileiras. Dentro do processo de industrialização e modernização da sociedade, um expressivo contingente populacional partiu das áreas economicamente mais estagnadas do País para regiões que apresentavam crescente dinamismo econômico e oportunidades de emprego. A concentração industrial nas grandes cidades atraiu a população das áreas rurais, assim como das áreas urbanas menos desenvolvidas. Como os investimentos industriais concentravam-se nas metrópoles da região Sudeste, os principais fluxos populacionais do período direcionaram-se para esses locais. É nesse sentido que, referindo-se ao padrão migratório interestadual brasileiro observado entre 1950 e 1980, Brito (2002) afirma que nossas principais correntes migratórias ligavam regiões populosas e economicamente estagnadas, como Minas Gerais e os estados do Nordeste, com as áreas de elevado dinamismo econômico do país. O mesmo processo foi relatado por Ribeiro (1997), que destacou o grande volume de migrantes recebido pelas capitais da região Sudeste no período.

O auge do processo ocorreu por volta das décadas de 1960 e 1970. A partir daí, começou a haver uma mudança nas migrações internas do país. Segundo Ribeiro, Carvalho e Wong (1996), as perdas populacio-

nais de Minas e do Nordeste começaram a diminuir, enquanto o número de migrantes de retorno para essas regiões começou a aumentar. Tal modificação tem sido atribuída a mudanças na estrutura produtiva nacional, às seguidas crises econômicas e ao esgotamento da capacidade de absorção dos excedentes populacionais pelos antigos centros do Sudeste. O chamado “exodo rural” perdeu força para novas formas de mobilidade espacial da população (RIGOTTI, 1999). Conforme destaca Brito (2002), as virtudes das grandes cidades desapareceram diante da violência urbana, do desemprego, das dificuldades de acesso aos serviços públicos básicos e à moradia. Diminuíram, então, os ganhos populacionais de São Paulo e Rio de Janeiro, enquanto o Nordeste e Minas Gerais passaram a perder menos população. Ainda segundo Brito (2002), a maioria dos emigrantes de São Paulo que se dirigiram para o Nordeste e para Minas Gerais nesse período constituíam-se de migrantes de retorno. Como exemplo, estima-se que entre 1999 e 2004, dentre os migrantes provenientes de São Paulo que chegaram a Minas Gerais, 43% eram migrantes de retorno; em relação ao Nordeste, esse percentual superou 60% dos migrantes, sendo que, no caso do Ceará, correspondia a 76% dos imigrantes (RIBEIRO, 1997).

Conforme destacado, as novas modalidades de deslocamento intensificaram-se sem que os antigos fluxos populacionais tivessem terminado. As maiores metrópoles passam a se configurar como centros de redistribuição da população, comportando-se como “nós” ou espaços centrais nos sistemas e redes de migração interna e internacional do Brasil. Ao mesmo tempo que continuam a receber um número significativo de migrantes, são também o principal local de origem daqueles que se dirigem para municípios de pequeno e médio porte, assim como para as áreas rurais.

Cabe investigar, em meio a essas mudanças, quais são as estratégias utilizadas pelos migrantes em termos de composição domiciliar e sua relação com a migração. Se, por um lado, as facilidades dos meios de transporte e comunicação permitem a dissolução e recomposição dos grupos familiares durante o processo de migração, por outro o aumento das dificuldades de estabelecimento nos grandes centros pode dificultar a inserção de indivíduos isolados ou pequenos grupos nos locais de destino, o que poderia levar ao recrudescimento da rede de apoio ao migrante nesses locais. As análises realizadas no presente artigo buscam contribuir para o entendimento desse fenômeno.

A LITERATURA DEDICADA AO TEMA

SELETIVIDADE ETÁRIA DA MIGRAÇÃO E CICLO DE VIDA

A seletividade da migração a atributos individuais é um fenômeno destacado pelos estudiosos da migração há décadas. O clássico trabalho de Everett Lee que, em 1966, propôs um modelo de análise das migrações destacava, de forma enfática, a seletividade migratória, principalmente em relação à idade. Em seu modelo analítico, em que a migração ocorria devido a um jogo de forças entre fatores de expulsão e de atração presentes nos locais de origem e de destino, o autor reitera diversas vezes que esses fatores afetam pessoas distintas de maneira distinta. Segundo o autor, as migrações são seletivas em razão das pessoas responderem de forma diferente aos fatores desencadeadores da migração (LEE, 1980, p. 111). Desse modo, a forma que os estímulos e obstáculos exercem sobre os indivíduos irá depender, em considerável medida, do momento da vida que está sendo vivenciado pelo indivíduo, que o autor denomina “etapa do ciclo vital” (LEE, 1980, p. 102). As migrações são tratadas por ele como *rites de passages*. Segundo essa perspectiva, à medida que a idade avança, o indivíduo vai atravessando etapas do ciclo de vida que alteram suas preferências quanto à localização domiciliar e, consequentemente, estimulam ou inibem a migração. Além das abordagens teóricas (por exemplo, BORJAS, 1996; DE JONG e GARDNER, 1981), vários trabalhos empíricos destacam a relação entre idade e migração (HEATON, CLIFFORD e FUGUITT, 1981; RADCLIFFE, 1992; BURES, 1987; KALLAN, 1993; GOLGHER, 2001; MARQUES e RODRIGUES, 2006).

A seletividade etária da migração é algo tão marcante que alguns estudiosos desenvolveram modelos etários de migração, calcados em regularidades empíricas observadas em diversas regiões. Andrei Rogers e Luís Castro verificaram que as taxas específicas de migração por idade – calculadas dividindo-se o número de migrantes pelo total de pessoas-ano em cada idade – exibiam persistentes regularidades entre várias populações. Logo, essas taxas puderam ser expressas por meio de fórmulas matemáticas (ROGERS e CASTRO, 1981). Conceitualmente, Rogers e Castro (1981) basearam-se na ideia de que as transições ocorridas ao longo do ciclo de vida interferem na propensão migratória do indivíduo. “The most prominent regularity found in empirical schedules of age-specific migration rates is the selectivity of migration with respect to age” (ROGERS e CASTRO, 1982, p. 155). A partir do cálculo de taxas específicas de migração por idade para diferentes populações,

esses autores constataram que, embora a intensidade (nível) com que os indivíduos de cada população migravam variasse consideravelmente, o perfil (padrão) exibido pelas taxas migratórias apresentava persistente regularidade. Alguns autores, inclusive, aplicaram essas ideias aos fluxos migratórios observados no Brasil (AMARAL, 2002; MACHADO, 2005; JANUZZI, 1995), buscando identificar indícios dos motivos da migração a partir da análise dos perfis etários.

Para os termos da investigação que se propõe no presente trabalho – de relacionar migração, seletividade à idade e arranjos domiciliares –, a utilidade desses modelos reside nos indicativos que a distribuição etária dos migrantes fornece sobre qual unidade de análise deve ser privilegiada no estudo de determinado fluxo migratório. Conforme pontuam Castro e Rogers (1983), os perfis etários de migração podem ser divididos em dois tipos: um primeiro, marcado pela concentração (moda) de migrantes no entorno de idades adultas jovens, que seria indicativo de *migrações individuais*; e um outro em que, além do “pico migratório” nas idades laborais, há também uma parcela considerável de crianças entre os migrantes – em algumas populações também de idosos –, indicando uma *migração de tipo familiar*.

Esses arcabouços analíticos baseiam-se na ideia de que, à medida que a idade avança, os indivíduos atravessam etapas para as quais são socialmente estabelecidos papéis determinados (GLICK, 1989). Essas fases da vida como, por exemplo, o casamento, o nascimento dos filhos, a saída destes do domicílio e a viuvez, teriam forte ligação com a propensão migratória dos indivíduos. Isso decorreria dos ajustes em termos de tamanho e localização dos domicílios que, em alguns casos, levaria à migração. Assim, as crianças necessitariam viver, por exemplo, em locais que possuem escolas, os adultos em locais com opção de trabalho e os idosos em locais que provêm opções de descanso, lazer e suporte.³

3 Há uma outra abordagem, diferente da anterior, mas que também analisa a evolução dos indivíduos ao longo da vida, que podemos denominar de “abordagem do curso de vida”, numa tradução literal do termo *life course*. Sua preocupação direciona-se com as trajetórias e transições da vida e em seus efeitos nas vidas individuais (ELDER Jr., 1985). O foco dessa abordagem, ligeiramente diferente da que estamos chamando de “ciclo de vida”, está no papel das transições como modificadoras das trajetórias individuais, e não com etapas específicas do ciclo de vida e as performances e papéis a elas associadas (ELDER Jr., 1985; 1994). Há controvérsias referentes à aplicação dessas análises a estudos empíricos, dado que as abordagens de ciclo e transição só poderiam ser observadas, *strictu sensu*, a partir de dados longitudinais. Como o presente trabalho baseia-se em um estudo pontual, seria oportuno classificar como a análise de uma etapa ou momento do ciclo de vida.

REDES DE SUPORTE E ARRANJOS DOMICILIARES DE MIGRANTES

Há décadas que os estudiosos da migração destacam o papel preponderante das redes sociais nos movimentos migratórios. Em termos gerais, a rede social reflete a gama de relações pessoais que a pessoa estabelece (LITWIN, 1995). Tratando especificamente das redes sociais e da migração, podemos defini-las como conjuntos de laços interpessoais que ligam potenciais migrantes com migrantes de fato e com não migrantes nas áreas de origem e destino (MASSEY, 1990). Os contatos dos migrantes no destino, por exemplo, são importantes ao reduzirem o risco da migração e facilitarem a adaptação. Nesse sentido, torna-se claro o papel do capital social dos migrantes em suas estratégias de migração (TAYLOR, 1986).

Dentre as diversas modalidades em que uma rede de apoio é utilizada como suporte ao migrante, destaca-se a co-residência ou estruturação de arranjos domiciliares que visam, entre outros objetivos, o compartilhamento de recursos de diversas naturezas entre migrante e não-migrantes. As famílias podem ser consideradas, em muitos casos, como as “unidades decisórias” por excelência da migração, dado que é em seu âmbito em que muitas vezes se decide quem, quando e para onde será realizada a migração. Acima de tudo, inclusive, em grande parte das vezes é a família toda – em termos de indivíduos que vivem juntos no mesmo domicílio – que migra conjuntamente.

Essas ideias estão contidas em pressupostos de diferentes abordagens teóricas que se dedicam ao estudo das migrações como, pelo lado da economia, nas Teorias do Capital Humano (BORJAS, 1991; MINCER, 1978) e na chamada Nova Economia da Migração do Trabalho (STARK e TAYLOR, 1991; STARK e BLOOM, 1985). Correntes sociológicas também destacam a estrutura familiar como determinante do comportamento migratório individual (HARBINSON, 1981), das redes de transferências de recursos (WOLF, 1994) e nas análises de tomada de decisão (SILVERSTEIN, 2006).

DADOS E MÉTODO

No presente trabalho buscamos reconstituir o grupo familiar do migrante com base nos dados do Censo Demográfico brasileiro de 2010. O foco da análise são os perfis etários exibidos por diferentes categorias de migrantes e suas implicações em termos de formação do grupo

familiar de migração, *proxy* que estamos utilizando para a categoria “grupo migrante”. Outras variáveis coletadas pelo Censo, como atividade econômica, renda e nível de instrução serão utilizadas para aprofundar as análises.

É preciso demarcar antecipadamente a distinção entre os conceitos de família e domicílio em termos de dados censitários, e as implicações dessa diferença na construção do grupo migrante. Segundo o IBGE, “domicílio é o local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação para uma ou mais pessoas” (IBGE, 2010). Família seria o “conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, *residente na mesma unidade domiciliar*, ou pessoa que mora só em uma unidade domiciliar” (IBGE, 2010; grifo nosso). Contudo, para além das categorias censitárias, o conceito de família pode extrapolar a unidade domiciliar. Esse conceito mais amplo é descrito por Medeiros, Osorio e Varella (2002) como um conjunto de pessoas com laços reconhecidos de parentesco, independentemente do local de residência. Nesse sentido, Burch destaca que a separação espacial pode não implicar o isolamento dos familiares: “four walls of the housing unit used to define it are too small and too arbitrary to capture the social, economic and psychological realities” (BURCH, 1995 p. 99).

As análises realizadas no presente artigo serão feitas com base na composição do domicílio dos migrantes, a qual, com a finalidade de estabelecer um diálogo próximo com a literatura referente ao tema, será chamada de grupo migrante.

No que tange à migração, os censos são a base de dados mais completa existente no país. Há informações sobre a unidade da federação ou país estrangeiro de nascimento, o tempo de moradia na unidade da federação e a unidade da federação de residência anterior, além da unidade da federação e do município de residência cinco anos exatos antes da data de referência de cada censo.

O IBGE categoriza como migrante o indivíduo que mudou de município ao menos uma vez na vida anteriormente à data de referência de um censo. A diversidade de quesitos presentes no questionário permite separar aqueles que moravam em um município diferente do que nasceram; os que haviam residido em município diferente na década anterior ao censo; e, por fim, os que residiam em um município diferente exatos cinco anos antes do censo. É possível também combinar essas abordagens enriquecendo as ao reconhecer mais de uma etapa migratória do indivíduo.

É importante salientar que os dados dos censos apenas fornecem o estoque de migrantes captados pelo censo, que estavam vivos e não reemigraram da região de estudo. O ato de migrar ou a “migração” propriamente dita, em termos de fluxo, não é captada pelos censos. Nesses termos, CARVALHO et. al. (2000, p. 2) resume: “enquanto o termo migrante envolve a atenção ao aspecto individual, o termo migração refere-se ao conjunto de todas as migrações individuais feitas no período”.

Optou-se por utilizar na presente análise as informações sobre o tempo de residência dos indivíduos na RMBH, combinado com seus locais de residência anterior. Essa informação possui a vantagem, em relação às outras informações presentes nos censos, de identificar todos os migrantes da década, incluindo os migrantes interestaduais de retorno. Além disso, reporta a migração que ocorreu diretamente para a região de destino estudada, sem etapas intermediárias. Por possuir um horizonte temporal mais amplo (10 anos) em relação ao quesito de data-fixa (5 anos), capta um número maior de migrantes e, assim, aumenta a precisão das estimativas, dado que o quesito tem origem amostral.

A variável de interesse construída (grupo migrante) corresponde à composição do domicílio em termos de imigrantes da RMBH na década anterior ao Censo. Os imigrantes foram divididos em 4 categorias: (1) os que viviam sós após a migração; (2) os que viviam apenas com o cônjuge, sendo que o cônjuge também era migrante da década (incluindo os que tiveram filho na RMBH após a migração); (3) os que viviam em domicílios em que todos os membros eram migrantes da RMBH na década; (4) os que viviam em domicílios em que residia pelo menos um indivíduo que não migrou para a RMBH na década de 2000 (embora possa ter imigrado em um momento anterior).

Ressalta-se que, devido às características da informação censitária, só possuímos informação do domicílio do migrante no destino. Essa refere-se apenas aos indivíduos que estavam vivos na data de referência do Censo e que não reemigraram. Por exemplo, na categoria “Migraram só” estão representados os que viviam sós na data de referência dos censos, mesmo que tenham migrado juntamente com outros indivíduos, mas que antes do censo tenham falecido ou mudado para outro domicílio. Sendo assim, essa variável será considerada uma aproximação da composição familiar do grupo migrante. Acredita-se, contudo, que os erros que esse procedimento possa incurrir são decrescen-

tes quando nos aproximamos temporalmente da data de realização do Censo e, por isso, não devem afetar significativamente a informação da década imediatamente anterior a este.

Inicialmente, foi feita uma caracterização do migrante segundo a idade e escolaridade. Em seguida, é apresentada a estrutura etária dos indivíduos segundo grupo migrante, buscando compreender a relação entre ciclo de vida e migração. Por fim, busca-se qualificar os grupos migrantes com base em variáveis socioeconômicas e regiões de origem dos indivíduos.

RESULTADOS

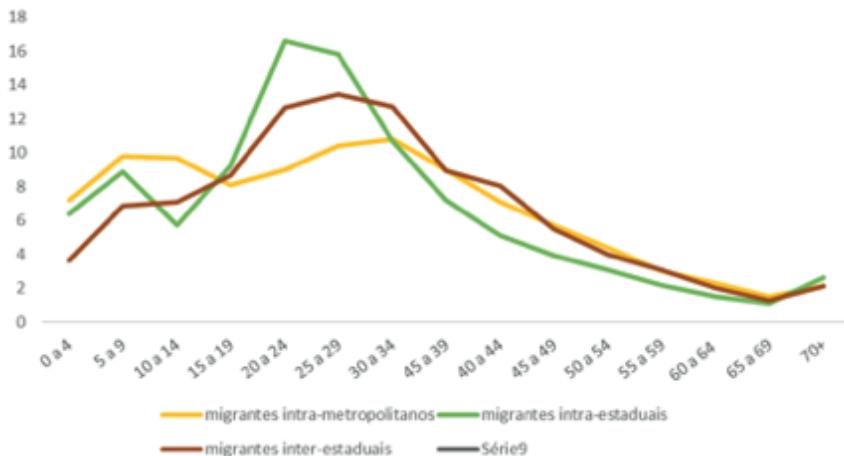
ORIGEM E PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS MIGRANTES

Entre 2000 e 2010, a RMBH recebeu 478.403 imigrantes de outros municípios brasileiros. Destes, 355.707 (74,4%) vinham de outras cidades do estado de Minas. Os imigrantes interestaduais totalizam 122.696 mil indivíduos, sendo os principais estados de origem São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro e Espírito Santo, que, juntos, somavam 68,4% dos que chegaram à RMBH vindos de outros estados na década. Além desses imigrantes, 327.909 indivíduos mudaram de município entre as cidades da RMBH, destacando a importância das migrações intrametropolitanas no período da análise.

Em relação aos aspectos demográficos, os dados atestam elevada seleitividade etária da migração entre os imigrantes. Os adultos jovens, com entre 15 e 29 anos de idade, apresentaram o fluxo migratório de maior destaque entre todas as categorias. A partir dos 30 anos houve diminuição crescente do percentual de migrantes em geral. Contudo, os perfis de migrantes são bem diferenciados quando consideramos sua região de origem (**Gráfico 1**).

Os imigrantes interestaduais apresentavam uma menor concentração etária dos migrantes, com o pico migratório estendendo-se dos 20 aos 39 anos de idade. Esse foi o grupo com menor percentual de crianças entre os que chegaram à RMBH. Os migrantes intrametropolitanos, por outro lado, apresentavam maiores percentuais de crianças e pico migratório menos pronunciado nas idades laborais. Já os indivíduos que tiveram como origem o interior de Minas Gerais apresentavam elevada concentração entre 20 e 29 anos de idade.

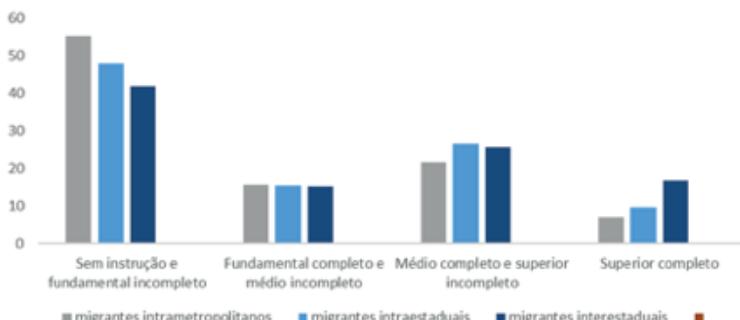
Gráfico 1 – Distribuição etária percentual dos migrantes dos municípios da RMBH, segundo local de origem - 2010.



Fonte: IBGE, 2010

Os imigrantes intra e interestaduais apresentavam diferenças marcantes também quanto ao nível de instrução, medida utilizada como primeira aproximação da condição social dos indivíduos. O Gráfico 2 mostra a distribuição dos indivíduos com 30 anos ou mais de idade segundo o nível de instrução e a região de origem. Observamos que os indivíduos que vieram de outras unidades da federação eram os mais escolarizados. Entre os que vieram do interior do estado o destaque, além do elevado percentual de indivíduos com baixa escolaridade, são os indivíduos que possuíam nível médio completo ou superior incompleto. Os migrantes intrametropolitanos foram os que possuíam o menor nível de escolaridade

Gráfico 1 – Distribuição percentual dos imigrantes da RMBH com 30 anos ou mais de idade segundo nível de instrução, por região de origem – 2010.



Fonte: IBGE, 2010

A caracterização segundo nível de instrução mostra diferença marcante entre os migrantes segundo a região de origem.

ESTRUTURA FAMILIAR DA MIGRAÇÃO

No que tange à composição do grupo migrante, percebemos que a maioria dos indivíduos (51,6%) residia em domicílios em que todos os indivíduos migraram para municípios da RMBH na década anterior ao Censo. Em seguida, vemos que 35,9% dos imigrantes se dirigiram para domicílios previamente estabelecidos. Apenas um número reduzido migrou só (4,3%) ou apenas com o cônjuge (8,2%).

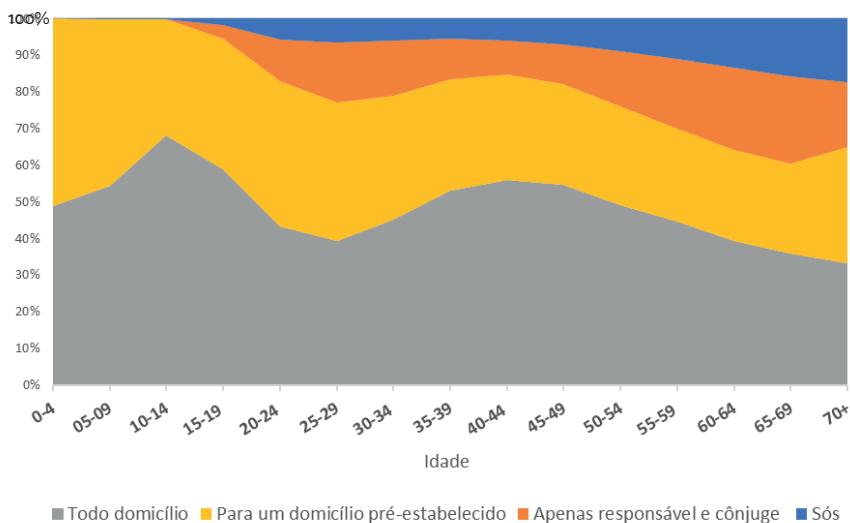
O Gráfico 3 apresenta a distribuição percentual dos migrantes por grupo de idade e composição do grupo migrante, conforme os critérios estipulados. Vê-se que o percentual daqueles que migram só ou apenas com o cônjuge começa a ganhar relevância após os 20 anos de idade, sendo que o percentual dos que migram só aumenta monotonamente até as idades idosas, ainda assim sem nunca alcançar valores expressivos.

Os casais migrantes apresentam maior variação conforme o eixo da idade avança, aumentando entre 15 e 29 anos de idade, na faixa etária em que ocorrem muitos casamentos ou uniões, reduzindo-se em seguida, possivelmente devido à nascimento de filhos (o que altera o grupo migrante caso o filho tenha nascido antes da migração domiciliar) e, em algum grau, à quebra das uniões. Após os 44 anos de idade seu valor volta a crescer, possivelmente devido a saída dos filhos do domicílio, reduzindo-se novamente após os 69 anos de idade, provavelmente em função da viuvez.

Em relação àqueles que migram em família (excluído o casal migrante sem filhos ou com filhos nascidos no destino), os percentuais praticamente complementam os exibidos pela categoria anterior, dos casais migrantes. Esses percentuais foram elevados nas primeiras idades, atingindo um pico por volta dos 14 anos de idade, o que indica que nessas idades os filhos normalmente acompanham os pais em suas migrações. Em seguida esses valores caem, possivelmente por possibilidade de a migração dos filhos ocorrerem sem os pais, ou vice-versa, aumentando novamente entre 30 e 40 anos de idade, idades em que muitos casais têm crianças pequenas.

Já a curva que representa os percentuais daqueles que migram para um domicílio preestabelecido é elevada de 0 a 4 anos de idade, diminui entre 5 e 14 anos de idade e tem seu pico por volta das idades estudantis e de entrada no mercado de trabalho (10 e 24 anos de idade) e entre os que possuem idade muito avançada.

Gráfico 3 – Distribuição percentual dos migrantes por grupo de idade e composição do grupo migrante – RMBH, 2010



Fonte: IBGE, 2010.

Houve significativa variação entre a composição familiar do migrante e sua região de origem. Os deslocamentos mais próximos (intrametropolitano) foram os que apresentaram os maiores percentuais dos que migram com o domicílio todo e os menores percentuais dos que se utilizam de um domicílio preestabelecido no destino. Já os que vieram

do interior do estado para a RMBH utilizaram bastante dos domicílios preestabelecidos e apresentam os mais baixos percentuais dos que migram sós ou apenas com o cônjuge. Entre os que vieram de outras unidades da federação, há percentuais mais elevados de migrações de grupos familiares menores (indivíduos sós ou apenas com o cônjuge).

Separando-se as UFs de origem, vê-se que os maiores percentuais dos que migram sós vieram do Rio de Janeiro e Distrito Federal. Entre os que vierem apenas com o cônjuge, os maiores percentuais foram do Rio Grande do Sul e Pernambuco, seguidos do Distrito Federal. O Rio Grande do Sul também apresentou elevado percentual dos que migraram com o domicílio todo. Já entre os que migraram para um domicílio preestabelecido, os maiores percentuais ficam com os que vieram do Piauí.

Tabela 1 – Distribuição percentual dos imigrantes da RMBH segundo grupo familiar do migrante e Unidade da Federação de origem – 2010

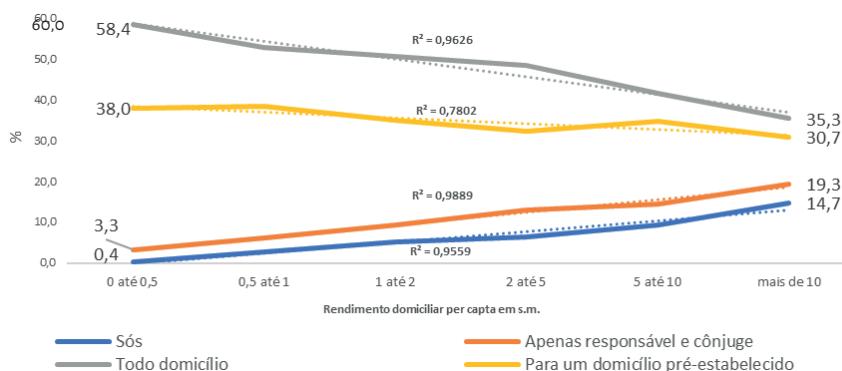
Unidade da Federação do município de origem	Estrutura de migração			
	Sós	Apenas responsável e cônjuge	Todo domicílio	Para um domicílio preestabelecido
Imigrante Intraestadual RMBH para RMBH	4,3	9,6	65,2	20,9
Municípios de MG para RMBH	3,8	6,5	39,9	49,8
Imigrante Interestadual	5,8	9,3	49,4	35,5
São Paulo	6,4	9,4	48,6	35,6
Bahia	3,7	7,8	50,4	37,1
Rio de Janeiro	8,7	9,0	45,2	13,2
Espírito Santo	5,8	8,1	48,1	38,0
Distrito Federal	7,8	12,1	49,2	30,9
Paraná	5,7	7,9	54,1	32,2
Ceará	3,0	8,5	54,6	33,9
Pará	5,0	11,6	56,0	27,5
Goiás	4,2	6,0	55,5	34,3
Pernambuco	5,0	12,5	50,3	32,3
Piauí	5,1	11,7	40,4	42,9
Rio Grande do Sul	2,2	12,5	61,3	24,0
Demais UFs	6,3	11,4	49,4	32,9

Fonte: IBGE, 2010

ESTRUTURA FAMILIAR DA MIGRAÇÃO E RENDA

Além de apresentar um padrão etário bem definido, a estrutura familiar da migração possui associação muito elevada com o nível de renda dos migrantes. Conforme pode ser observado no Gráfico 4, os percentuais dos indivíduos que migraram sós ou apenas com o cônjuge aumentam linearmente à medida que a renda aumenta. Ao mesmo tempo, decrescem os percentuais de famílias que migram em conjunto ou para um domicílio preestabelecido. Os níveis de ajuste (R^2) das curvas que relacionam os percentuais de migrantes segundo a renda e estrutura do grupo migrante a uma linha de tendência linear são quase perfeitos (maiores do que 95% para os que migram sós, com o cônjuge ou todo domicílio e de 78% entre os que se dirigem para um domicílio), indicando associação quase perfeita entre as variáveis.

GRÁFICO 4 – Distribuição percentual dos imigrantes da RMBH segundo faixa de rendimento domiciliar per capita em salários mínimos e estrutura familiar da migração, e ajuste das curvas percentuais de migrantes às linhas de tendência linear - 2010



Fonte: IBGE, 2010.

Isso faz com que entre os indivíduos de menor renda 96% dos migrantes migrem com o domicílio todo ou para um domicílio preestabelecido, percentual que cai para 66% dos migrantes entre aqueles com renda mais elevada. Por outro lado, entre os migrantes de maior renda, apenas 4% migram sós ou apenas com o cônjuge, categorias que representam 34% dos migrantes de menor renda.

DISCUSSÃO

Em meio às mudanças pelas quais tem passado as migrações internas do Brasil nas últimas décadas, pouco se tem discutido sobre a estrutura familiar e os arranjos domiciliares dos migrantes. As análises realizadas neste artigo, em um estudo de caso, mostram que a migrações familiares ainda são predominantes nos fluxos migratórios direcionados para os municípios da RMBH

Os resultados mostram que as estratégias de migração estão intimamente relacionadas à dependência dos indivíduos de suas ligações familiares ou a capacidade que os indivíduos têm de se tornar independentes desses arranjos. Numa outra face da mesma moeda, a relação entre família e migração mostra os casos em que os indivíduos são levados a migrar para acompanharem seus parentes e força da migração quando “quebra” determinados arranjos familiares, aspectos tipificados exaustivamente por Mincer (1978).

No caso brasileiro, esses aspectos podem estar se intensificando pela crescente dificuldade de se estabelecer nos grandes centros urbanos, em termos de custo de moradia e deslocamento, violência e outros aspectos. As análises realizadas no presente artigo permitem identificar os arranjos migratórios utilizados pelos indivíduos ao se dirigirem para um grande certo metropolitano do Brasil.

As análises foram realizadas dentro de um arcabouço conceitual que destaca a seletividade da migração à atributos individuais e familiares. Nesse sentido, mostra como a migração leva à seleção de determinados tipos de indivíduos com (ou em falta de) determinados arranjos domiciliares, como casais sem filhos *versus* casais com filhos, pessoas que possuem parentes nos locais de destino ou não, recém-divorciados ou viúvos, assim como migrantes que conseguem ou precisam viver sós. Os dados apresentados mostram como esses aspectos são relevantes nos extremos da distribuição etária, como no caso das crianças e dos idosos. Também há intensa variação dos grupos migrantes entorno das idades laborais e de nascimento de filhos. Nas idades adultas, quando há forte associação da migração com o estudo e, principalmente, entradas, saídas e recolocações no mercado de trabalho, há intensa recomposição dos arranjos domiciliares e da migração.

Esse arcabouço conceitual ganha ainda mais densidade quando incorpora o papel das redes sociais na migração. O estudo das relações

domiciliares e familiares da migração possibilita detectar o momento em que os indivíduos lançam mão dos recursos sociais que possuem em uma etapa do ciclo vital. Acredita-se que as famílias se ligam aos movimentos migratórios tanto como unidade tomadora de decisão da migração (ainda que não migre em conjunto) como estrutura de suporte para o migrante.

Os municípios da RMBH receberam um número considerável de migrantes, tanto de outras unidades da federação e, principalmente, de municípios do interior do estado de Minas Gerais. Foi também significativo o deslocamento entre os municípios da RMBH. Entre esses migrantes foram detectadas diferenças marcantes entre esses grupos de migrantes em termos de composição do grupo migrante.

Os imigrantes interestaduais, mais escolarizados, apresentaram percentuais um pouco mais elevados de indivíduos que migravam sós ou apenas com o cônjuge, tendo menores percentuais de crianças entre os migrantes.

Os imigrantes intraestaduais formaram um grupo intermediário em termos de escolarização, além de terem mais migrantes concentrados nas idades adultas jovens e maior proporção dos que se dirigiam para uma domicílio preestabelecido, possivelmente relacionada a escolarização ou inserção no mercado de trabalho de indivíduos no início da vida adulta. Os migrantes intrametropolitanos foram os mais pobres e os que mais migraram em família, possivelmente muito relacionada a mudança de domicílio para um local próximo ou município vizinho.

Na linha do que tem sido detectado pela literatura sobre condição socioeconômica e arranjos domiciliares (PALONI, 200; UNITED NATIONS, 2005), os migrantes também apresentam elevada relação entre renda e grupo migrante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo destacou a importância da incorporação da dimensão familiar para o estudo da migração no Brasil. Os dados apresentados mostram que a análise dos migrantes como indivíduos isolados negligencia estratégias migratórias coletivas em que estão inseridos a quase totalidade dos migrantes da RMBH, embora haja extrema variação em sua composição quando incorporamos as regiões de origem dos migrantes na análise.

Embora os dados censitários não possibilitem identificar exatamente qual foi o grupo de indivíduos que realizou a migração e nem conhecer a condição domiciliar dos indivíduos antes da migração, a estratégia analítica aqui adotada mostra mais uma potencialidade dos dados censitários para compreensão das migrações no Brasil

REFERÊNCIAS

- AMARAL, E. F. L. *Funções de migração por idade e caracterização de migrantes das microrregiões de Goiás e Distrito Federal 1975-1979 e 1986-1990*. 200 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, 2002.
- BARBIERI, A. F. Mobilidade populacional, meio ambiente e uso da terra em áreas de fronteira: uma abordagem multiescalar. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Campinas, v. 24, n. 2, p. 225-246, 2007.
- BORJAS, G. J. *Labor Economics*. New York: Mac Graw Hill, 1996.
- BORJAS, G. J.; BRONARS, S. G. (1991) Immigration and the family. *Journal of Labor Economics*, Chicago, v. 9, n. 2, 1991, p. 123-148.
- BRITO, F. Brasil, final de século: a transição para um novo padrão migratório? In: CARLEIAL, A. N. (org.). *Transições migratórias*. Fortaleza: Iplance, 2002.
- BURCH, T.K. *Theories of household formation: progress and challenges*. In: IMHOFF, W. et al. (Eds.) *Household demography and household modeling*. New York: Plenum Press, 1995.
- BURES, R. Migration and the life course: Is there a retirement transition? *International Journal of Population Geography*, Chichester, v. 3, n. 2, 1997, p. 109-119.
- CARVALHO, J.A.M. Dados de migração de última etapa e data fixa do Censo Demográfico Brasileiro de 1991: um análise de consistência. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, v.17, n. 1/2, 2000, p. 87-96.
- CARVALHO, J.A.M. et al. Minas Gerais, uma nova região de atração populacional? In: SEMINARIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 8., 1998 Diamantina, MG. *Anais...* Diamantina: UFMG; CEDEPLAR, v. 2, 1998.
- CASTRO, L.; ROGERS, A. *What the age composition of migrants can tell us. Population Bulletin of the United Nations*, New York, n. 15, 1983, p. 63-79.
- CUNHA, J. M. P. da. *Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo*. 1. ed. Campinas: Librum, 2015.
- DE JONG, G.F; GARDNER, R.W (Eds.). *Migration decision making: multidisciplinary approaches to microlevel studies in developed and developing countries*. New York: Pergamon Press, 1981.
- ELDER Jr., G. H. Perspectives on the life course. In: ELDER Jr, G. H. (Ed.) *Life course dynamics: trajectories and transitions, 1968-1980*. New York; London: Cornell University Press, 1985.

- ELDER Jr., G. H. Time, human agency, and social change: perspectives on the life course. *Social Psychology Quarterly*, Washington, v. 57, n. 1, 1994, p. 4-15.
- GLICK, P. Updating the life cycle of the family. *Journal of Marriage and the Family*, Menasha, v. 39, n. 1, 1977, p. 5-13.
- GLICK, P. The life cycle and social change. *Family Relations*, Minneapolis, v. 38, n. 2, 1989, p. 123-129.
- GLICK, P. (1955). The life cycle of the family. *Marriage and Family Living*, Menasha, v. 17, p. 3-9.
- GOLGHER, A. B. (1998) Análise de fluxos de migrantes em minas gerais com base nos resultados de caracterização da região de estudo por técnica de grade of membership. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11., 1998. Caxambu, MG. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 1998.
- HARBISON, S.F. *Family structure and family strategy in migration decision making*. In: DE JONG, G.F.; GARDNER, R.W (Eds.). *Migration decision making: multidisciplinary approaches to microlevel studies in developed and developing countries*. New York: Pergamon Press, 1981.
- HEATON, T. B.; CLIFFORD, W. B.; FUGUITT, G. V. *Temporal shifts in the determinants of young and elderly migration in nonmetropolitan areas*. *Social Forces*, Chapel Hill, v. 60, n.1, 1981, p. 41-60.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (2008) *Regiões de influência das cidades: 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 201p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. (2003). *Censo demográfico 2000: Família e Domicílios. Resultados da Amostra*. Rio de Janeiro: IBGE
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE.(2010). *Microdados do censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE.
- JANUZZI, P. M. *Perfis etários da migração por motivos e acompanhantes da mudança: evidências empíricas para São Paulo entre 1980 e 1993*. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. Brasília, v. 15, n. 2, p. 19-44, jul./dez, 1995.
- KALLAN, J. E. A multilevel analysis of elderly migration. *Social Science Quarterly*, Austin, Tex., v. 74, n. 2, 1993, p. 403-416.
- LEE, E. S. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, H. A. (Org.). *Migração interna, textos selecionados: teorias e métodos de análise*. Fortaleza: BNB. t. 1, 1980 [1966] p. 89-114.
- LITWIN, H. The Social Network of Elderly Immigrants: an analytic typology. *Journal of Aging Studies*, New York, v. 9, n. 2, p. 155-174, Summer, 1995.
- LLOYD-SHERLOK, P. Living arrangements of older persons and poverty. In: UNITED NATION. *Population Bulletin of the United Nations*, New York, n. 42/43, Special Issue, 2001.
- MACHADO, C.C. Estabelecimento de fluxos migratórios padrão para o Brasil: análise exploratória dos dados censitários de 1991 e 2000. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 4., 2005, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ABEP, 2005.

- MARQUES, D.; RODRIGUES, L. Emigrantes e imigrantes de Belo Horizonte em relação ao restante da RMBH: uma aplicação do método “Grade of Membership” (GoM). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006. Caxambu. *Desafios e oportunidades do crescimento zero: Anais.* [Campinas]: ABEP, 2006.
- MASSEY, D. Social structure, household strategies and the cumulative causation of migration. *Population Index*, Princeton, v. 56, n. 1, 1990, p. 3-26.
- MASSEY, D. et al. *Worlds in motion: understanding international migration at the end of the millennium.* Oxford: Clarendon Press, 1998.
- MATOS, R.E.S.; LOBO, C.; STEFANI, J. Inversão de tendências históricas de migração entre Minas Gerais e São Paulo. In: MATOS, R.E.S. (Org.). *Espacialidades em rede: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo.* Belo Horizonte: C/Arte, 2005.
- MCLANAHAN, S. S.; SORENSEN, A.B. Life events and psychological well-being over the life course. In: ELDER Jr, G. H. (Ed.). *Life course dynamics – trajectories and transitions, 1968-1980.* New York: Cornell University Press, 1985.
- MEDEIROS, M.; OSORIO, R.G.; VARELLA, S. (2002) *O levantamento de Informações sobre as Famílias nas PNADs de 1992 a 1999.* Rio de Janeiro: IPEA, (Texto para discussão, 860).
- MINCER, J. Family Migration Decisions. *The Journal of Political Economy*, Chicago, v. 86, n. 5, p. 749-773, 1978.
- PALLONI, A. Living arrangements of older person. In: UNITED NATION. Living Arrangements of Older Person. *Population Bulletin of the United Nations*, New York, n. 42/43, 2001.
- RADCLIFFE, S. A. Mountains, maidens and migration: gender and mobility in Peru. In: CHANT, S. *Gender and migration in developing countries.* London: Belhaven Press, 1992.
- RIBEIRO, J. T.; CARVALHO, J.A.M. A imigração para Minas Gerais no período 1981/1991, com especial enfoque na migração de retorno. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDO POPULACIONAIS, 11., 1998, Caxambu. *Anais... [S.l.]: ABEP, 1998.*
- RIBEIRO, J.T.L.; CARVALHO, J.A.M.; WONG, L.R. Migração de retorno: algumas possibilidades de mensuração. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDO POPULACIONAIS, 10., 1996, Caxambu. *Anais... [S.l.]: ABEP, 1996.*
- RIGOTTI, J. I. R. *Técnicas de mensuração das migrações, a partir dos dados censitários aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo.* 142 f. Tese (Doutorado) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, 1999.
- ROGERS, A. Age patterns of elderly migration: an international comparison. *Demography*, Seattle, v. 25, n. 3, 1988, p. 355-370.
- ROGERS, A.; CASTRO, L. *Model migration schedules.* Luxemburg: IASA, Research Report, 81-30, 1981.

- ROGERS, A.; CASTRO, L. *Migration*. In: ROGERS, A.; WILLEKENS, F.J. *Migration and settlement*. Dordrecht: D Reidel Publishing Company, 1982.
- SILVERSTEIN, M. Intergenerational family transfers in social context. In: BINSTOCK, R.H.; GEORGE, L.K (eds.). *Handbook of aging and the social sciences*. 6th ed. Burlington: Academic Press; ELSEVIER, 2006.
- STARK, O.; BLOOM, D. The new economics of labor migration. *AEA Papers and Proceedings: frontiers in demographic economics*, Pittsburgh, v. 75, n. 2, p. 173-178 May, 1985.
- STARK, O.; TAYLOR, E. *Migration incentives, migration types: the role of relative deprivation*. *The Economic Journal*, St. Andrews, v. 101, n. 408, p. 1163-1178, Sep., 1991.
- TAYLOR, J. E. Differential migration, networks, information an risks. In: STARK, O. *Migration, human capital and development*. Greenwich: Connecticut, Jai Press, 1986, p. 147-171.
- UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs/Population Division. *Living arrangements of older persons around the world*. New York: United Nations, 2005.
- WOLF, D. A. *The elderly and their kin: patterns of availability and access*. In: MARTIN, L; PRESTON, S. (Eds). *Demography of Aging*. Washington: National Academy Press, 1994.

- [editoraletramento](https://www.editoraletramento.com.br) ○ editoraletramento.com.br
○ [company/grupoeditorialletramento](https://www.linkedin.com/company/grupoeditorialletramento)
○ contato@editoraletramento.com.br
- casadodireito.com ○ [casadodireitoed](https://www.facebook.com/casadodireitoed) ○ [casadodireito](https://www.instagram.com/casadodireito)



"Este livro destaca uma área do conhecimento que é de extrema relevância para o debate sobre o crescimento e a reorganização socioespacial das grandes aglomerações, com potencial de impactar não apenas a academia e as salas de aula, mas também as reflexões em termos de políticas públicas e, consequentemente, a população impactada por essas políticas".

EDNELSON MARIANO DOTA

*Prof. Dr. do Programa de Pós-graduação em Geografia –
Universidade Federal do Espírito Santo*

"É possível observar a conjugação entre a originalidade para responder questões atuais, através de abordagens e métodos inovadores, sem perder de vista a precisão dos conceitos e terminologias, bem como o resgate a uma ampla bibliografia, que fundamenta de maneira única, com amplo domínio, o desenvolvimento das temáticas".

JARVIS CAMPOS

*Professor Adjunto do Departamento de Demografia e Ciências Atuariais
(DDCA) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte*

"O livro apresenta dez capítulos que versam sobre temas diversos correlacionados à pluralidade de olhares para o fenômeno da migração."

WAGNER BARBOSA BATELLA

*Prof. Dr. do Programa de Pós-Graduação em Geografia –
PPGEO - Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)*



EDITORALETRAMENTO.COM.BR
ISBN: 978-85-9530-391-1



9 788595 303911